

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE S. PAULO

RP

REVISTA DE EDUCAÇÃO

SETEMBRO — DEZEMBRO

MARÇO — JUNHO

VOLS. XXIII a XXVI

1939

NOS. 23 a 26

SÃO PAULO — BRASIL

SUMÁRIO

	PGS.
Luit Gonzaga Fleury — O Impuludismo.....	3
Máximo de Moura Santos — O Método Analítico.....	14
José Cardoso — Pelo Laboratório de Psicologia nas Escolas Normais	18
Aristides Cardoso — Seleção Profissional	24
Frontino Brasil — Em torno do Ensino Profissional....	33
Luit Gonzaga Fleury — Sumula de Lógica Clássica	42
Benedicto Carneiro de Camargo — O Ensino da História	47
Fraçisco E. de Aquino Leite — O Ensino da Leitura e o Método Analítico	51
Boldim "Saúde" — Alimentação dos Escolares	57
José Benedito Salgado — O Problema da Disciplina	64

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO — Circulares, 68. —
Relação dos Livros Didáticos aprovados, 104.

FATOS E INICIATIVAS — Departamento de Educação,
120. — Prof. Dario Dias de Moura, 125. — Cum-
primentos recebidos pelo sr. dr. Secretário de Edu-
cação, 126. — Assistente do Departamento de Edu-
cação, 127. — Oficial de Gabinete, 127. — Diretor
da Secretaria, 128. — Prof. Dario Dias de Moura,
129. — Algumas referências da Imprensa acerca do
Novo Titular do Departamento de Educação, 130. —
Os Novos Auxiliares, 135. — Prof. Henrique Ric-
chetti, 137. — A abertura dos cursos da Escola Nor-
mal Modêlo, 140. — Inauguração do Ginásio "Adhe-
mar Pereira de Barros", em Pirajui, 146. — Concurso
Literário Escolar, 153. — Inauguração dos Retratos
dos Drs. Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, na Es-
cola Normal Modêlo, 156. — O Problema das Cons-
truções e Instalações Escolares, 157. — A Influência
dos Testes e Exames na Orientação Educacional, 159.
— Comissão Nacional de Ensino Primário, 162. —
Livro Didático, 164. — A Arte como Fator Educativo
nos Cursos primário e secundário, 170. — Um traba-
ho do Laboratório de Psicologia, em Presidente Pru-
cente, 173. — A Educação Paulista no Estado Getu-
liano, 176. — Obrigatoriedade dos Trabalhos Manuais,
177. — Luta social contra a tuberculose, 179. — Cai-
xas Escolares, 180.

LEGISLAÇÃO ESCOLAR 181

TRAVÉS DE REVISTAS — Armando Araújo, 201. —
Factores do êxito no ensino, 202. — A propósito das
caixas escolares, 205. — Festas cívicas escolares, 206.
206. — O problema da escola rural, 208. — Decálogo
do Professor rural, 212. — A escola e a família, 212.
Excursões escolares, 214.

São Paulo — BRASIL

Aos Leitores

A matéria contida neste número foi autorizada e revista, em sua parte quasi total, pelo extinto Serviço de Orientação Pedagógica, havendo da direção atual apenas a revisão da parte final e noticiário de alguns fatos últimos.

A Revista passou, por determinação do Diretor Geral do Departamento, Professor Dario Dias de Moura, a constituir uma das partes integrantes da Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola. Sua orientação será a de um órgão que possa ser útil aos professores de classe ou escola primária, para o perfeito desempenho de suas funções.

A redação solicitará, de professores e estudiosos, colaboração sobre determinados temas ou assuntos, cuja leitura possa ser útil aos mestres. Independentemente dessas solicitações, aceitará de quaisquer pessoas colaboração que se relacione com as matérias do curso primário, principalmente relativa à didática. A colaboração cuja utilidade o requeira será publicada também em separado, ou em folhetos.

A literatura infantil, principalmente em verso, terá boa acolhida, quando sua divulgação possa ser útil.

A distribuição da Revista se fará, até determinações outras, aos professores primários e poderá ser feita também aos alunos dos cursos profissionais das Escolas Normais. Serão enviados de cada número exemplares aos órgãos oficiais de ensino primário de todos os Estados.

Os colaboradores da Revista concordam de antemão na renúncia parcial de seus direitos autorais, para que quaisquer órgãos de publicidade gratuita do Brasil e do estrangeiro possam transcrever seus trabalhos, uma vez que citem a procedência e a autoria, não podendo conter tal transcrição porém, e como de lei, salvo com autorização do autor, os livros destinados à venda.

Como órgão anexo à Revista, a Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola manterá uma Secção de Consultas sobre quaisquer dúvidas de ordem educacional no ensino primário, respondendo essas consultas por escrito e, quando houver interesse geral, reproduzindo-as em secção própria da Revista. As consultas devem ser acompanhadas de envelope subscrito e selado para a resposta.

Toda a correspondência relativa à Revista e à Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola deve ser endereçada à Rua Veridiana, 220 — S. Paulo.

MAXIMO DE MOURA SANTOS.

Chefe do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola

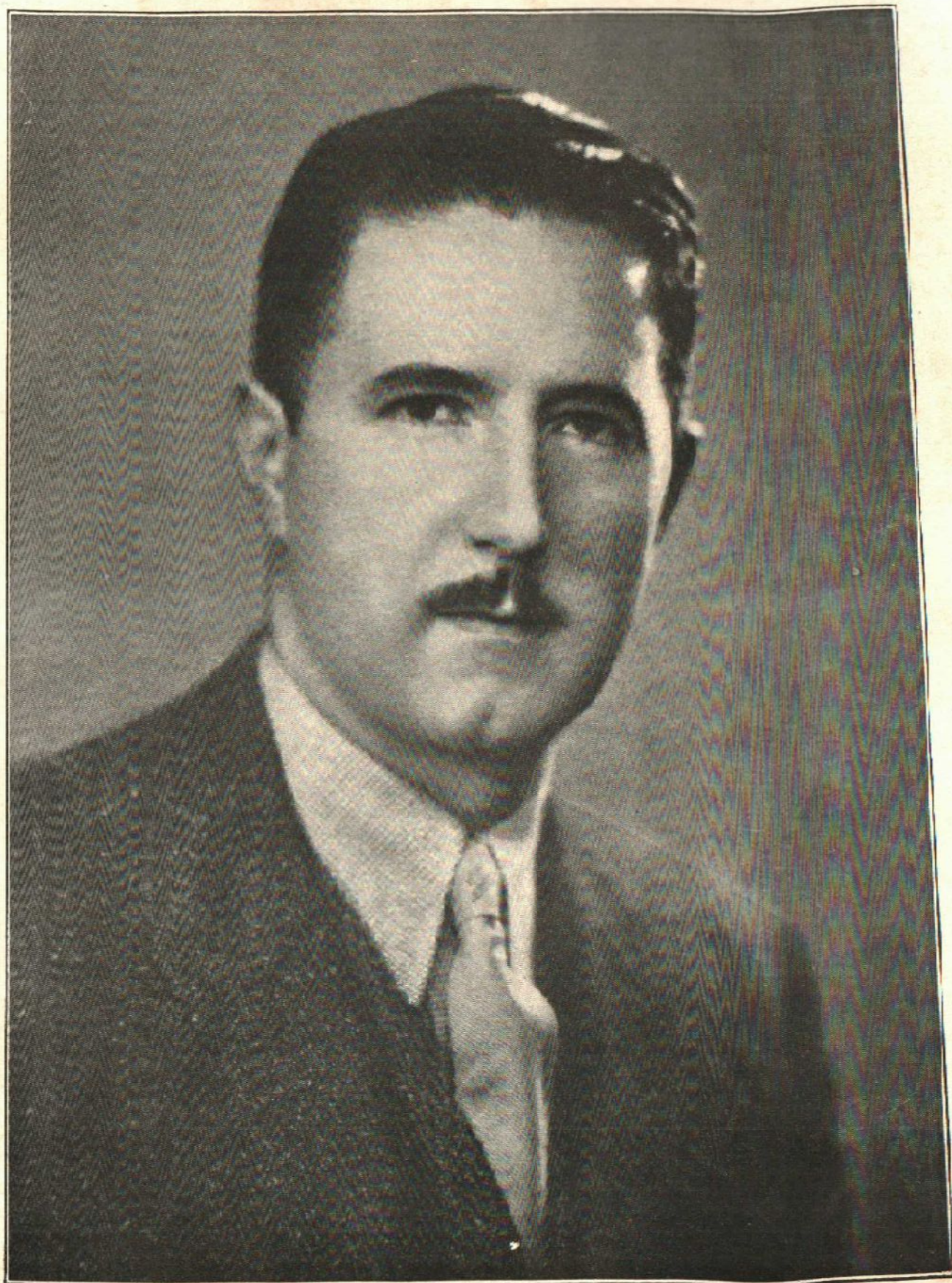
REVISTA DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

VOLUMES XXIII a XXVI

SETEMBRO — DEZEMBRO
MARÇO — JUNHO

1 9 3 9
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO
S A O P A U L O



S. E. O DR. ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
Interventor Federal no Estado de São Paulo



S. E. O DR. ALVARO FIGUIREDO GULÃO
Secretário de Educação e Saúde Pública

O Impaludismo

LUIZ GONZAGA FLEURY

(Assistente do Departamento de Educação)

FEBRE PALUSTRE E SUAS CAUSAS

(Segundo Carter)

A febre palustre é uma moléstia do homem, comum nos países quentes e húmidos.

É conhecida por diversos nomes: febre dos brejos, febre biliosa, impaludismo, malária, maleita, febre intermitente, tremedeira, sezonada.

Existe no Brasil. No Estado de São Paulo, é encontrada em várias zonas, principalmente no litoral.

A causa dessa doença é a presença de certos micróbios parasitas, no sangue da pessoa doente.

Os micróbios são seres vegetais ou animais. O micróbio causador da malária é um animal.

Parasita é um animal ou planta que vive à custa de outro animal ou planta, como o visco, o cipó chumbo, a ferrugem do milho, o verme da ancilostomose, a pulga, as lombrigas, etc.

O parasita causador da malária (parasita malárico) vive no homem, alimentando-se unicamente das células sanguíneas. Podem-se ver, com o microscópio, os parasitas maláricos nos glóbulos vermelhos do sangue extraído de um doente de maleita.

As células ou glóbulos vermelhos são pequenos corpos que flutuam no sangue. Têm a forma semelhante à de uma moeda de margens espessas. Dão ao sangue a cor vermelha e constituem uma parte importantíssima dele. São essenciais à vida.

COMO SE APANHA A MALEITA

Os parasitas da malária são transmitidos ao homem pela picada de um mosquito — o anófeles. Os anófeles não nascem com o poder de transmitir a malária. Só o adquirem quando picam uma pessoa que tenha parasitas no sangue. Os parasitas são então sugados do doente pelo mosquito e transmitidos a outra pessoa. Não se sabe onde os parasitas começam sua existência.

A malária se propaga exatamente como a febre amarela. A fêmea do mosquito anófeles alimenta-se do sangue de um homem infeccionado pelo parasita malárico. Durante alguns dias (uma semana ou mais) não pode transmitir a malária às pessoas que picar; mas, depois desse intervalo, injeta-lhes os parasitas, infeccionando-as.

Para que a maleita se espalhe é necessário existirem mosquitos anófeles e parasitas maláricos.

CAUSA E PREVENÇÃO DO IMPALUDISMO — COMO SE CONHECEM OS MOSQUITOS MALÁRICOS

O macho do mosquito malárico não pica; só a fêmea é que o faz. É necessário conhecer os mosquitos maláricos, saber distingui-los dos de outras espécies e conhecer as diferenças que se notam entre a fêmea e o macho. Uma das maneiras de os distinguir é observar a cabeça. Os anófeles ou mosquitos maláricos têm a tromba estreita e os palpos quasi tão compridos como aquela. As fêmeas das outras espécies têm os palpos curtos, exceto a de certa espécie, que tem a tromba curva.

O macho do mosquito culex, como o do anófeles, tem palpos compridos e não se pode distinguir qual a espécie do macho por esta maneira. O anófeles é frágil e elegante. Tem as asas geralmente manchadas ou escuras. Outro modo de distinção é a maneira de o mosquito pousar na parede. O anófeles pousa verticalmente e quasi sempre descança nela a cabeça. Os outros mosquitos pousam com o corpo corcovado. É este o único modo prático de distinguir, à primeira vista, o mosquito vivo.

O anófeles raramente pica de dia. É arisco e fácil de enxotar e nunca suga pessoas em movimento. Por isso, quasi que somente pica as que encontra dormindo.

O seu zunido é fraco e a picada menos sensível que a dos outros mosquitos. Assim, quando os mosquitos dão lugar a queixas, raramente são anófeles, podendo haver muitos anófeles num lugar sem produzirem queixas.

REPRODUÇÃO DOS MOSQUITOS

Os mosquitos se reproduzem na água parada, em pântanos e margens relevadas. Depositam os ovos na superfície da água. Os ovos boiam e dentro de alguns dias chocam, soltando as larvas. Estas vivem na água e, com o tempo, se transformam em pupas que, por sua vez, se transformam em mosquitos. Os mosquitos passam, assim, por quatro mudanças, no seu desenvolvimento, tal como acontece com as borboletas.

Em resumo, as fases de desenvolvimento das borboletas e dos mosquitos são estas:

Borboletas:

- 1) Ovo, 2) lagarta, 3) crisálida, 4) borboleta.

Mosquitos:

- 1) Ovo, 2) larva, 3) pupa ou ninfa, 4) mosquito.

Para os mosquitos tôdas estas mudanças precisam efetuar-se na água. Para o anófeles, elas levam de 12 a 16 dias, no verão, e mais tempo, no inverno.

E' fácil conhecer a larva do anófeles. Ela fica à superfície da água e em posição paralela à flor desta. As larvas dos outros mosquitos pendem da superfície com a cabeça para baixo e mergulham, se forem tocadas. Quando se toca na larva do anófeles ela poderá mergulhar, mas geralmente foge para trás, à flor d'água. Quem tiver visto uma vez as larvas dos mosquitos não poderá confundí-las umas com outras. E' muito mais importante reconhecer as larvas do anófeles do que os próprios mosquitos, porque êsse conhecimento nos habilita a descobrir os lugares de sua reprodução, para lhes destruir as larvas.

LUGARES ONDE OS ANÓFELES SE REPRODUZEM

Os anófeles preferem reproduzir-se na água limpa, em poças pequenas, rasas sombrias, ou margens relvosas. Se existir capim nas poças, tanto melhor para êles. Um trecho pantanoso de terreno, com muitas poças pequenas, entre juncos e caniços, é lugar ótimo para a reprodução dos anófeles. As margens relvosas e as poças rasas, formadas por obstruções nos pequenos cursos de água, são também lugares preferidos, assim como pegadas (rastros) de gado, onde a água se junta.

Não lhes é desagradável a água corrente, a não ser que a correnteza seja muito rápida. Algumas espécies se reproduzem em açudes grandes. Às vezes os anófeles proliferam em qualquer acumulação de água, salvo se fôr muito suja: pôços rasos, barris de água, latas, etc., especialmente se contêm fôlhas, grama ou musgos verdes. Às vezes, dizemos, pois costumam evitar latas e outras vasilhas ou contenedores artificiais, exceto quando há neles grama, musgo, etc.

Como o ovo do anófeles costuma levar 18 dias para produzir o mosquito, se uma acumulação de água secar completamente em menos de 14 dias, não terá probabilidade de criar mosquitos.

PARASITAS MALÁRICOS NO HOMEM

Os parasitas que os mosquitos injetam entram nos glóbulos. Crescem, alimentando-se com os glóbulos. Em seguida, as suas extremidades se fendem. Então, êles se dividem em diversos pedaços que têm a forma de cunha e que se encontram no centro, como as fatias de um bolo. Nesse momento, os glóbulos do sangue se desfazem e soltam os pequenos parasitas.

Cada novo parasita, assim solto, procura penetrar em outro glóbulo do sangue, repetindo-se o que se passa com o parasita

original. O número de partes em que o parasita se divide é de 8, 24 e até 32, conforme a espécie. A multiplicação dos parasitas pode ser, portanto, muito rápida. Existem 3 espécies, pelo menos, de parasitas, cada uma das quais produz uma forma diferente de febre palustre.

O tempo que levam os micróbios maláricos desde que entram nos glóbulos vermelhos até se dividirem em parasitas derivados varia segundo a espécie. Os parasitas da febre palustre **terçã** levam cerca de 48 horas, ou dois dias, para isso; os de febre palustre **quartã**, 72 horas, ou tres dias; o parasita estivo-outonal, 28 a 48 horas. Esta última forma é muito menos regular do que as outras duas, quanto a êsse tempo. Há, na realidade, duas formas de parasitas, incluídas sob o nome de estivo-outonal. É esta espécie que produz as peores formas de febre palustre.

A FEBRE E OS CALAFRIOS

Quando os glóbulos vermelhos do sangue se desfazem, **soltam um grupo de parasitas derivados e certa quantidade de toxinas (venenos) formadas por êles.**

Os acessos de calafrio e febre surgem logo depois que são soltos os parasitas, desde que o sejam ao mesmo tempo e em grande número. O número de parasitas soltos capazes de produzirem suficiente toxina para determinar os calafrios é, segundo se calcula, de 150.000 no mínimo. Na realidade, porém, é muito superior a êsse o número dos parasitas libertos.

Nem todos os parasitas se dividem como foi descrito. Além das formas assexuadas (sem sexo) que o fazem, produzindo os calafrios, existem outras formas de parasitas maláricos nos glóbulos vermelhos. São as formas de sexo masculino e feminino. Estas não parecem alterar a saúde do homem em cujo sangue existem, mas é por meio delas que o mosquito fica infeccionado ao sugar o homem. Pode o mosquito infeccionar-se quando picar uma pessoa que tenha parasitas machos e fêmeas, se chupar ambas estas formas. Se, porém, não sugar com o sangue, senão parasitas assexuados, não será infeccionado, ainda que sejam numerosos os parasitas. Se o mosquito anófeles ingerir parasitas machos e fêmeas, êstes se untam no seu estômago e **passam para o interior das paredes dêsse órgão, onde se desenvolvem.** Depois de algum tempo, os corpos assim formados se desfazem, libertando muitos parasitas novos, algum dos quais se encaminham para a "boca" do mosquito. Então misturam-se com a saliva do inseto e são injetados nos homens, passando, em seguida, para o sangue, em cujos glóbulos vermelhos penetram.

Assim começam novo ciclo de sua vida. Para essa transformação os parasitas gastam cêrca de 11 dias no verão e mais tempo no inverno.

Antes de se completar essa evolução do parasita, o mosquito não é perigoso para o homem. Só se torna perigoso quando o parasita chega á sua saliva, porque só então pode injetá-lo pela picada.

Apesar de infeccionados pelos parasitas o mosquito parece não sofrer nada e gozar de saúde.

PREVENÇÃO DA MALÁRIA

Para diminuir ou eliminar a malária, existem diversos métodos:

- 1.º) — extinguir os mosquitos anófeles;
- 2.º) — evitar a picada dos mosquitos;
- 3.º) — tratar as pessôas portadoras de parasitas maláricos;
- 4.º) — imunizar as sãs.

1.º MÉTODO

Os anófeles vivem principalmente ao ar livre. Como não podem suportar a luz quente do sol, abrigam-se no mato, durante o dia, só saindo à noite para se alimentar. É útil, portanto, derrubar os matagais e ervas altas que fiquem próximos das residências para que os mosquitos não encontrem abrigo.

As ervas existentes perto dos focos produtores de mosquitos devem ser arrancadas. Ficam êles, assim, descobertos, podendo ser destruidos. O próprio sol secará os focos pequenos.

Para destruir os focos há dois processos.

- 1.º) — drenar e aterrar as poças, valos, etc.;
- 2.º) — aplicar óleo às poças que não fôrem drenadas ou aterradas.

Sem água, os mosquitos não podem reproduzir-se.

O óleo mata as larvas, porque, formando uma camada à superfície da água, impede-as de respirar. O querozene mata as larvas diretamente, envenenando-as, como é fácil verificar em um barril de água. A experiência deverá ser feita em classe, com uma lata de água em que existam larvas.

Será conveniente fazer aplicações de óleo nos focos, com intervalos de 12 ou mesmo 14 dias, mas é melhor fazê-lo uma vez por semana, no mesmo dia da semana, para evitar esquecimento. Convém empregar bastante óleo (querozene) para que se forme uma camada bem visível à superfície.

Não há vantagem no emprego do óleo em qualquer póça. Se nesta houver muita erva, o óleo não forma boa camada para cobri-la. Se se tratar de um tanque ou lagôa, o vento levará o óleo para um lado, deixando descoberta a superfície do lago oposto. Portanto, nas grandes póças e nas em que houver capim ou ervas não se podem esperar bons resultados do emprego do óleo.

Há outro modo de se tornar a água imprópria para a vida do anófeles. Em, geral, tudo quanto torne a água impura e de mau cheiro impede que nela se reproduzam os anófeles. Por exemplo: água de sabão, tintas de tinturaria, pixe, detritos de fábricas, etc.

Raramente se encontram anófeles nas águas cujo repouso se a frequentemente perturbado, como se dá nos bebedouros de galinhas, cavalos, etc. Não é comum encontra-los também em barris ou outros contenedores artificiais de qualquer espécie, como latas, baldes, etc., mas algumas vezes se encontram.

Se a água não for absolutamente necessária, poderá ser despejada: se for, poderá, conforme convenha, ser coberta de óleo, ou salgada, mas com bastante sal, pois é sempre possível que não sendo assim feito, se criem nela anófeles, ou pelo menos, outros mosquitos, que ainda quando não transmitissem molestias, seriam incomodos.

2.º MÉTODO

Como impedir que os mosquitos se aproximem das pessoas para pica-las?

Aplicando telas (tecidos de arame) nas casas e usando redes mosquiteiras (cortinados). As telas devem ser de arame n. 15 ou 14 e convem pinta-las para ficarem menores as malhas. Todas as janelas e portas devem ser protegidas, no caso de ficarem abertas durante o cair da tarde ou mesmo depois. Todos os orifícios de qualquer espécie por onde os mosquitos possam entrar nas casas, devem ser tapados com tela ou fechados, até mesmo a boca da chaminé. As portas de tela devem abrir para fóra.

Ao cair da tarde as pessoas precisam recolher-se em casa, onde permanecerão de noite, afim de não serem picadas pelos anófeles. Estes raramente penetram nas casas com dia claro, mas o fazem sempre durante toda a noite. O menor descuido, a menor abertura na tela pode facilitar-lhes a entrada. É preciso, portanto, o maior cuidado.

À primeira luz do dia já os mosquitos procuram sair da casa. Se não encontrarem saída, ficarão presos, escondendo-se

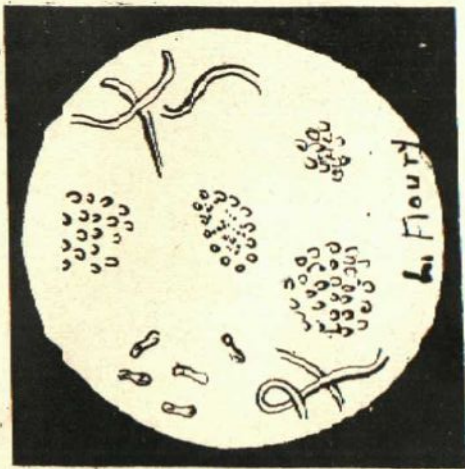


Fig. 3 - Micróbios diversos

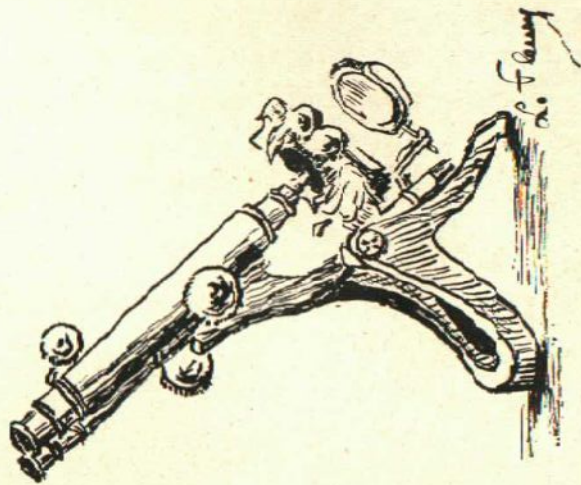


Fig. 2 - Microscópio

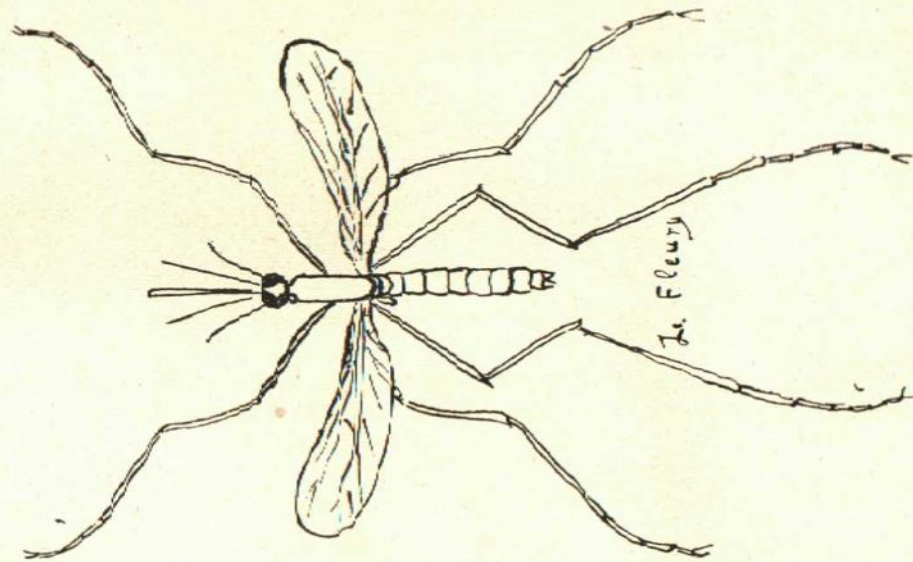


Fig. 1 - Anófeles

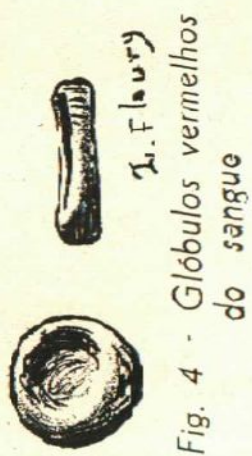


Fig. 4 - Glóbulos vermelhos do sangue

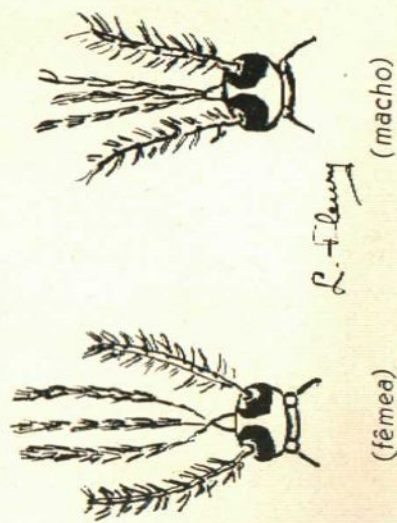


Fig. 5 - Cabeças de anófeles

em logares escuros, isto é, dentro de armários, em baixo das camas, etc. Assim se acumulam nas casas, embora raramente possam viver em seu interior além de poucos dias.

3.º MÉTODO

Para se prevenir a infecção dos mosquitos maláricos há duas maneiras: 1.º) Tratar os médicos todas as pessoas portadoras de parasitas até que fiquem completamente sãs e não apenas parcialmente, pois neste caso ficam sujeitas a recaídas; 2.º) conservar essas pessoas em casa protegida por telas, ou, pelo menos, conservá-las, à noite, ao abrigo de mosquiteiros, enquanto seu sangue contiver parasitas.

Pode uma pessoa ter parasitas no sangue, sendo, assim, capaz de infeccionar os mosquitos que a picam, e, no entanto, não acusar sintomas da malária. Há pessoas que conservam parasitas durante dias, semanas ou meses depois de terem sofrido um acesso de febre, sem que este se remova.

Este fato se explica do seguinte modo:

Para haver febre é necessário grande número de parasitas que produzam toxina suficiente. Esse número varia conforme as pessoas. Daí resulta que algumas podem ser portadoras de muitos parasitas, mas, ainda assim, insuficientes para lhes causarem febre. A febre é sempre determinada pelos parasitas assexuados. Podem ser estes poucos numerosos e não causarem febre. Não obstante, a pessoa infeccionará os mosquitos porque, além das formas assexuadas, existem no seu sangue, parasitas machos e fêmeas.

4.º MÉTODO

Para proteger as pessoas sãs de modo que não contribuam para o desenvolvimento da malária, deve-se fazer uso da quinina. Tomada em pequenas doses durante a época malárica, a quinina geralmente impede que os sãos se infeccionem. A dose será de 260 a 408 miligramas diários. Se a epidemia for muito intensa pode ser necessário tomar 506 miligramas. Convém notar, entretanto, que mesmo a dose de 194 miligramas é capaz muitas vezes de impedir a infecção.

É melhor tomar a quinina depois da comida e em uma só dose. A quinina poderá também ser tomada duas vezes por semana, em doses maiores, de 518 miligramas, em dias consecutivos. Mas o melhor é tomá-la diariamente, como ficou dito acima. A quinina, tomada de qualquer dos modos expostos, não faz mal à saúde. Muitas pessoas a têm usado assim, durante anos, sem más consequências. É verdade que certas pes-

sôas, quando tomam quinina, mesmo em pequenas doses, sentem mal-estar; mas geralmente tal não acontece. São raras as pessoas que não suportam doses altas de quinina. Às vezes, as que, usando esse medicamento, sentem mal-estar a princípio, terminam já não o sentindo com a continuação do uso.

A dose para as crianças deve ser a metade da usada para adultos, ou ainda menor, se as crianças fôrem novas. Para as crianças é melhor dar tanato de quinino, por ser menos amargo do que outras preparações. Preparado com chocolate, o tanato é menos desagradável. Mesmo para adultos é, às vezes, preferível, por causar menos mal-estar do que outras preparações de quinina.

1

A dose de tanato deve ser de $2 \frac{1}{2}$ vezes a de preparação

2

mais comum, que é sulfato de quinina.

Há pessoas que não contribuem para o desenvolvimento da malária, mesmo que sejam picadas por mosquitos infeccionados e não usem quinina. Parecem naturalmente refratárias ao mal. Devem ser pouquíssimas as pessoas naturalmente imunes. Há algumas que se tornam imunes depois de terem tido diversos acessos de febre palustre. Pelo menos à sua suscetibilidade à moléstia se torna reduzida. Em condições ordinárias, essas pessoas não contribuem para o desenvolvimento da doença.

São frequentes em regiões maláricas as famílias nas quais só as crianças e não os adultos são sujeitas à febre. Isto se dá pelo fato de haverem êstes sofrido muitos acessos no passado, tornando-se imunes. Contudo, pode acontecer que se tornem de novo suscetíveis de acessos de moléstia quando sofrem um grave acidente.

Se o doente de febre palustre não fôr tratado, ou se não o fôr de modo completo, ficará sujeito a muitas recaídas.

A infecção dura de uma a outra estação e a pessoa pode parecer sã entre os acessos. Há exemplos de recaídas depois de dois anos. Muitas vezes, nas regiões maláricas, os acessos de febre são recaídas e não infecções novas. Os casos que se dão no inverno devem ser, provavelmente, de recaída.

EXEMPLOS DE LIÇÕES

(Êstes exemplos são dados sem o intuito de constranger a ação dos professores, mas unicamente a título de sugestões).

1.ª Lição.

(Nota: As lições devem ser repetidas com variantes até os alunos se assenhorearem do assunto).

Explicação do professor (dada durante a aula de ciências ou Lições de Cousas):

Existe uma doença ou moléstia do homem chamada **fébre palustre**. A **fébre palustre** também se chama **febré dos brejos**, **fébre biliosa**, **impaludismo**, **malária**, **maleita**, **fébre intermitente**, etc.

Essa febre é produzida por um **micróbio**. (Fig. 1).

Micróbio é um **animal** (bicho) ou **vegetal** (planta) tão pequenino que só se pode vêr com microscópio, pois êste tem vidros de aumento muito fortes. (Mostrar um desenho de microscópio). (Figs. 2 e 3).

O micróbio que produz a **fébre palustre** é um animalzinho. Êsse micróbio é transmitido ao homem pela picada da fêmea de um mosquito ou **penilongo** chamado **anófeles** (que alguns chamam de "mosquito prego").

Os mosquitos **anófeles** nascem de ovos postos na água, em póços, brejos, à beira de rios de pouca correnteza, principalmente se houver ervas ou capim nesses lugares, e em vasilhas abandonadas, como **tinas**, **latas**, etc.

Para o tratamento da **fébre palustre** usa-se um remédio chamado **quinina**.

Para acabar com os mosquitos **anófeles** é preciso extinguir os brejos, as póças d'água, ou derramar óleos, como o **querozene**, na água onde eles nascem.

Sugestões: Mostre o professor mosquitos **anófeles** em um tubo de vidro e suas pupas e larvas em um frasco com água.

Trabalhos e exercícios dos alunos:

- Aula de **desenho**: desenhar um **anófeles**.
 - Aula de **caligrafia**: escrever uma sentença como a seguinte: "A **fébre palustre** é transmitida pelo **anófeles**".
 - Aula de **leitura**: Leitura de sentenças sôbre a lição, escritas pelo professor no quadro negro.
 - Aula de **aritmética**: contar o número de pernas, de asas, de partes do corpo do **anófeles** (cabeça, torax, abdomen).
Resolver problemas como êste: Quantas pernas (ou asas) tem 12 **anófeles**?
 - Aula de **linguagem oral**: Perguntas sôbre a lição.
 - Aula de **geografia**: citar lugares onde existem focos prováveis de **anófeles** e aqueles onde existe **maleita**.
- Excursão** para ver **anófeles** ao natural.

2.a Lição.

GLÓBULOS VERMELHOS DO SANGUE

Explicação do professor:

O nosso sangue é um líquido vermelho porque contém numerosíssimas células vermelhas ou glóbulos vermelhos. Essas células são muito pequeninas e só podem ser vistas ao microscópio. Têm a forma de uma moeda com as margens mais grossas do que o centro. (Fig. 4).

Constituem parte importantíssima do sangue. São indispensáveis à vida.

O micróbio da moléstia vive no homem, alimentando-se das células do seu sangue. São micróbios parasitas.

Parasitas são animais ou plantas que vivem à custa de outro animal ou planta.

A erva de passarinho, a ferrugem do milho são parasitas vegetais; a pulga, o piolho, o verme do amarelão, as lombrigas, são parasitas animais.

Com o microscópio podemos ver os micróbios ou parasitas da febre palustre, nas células vermelhas do sangue de uma pessoa atacada dessa doença.

Sugestões: Mostre o professor aos alunos desenhos de glóbulos vermelhos do sangue.

Trabalho e exercícios dos alunos:

— Aula de desenho: desenhar uma célula vermelha.

— Aula de caligrafia: escrever uma sentença como esta: "O micróbio da febre palustre alimenta-se das células do sangue".

— Aula de leitura: Leitura de sentenças sobre a lição, escritas pelo professor no quadro negro.

— Aula de linguagem oral: perguntas sobre a lição.

— Aula de linguagem escrita: Responder a perguntas sobre a lição formuladas pelo professor no quadro negro.

3.a Lição.

Explicação do professor:

Os mosquitos anófeles não nascem com o poder de transmitir a febre palustre. Para que possam transmiti-la é preciso que piquem uma pessoa atacada dessa doença. Os parasitas da febre palustre são então sugados do doente pelo mosquito e passam para outra pessoa que for picada por este. (Fig. 5).

A fêmea do anófeles é que pica as pessoas. Ela não pode transmitir a doença durante uma semana ou mais. Mas, depois

dêse tempo, injeta os parasitas na pessoa que picar, infeccionando-a de febre palustre.

Para que a febre palustre se espalhe, é preciso que haja anófeles e parasitas maláricos.

Não sabemos onde começa a existência dos parasitas.

Sugestões: São análogas às das lições anteriores.

Nota — O professor deverá solicitar do Serviço Sanitário do Estado um "Manual de Noções Práticas para o Estudo da Malária".

O Método Analítico

MAXIMO DE MOURA SANTOS

(Chefe do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola, do Departamento de Educação).

Tenho lido, por curiosidade natural de educador e, durante alguns anos como diretor de secções editoras, quasi tôdas as cartilhas. Há mesmo no mercado livresco uma cartilha feita sob minha orientação, de um modo geral, a qual considero sofrível mas que não consideraria de minha autoria, porque não me satisfaz, e eu o digo com a franqueza a que habituei os que me lêem.

Essa questão de métodos de leitura ainda é, ou melhor, tornou-se, a meu ver, a questão primordial do problema do ensino depois do chamado "método" analítico. Em tudo há tabús e no ensino público paulista êsse método tornou-se um tabú e uma causa de confusão permanente.

Convém registrar-se, preliminarmente, que o método analítico, ou analítico-sintético (concessão feita por alguns que se aproximam da verdade sem o perceber) não é de fato, um método. Método é meio, caminho para se chegar a um fim e, em leitura, quer se comece pela sílaba, quer pela palavra, quer pela sentença, quer mesmo se venha um dia, por exagêro, a começar pelo período, o método ainda é um e único, qualquer que seja seu nome.

E, por ser indiferente o nome, conservemos o primitivo nome de método de silabação ao único método de leitura, existente.

E' um único porque segue apenas o seguinte caminho: — a criança aprende as sílabas e, por meio de sílabas conhecidas, chegará a lêr palavras desconhecidas.

O que varia em cada caso são os processos, e processo é a maneira de aplicar o método, segundo as velhas e sábias lições de Oscar Thompson, em sua cadeira de "Métodos e Processos de Ensino", da conceituada "Escola Normal Secundária da Capital".

Na processuação antiga, a criança aprendia logo as sílabas, e suas combinações em palavras.

Na processuação da chamada palavração a criança aprende a palavra, desta as sílabas e depois segue-se a marcha comum da silabação.

Na processuação do chamado "método analítico" a criança aprende a sentença, desta as palavras e depois as sílabas; daí em diante segue-se também a marcha normal da silabação.

Em qualquer dos casos, portanto, o caminho é um: — aprender as sílabas e por estas as palavras. Trata-se, portanto, de simples variantes, simples processos gerais, além das variantes individuais de cada professora, isto é, dos processos individuais.

Uma cousa é óbvio: — as sentenças deverão ter palavras com sílabas predeterminadas pelo autor da cartilha ou pelo professor; a fase tôda das sentenças ou das palavras é apenas uma fase preliminar para o ensino dessas sílabas, afim de que êle se faça de maneira interessante ao escolar que aprende a lêr imaginando, sabendo o sentido do que lê e sem gaguejar.

Para tal há os passos, preconizados nas velhas cartilhas e tão exigidos no passado, sem a precaução de outros cuidados como se a redução do caso a passos bastasse.

Ora, compulsando as cartilhas, em sua absoluta maioria o que se nota é o emprêgo simultâneo de palavras ao acaso, com sílabas desconexas entre si. Sabendo-se que a sentença e a palavra são dadas para que a criança chegue ao conhecimento da sílaba, ocorre ao espírito a seguinte pergunta: — pode a inteligência da criança, mesmo vivaz, conservar tal número de sílabas sem nada que se relacione e aprendidas desordenadamente? Não se trata de um abuso da inteligência do escolar? Não é transformar um problema simples em verdadeira charada e o ensino da leitura em espantinho das crianças?

Não me objetem que é comum o fato de crianças aprenderem por essa barafunda pedagógica. Os professores sensatos, necessitados de promover seus alunos, dotados de longo tirocínio intercalam no quadro-negro lições e lições como aulas intermediárias entre uma lição e outra da cartilha — e já portanto as crianças não terão aprendido de fato pela cartilha que tiver sido adotada.

Não são poucos os mestres que lecionam por processo seu, sem cartilha, intercalando aulas e aulas de silabação pura, indo mais comumente da sílaba à palavra que da palavra à sílaba. E os mestres que adotam certas cartilhas saltam páginas e páginas, escolhendo as lições em que se destacam as sílabas.

Façamos agora um rápido confronto entre o presente e o passado. A criança de primeiro ano hoje aprende mal e em muito tempo. Ao tempo em que cursei a Escola Modelo do Carmo, a classe de primeiro ano, de mais de cinquenta alunos, sob a direção da distinta e querida mestra d. Maria Cândida de Oliveira, pela silabação aprendeu tôda ela a lêr, e bem, porque no segundo semestre, com as historietas, corrigiam-se os possíveis defeitos resultantes da silabação.

A verdade é esta: — por silabação, qualquer escolar, mesmo não muito inteligente, aprenderá. A sentencição é processo para os mais inteligentes, e êstes não são a maioria absoluta. E só é processo útil se fôr bem aplicado, isto é, com bases técnicas e racionais.

Determinadas lições devem prevêr e usar determinadas síla-

bas. Conhecidas estas, pela análise, lições seguintes usarão palavras em que elas se encontrem, bem como tôdas as aprendidas anteriormente. E simultâneamente, a criança deve aprender a escrever o que lê.

A cartilha da Série "O Pequeno Escolar", feita sob minha orientação geral, não é melhor nem pior que as congêneres, bem como os demais livros dessa série, feitos por encomenda e contrato. Aliás, sirvo-me da oportunidade, para tornar público aos meus colegas que vendi os direitos afim de poder fóra dos limites do natural egoísmo humano, desinteressar-me por completo da vida dessa série e poder em meu cargo e, sob o ponto-de-vista puramente educacional, continuar a discutir assuntos de livros com independência de opinião.

Uma cartilha precisa oferecer aspectos materiais que interessem à idade dos escolares: desenhos bons, coloridos e sugestivos, trabalho gráfico perfeito, papel próprio. Precisa, porém e principalmente, para merecer o nome de cartilha, obedecer a princípios de ordem técnica.

E' fora de dúvida que qualitativamente o ensino primário tem decaído.

As reformas educacionais impensadas e até perigosas, o flagelo da escola nova, que foi lema de um grupo de sonhadores educacionais, e outras causas várias, influíram para a queda do ensino primário.

O problema econômico que impede se dê ao professor, pelo seu número, remuneração que permita vida compatível impede a construção de prédios e auxílio mais eficaz ao escolar pobre e será o fator principal dessa queda.

Mas eu acredito que, em se tratando da base de todo o ensino, o principal responsável pela decadência do ensino seja a má processuação do ensino de primeiras letras.

Assim, em resumo, e segundo meu ponto-de-vista:

- a) se a cartilha é feita com tôda a técnica, se o aluno é normal e o professor está preparado para o processo analítico, — êle é o melhor e deve ser aplicado;
- b) se não se adota uma cartilha tècnicamente feita, ou se o professor não está preparado para o processo analítico, — ou se a média da classe, por circunstâncias quaisquer, não comporta êsse processo — ensine-se pela silabação;
- c) nas classes de primeiro ano separadas hàbilmente, os fracos devem adotar o processo de silabação e para as médias a cartilha analítica deve ser dada em maior número de aulas;

- d) nas escolas rurais o processo de silabação deveria ser preferido, porque as faltas dos alunos impedem, além de outros motivos, o bom emprego do processo analítico;
- e) o emprego de cartilhas é preferível à dispensa das mesmas, principalmente quando elas são interessantes às crianças;
- f) o processo analítico é ótimo, se bem empregado. E mal empregado, é o causador principal da falta de base de nossas crianças de grupos escolares, principalmente da Capital;
- g) seria interessante encerrar-se o ciclo de hipocrisia convencional de ensino, devida às aulas intercaladas da silabação, às escondidas e em casa, e o tabú do "método" analítico.

Não há, nestas linhas, a menor apreciação ou crítica a qualquer das cartilhas em uso, individualmente. Não pensei em nenhuma ao escrever, e me referi sempre à impressão de tôdas que conheço em conjunto.

Nas mãos de bons professores, quaisquer livros satisfazem em qualquer disciplina. Quaisquer ou até nenhum livro. Eu quisera, em cartilhas, um livro que fosse útil nas mãos de um professor o qual se limitasse a segui-lo.

E' possível que meus pontos-de-vista, que são pessoais, não sejam exatamente os verdadeiros. Mas a verdade, em certos assuntos complexos, principalmente educacionais, quem sabe com certeza onde ela está?

Pelo Laboratório de Psicologia nas Escolas Normais

JOSÉ CARDOSO

(Chefe da 1.ª Secção da Escola Normal de Pirassununga)

Ativa-se hoje a Escola Normal de Pirassununga, com a presença principalmente dos maiores interessados neste movimento — todos os alunos do curso profissional —, para a festa inaugural de uma iniciativa louvável, digna de consideração por parte de quantos reflitam na sua magnitude. O laboratório de psicologia experimental desta casa, resultado da diligência do prof. sr. José Pires, digno assistente geral do estabelecimento, ao tempo em que êsse educador funcionava como preparador de psicologia, é desses empreendimentos cujo valôr educacional fala por si, sendo a rigôr desnecessárias palavras quaisquer de elogio e encarecimento. Quis a Providência, porém, que um ex-aluno desta casa, comissionado há quatro anos na chefia da secção de educação, tivesse a ventura de recebê-lo nesta hora de seu organizador, cabendo-me, portanto, a espinhosidade de mais êste encargo: o de proferir alguns desprezenciosos comentários, com o fim de situar esta iniciativa dentro do aparêlho educacional do estabelecimento. Cumpramos, pois, com satisfação, a honrosa incumbência.

Um laboratório de psicologia! Será porventura de utilidade, nestes tempos apressados, uma iniciativa cujo fim principal seja em reorganizar a experiêcia, dando ao saber, que os alunos aquí procuram a base demorada de uma pesquisa experimental, de uma verdadeira reconstrução dos conhecimentos científicos? Não será perda de tempo levar o aluno aos azares da experimentação, da experimentação que requer esforço paciente e metuculoso cuidado, quando, por um trabalho menor, mais fácil e livre talvez, lhe fosse dado buscar nos livros o resultado de experimentações alheias, muito mais seguras e autorizadas quiçá? Por outro lado, terão valor real tais indagações de laboratório aquí, se considerarmos que esta casa tem por objetivo preparar mestres primários para a zona rural principalmente, onde laboratórios outros não existirão, senão o conhecido laboratório social, povoado de dificuldades, que estão a desafiar a inteligência de nossos intelectuais e homens de govêrno?

Respondamos por partes. Vejamos agora as duas primeiras

indagações. Para estas, de mais fácil esclarecimento, os alunos do 1.º ano profissional, que acabastes de ouvir, tentaram já a explicação devida. Faltaram-lhes, todavia, rudimentos de filosofia que lhes permitissem encarar, sob aspecto mais elevado, o palpitante assunto. Se tais rudimentos lhes não escasseassem, ouviríeis por certo clamôr contra a atitude pouco científica com que os homens, mesmo os intelectuais, costumam enfrentar os problemas da vida, na ânsia sempre incontida — nem sempre metódica entretanto — de penetrar os mistérios profundos da natureza. Pode parecer ousado o asserto, dado que o homem é sêr racional, especulativo por excelência, sendo essa racionalidade o traço distintivo de sua espécie. Por ousada que a afirmação pareça, entretanto, ela não deixa de ser verdadeira. “O homem, dá-lo acertadamente Hermes Lima, catedrático da Universidade do Rio de Janeiro, governa-se antes pelos sentimentos e desejos do que pela força dos raciocínios lógicos. Na demonstração desta asserção, convém lembrar, Wilfredo Pareto pôs o esforço de um dos livros fundamentais da sociologia contemporânea”.

Essa é também a têsese de Dewey, notável filósofo americano, para quem os impulsos de ordem afetiva se elevam à categoria de móveis principais da atividade humana. O pensamento de Pareto e Dewey se resumiriam de fato nesta afirmação expressiva de Bertrand Russel: “A atitude científica é, de certo modo, não natural no homem. A maioria de nossas opiniões são realizações de desejos, como os sonhos na teoria freudiana”.

Concluir de tais considerações filosóficas pela utilidade apreciável de uma iniciativa como esta é passo rápido e lógico. Se ao homem repugna encarar os conhecimentos sem que seus sentimentos e desejos imprimam direção à investigação da verdade, um empreendimento como êste, emprestando rumo objetivo por excelência à descoberta da verdade, imprimindo direção verdadeiramente científica, porque experimental e isenta de apriorismos, ao espírito de estudioso, não deixa de ser contribuição preciosa, indispensável mesmo à estrutura educacional desta casa.

Se atentarmos ainda para o complemento intuitivo que as pesquisas de laboratórios oferecem à educação, tornando a escola menos verbalista e livresca e levando o educando a um contacto mais direto e vivo com as realidades naturais, veremos então outro aspecto simpático desta iniciativa, mui digno de apreciação. No trato dessas realidades, portanto, dessas realidades verdadeiramente palpáveis e objetivas, adquirirá o educando não só a verdade tal qual é, livre de influências afetivas e deformadoras, mas também exercitará intensamente a sua paciência

de investigador, requisito êste tão necessário aos homens de ciência, máxime se destinados às lidas do magistério. "A verdade não quer ser procurada com excessiva paixão, escreveu Renan. A indiferença muitas vezes pode mais com ela. Quando julgamos possuí-la, ela nos escapa; entrega-se, quando sabemos esperá-la. E' na hora em que julgamos ter-lhe dito adeus, que se revela: ela nos mantém à distância, quando nos apressamos a afirmá-la. isto é, quando a amamos demais..."

Festa-nos agora examinar a 3.^a pergunta formulada. Terão valor real as pesquisas de laboratórios realizadas por futuros mestres primários, rurais principalmente? Antes de tudo, comecemos por justificar de certo modo o cepticismo generalizado, com relação às vantagens de laboratórios desta natureza nas escolas normais. A própria organização do ensino paulista, voltando atrás na marcha de suas realizações úteis, com a extinção em má hora dos cargos de preparadores de psicologia nesses estabelecimentos, concorreu muitíssimo para incrementar o aludido cepticismo. O que lhe cumpria, em nosso modesto modo de ver, era dar função mais ampla aos gabinetes de psicologia então criados, ensejando-lhes melhoras reclamadas por sua situação então vigente. Suprimir os cargos de preparadores pareceu-nos providência desaconselhada.

Negando utilidade a esta instituição nas Escolas Normais, espíritos apressados poderão apresentar ainda o parecer autorizado de William James. E' indubitavelmente dêste eminente psicólogo americano a tenaz reação movida contra as pesquisas de laboratórios pelos professores, consubstanciada sobretudo no trecho seguinte, que resume o seu pensamento então exteriorizado: "A opinião de um mestre perspicaz superará em valor os resultados dessas experiências científicas que se realizam fora das circunstâncias da vida real: avaliações pedantescas da fadiga, da memória, da associação de idéias, da atenção, etc. Pretende-se que êstes resultados nos sejam impostos como o único fundamento de uma verdadeira pedagogia científica; pode-se, porém, afirmar que o melhor meio de conhecer-se o aluno é observar-lhe o temperamento, a lentidão ou a vivacidade do espírito, a facilidade ou a dificuldade com que trabalhe. E isto só o mestre pôde fazer".

O pêso dessas palavras é enormíssimo. Não foi James porventura, conforme informação de Claparède ("A educação funcional", tradução portuguesa, pags. 18-19), o fundador do primeiro laboratório de psicologia do mundo? Como é que se insurge justamente êle para dizer que "a opinião de um mestre capaz supera em valor os resultados dessas experiências que se realizam fora das circunstâncias da vida real"?

Torna-se necessário esclarecer as circunstâncias que ditaram a opinião extremada de William James. Com este psicólogo aconteceu o que não é raro verificar-se na história das ciências e da própria educação. Tomemos esta última, para comparação.

E' por demais conhecida a campanha que Pestalozzi, no exatíssimo necessário de seu apostolado, para defender a ação e o ensino intuitivo, moveu contra o livro, ao ponto de responsabilizar a descoberta da imprensa pela queda da cultura européia. E' do eminente mestre de Zurich também a passagem seguinte, expressivamente graciosa: "O livro pode ser comparado ao vestido domingueiro das senhoras, e o trabalho, à saia de todos os dias".

Educadores assim houve que, em épocas diversas, enfrentando as situações escolares, não puderam absolutamente concordar com o estado de rotina em que encontraram o ensino. Não que a rotina em si, encarada por uma face, deixe de ser um bem, por eles devidamente reconhecido. "A rotina, dá-lo Sud Mennucci com sabedoria, é um bloco, que tem uma função importantíssima que preencher: representa a estabilidade social, evitando que o regime seja o da anarquia, do redemoinho, da insegurança. Os homens rotineiros exercem um papel moderador imprescindível e à sua resistência se deve que as novidades, mal surgidas nos cérebros em que entreluziram, com o fulgôr de meteoros, se venham a ajustar na realidade, se adaptem às condições do meio ambiente e às condições da hora, e adquiram a força convincente dos resultados palpáveis e tangíveis, contra os quais toda negativa seja vã".

Encarada por outra face, porém, a rotina não deixa de mecanizar e esterilizar, mecanização e esterilização que, nos arraiais pedagógicos, são de espantosa nocividade. Deve haver lugar aí para as inovações, porque estas são salutares e servem de contrapêso necessário à rotina. "O simples enunciado — afirma-o Sud ainda — de como as cousas se passam na Ciência, quando se muda de caminho, ou, para tornar mais clara a afirmativa, quando se abre uma porta que dá para uma ala desconhecida do majestoso edifício da sabedoria, mostra o bem incalculável que as inovações trazem e fazem. E desde que se não esqueça de que as idéias novas só se aceitam no momento propício, isto é, quando a sensibilidade geral e o pensamento coletivo as reclamam como imperiosa necessidade, valem como injeções de sangue cruórico em organismo combalido. Na esfera do magistério, nunca será demais gabar tôdas as tendências que lutam por melhorar as nossas armas, na tarefa exaustiva que é educar".

Tais tendências, porém, na luta que enfrentam por melhorar o organismo escolar combalido, não raro se extremam proposital-

mente, no intuito elevado de criar as situações propícias à renovação, surgindo infalivelmente tendências moderadoras, que colocarão as inovações nos termos devidos, com vantagens para o organismo que, reanimando-se, deixa a rotina e projeta a sua ação para rumos mais eficientes.

Louvemos, pois, a rotina, quando dá estabilidade. Bendigamos os renovadores, mesmo que se extremem. Aplaudamos finalmente os moderadores, os que não cedem de todo à renovação, mas que se não enquistam também em louvores exagerados à rotina. Essa a atitude aceita, a nosso ver.

Termina aqui a nossa digressão. Voltemos a James e justifiquemos o seu parecer. Percebendo então que os mestres se absorviam demasiado em pesquisas experimentais, esquecendo o aluno em sua vida real, fóra dos laboratórios, insurge-se contra o exagêro desse exclusivismo e faz-se até extremado, tal como os educadores de nosso paralelo. Era necessária e perfeitamente justificável a sua reação. O que é dispensável e se não justifica é o extremismo erigido em sistema, o que possivelmente nos levaria a considerar inúteis os laboratórios de psicologia nas escolas normais. Outra fosse a época, outras as situações, outro o clima, e James assumiria por certo atitude mais moderada, dando as pesquisas experimentais, pelos docentes, o valor devido.

Não parou aí a investida de William James. Contra o próprio valor pedagógico de toda a psicologia êle se insurgiu. São suas também estas palavras, transcritas textualmente de uma de suas palestras: "Esta faculdade de penetrar a alma da criança, êste tacto necessário nesta ou naquela situação, é a chave da arte do educador e, para adquirí-la, não vem de modo algum a psicologia em nosso auxílio".

Será bem assim? Conviria proclamar a falência da psicologia educacional? Se é verdade, como pondera François de Hovre, que "o culto unilateral da psicologia, tal como é visto, por exemplo, no pedocentrismo (a criança, centro de tudo), vai parar na eliminação da própria essência e razão de ser da educação"; se é verdade que à filosofia, às correntes filosóficas modernas, daremos pedir as verdadeiras bases do atual movimento pedagógico, não resta a menor dúvida que a psicologia, como ciência de formação do educador, se caiu para plano inferior ao da filosofia, não deixa de ter importância relevante, contrariamente ao dizer de James, devendo figurar, portanto, como disciplina de autêntico valor, nos cursos de preparação profissional para o magistério.

Aos laboratórios de psicologia, por sua vez, ficará reservado o papel de auxiliar precioso da psicologia, verdadeiro e indispen-

sável complemento do ensino dessa disciplina nas escolas normais. Dê-se-lhes maior amplitude, enriquecendo-os principalmente de novos instrumentos de medida, além dos quais neles deverão ocupar lugar especial também testes psicológicos e de escolaridade, organizados com meticoloso cuidado, e esta iniciativa, ora inaugurada, será das que têm neste estabelecimento função importante que cumprir.

Façamos nossas, para terminar, estas judiciosas palavras de Jonathas Serrano: "A primeira condição, para que possa a nossa Escola Normal constituir um centro de pesquisas pedagógicas, é que aí se ensine e se aprenda de fato a psicologia experimental".

Prezado colega prof. José Peres:

A secção de educação recebe com alegria o resultado de seus esforços pacientes. Recebe-o e lho agradece mui efusivamente.

Fique agora tranquilo. Enquanto as aulas de psicologia estiverem sob a responsabilidade de seu atual professor, garantiremos que o seu laboratório, sob o patrocínio de Binet — nume tutelar de suas atividades doravante — será aqui patente realidade, alcançando melhoras crescentes. Ajude-nos Deus com o amparo das autoridades escolares, com a sua continuada e sempre bem recebida cooperação e com o entusiasmo desta mocidade alegre, a cuja iniciativa e presença devemos o brilho desta grandiosa solenidade.

Disse.

Pirassununga, 19-11-933.

Seleção Profissional (*)

ARISTIDES RICARDO

Não é fácil ajustar o indivíduo ao trabalho, para cuja execução ele traz predisposições naturais, uma como energia latente que apenas aguarda o necessário estímulo para se libertar e mover.

A escolha de uma profissão que, no conceito de Pascal, "é a coisa mais difícil da vida", não se tem infelizmente realizado com o carinho que deve orientar o futuro individual.

Escolhe-se uma profissão com menos cuidado do que uma roupa ou um passeio.

Daí os fracassos que frequentemente se consignam na luta pela vida: à necessidade de ganhar o pão para a boca não se alia o entusiasmo, "la joie au travail", de que fala Spreng, graças à qual, transpondo obstáculos e vencendo revêzes, consegue o homem compensar, pelo esforço e pela dedicação, deficiências mentais e físicas porventura existentes.

Entra-se numa profissão como em arcanos completamente ignotos. A vocação, força individual em que residem os germens do triunfo e o segredo da vitória, não na consultam os moços. São os pais, os parentes e os amigos que os encaminham, arrojando-os à concorrência, na qual ingressam os jovens completamente às escuras, como se fossem percorrer os caminhos sinuosos de um labirinto.

Da profissão se procura fazer um patrimônio atávico: os filhos seguem o ofício do pai. Seguem-no, todavia, não porque no seu espírito medrem predisposições para segui-lo, mas pela facilidade com que encontram, nos próprios progenitores, os seus guias mais solícitos.

Começam aqui os precalços da escolha do trabalho. Não há dúvida que a ancestralidade, fixando ou procurando fixar as tendências, cria nos filhos predisposições análogas às que os pais revelam. Em rigor, porém, não se trata de predisposições naturais, mas de desejos vagos e incertos que as crianças mostram e os pais se propõem coordenar e orientar.

Na maioria dos casos o fator atávico não existe. Ele só está presente quando se consubstancia numa força que, vindo do alto, fixa-se indefinidamente e perpetua-se nas gerações.

O primeiro cuidado a observar na escolha de uma profissão é a tendência natural, o gosto, a vocação, força subjetiva que, existindo desde a infância, aciona o indivíduo e promove uma

(*) Do "Arquivos de Higiene e Saúde Pública" do Estado de São Paulo.

justa adaptação das suas aptidões iminentes, ao exercício de atividades definidas.

A educação moderna, pretendidamente objetiva, consigna entre os seus papéis máximos o balanço das aptidões naturais da criança, mercê de uma observação atenta das suas atividades volitivas. Dá-lhe liberdade, para que livremente manifeste as suas virtualidades. Em seguida promove a adaptação.

Deve-se, porém, considerar que as crianças não apresentam desejos certos e definidos, fato que também sóe acontecer nos adolescentes. Com efeito, as inclinações destes últimos, como das crianças, não os conduzem a uma deliberação espontânea. Alguem lhes deve dar a mão e conduzi-los entre os múltiplos tropeços que caracterizam a vida pletórica dos nossos dias.

Se as inclinações, embora vagas e indecisas das crianças e dos adolescentes não se revestem de maior interesse, quando se cuida de encaminhá-los para os trabalhos cuja execução não demanda a aplicação constante da inteligência, o seu papel cresce de vulto e transparece quando a escolha recái em atividades cuja realização impõe maiores solicitações do espírito.

Há casos em que a escolha da profissão se faz única e exclusivamente em virtude da capacidade imitativa do indivíduo. Uma parada militar, por exemplo, uma cena cinematográfica, uma realização arrojada, gera na mente dos moços e das crianças a hipótese, que não raro toma fôros de realidade, de uma vitória fácil.

A postura de um oficial, a musculatura de um boxeador, a audácia de um piloto, criam no espírito borboleteante dos novinhos, justamente no instante em que êles se aprestam para ingressar na luta pela vida, o desejo de vestir a farda, calçar as luvas do jôgo ou elevar-se no espaço, rumo do azul e do desconhecido.

Dada a preponderância das profissões mōdestas, que não demandam grande riqueza intelectual, sōbre as profissões superiores, que se fundam na fôrça criadora do cérebro, são sobretudo os fatores objetivos que mais interessam no ponto-de-vista prático. Daí as imposições do meio social e econômico, sobretudo do meio familiar.

A estatística de Bernays, referida por Spreng, mostra de uma forma impressiva, como a profissão de um pode influir sōbre a dos demais membros da mesma família. Cêrca de 12 % dos trabalhadores exercem a mesma profissão exercida por parentes.

Tratar-se-á de uma imitação grosseira, ou, ao revez, de uma seleção social, criada pelas condições econômicas que, não sendo variáveis no mesmo clan familiar, imprimem rumo igual aos seus componentes?

Certamente a imitação não será indiferente à escolha da profissão, dentro de um grupo genealógico. Mais poderosa, porém, será a força coercitiva das condições sociais, agindo ininterruptamente sobre os indivíduos do mesmo clan familiar. Com efeito, debaixo de condições idênticas, as deliberações são análogas: iguais as necessidades, idênticas as soluções adotadas.

Outros fatores têm interferido na escolha da profissão; menos, porém, do que os precedentes. Referimo-nos às condições psico-fisiológicas do indivíduo. Estes fatores, que em virtude da sua profunda significação sobrepujam todos os demais, são justamente os que ocupam o derradeiro lugar entre quantos são invocados para orientar o indivíduo na escolha do trabalho.

Atende-se aos possíveis proventos desta ou daquela profissão; consultando-se as vantagens dos empregos fáceis e remuneradores; encára-se a fortuna alheia com cobiça. Nenhuma importância, entretanto, se liga às condições corpóreas ou mentais, do indivíduo, como se todos fossem igualmente capazes, como se apenas as vitórias fáceis fossem dignas do esforço humano.

Dai os fracassos frequentemente registrados. Dai a penosa situação daqueles que, mal sucedidos num trabalho, iniciado sem bases sólidas, mudam de profissão e em outra procuram os proventos que a sociedade lhe impõe, para que possa ocupar um lugar honesto em meio dos seus semelhantes.

A seleção, em casos tais, se opera pela força negativa: o indivíduo se vai a pouco e pouco rebaixando, até que a angústia da situação para a qual é arremessado lhe abra um lugar definitivo entre os que batalham sob o mesmo sol.

Hoje em dia, o aperfeiçoamento cada vez mais notável das máquinas, longe de reduzir o trabalho a um processo automático, puramente mecânico, para cuja satisfação não seria mister o concurso da inteligência, exige, ao contrário, a seleção de indivíduos capazes, adequados à monotonia e à uniformidade do seu ritmo e aumenta, dessarte, o problema da seleção, eis que cada indivíduo tem uma organização psico-física particular, resultante das suas condições personalíssimas, do mesmo passo que cada profissão requer, em condições especiais, qualidades que não podem ser comuns a todos os indivíduos.

Cada indivíduo — escreve Chleusebairgue — cada indivíduo se comporta diferentemente diante do trabalho automático, embora êle, até certo ponto, substitua o pensamento e a emoção pela sistematização dos movimentos.

Procurando remediar a premência da situação existente e agindo sob a imposição de interesses contrariados na formidável

concorrência das indústrias, as grandes empresas procuram selecionar os seus operários e admitem apenas aqueles que melhores condições de aptidão revelam.

Já não mais bastam os velhos e tradicionais "atestados de habilitação e conduta" firmados por entidades comerciais, aos egressos do seu seio. Os candidatos são admitidos a título precário, e só depois de haverem provado a sua capacidade é que passam a fazer parte do quadro dos trabalhadores efetivos.

Tal processo, contudo, por mais prático que pareça ao primeiro golpe de vista, está longe de resolver a situação. Graves são os inconvenientes que oferece. A instabilidade dos que são admitidos a título precário, o estipêndio de trabalhadores que podem deixar de satisfazer as exigências mínimas das empresas, a provável imperfeição dos trabalhos levados a efeito, durante essa fase, não raro longa, de experiência, e os prejuízos decorrentes, não constituem, como facilmente se compreende, normas merecedoras de encômios.

Melhor e mais proveitoso será organizar cientificamente o trabalho, dar-lhe técnica especial, aferi-lo através moldes rigorosos, pois só assim os resultados do esforço individual compensarão o capital invertido e o tempo gasto.

Como, porém, realizar esse desideratum?

Para conseguí-lo só conhecemos um recurso. Este não consistirá simplesmente na exigência da máxima produção. Admiti-lo, seria submeter inteiramente os trabalhadores à ambição econômica, às vezes desmedida, dos empregadores. Torna-se necessário, antes de mais nada, realizar o estudo da psicologia social do trabalho e, em seguida, organizá-lo sob moldes científicos.

A simples enunciação desse conceito basta para fazer sentir que a solução proposta por Taylor está longe de ser aceita. Pretender obter, como pretendia Taylor, toda a renda de que é capaz o homem graças à aplicação integral das suas energias, excedidas frequentemente, é escravizá-lo, é transformá-lo, não num bom animal, como queria Spencer, mas numa verdadeira máquina, sem atender sequer ao seu direito à saúde.

Ora, em tal subordinação grosseira e odiosa não se encontra nenhuma razão de ordem moral, como nenhuma de natureza psicológica, eis que a moralidade do trabalho, a sua psicologia, consiste justamente na sua realização sem quebra da personalidade individual e sem desgastes físicos de qualquer natureza.

Taylor se propoz dar organização científica ao trabalho mercê da sistematização dos movimentos corpóreos, graças ao seu aproveitamento total, ou seja mercê da instituição de medidas

capazes de promover a utilização metódica e racional das forças humanas. Não o conseguiu, porém, nem o poderia conseguir, eis que não houve, de sua parte, o propósito, que jamais devera ser olvidado, de consultar as realidades sociais.

A seleção proposta por Taylor é incompatível com o grau de civilização que os grandes povos do mundo desfrutam.

O seu processo consiste apenas em submeter incondicionalmente o homem às funções que lhe forem afetas, para que permitido seja obter a maior renda possível. Subordinação integral, de modo que até mesmo os movimentos do corpo, postos em ritmo, não se percam inutilmente, pela falta de aplicação oportuna. Entre o trabalho e o homem há, segundo Taylor, um circuito: estímulo-resposta, consistindo esta última na utilização completa e efetiva das energias trazidas pelo primeiro. Simples relação de causa e efeito...

Um exemplo melhor esclarecerá o assunto: para a admissão no serviço de mineração e transporte de ferro exigir-se-ia que o candidato fosse um espírito lerdo e obtuso, de modo a se assemelhar a um boi... "O homem de espírito rápido e agudo deve, por isso mesmo, ser contra-indicado para um trabalho tão monótono como êsse".

Para determinar os "valôres", de acôrdo com tal conceito, Taylor procura o mais hábil dos obreiros e fá-lo executar o seu trabalho. Estuda-lhe os diferentes movimentos de repouso; verifica a produção máxima de que é capaz. O mais eficiente dos indivíduos, na execução de tal ou qual atividade, constituirá o padrão ou "test" pelo qual serão, daí por diante, aferidos todos quantos se candidatarem a êsse trabalho. E serão eliminados os que, submetendo-se à prova, não mostrarem o mesmo coeficiente de produção. Tal o critério seguido por êle na fundição da Bethlehem Steel Company (1).

Com êsse processo comparativo, mas grosseiro, prático mas odioso, fácil mas desprezível, chega-se à conclusão de que, para

(1) Ademais, escreve León Walter, Taylor não se contentava em eliminar os operários que não pudessem ganhar salários de base elevada, mas procedia a seleções reiteradas, rejeitando, ao fim de alguns anos, os operários gastos pelo labor intensivo a que os tinha submetido. Como, por outro lado, êle tratasse sobretudo com imigrantes, que não passavam na América senão alguns anos, os melhores de sua vida, não é para admirar que tivesse podido chegar a rendimentos muito altos.

o mesmo trabalho, e em condições perfeitamente idênticas, devem concorrer indivíduos igualmente aptos no ponto-de-vista da força bruta.

Ora, a eficiência do esforço não deve e não pode ser encarada através do prisma simplista, grosseiro e falso do máximo da produção. Se tal fosse efetivamente o critério mais conveniente para o serviço de mineração e transporte de ferro, em que o resultado do esforço é aferido pelo total, em quilos de produção, o mesmo não sucederia quando se houvesse de considerar trabalhos outros cuja execução proveitosa está na dependência, não do máximo produzido em toneladas, mas do máximo atingido em qualidade.

A aptidão individual não deve, pois, permanecer na dependência da produção em grosso. Deve repousar principalmente na qualidade da produção, embora sem prejuízo do tempo empregado para conseguí-la.

Pergunta-se: qual dos dois indivíduos será mais eficiente e mais útil, aquele que realizar em duas horas, tal ou qual trabalho, ou aquele que, para o mesmo mistér, exigir quatro horas? À primeira vista a resposta se impõe sem restrições: o primeiro.

Examine-se, porém, mais atentamente a questão proposta: o segundo indivíduo produziu menos, mas produziu melhor. Consumiu quatro horas. Compensando, porém, o maior tempo dispendido, apresentou um trabalho quantitativamente inferior, mas qualitativamente sem dúvida alguma superior. Não terá sido porventura êste último o mais eficiente?

A seleção não pode, por conseguinte, depender única e exclusivamente do total da produção. Não se deve exigir do homem, mesmo encarando-o como máquina, mais de quanto se exige das verdadeiras máquinas, para as quais o valor comparativo da produção tem por ponto de apoio o critério da "quantidade" ao lado do justo valor qualitativo.

Ora o sistema de Taylor não atende, tão rigorosamente como se faz preciso, a essa dupla finalidade. É um sistema empírico, do qual, segundo Lahy, não participam os dados colhidos pela psicologia experimental, dados êstes, que, no conceito do insigne observador, estão destinados a desempenhar um papel relevante na solução do assunto.

Tomar como ponto de partida o melhor dentre todos os obreiros e pretender que os demais acompanhem, quaisquer que sejam as condições do trabalho, é transportar para o domínio das manifestações concientes uma conquista só compatível com o domínio dos instintos.

Pretender que 19 obreiros realizem o que estava sendo ou devia ser realizado por 75, embora se lhes acene com o privilégio de melhores salários, é ensaiar uma prática que as conquistas através das quais evolve o mundo moderno repelem e o sentimento de solidariedade humana condena. Admiti-lo, seria sobrecarregar o indivíduo e revolver tôdas as suas possibilidades momentâneas, sem atender sequer ao futuro que o aguarda.

Ora, sabido é que em seus dois principais trabalhos, "Direction des Ateliers" e "Principes d'organisation scientifique des usines" Taylor outra coisa não fez senão estabelecer o espírito de ambição do operário, quando em face de salários prometedores.

"Certa peça TYP0, de aço forjado, vinha sendo feita, desde muitos anos, à razão de quatro ou cinco por dia, pelo sistema comum — escreve Taylor. Pagavam-se 2.50 frs. de mão de obra pela unidade. Após haver-se analisado o trabalho e determinado o tempo mínimo exigido pela fabricação de uma peça, chegou-se à conclusão de que seria possível fazer dez peças por dia... Desde então, tendo previamente mostrado aos operários a possibilidade de fabricar estas dez peças e o modo porque deviam agir para obter tal resultado, fixou-se em 1.75 frs., em vez de 2.50 frs. o preço de cada uma, com a condição de que dez peças fossem fabricadas por dia, o que daria ao operário 17.50 frs. em lugar de 12.50 que vinha recebendo pela manufatura de 5 peças a 2,50 frs., cada uma. Em compensação cada peça não seria paga sino a 1.25 frs., se o operário fabricasse menos de 10 peças ao dia. Desde quando — acrescenta Taylor — pela primeira vez se fizeram dez peças, até hoje, isto é, num período de dez anos, os operários que compreenderam seu trabalho apenas um dia deixaram de fabricar tal número" (Direction des Ateliers".).

Aí está a prova provada da escravização do homem ao trabalho: ou ele produzia 10 peças, e nesse caso receberia 1,75 fr. por peça (menos da tarifa primitiva) ou produzia menos de 10 peças, e recebia, neste caso, apenas 1,25 fr. por unidade manufaturada.

E' certo, e não há quem o negue, que a função faz o órgão e a inércia só existe no domínio das cousas inanimadas; menos certo não é, porém, que a função o pode também lesar, ultrapassando os limites naturais da resistência física e da possibilidade fisiológica.

Tudo deve obedecer a um critério seguro e este critério não será certamente o da produção máxima dentro do menor espaço de tempo, com menosprezo dos sagrados interesses individuais e quiçá da coletividade.

Em que pese à opinião de Taylor, os indivíduos que não forem julgados aptos para um serviço devem recorrer a outro, para a consecução dos seus meios de subsistência. Tal conceito constituiria uma verdade se o julgamento das possibilidades individuais não tivesse por ponto de partida uma falsa premissa ou, em outras palavras, se a aferição do esforço humano, no desempenho do trabalho, não se estribasse unicamente na cronometragem, ou ainda, se se estribasse em fatores de ordem biológica, rigorosamente apreciados e cientificamente comprovados.

Cra, a seleção de Taylor não se funda em dados dessa natureza. O tempo ocupa o primeiro lugar na ordem dos elementos que pesam na apreciação e as qualidades do todo são aferidas pela qualidade de um único dos seus representantes, quando, em rigor, o contrário é que devia ser feito, eis que quando se quer determinar o valor social de um grupo humano não se toma por ponto de partida o mais forte ou o mais capaz dos seus tipos, mas, ao contrário, os seus elementos mais fortes e capazes.

De resto a evolução do mundo moderno tende a fazer desaparecer certos conceitos inadaptáveis à situação momentânea. Não atendendo à inteligência, à dedicação e ao escrúpulo quando a serviço da mão de obra, o trabalho não é por Taylor julgado através do seu valor, do esforço que ele representa, mas unicamente por seu volume.

Cedo, porém, Taylor verificou a insuficiência da "tarifa diferencial" como elemento solucionador do problema da mão de obra. E foi então que começou a estudar a normalização e a aferição dos instrumentos de trabalho..

Tendo sido sucessivamente aprendiz, operário, contramestre, diretor de escritório e finalmente engenheiro chefe de Midvale Steel Company, não lhe foi difícil observar, nesta empresa, as diferenças oferecidas pelo mesmo operário, em condições diversas de trabalho e pelas diferentes máquinas do mesmo gênero.

O aprêço que vinha sendo por Taylor consagrado ao fator tempo, que o consagrado autor da "Organização científica do trabalho" se obstinava em reduzir ao mínimo, dando destarte corpo ao velho aforismo britânico de que tempo é dinheiro, cresceu de vulto e culminou no momento em que o ilustre investigador se propoz estabelecer a divisão sistemática das atividades físicas e mentais, estudando o trabalho em largo estilo. O tempo seria investigado, como foi, como elemento fundamental da ciência do trabalho, não só no que tange aos movimentos elementares, isto é, inacessíveis a novas decomposições, mas até mesmo nas suas

subtilezas, afim de que se eliminassem os acasos porventura verificados nos resultados obtidos. Para esse fim serviu-se Taylor de cronômetros capazes de medir centésimos de minuto.

Tal tentativa levou o observador a reformar, até certo ponto, o seu sistema, eis que se a princípio um só homem — o contramestre — era quem, como verdadeiro factótum, fixava o preço das mercadorias, estabelecia tarifas ao trabalhador, dava-lhe incumbência, fiscalizava-o e distribuía-lhe artefatos e instrumentos, após o estudo das máquinas e ferramentas Taylor foi levado a reorganizar a administração da oficina, passando para o escritório numerosas das incumbências que vinham saturando e desnor-teando o espírito do contramestre.

Deu-se assim o primeiro conflito entre o creador e a criação, entre Taylor e seu sistema. Com efeito, em seu primitivo tipo de organização administrativa, o diretor da Midvale Steel Company incumbia ao contramestre a realização de todos os misteres ao passo que, em seguida, se decidiu por distribuir o trabalho, de modo que cada indivíduo tivesse o mínimo de atribuições.

Teria assim sido aberto o caminho a Fayol que, ao invés de começar o estudo do trabalho pelas atividades do operário, iniciou-o encarando as responsabilidades do diretor, aliviando-o de toda e qualquer ação reflexa inútil e dando-lhe como incumbência a organização, o comando, a coordenação e o contrôle das indústrias, ou seja apenas a parte administrativa das empresas.

Dill Scott, vindo em seguida, não se limitou a realizar a distribuição das funções, de modo a retirar o excesso de responsabilidade que vinha pesando sobre os ombros do mesmo indivíduo. Procurando aumentar o rendimento do operário propoz se fizesse da imitação, instintiva ou voluntária, o ponto de partida da seleção almejada. Das oficinas seriam eliminados todos quantos, sendo deficientes na produção, pudessem ser imitados pelos bons obreiros.

Contudo, Dill Scott fez sentir que o maior fator da renda está representado pelo interesse que o operário empresta ao seu trabalho, pelo amor e alegria que possa provocar nele o gosto de seu ofício, pelo sentimento das suas responsabilidades, pela convicção de que o emprégo é a expressão da sua individualidade e em suma pelo prestígio que lhe dá o trabalho, quando ele disputa um lugar na sociedade.

Com esses conceitos, o autor da obra citada por Léon Walther, "Increasing Human Efficiency Business" lançou os fundamentos de um novo processo de seleção em que não fossem computados apenas os elementos dinâmicos, mas também e sobretudo os de ordem psicológica.

Este seria verdadeiramente o caminho a trilhar. Toda e qualquer tentativa que se viesse a iniciar sem apóio na psicologia, jamais, encontraria possibilidades de sucesso. Assim nos tempos passados, assim e mais fortemente na atualidade.

De fato, hoje, como nunca, pesam sobre os destinos da humanidade sentimentos, volições, forças psicológicas, que é preciso consultar e revolver e trazer à luz da realidade. A seleção natural pela força bruta, é incompatível com a índole dos povos mais cultos do mundo. Há milhões e milhões de braços reclamando trabalho; há milhares de bocas bradando contra o capitalismo. Por todo o mundo corre um sopro de reivindicação social e um surdo clamor de espíritos insatisfeitos.

No que tange ao Brasil, digamô-lo em rápidas palavras, em lugar de excesso, há falta de braços, e em vez de dissensões sociais uma profunda identificação entre empregados e empregadores.

Os menos aptos para um serviço terão aqui facilmente onde e como aplicar as atividades para as quais apresentem predisposições.

Nem por isso, entretanto, o país se encaminha para a seleção "à outrance". Os primeiros passos são, ao contrário, aqui dados no sentido de promover a adaptação do indivíduo à profissão para cujo desempenho êle traz atributos vocacionais. E a seleção artificial, que apenas se ensaia, lança os seus fundamentos em bases científicas, como nos será dado demonstrar.

O trabalho de seleção, entre nós, se inicia na escola, onde os professores, seguindo os postulados da escola ativa, dão liberdade às crianças, afim de que, sem nenhum constrangimento, manifestem as suas virtualidades. A intervenção do Estado não se está iniciando no sentido de manter nas mãos o monopólio profissional e a distribuição das funções. Intervem o Estado dentro do sentido liberal das suas instituições políticas e sociais, regulando o horário do trabalho, estabelecendo os salários mínimos, criando os institutos de previdência e as caixas de pensões e aposentadorias e franqueando o caminho às indústrias, às artes, à lavoura, à pecuária, para quantos o queiram trilhar, amparados pela nossa bandeira.

Dissemos que somente após um meticoloso estudo das condições físicas e psíquicas do indivíduo podem êles ser proveitosamente encaminhados para o exercício de uma profissão, qualquer que seja a sua natureza. Desde a mais modesta até às mais elevadas funções, desde o mais singelo dos obreiros até o mais alto chefe da nação, em qualquer das múltiplas e polimorfas manifestações da inteligência e da atividade humana, há sempre e

invariavelmente uma cadeia ininterrupta, uma sucessão contínua de acontecimentos, uma evolução lenta do simples para o completo, do geral para o especial; e até mesmo os homens que, por seus méritos excepcionais, se elevam às mais destacadas posições, no seio da sociedade, submetem-se à seleção, passando pelas diferentes fases em que ela se diversifica.

Um chefe de Estado, por exemplo: vem, às vezes, do anonimato; galga, pelo próprio esforço, posições definidas; especializa-se no estudo das questões públicas; sobe os diferentes degraus da escala política; familiariza-se com o trato das mais altas e nobres questões sociais, econômicas e políticas, e só então encarando as multidões, lhes pede o sufrágio e à custa dele atinge à supremacia do poder administrativo.

No caso em aprêço, para que a seleção se dê com a vitória integral da aptidão, arma-se a sociedade com o direito do voto. E é graças a êste direito que, dando o balanço dos valores, comparece às urnas e elege os seus representantes máximos.

Tudo quanto escapar a êste processo de seleção, que se consubstancia na aplicação de leis evolutivas, variáveis de lugar a lugar, mas sempre presentes, redundará em fracasso.

Os grandes movimentos armados, a que não raro os povos recorrem para reivindicações políticas e sociais, não produzem jamais frutos benéficos, eis que se trata de uma seleção pela força bruta e a força bruta só tem razão de ser quando é mister pôr em ordem uma cousa que está em desordem.

Assim em todos os setores da vida.

Os processos de seleção têm por objeto fundamental o encaminhamento do homem em meio do tumulto quotidiano creado pela concorrência e consubstanciado nos desajustamentos sociais.

Franqueado o caminho, os valores se vão apurando naturalmente. Daí a razão pela qual a seleção se exerce de preferência no início da vida prática do homem, ou seja na adolescência.

Far-se-á por um balanço metódico de tôdas as virtualidades, dentro do meio social em que o homem vive e se agita.

Hábitos, tendências, vocações, disposições orgânicas, predisposições hereditárias, energias, resistência física, fortaleza moral — tudo deve ser rigorosamente solicitado e acionado e afinal posto a serviço da técnica moderna, consoante as possibilidades econômicas do momento.

Poder-se-á destarte reverter à sua própria realidade, aos mistérios para os quais reúnem os necessários atributos, os indivíduos que, sob falsos conceitos, deles se houverem distanciado,

aqueles que, premidos por circunstâncias fortuitas, se afastaram, embora com facilidade para atingi-lo, do verdadeiro caminho que deviam palmilhar.

Não se orienta, porém, a seleção profissional no sentido único e exclusivo de estudar as virtualidades do aprendiz, e ajustá-lo ao trabalho: cuida também de organizar e facilitar a execução deste último.

Do mesmo passo que exige aptidões especiais para o exercício das atividades físicas, consigna normas para a execução de tais atividades com o mínimo esforço, a máxima eficiência e dentro do menor espaço de tempo.

Numa palavra: a seleção tem por supremo objetivo a orientação do homem e a racionalização do trabalho.

De que serviria estudar o indivíduo sob o ponto-de-vista ântropo-fisiológico, dar um balanço nas suas aptidões, pôr à tona as suas virtudes morais, e em seguida arrojá-lo ao trabalho, sujeitando-o aos dissabores decorrentes da imperfeição da técnica, num concurso de "mão de obra" para a qual entrasse desconhecendo os modernos processos de execução?

A seleção profissional, do mesmo passo que visa orientar o indivíduo, eleva-o, armando-o com todos os elementos necessários à vitória na luta pela existência. Se assim não fôra, ter-se-ia incorrido no mesmo erro que fulminara o processo proposto por Taylor, quando a tendência moderna é justamente promover a adaptação do indivíduo e só eliminar aqueles cujas condições físicas e intelectuais se encontrem em completo desacôrdo com a natureza do trabalho a que se querem dedicar.

Invoquemos, em abono do grande valor de que se reveste a seleção profissional, quando bem orientada, o exemplo que Ford nos oferece.

Como foi que Ford, entrando em competição com os maiores centros de produção automobilística, conseguiu baixar o preço do seu produto?

Reduzindo os salários? Diminuindo o número de operários? Menosprezando a qualidade do seu produto?

Não: Ford o conseguiu mercê do aumento quantitativo e qualitativo da produção, ou seja graças à racionalização das suas usinas.

E chegou à conclusão de que também o cego e o enfêrmo, quando colocados nos seus justos lugares, podem realizar o mesmo trabalho e ganhar os mesmos salários de um homem são.

E' claro que o grande industrial americano não quer com isto dizer que se deve dar preferência aos enfêrmos. O que Ford

afirma é que pela justa adaptação do indivíduo ao trabalho, para cujo desenvolvimento revele os necessários predicados, pode êle ganhar salários compensadores.

E esclarece, em abono da sua assertiva, que entre os seus milhares de operários, 9.563 se encontram em condições submedianas de saúde, entre êstes figurando 123 mutilados de braços ou mãos, 4 totalmente cegos, 207 quasi cegos, 31 surdomudos, 60 epiléticos e 4 mutilados de pernas ou pêso, Ford não os eliminou das suas usinas: deu-lhes trabalhos compatíveis com as suas possibilidades.

De tudo quanto ficou dito ressalta que a escolha do trabalho, pela seleção, encerra múltiplas indagações, revestindo-se de grande complexidade.

E' mister encarar a questão através seus múltiplos aspectos, entre os quais o lado social e econômico, as possibilidades individuais e a justa adaptação.

Vejamos, em rápida síntese, êsses diferentes pontos

A influência familiar, até certo ponto hereditária, como as condições sociais do indivíduo, atuam notavelmente na escólha e evolução do trabalho. Verifica-se, quasi sempre, da parte do pai, um incoercível desejo de que o filho lhe herde a profissão. Mas isto não é bastante. Torna-se necessário atender também aos costumes locais e ter em vista o salário comum, em confronto com as aspirações do indivíduo. Torna-se ainda indispensável examinar os costumes e salários dos lugares próximos, para os quais possa, sem dificuldade, transportar-se o trabalhador; a sua provável promoção dentro da hierarquia profissional; as necessidades gerais relativas ao trabalho escolhido; a possibilidade de permuta de funções e as condições em que o trabalho é exercido; as garantias oferecidas por leis, regulamentos ou sindicalizações e cooperativas.

Perguntamos: de que serve selecionar e orientar o indivíduo para telegrafista, se a observação estiver mostrando que não há possibilidade de colocação para os que seguirem tal profissão; ou se os vencimentos habitualmente pagos aos telegrafistas estiverem muito aquém das necessidades mínimas do candidato? De que serve formar ajustadores mecânicos, se não houver falta de tais ajustadores no local ou nas cidades acessíveis à penetração do profissional? De que serve tornar caldeireiros e ferreiros os indivíduos fisicamente incapazes de exercer essas pesadas funções?

Não basta, pois, que o pai seja ferreiro para que o filho tam-

bém o seja, embora manifeste desejos nesse sentido. Não basta a influência familiar, muito menos a de amigos, para a escolha da profissão.

No ponto-de-vista ântropo-fisiológico a investigação terá por objetivo determinar o estado geral do indivíduo, sua capacidade física, sua resistência à fadiga, sua adaptabilidade à função escolhida.

O exame deve ser completo. Torna-se necessário verificar se, por sua constituição física, o candidato preenche as condições específicas impostas pelo trabalho escolhido.

Este exigirá a aplicação constante do esforço e não raro oferecerá influências desfavoráveis, não só em virtude da sua natureza como também em virtude das condições em que se deve realizar.

Cumpra ao médico determinar se o candidato não apresenta lesões que o contra-indiquem ao exercício das atividades escolhidas; se as suas condições personalíssimas autorizam a suposição de que corresponderá ao esforço que lhe vai ser imposto; e comprovado que tenha tido a aptidão física, se oferece aptidões naturais, mercê de uma investigação atenta do seu estado psíquico.

A psico-técnica completará as provas médicas solicitando e acionando as reservas sensoriais e psico-motoras e fazendo vir à tona até mesmo os atributos caracterológicos do indivíduo. Examinará a elasticidade das funções psíquicas, sob certos e determinados influxos, caracterizando nitidamente qual delas poderá conduzir à superioridade profissional.

E' indispensável se salientem as qualidades morais peculiares ao exercício adequado da profissão abraçada e se fixem a quantidade e a qualidade das aptidões fundamentais, verificando-se, do mesmo passo, até onde uma ou mais delas podem faltar sem prejuízo para o conjunto das exigências.

Para a consecução dêsse desideratum muito concorrerá a escola, que deve ter uma função eminentemente social, sem cunho teórico ou livresco.

O Estado não deve e não pode, de conseguinte, contentar-se com a multiplicação indefinida do ensino primário. As gerações que saem dos institutos de alfabetização necessitam de melhorar as condições do seu espírito, nos ginásios, onde estudam línguas, história, geografia, botânica mas também necessitam de escolas profissionais, onde aprendam a manejar o martelo, o cinzel, a palheta, o malho...

Em Torno do Ensino Profissional

FRONTINO BRASIL

(Diretor do G. E. de Santa Rosália,
em Sorocaba)

No exercício de um mandato outorgado pela confiança pública, para dirigir os destinos do Estado, têm os governos necessidade de estar habilitados para o bom desempenho das suas funções. Assim se lhes faz mister armar-se de leis sábias, que lhes permitam a melhoria e marcha regular dos negócios públicos. Aliás está isso na essência da própria democracia.

A sociedade, entidade superior, de organização complicada, deve receber dos governos uma ação incisiva, benéfica e direta, que lhe garanta estabilidade e perfeito entrosamento dos seus órgãos, afim de que mais sólidos sejam, sempre, os seus alicerces. Preponderante como é a atuação deles nesse organismo, como agentes coordenadores, devem estar aparelhados a bem exercê-la, não devendo, portanto, faltar-lhes a outorga da lei.

Ultimamente, verifica-se que o interesse pelo ensino profissional vai se tornando mais contundente, cortando mais fundo o campo em que estão em jôgo as questões que, de perto, interessam êsse ramo da educação.

A difusão de escolas e núcleos vem se operando, e, em futuro não remoto, os resultados, que prometem ser promissores, não tardarão a aparecer. Na hora que passa, tudo vem sofrendo uma radical transformação; novos valores surgem e vêm sendo aproveitados para colaborar num reajustamento consentâneo com o progresso dos últimos tempos. Não seria lícito, pois, abandonar aos seus próprios desígnios o magno problema do ensino profissional que, nas suas várias modalidades, interessa, vivamente, os povos, tocando-lhes, de perto, os interesses e a própria economia nacional. Era mister provocá-lo para obter-se a solução.

Em face do continuo progresso que alcançámos, a escola, de acôrdo com as fartas observações recolhidas, dele se distanciou, seguindo o mesmo caminho que lhe traçara a tradição. Não evoluiu, como deveria, para, satisfatòriamente, cumprir a sua elevada missão.

Ou por uma oclusão de vistas; ou por uma interpretação errônea; ou ainda, por um temor natural no lançamento de uma idéia nova cuja queda é inevitável, quando o povo não está apto para recebê-la e compreender-lhe as finalidades, é evidente que a escola continúa a não satisfazer por se limitar a só instruir.

O seu fim essencial tem como pérgo educar; tornar o indivíduo capaz para lutar contra as dificuldades impescientes do futuro.

Ingressando na existência, sente que em derredor se lhe apresenta um conjunto de processos sociais em jôgo franco, destinado a facilitar-lhe o ajustamento ao meio em que vai colaborar. Vigem desde o alvorecer ao vasquejar da existência; passa o homem, êles, porém, ficam exercendo sua ação sôbre os membros de outras gerações. Dêsse conjunto se reaça em importância a linguagem, que permitiu ao indivíduo o alargamento da sua cultura, pela aquisição de novos conhecimentos. Mas êsses processos sociais, entretanto, não estão sob seu jugo, êle não os pôde modificar a seu talante. Não são, como diz Hermes Lima, os fatos sociais redutíveis a simples fatos psíquicos individuais, o que dá a sociedade, não a feição de um ajuntamento amórfo, impressionante, apenas, pelo seu número, senão aquela, de categoria à qual o homem está preso. "A sociedade é, assim, a grande realidade econômica, moral e jurídica, entidade real e concreta de que o indivíduo é o produto".

Ora, esta entidade, se teve passos incertos e tardos, vai, hoje, em grande abalada pela estrada do progresso. Novas experiências, novas adaptações, implicando tudo num novo comportamento, redobraram-lhe as fôrças, deram-lhe novas características, e o seu dinamismo centuplicou-se. Vivendo nessa realidade, o homem tem que seguir as suas diretrizes e dispendir sua energia em proporção à dessa entidade, orientando-a por métodos e regras cuja natureza varia, conforme o fim que colima.

Se a atividade reclama dispêndio de energia, urge, então, que se faça, sobretudo, com inteligência. Ora, a inteligência reclama educação para orientar a ação com real proveito. Essa educação vai até certo ponto, além do qual se biurca muitas vezes, em virtude das múltiplas funções a preencher na vida.

Da multiplicidade de funções resulta a de atividades.

O homem especializado numa função satisfaz uma necessidade, mas não basta a si mesmo. Procura, então, haver do que não produz, lançando mão da "tróca" na qual está a sociedade inteira, pois, segundo Bastiat, não há sociedade sem "trócas" e nem estas sem aquela. A "tróca" nas suas várias modalidades assegura-lhe a obtenção de alimentos, objetos, dinheiro, roupas, utensílios e trabalho.

Para que possa, portanto, habilmente, controlar os óbices, enfrentá-los com destemor o indivíduo terá que receber uma

educação essencial — intelectual, física e moral, e uma educação profissional que o habilitará, de acôrdo com os seus pendores, ao exercício de uma daquelas funções.

De acôrdo com os seus pendores... Aqui está o "nó gordio" do êxito ou fracasso do indivíduo na vida.

Múltiplas que são as profissões, parece aos interessados coisa de somenos importância perscrutarem suas inclinações, conhecerem, em uma palavra, a sua vocação. Nesse particular não fiquem os jovens, tão somente, sob o péso do grande fardo da culpa, senão que dele, também, participem os pais menos avisados. Muitos egressos da profissão existem por aí, a ação paterna, na maioria dos casos, é a causa principal, em virtude de um descomedido interêsse, verdadeira autopatia, sacrificadora de um futuro que bem mais promissor poderia ser.

Não é injustamente que inquiramos de culpabilidade os progenitores.

Mal alfabetizados os filhos, já estão êles a reclamar-lhes o auxílio financeiro, imediato. Não procuram dar-lhes, entretanto, uma profissão ditada pelos pendores do menor. Atiram-n'o, logo, como empregado do primeiro bar, iniciando-o na prática do vício e da libertinagem. Outros impõem-lhe um ofício, indiferentes aos pendores que revelam os filhos, apenas, visando maiores proventos. E' inegável que os efeitos são contraproducentes.

A vocação reclama um respeito imenso; esquecido, campeará uma multidão de mal adaptados; ignorada, será a profissão um leito de Procusto; não terão os indivíduos um campo propício à expansão de suas tendências, dos seus sentimentos estéticos, privar-se-ão de um ambiente onde, passando a mór parte do tempo, lhes sorria a felicidade e compreendam e saibam o valor dêste grande bem que é a vida, quando bem vivida, indumentada por uma sã e robusta alegria. Ao lado dêsses prejuizos de ordem moral estão os de material, que vitimam não só os desambientados, como, também, a própria produção, comprometendo a economia nacional.

Embora se procure com insistência afastar o trabalho humano, substituindo-o por máquinas, o que, de resto, não é possível, vem se acentuando mais o desejo de se dar ao trabalho uma organização racional, que beneficie a produção, com maior aproveitamento do tempo e da energia.

Os trabalhos nesse sentido, relativamente recentes, se devem a Taylor, Gilberto e Fayor que ocupam lugar destacado entre os apologistas da aplicação da fisiologia e psicologia nos meios industriais. Como se vê, não faltaram estudos e esforços para

a organização dos métodos, processos e regras para integrar as teorias que permitem novas características ao trabalho nas indústrias as quais culminam no melhor aproveitamento do tempo e da energia. Esse caráter científico com que se quer organiza-lo, redundará no aumento da produção e no bem estar do operário, cuja estabilidade no pòsto que ocupa será maior. Despertar-lhe-á o interêsse, o aperfeiçoamento será sua constante preocupação, a cujo serviço estarão a vontade e o esforço — virtudes indispensáveis a quem deseja progredir na vida.

E, quando rompida a rotina, entrarmos, francamente, na organização racional do trabalho, uma nova éra, cheia de paz se abrirá aos nossos obreiros ora sacudidos por constantes agitações, cujos prejuizos fácil é aquilatar. Para isso basta o despertar do meio industrial que, se não é infenso, pelo menos se mostra indiferente ou duvidoso na prática das modernas teorias que o regem, frutos de um esforço perseverante, amadurecidos ao calor da experiência daqueles que, vencendo as várias etapas de suas profissões, lograram dar-lhes um cunho verdadeiramente científico.

BIBLIOGRAFIA

- Psychologie de l'Enfant. — E. Claparède.
L'Education — Mor. Dupanloup.
Introdução à Ciência do Direito — Hermes Lima.
Educação e Sociologia — E. Durkeim — Trad. de Lourenço Filho.
Escola Progressiva — Anísio Teixeira.
-

Súmula de Lógica Clássica

LUIZ GONZAGA FLEURY

(Assistente do Departamento de Educação)

(Continuação).

CAPÍTULO VII

MÉTODO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS

120 — Antigamente consideravam-se ciências físicas (physis, greg. = natureza) as que estudam os sêres e fenômenos da natureza. Três delas tratam dos sêres: Zoologia — reino animal; Botânica — reino vegetal; e Mineralogia — reino mineral. Duas outras ocupam-se de fenômenos naturais: a Física e a Química. Essa concepção das ciências físicas modificou-se ao se constituir o grupo novo das ciências biológicas. Restringiu-se, então, aos ramos que tratam dos corpos inorgânicos e seus fenômenos, enquanto os que tratam dos sêres vivos (Zoologia e Botânica) passaram a formar o grupo das ciências biológicas.

Em suma: ciências físicas são as que estudam os corpos inorgânicos e seus fenômenos afim de conhecer suas leis.

121 — De conformidade com seu moderno conceito, dividem-se as ciências físicas em ciências dos corpos inorgânicos e ciências dos fenômenos.

São ciências dos corpos inorgânicos a Mineralogia, que estuda a natureza dos minerais e a Geologia, que estuda a estrutura e formação da crosta terrestre.

São ciências dos fenômenos: a Física propriamente dita, que estudam corpos e fenômenos reais e concretos, encarando-os objetiva que trata dos fenômenos e propriedades especiais desses mesmos corpos.

122 — A matemática estuda conceitos abstratos, procedendo, quasi exclusivamente, por dedução; as ciências físicas, porém, estudam corpos e fenômenos reais e concretos, encarando-os objetivamente para lhes conhecer as relações causais e, assim, o mecanismo do método lógico das ciências físicas já não pôde ser exclusivamente dedutivo, senão essencialmente indutivo.

Partem as ciências físicas da observação dos fatos e suas relações; a seguir, interpreta-os e explica-os e por fim generaliza-os.

A observação assume, não raro, a forma de experimentação e implica a interpretação e a hipótese que, comprovada, se torna lei.

Os processos das ciências físicas são, pois, pela sua ordem natural: **observação, experimentação, hipótese, indução.**

123 — Consiste a **observação** em aplicar direta e atentamente os sentidos no exame dos fatos para lhes descobrir as causas e leis, podendo os sentidos ser auxiliados por instrumentos e aparelhos de precisão, tais como as lentes (telescópio, microscópio), a balança, o termómetro, etc.

A observação científica requer do observador aptidões especiais e salientes, já de ordem física, já de ordem intelectual, já de ordem moral.

São aptidões físicas indispensáveis: sentidos sãos e agudos, que evitem erros de percepção. São aptidões intelectuais: curiosidade e perspicácia, que, combinadas, constituem o espírito de investigação. São qualidades morais: paciência, coragem, imparcialidade, afim de se evitar a precipitação, os equívocos, o desânimo, em face das dificuldades e perigos, bem como os prejuízos e assegurar a competência e probidade, em uma palavra, o rigor objetivo do espírito científico.

124 — Além de possuir as qualidades acima enumeradas, é necessário que o observador se atenha às seguintes regras da observação:

Primeira — que seja **exata** a observação, nada acrescentando ao observado;

Segunda — que seja **completa**, nada lhe omitindo; e

Terceira — que seja **metódica** — procedendo gradual e sistematicamente, desprezando os fatos acidentais, os clandestinos, os singulares, etc.

125 — Nem sempre os fenómenos se prestam à simples observação natural. Torna-se muita vez necessário provocá-los artificialmente para que se torne possível estudá-los de modo cabal.

Esta observação de fenómenos artificialmente provocados constitui a **experimentação.**

Bacon estabeleceu as seguintes regras da experimentação:

Primeira — A da **variação**: variar as circunstâncias — já a causa, já a **matéria**, já a quantidade.

Segunda — A de **extensão**: repetir as experiências tantas vezes quantas necessárias e variar os processos.

Terceira — A de **prova**: fazer a contra-prova da experiência, afim de verificar se, suprimida a causa, desaparece o efeito.

126 — **Hipótese** científica é uma indução antecipada ou uma suposição fundada em fatos e que visa explicá-los.

Além de dar rumo e dirigir a observação tem a hipótese a vantagem de coordenar os resultados. A hipótese não confirmada pela experimentação não tem valor científico.

São regras da hipótese:

Primeira — Não deve contradizer nenhum dos fatos observados;

Segunda — Deve explicar o maior número dos fatos conhecidos e permitir a previsão ou predição de outros não observados;

Terceira — Deve ater-se a causas reais e supôr a lei verdadeira segundo a qual tais causas operam;

Quarta — Deve ser possível a sua verificação ou comprovação experimental.

127 — A indução científica conclue, de um limitado número de fatos ou fenômenos observados, leis que se referem a todos os casos ou fatos da mesma categoria ou espécie.

Tal operação envolve a pressuposição do postulado de que os fatos e fenômenos da natureza apresentam estabilidade e uniformidade e que as mesmas causas, nas mesmas condições, produzem os mesmos efeitos.

Todo fenômeno natural tem necessariamente correlação com sua causa, à qual deve assim a sua existência como a sua natureza. As leis dos fenômenos são, portanto, leis causais, leis que exprimem a relação necessária entre cada fenômeno e a respectiva causa. Esta é sempre um fenômeno antecedente de que depende o novo fenômeno como consequente.

A descoberta da causa se faz mediante um processo indutivo, no qual se podem usar os quatro métodos seguintes de indução: o de concordância, o de diferença, o de resíduos e o de variações concomitantes.

128 — Método de concordância é aquele em que se obtém por exclusão de outros antecedentes diversos o antecedente comum pelo qual concordam dois ou mais casos nos quais se produz um mesmo consequente (efeito). Diz-se, então, que o antecedente comum é a causa do consequente.

Exemplo: o conjunto dos antecedentes a, b, c, tem como consequente m; da mesma forma, o conjunto dos antecedentes a, e, f, tem como consequente m.

Em ambos os casos esse consequente (efeito) será devido ao antecedente comum a (causa).

Regra do método — Se dois ou mais casos em que se verifica um fenômeno cuja causa se procura concordam unicamente pela presença de um só antecedente, é esse antecedente a causa procurada.

129 — **Método de diferença** é o em que da presença de um conseqüente que se segue a um conjunto de antecedentes e de sua ausência em outro conjunto em que só falta um dos antecedentes se conclue ser êste a causa do conseqüente.

Antecedentes: **a, b, c**; conseqüentes: **e, f**.

Antecedentes: ..., **b, c**; conseqüente: ..., **f**.

A causa de **e** é **a**.

Regra: Se um caso em que um fenômeno se apresenta e outro em que não se apresenta têm comuns todos os antecedentes menos um, que existe somente no primeiro caso, é êsse antecedente, pelo qual diferem os casos, a causa do fenômeno.

130 — **Método de resíduos** — É um caso particular do método de diferença em que a indução e a dedução se auxiliam e completam.

Exemplo: Um fenômeno qualquer apresenta-se com os antecedentes **a, b, c**. Por induções anteriores podemos saber, contudo, que os efeitos de **b** e **c** são sempre **y** e **z**, respectivamente, mas nunca **m**. Segue-se que **m** (efeito) não pôde ter por causa senão **a**, antecedente residual ou restante. Daí o nome do método de resíduos.

Regra: Se se separa de um fenômeno complexo a parte que, por induções anteriores, se sabe ser efeito de certos antecedentes, o resíduo é o efeito do antecedente restante.

131 — **Método de variações concomitantes** — Êste método supre e completa o de diferença. Consiste em concluir da variação de um conseqüente e da variação concomitante de um antecedente ser este a sua causa.

Antecedentes: **a, b, c**; conseqüente **m**.

Antecedentes: **A, b, c**; conseqüente **M**.

Conclusão **a** (ou **A**) é causa de **m** (ou **M**).

Regra — Quando um fenômeno varia, enquanto todos os antecedentes, exceto um, permanecem invariáveis, o antecedente que varia é a causa do fenômeno.

Os métodos explicados são atribuídos a Stuart Mill. Há, porém, na filosofia de Bacon outros equivalentes e, assim não foi Stuart Mill o seu inventor, mas sim o seu sistematizador.

Bacon aconselhava ao investigador das causas dos fenômenos organizar **tábuas de presença, de ausência e de grãos**.

Na **tábua (ou quadro) de presença** se anotam as várias circunstâncias cujo aparecimento é seguido do fenômeno, cuja causa se procura. O método de concordância é a sua sistematização.

Na **tábua de ausência** anotam-se as circunstâncias cujo aparecimento é seguido do desaparecimento do fenômeno em estudo. (Método de diferença de Mill).

Na **tábua de gráus** anctam-se as **circunstâncias** cuja **intensidade** varia com a do fenômeno (**método das variações concomitantes** de Mill).

Para o **método de resíduos** não há **tábua** correspondente por ser **simples forma** do **método de diferença**.

132 — O **princípio geral** dos **métodos indutivos-experimentais** é o da **causalidade universal** (não há fenômenos sem causa) combinado com o da **uniformidade das leis** (nas mesmas circunstâncias, as mesmas causas produzem os mesmos efeitos).

Para os três primeiros **métodos** existem três **princípios** derivados do **princípio de causalidade**. Eí-los:

1 — **Posita causa, ponitur effectus** (Dada a causa, segue-se o efeito — m. de **concordância**).

2 — **Sublata causa, tollitur effectus** (Suprimida a causa, desaparece o efeito — m. de **diferença**).

3 — **Variata causa, variatur effectus** (Variando-se a causa, modifica-se o efeito — m. de **variações concomitantes**).

A **finalidade** destes chamados **métodos**, que não são senão **processos** do **método indutivo**, é alcançar a **Coincidência solitária**, ideal nem sempre possível, entre um fenômeno causa e outro, efeito.

133 — **Exemplos concretos** do **emprego** dos **métodos**:

a) **M. de concordância**. — Em fenômenos de natureza diferente como o **toque** de uma **campainha**, de uma **corda de violão**, a **voz humana**, etc. reconhecemos uma **circunstância comum**: a **vibração** do **corpo** comunicada ao **ar** como **antecedente** do **som**. A **vibração** do **corpo** e do **ar** é a **causa objetiva** do **som**.

b) **M. de diferença** — A **campainha** no **vácuo** não produz **som**. A **circunstância única** pelo **qual** o **caso difere** dos anteriores é a **falta** do **meio transmissor** da **vibração**, o **ar**.

A **vibração** é a **causa** do **som**.

c) **m. das variações concomitantes** — O **aumento** ou **diminuição** do **calor** aumenta ou **diminui** a **dilatação** de um **corpo**.

O **calor** é a **causa** da **dilatação**.

d) **M. de resíduos** — Os **movimentos** de **Urano** explicam-se em **conjunto** por **causas** conhecidas. As **irregularidades** desses **movimentos** deveriam explicar-se por uma **causa residual**, que **Leverrier** supoz ser a **existência** de um **planeta desconhecido**, hipótese esta **verificada** pela **descoberta** de **Netuno**.

(Continúa).

O Ensino da História

BENEDITO CARNEIRO DE CAMARGO

(Adjunto do G. E. de Vila Paraiso)

No intuito de debater o assunto que me coube desenvolver e que constitue um dos pontos nevralgicos da nossa didática, qual seja o do ensino da história pátria nos terceiros e quartos anos, escrevi êste pequeno trabalho que traduz as observações e leituras que a propósito tenho feito.

Não preciso encarecer a importância educativa da história. Basta dizer que Cícero a chamou "a mestra da vida", para mostrar o grande valôr moral e cívico que nos dão as lições do passado.

Não obstante ser ela uma ciência de tão transcendental importância, infelizmente o seu ensino está longe de ter a eficiência que dela se espera. E essa deficiência não reside na falta de esforço do professor, nem tão pouco na falta de interesse da criança pelo seu estudo, mas sim no método empregado no seu funcionamento. Em geral êsse ensino se resume na preleção ária do professor, ouvida passivamente pela classe que se limita a decorar uma série de nomes e datas.

O mais interessante é que êste processo encontra defensores ferrenhos. Dizem êles que o que as crianças decoram hoje, não compreender amanhã, quando adultos virem a realidade êsses fatos. Labutam em grande êrro, pois é sabido hoje que aquilo que se aprende de cór nem sempre se conserva e quando se conserva modifica-se tanto que seria melhor não se tivesse aprendido.

Há educadores até que acham que o ensino da história só serve para desenvolver a memória e o vocabulário das crianças. Sob o pretexto de que os alunos não compreendem os fenômenos históricos, é ela colocada entre as matérias inferiores, quando sabemos que é insofismável o seu valor tanto cívico como cultural. Outra falha que se nota comumente é a de não se encararem os fatos históricos, em seu aspecto global, procurando suas correlações com outras matérias. Ela é estudada separadamente como se fosse apenas uma narração de fatos. A prova disso é que quando, por exemplo, na aula de higiene a criança ouve falar num grande médico não vê nele o mesmo homem público estudado em uma aula de história.

O êrro está no método. Então procuremos o bom método, pois, no dizer de Araripe Junior, o método é a maravilha da escola e a delícia do professor.

Abandonemos, pois, os velhos métodos que apelam para a memória, evitemos a inércia do aluno, tornemos interessantes as aulas de história, que devem ser o encanto da imaginação. É o fim da escola nova, tornar a escola a continuação do lar, alegre, cheia de vida, ao contrário de antes. Aproveitemos a predileção que as crianças têm pelas histórias e ensinemos "histórias" e não história, tornando assim o ensino intuitivo. Quê de emocionante para uma criança ouvir contar coisas dos índios, da escravidão, da senzala, do império, etc.! Fantasiemos os fatos com lendas e anedotas que impressionam as crianças e levam-nas a tomarem gosto pelo assunto.

Busquemos no imprevisto e no desconhecido motivos para nossas aulas de história, fazendo com que os meninos se interessem pelas excursões a lugares desconhecidos e incidentes imprevistos. Revivamos as passagens históricas em dramatizações, jogos, descrições de imagens, desenhos, modelos de habitação, vestuários, armas, contemplação de velhos monumentos, tornando assim o ensino objetivo. A história torna-se uma realidade palpável. Mallart y Cutó disse que a criança compreenderá a pré-história vivendo um dia em uma gruta: aprenderá as noções sobre uso, costumes, vestuários dos homens da época. Direi também que o menino viverá o Império passando um dia no nosso museu do Ipiranga.

Quando a criança entra na escola não tem noção de tempo nem de espaço, não podendo compreender a sucessão cronológica dos fatos da história. Ela só se interessa pelo presente. Isto a psicologia genética explica, dizendo que até aos oito anos a criança é egocêntrica e por isso dificilmente compreenderá as relações causais. Daí recorrermos ao método regressivo, do presente para o passado, para iniciar a criança no domínio do tempo. É o período preparatório da história. Primeiro se ensina o que cerca a criança e que mais a interessa para aos poucos se chegar ao passado.

No segundo ano, já a criança começa a compreender as relações causais. Podemos agora observar a ordem cronológica dos fatos. É aqui que adotamos o método anedótico, em que os fatos são relatados por meio de lendas, contos leves e histórias que tanta emoção causam aos meninos e de que a nossa história é tão rica. Caramurú, Anhangüera e tantas outras são biografias aprendidas como anedotas e lendas.

Agora vamos encontrar a criança no 3.^o ano, que é o que nos interessa. Estamos na fase biográfica; do 2.^o para o 3.^o ano

a passagem é pouco sensível. Enquanto naquela classe nos interessavam os fatos, aqui estudamos os homens e sua vida. Ambos êstes períodos mostram o esforço do homem em melhorar as condições de existência tanto material como cultural do povo.

Continuamos a contar histórias, em cada biografia se vê a ação de um homem em proveito de seus contemporâneos, procurando a melhoria social. Assim é o passado exposto em torno de uma personalidade que se destacou pela influência que teve. E as crianças vêm nesses indivíduos exemplos que podem seguir. O professor deve ter o cuidado de não exagerar os feitos dêsses homens, para que as crianças não os encarem como ídolos, mas sim como homens bem dotados, capazes também de seus erros. Observará a ordem cronológica. Poderá dar sua aula, observando êste plano: na primeira aula exporá a lição não àridamente, mas ilustrada como já dissemos. Em seguida mandará um aluno repetir, comentando os fatos, tornando atraente a aula, não fugindo aos preceitos da escola nova. Na lição seguinte proporá um questionário bem formulado a que os alunos responderão e, na terceira aula, mandará a classe escrever a biografia. Não dispensará ilustrações, mapas, retratos dos personagens em diversas épocas de sua vida.

Agora no quarto ano entramos no estudo sistemático da História Pátria, em ordem cronológica, convindo lembrar os preceitos já expostos quanto às preleções, não exagerando a importância das datas. Neste ano os alunos poderão ter seu compêndio, um resumo de história. Êste é o período cronológico. Aquí o aluno já compreende a lei da causalidade. Dá-se uma síntese geral dos fatos que os meninos aprenderão com clareza. Depois de dada a lição de acôrdo com o livro adotado, fazemos na lousa um quadro sinótico que irá nortear o aluno no preparo da lição em casa. Na aula seguinte alguns alunos a exporão, na primeira metade da aula reservando-se a segunda para explicação de novo ponto. Como auxiliares do ensino da História nos terceiros e quartos anos e para torná-lo mais interessante podemos recorrer a outros meios como aos trabalhos manuais, em que da modelagem, cartonagem e desenhos nos podemos valer para representar monumentos, armas, utensílios e tudo o que possa lembrar o Brasil de nossos avós.

As projeções luminosas, fixas, as dramatizações e as excursões são outros meios de indiscutível valôr para o ensino da ciência do tempo.

A sala ambiente será organizada pelos alunos levados pela tendência de colecionar. Podem colecionar documentos, objetos, jor-

nais antigos, etc. Finalmente pode-se ainda organizar o Clube de História, dirigido pelos meninos com o fim de incrementar o gosto por êste estudo, promovendo excursões, serões, comemorações de grandes datas. Concluindo apelamos para os professores para que encarem por um prisma mais elevado a história pátria, certos de que assim fazendo terão cooperado para despertar na alma da criança a consciência cívica, o sentimento de brasilidade, entusiasmando-a pelo que é nosso e trazendo mais um quinhão para a grande obra da educação nacional de que nos orgulhamos de ser operários anônimos. *

O Ensino da Leitura e o Método Analítico

FRANCISCO E. DE AQUINO LEITE.

Na "Revista de Educação" (Vols. XIX e XX, Setembro e Dezembro — 1937), sob a epígrafe, "O Sistema Escolar dos Estados Unidos", extraído do "Boletim da União Panamericana", de Washington, e assinado por Edwin R. Embree, lê-se o seguinte, que transcrevemos:

"Apesar da posição básica da leitura na educação, um dos defeitos mais **communs** entre os **alumnos** das **nossas** **escolas** é justamente **não** **saber** **ler** **correctamente**. Qualquer visitante ás **escolas** fica **surprehendido** de ver o **grande** **numero** de **creanças** **quasi** **completamente** **deficientes** no uso desses **instrumentos** **elementar** da **instrucção**. **Muitos** dos **alumnos**, mesmo nas **classes** **médias** da **escola** **intermediária**, **são** **incapazes** **de** **participar** **com** **êxito** do **exercício** **de** **enunciar** **rapidamente** **palavras** **a** **esmo** **de** **pagina** **impresa**. Mais **notavel** **ainda** é a **grande** **massa** **de** **alumnos** **que** **embora** **possam** **enunciar** **promptamente** **as** **diversas** **palavras**, **não** **têm** **comprehensão** **nenhuma** **do** **que** **lêem**. **Efetivamente**, **não** **se** **acham** **compenetrados** **do** **facto** **de** **que** **a** **leitura** **é** **um** **meio** **de** **obter** **informação** **e** **inspiração** **e** **não** **meramente** **um** **exercício** **escolar**".

No último e recente artigo que escrevemos na revista "Infância e Juventude", sobre êste assunto, no qual apresentámos, de maneira sucinta, um novo método planejado por nós para o ensino da leitura e aplicado numa cartilha que organizámos, ainda não publicada, — aludimos ao ensino da leitura no Estado de São Paulo, pelo "método analítico", copiado dos americanos e hoje generalizado em todo o Brasil, imitado do ensino nesse Estado.

Fizemos também referência ao prejuizo e danos irreparáveis causados ao ensino da leitura, pela adoção dêsse método, que já adquiriu força de nefasta prática rotineira, difícil, portanto, de ser debelada.

Da leitura do trecho transcrito acima, só se pode tirar uma conclusão, a saber: que o M. A., nos Estados Unidos, onde nasceu e donde foi importado, lá também, há longos anos vinha infelicitando e continúa a infelicitar o ensino da leitura.

E' digno de nota que êsse método foi introduzido entre nós, há cerca de 50 anos, primeiro na Baía, em seguida em São Paulo, onde foi **oficializado** **e** **tornado** **obrigatório**, e donde se irra-

diou por todo o Brasil, com entusiasmo e após intensa propaganda, sem o indispensável e aprofundado exame dos seus processos, sem uma cautelosa aplicação e adaptação à nossa língua, e sem a constatação dos benefícios que viria prestar ao ensino da leitura entre nós.

O mais interessante é que o professorado, na sua grande maioria, sem estar preparado para julgar do valor do método, privado de autonomia e forçado a empregá-lo, com exclusão de outro qualquer, tem servido de bode expiatório, acusado como responsável pelo escasso rendimento que apresenta e por todos os males ocasionados ao ensino da leitura.

Ante a evidência da ação prejudicial do ensino por esse método, durante tantos anos, cabe às autoridades escolares providenciar e agir, sem mais delongas, no sentido de ser êle banido totalmente do ensino nas escolas, e substituído por outro ou outros que apresentem processos baseados em princípios racionais e científicos, em conformidade com a índole e feição de nossa língua.

Como consequência, devem ser suprimidas e substituídas as cartilhas adotadas atualmente, organizadas de acordo com os processos defeituosos e prejudiciais, preconizados pelos seus autores, sendo justo, porém, que se realize essa substituição, gradualmente, de modo a acautelar-lhes o esforço e interesse.

Os defeitos e falhas do M. A. se revelam, nesse particular das cartilhas, tão patentes, que as próprias crianças, nas quais o espírito de justiça é espontâneo e imparcial, julgam-nas dura e merecidamente, conforme nos informou uma professora, logo que começámos a escrever, condenando o método, isto é, que uma de suas alunas assim julgou uma das cartilhas então adotadas: "Que cartilha boba, dona F.!"

Entre os graves defeitos do ensino da leitura pelo M. A., nenhum supera o da pontuação, verdadeira aberração, o qual atenta contra a gramática, adultera a linguagem natural e familiar, e martiriza o ouvido mais insensível ao ridículo da intonação da voz dos locutores ao microfone do rádio, e até dos oradores.

E' que as duas últimas gerações estão inteiramente viciadas pela leitura analítica, com a pontuação das tais sentenças curtas, monótonas e puerís, de "linguagem mutilada", do M. A., nas quais os pontos finais obrigam à pontuação do "soca pilão", e os de interrogação, à do "sobe e desce do "monjolo", que degenera no intolerável "aleijão" do "sobe, sobe", o qual trans-

forma em ascendente a intonação das interrogativas **nominais**, igualando-a à das **verbais**, em completo desacôrdo com a gramática, o ouvido, a estética e o bom-senso.

Assim é que, graças ao M. A., realiza-se o maior dos contra-sensos, isto é: a criança entra para a escola — perguntando certo, — e dela sai — perguntando errado.

Uma vez permitido o ensino das sílabas e letras, para corrigir ou evitar a “decoreação mecânica” das sentenças das cartilhas, — sem saber lêr—, surgiram os mais disparatados processos para êsse ensino, sem excluir o da volta à silabação, por meio do b, a, ba, — a começar do caduco sistema de partir do silabário da explosiva b, que não se ouve sem o auxílio de vogal, e dá, sòmente, sílaba direta.

Tal proceder revela completa ignorância de fonética, cujo ensino foi desprezado depois da imposição do famigerado método, visto que a primeira consoante a ser ensinada, sistematicamente, como já temos indicado várias vezes, é o s; — 1) por ser uma fricativa que se ouve distintamente, sem o auxílio de vogal; 2) porque dá dois silabários, um de sílaba inversa, e outro de sílaba direta; 3) porque é a consoante cujo silabário completo fornece o maior número de monossílabos, isto é, 48 dentre 80 sílabas; 4) porque a única que exerce função gramatical distinta, como flexão do plural dos nomes, da 2.ª pessoa do singular e plural e da 1.ª do plural dos verbos.

Não nos sobra tempo nem espaço, para comentar aquí todos os êrros e inúmeras falhas dos processos adotados nas cartilhas em uso atualmente, cada qual mais absurdo e incongruente. Por isso, convidamos o benévolo leitor, caso lhe apraza, a ler ou consultar os artigos que escrevemos na “Educação” e na “Revista de Educação” do Estado de São Paulo, desde 1930, cuja relação damos no final dêste, nos quais apresentamos as normas essenciais adotadas para o nosso método e criticámos os processos do M. A. (1)

Além dêsses artigos enfeixámos dois outros em um folheto que publicámos em 1931, de edição já esgotada.

Por nos parecer de tòda oportunidade, visto ser parte complementar do ensino de alfabetização, transcrevemos, também, do mesmo boletim, ao qual nos referimos de início, a seguinte obser-

(1) Educação: Vol. XI, n. 1, 1930; Vol. XI, n. 3, 1930; Vol. XII, n. 2, 1930; Vol. XI, n. 12, 1932.

“Revista de Educação”: Vol. II, n. 2, 1933; Vol. VI, n. 6, 1934; Vols. IX e XII, ns. 9 e 10, 1935; Vols. XI e XII, ns. 11 e 12, 1935.

vação, com relação ao ensino de aritmética nos Estados Unidos, do qual foram copiados todos os processos, em idênticas condições ao que se praticou com o da leitura: "A aritmética é realmente uma matéria muito fácil quando os professores a ela se dedicam com verdadeiro interesse. E' também muito importante, mas — a sua importância se relaciona com a vida real e não com vários enigmas e quebra-cabeças ou palavras cruzadas, — por mais que figurem tais processos na história e na tradição".

A propósito do ensino dessa matéria, fizemos em nosso folheto algumas considerações e criticamos os processos em voga, também copiados do modelo americano, como para o da leitura, como ficou dito acima.

Numa aritmética elementar, que publicámos em 1927, apresentámos alguns processos originais, de cuja utilidade temos perfeita convicção, mas que não foram aceitos, devido, queremos crer, à força da rotina, difícil de ser vencida, tal qual acontece com o ensino da leitura pelo método analítico, que impera há quasi 50 anos.

Estamos convencido de que o esforço benemérito e patriótico da "Cruzada Nacional de Educação", para a instalação de um grande número de novas escolas, por todo o território pátrio, não logrará pleno êxito, se não se cuidar concomitantemente do aperfeiçoamento dos métodos de ensino da leitura, adotados atualmente, e da substituição das cartilhas analíticas por outras, organizadas de acôrdo com processos mais racionais que conduzam à alfabetização rápida e eficiente.

Esta é a providência inadiável, a se tomar, conforme se infere do referido boletim, quando alude à deficiência do ensino das escolas dos Estados Unidos, deficiência que também chega a afetar a própria "educação", como se vê do seguinte trecho:

"Têm sido verdadeiramente assombroso o desenvolvimento das escolas públicas nos Estados Unidos. Nação alguma na história do mundo já procurou e conseguiu proporcionar facilidades educativas na extensão em que ora o fazemos....

Tem havido êrros, enganos e práticas relaxadas nesse rápido crescimento do nosso sistema educacional. E' preciso admitir que há maior frequência escolar do que realmente verdadeira educação."

Essa falha do ensino educativo talvez explique a possibilidade da existência dos "gangsters" e dos grandes criminosos nos Estados Unidos: donde ressalta que a alfabetização e a instrução, sem o auxílio concomitante da educação, não satisfaz.

O mesmo ocorre em países, que se dizem cultos e apresen-

tam altos índices de alfabetização, o que não os impede — de esmagar a liberdade, de não respeitar tratados solenemente assinados, e de atentar contra a soberania, a dignidade e os direitos de outros povos mais fracos, contra os quais praticam atos de agressão, brutalidade e selvageria que os colocam em nível moral inferior ao dos selvagens mais rudes e primitivos.

De passagem, ocorre-nos a lembrança de chamar a atenção para o fato desconcertante de que as estatísticas referentes aos nordestinos, entrados pelo porto de Santos, acusam um alto índice de alfabetização a favor deles, exatamente da parte da população do Brasil comumente acusada de mais atrasada.

E' mais facil, portanto, o problema de abrir grande número de escolas que tenham grande frequência, para se efetuar a "alfabetização", do que fazê-la eficiente, sem nunca desprezar ou relegar para segundo plano, o problema da "educação", — de mais difícil realização nas escolas, onde se completa ou corrige a educação do lar.

A propósito do plano para a abertura de um grande número de escolas, folgamos em reproduzir aqui a idéia, em boa hora lembrada pelo ilustre e incansável campeão da alfabetização, o sr. Mario Pinto Serva, de apelar para o concurso dos católicos brasileiros, em benefício da própria igreja, na fundação do maior número possível de escolas católicas de alfabetização em todo o Brasil

Essa idéia é apresentada na pequena parte final de um longo e bem lançado artigo, inserto no "Correio da Manhã", de 25 de janeiro, p. p., da qual reproduzimos os seguintes trechos:

"Onde houver uma criança sem saber ler nem escrever, deve haver um padre que lhe obtenha uma escola, que a faça frequentar a escola precisa. O catolicismo brasileiro, para zelar os destinos do Brasil, deve transformar-se agora em uma força nacional que, propugnando a educação do povo, nos evite cair, no futuro, em poder de uma nação não cristã nem católica. Porque, hoje o mundo é um campo de batalha. O direito deixou de existir. Os tratados são — quasi classicamente — pedaços de papel.

"O livro "The World Almanac", de 1937, à página 436, mostra que os católicos nos Estados Unidos mantêm em suas escolas elementares, completas em suas matérias, não apenas para ensino setário, 2.212.260 alunos. A máxima ocupação dos católicos nos Estados Unidos é educarem o povo.

"Nós brasileiros somos os herdeiros desses três ou quatro séculos em que na Península Ibérica se abandonava completamente a educação popular, e só se cogitava do ensino secundário e

superior, ao passo que os Estados Unidos herdaram dos povos anglo-saxões essa preocupação sadia e constante de educação de **tôdas as classes sociais.**

"Educate, educate, por perish". Educar-se, educar-se, ou perecer — eis a situação do povo brasileiro."

Estamos de perfeito acôrdo com essa sugestão, pois somos de parecer que a missão sacerdotal não se deve limitar à mera catequese, mas é imprescindível que esta seja acompanhada da "instrução", cujo primeiro passo é a "alfabetização", para libertar as nossas classes populares da miséria e degradação física, moral e intelectual em que vêm jazendo, há séculos, apesar de todo catequizadas e integradas no espírito da igreja. O que ocorre presentemente na Espanha, católica e analfabeta, e na Rússia atéia, deve servir-nos de escarmento e de lição.

Evitar-se-ia, assim, o aparecimento constante de todos os "santos" e "santas" que infestam os nossos sertões; de um Antônio Conselheiro, de uma santa Dica, da santa dos Coqueiros, e outros, no passado; e ainda agora, do "beato" Lourenço, no Ceará, terra do famigerado padre Cícero, que tolerava e alimentava no seu povo, tôda a sorte de crendices e abusões, tudo — produto de um cristianismo corrompido e eivado de práticas do mais grosseiro e ridículo paganismo.

Seria realmente muito justo e meritório que cada igreja ou capela, das inúmeras que há espalhadas por todo o Brasil, tôdas possuidoras de patrimônio, rico e rendoso em muitos casos, — todos de doação popular, — mantivesse uma escola de alfabetização, em colaboração com as escolas públicas federais, estaduais e municipais.

Alimentação dos Escolares (*)

Reconhecidamente nada é mais útil para a criança do que a boa alimentação. Dando-a adequadamente, e completando-a com outros elementos indispensáveis à boa nutrição, é que se consegue o ótimo desenvolvimento físico e mental. O próprio futuro da raça, no ponto-de-vista físico e econômico, corre largamente por conta da nutrição das crianças.

Assim sendo, quando se estuda a sub-nutrição, depara-se, logo, com a alimentação má, como causa principal; e ela dir-se-á má, se insuficiente em quantidade, se deficiente em qualidade, quando mal regrada no fornecimento ou quando mal aproveitada, por falta de bons hábitos higiênicos no comer. É bem verdade que, além da alimentação má, inscrevem-se como causas da sub-nutrição, sono insuficiente, fadiga, falta de exercício, pouca vida ao ar livre e ao sol, e ainda defeitos e doenças para o lado das amídalas, das adenoides, dos dentes; também a sífilis, a tuberculose, a opilação, as lesões cardíacas, tem tôdas a sua responsabilidade, a que não fica estranho o fator hereditário, sem dúvida a influenciar, por sua vez, o desenvolvimento da criança.

Cabe para muitos inteiramente à pobreza a ocorrência daquelas primeiras condições enumeradas, entre as causas de sub-nutrição; mas o fato é que, de regra, ha outros fatores presentes e tão relevantes ou mais que a pobreza. Assim, se à precariedade de recursos devem ser, em grande parte, atribuidas as deficiências e falhas do regime alimentar, não é menos verdade que à ignorância, à falta de interêsse e até de bom senso, por parte dos pais, deve caber enorme parcela de responsabilidade. Sobretudo entre a nossa classe média e abastada, notam-se, de fato, e como regra geral, hábitos muito errados em matéria de alimentação; não será caso aí de impossibilidade de obter bons alimentos antes ignorância ou descaso em saber escolhe-los e utiliza-los regrada e vantajosamente. A maioria das pessoas, que não medem sacrifícios para salvar a vida dos filhos, quando doentes, ainda não quiseram compreender que é muito mais econômico preservar-lhes a saúde, dia a dia, pela instituição de bons hábitos higiênicos, especialmente por uma alimentação conveniente.

Habitualmente, nas próprias classes pobres, tudo não corre por conta da falta de recursos; em publicação muito recente da Liga das Nações, frisou-se, à vista de informes, que a alimenta-

(*) Do boletim "Saúde", órgão da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social do Rio de Janeiro.

ção depende muito do que se chama "a eficiência materna" e é para melhorá-la que se devem voltar em grande parte as atenções da educação sanitária.

Esse estado de sub-nutrição, uma vez creado, repercute sobre todo o organismo. É o desenvolvimento físico e mental que se retarda, a anemia alimentar que aparece ou aumenta, o nervosismo que surge. E a baixa de energia vital, daí decorrente, acompanha-se de diminuição na resistência orgânica e de aumento manifesto na predisposição à doença.

Ligeiramente, ao menos, convém revistar as exigências alimentares para o período de crescimento, na base das modernas aquisições da ciência da nutrição.

EXIGÊNCIAS ALIMENTARES PARA O CRESCIMENTO

Minerais — A importância dos minerais na nutrição cada vez mais se acentua. Os minerais são constituintes dos ossos e dentes; são elementos essenciais dos tecidos muscular, sanguíneos, etc. Indispensáveis nos regimes, para compensar as perdas, mais ainda avultam em importância nos organismos em crescimento, que requerem quotas adicionais para a constituição de novos tecidos.

Se um fornecimento satisfatório de alguns, o potássio, o sódio, o magnésio, o cloro, é assegurado pelas diétas habituais e pelo tempêro mais comum — o sal de cozinha e se, por outro lado, o organismo tem recursos para tolerar um fornecimento insuficiente, já no caso do cálcio, do fósforo, do ferro e do iodo — os quatro minerais da maior importância na nutrição — deve-se exigir uma seleção dos alimentos, de modo a obter, para êles, quotas bastante elevadas.

Se nos adultos, não havendo suprimento alimentar conveniente, pôde a perda normal de cálcio ser compensada pelo que vem dos ossos, já o mesmo não sucede aos organismos em fase de crescimento, que necessitam de maior quota do mineral. Requer-se para os adultos o mínimo de 45 centigrs. diários; mas dos 3 aos 13 anos, exige-se, pelo menos, 1 gr. de cálcio por dia, para se ter o armazenamento necessário ao melhor desenvolvimento dos ossos e dos dentes. Também se sabe que dos alimentos fornecedores de cálcio — e nesse particular os mais habitualmente usados mostram grandes diferenças — nenhum se avanta ao leite. Vários estudos firmaram a regra, hoje fundamental em nutrição, de dar às crianças, até 13 anos, 1 litro de leite diário, o que permite fornecer-lhes talvez mais que o necessário em cálcio, de parceria com vitaminas e proteínas e quota satisfatória de fósforo.

Desenvolvimento e calcificação normais dos ossos vêm-se prejudicados se também inadequada a quota de fósforo, sobretudo quando os músculos estão em fase de crescimento, disputando aos ossos o fósforo que o sangue lhes fornecer. Se para os infantes a relação normal de cálcio e fósforo deve ficar entre 1.5 a 2; 1, já mais tarde, por conta daquela exigência muscular deve a relação vir a 1:1; 1 gr. ou pouco mais, assegurada esta quota no litro de leite preconizado.

Por sua vez, o ferro, tal qual o fósforo, figura na maior parte (70%), como componente essencial da hemoglobina do sangue. Mas como não ha, ao contrário do que sucede com o cálcio e o fósforo, um armazenamento de ferro no organismo, cabe aos alimentos suprir, em doses adequadas, este mineral. Basta que a dose fornecida não compense a perda normal, para que baixe a quota de hemoglobina, e se dê a ver uma forma especial de anemia, devida à deficiência de ferro e por isso mesmo chamada "anemia alimentar". Clorose, certas anemias da gravidez, estão provavelmente neste grupo, ao lado da anemia infantil, cuja patogenia, hoje perfeitamente conhecida, assim pôde ser sintetizada: remediando a pobreza em ferro, do leite, o organismo materno, através da placenta, fornece provisão adequada do mineral que se armazena no fígado do feto. Desta reserva é que se vae valer, inicialmente, o infante; quando ela se esgotar, já em pleno periodo de crescimento, o organismo necessitará de alimentos ricos em ferro para manter o equilibrio e atender ao aumento crescente da massa sanguínea. Se não fôr suprida a quota necessária, o desenvolvimento não cessará, mas a criança crescerá anêmica; é a anemia infantil por deficiência de ferro. A sua prevenção está em fazer entrar na alimentação ovos e vegetais (verduras, especialmente o espinafre, leguminosos, cereais, frutas) e mais tarde a carne, o fígado e as ostras, aliás os alimentos mais ricos em ferro. Na prática, já aos sete mezes se manda adicionar ao regime do latante uma verdura, com aquele fim.

Auxiliam o ferro, na função hemoglobina-formadora, o cobre e possivelmente ainda o manganéz. O fato é que, na anemia alimentar experimental, a cura não se obtem com o ferro isolado, mas só quando está presente o cobre, embora em quota diminuta. As ostras equivalem ao fígado na riqueza em cobre e em ferro. Como, porém, o meio externo nos fornece habitualmente pelo menos a quota de cobre de que necessitamos, dever-nos-á preocupar muito mais o conteúdo alimentar em ferro

Para o crescimento, o **manganez** exerce ação eminentemente favorável como verá oportunamente, são os cereais e as frutas bons fornecedores deste mineral.

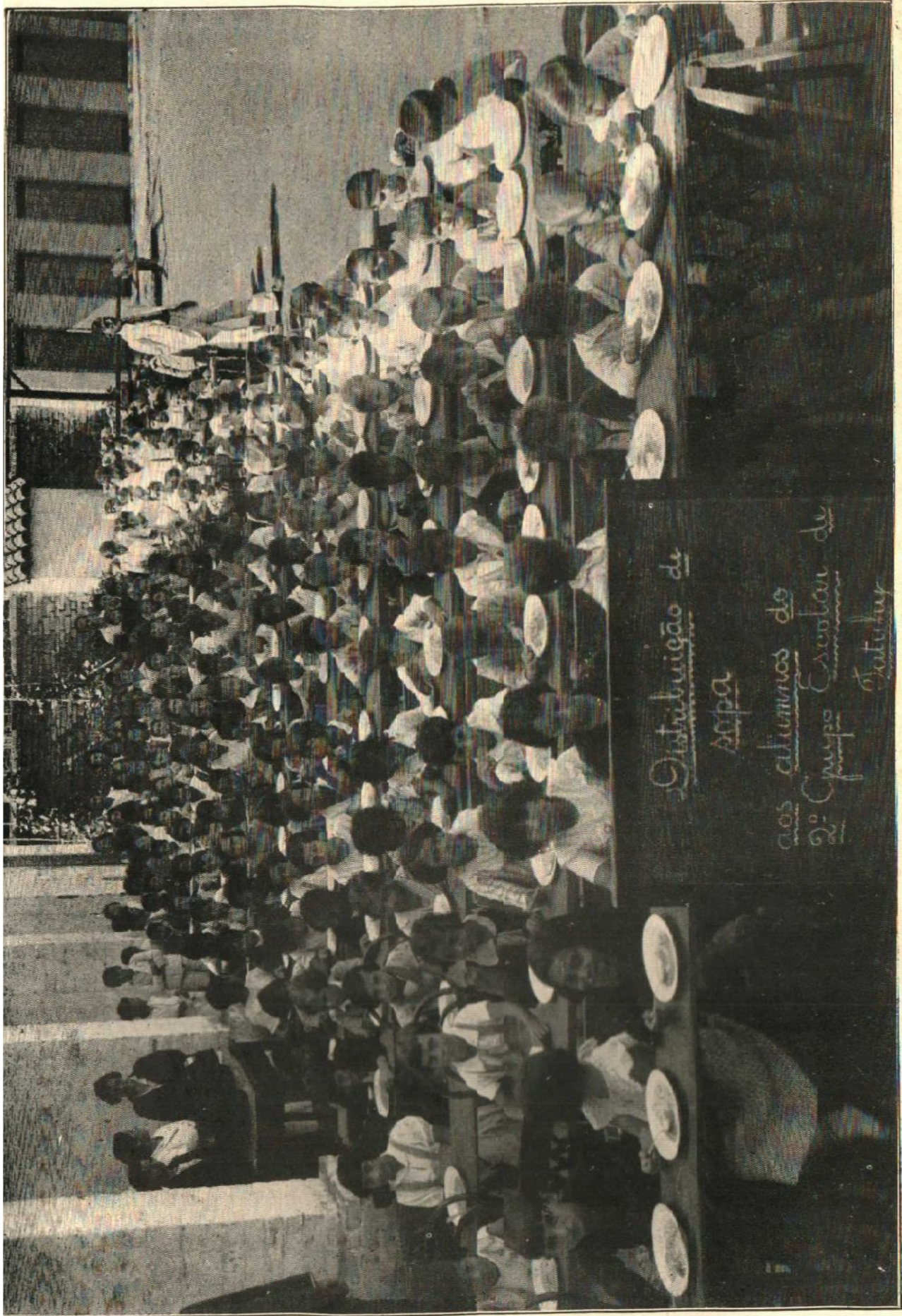
Vitamina — Necessárias à nutrição normal e à conservação da saúde, as vitaminas são também indispensáveis no crescimento; por isso os organismos, nessa fase da vida, tornam-se ainda mais exigentes do suprimento adequado de vitaminas e mais depressa se ressentem de sua deficiência.

Vitamina A — Estudos interessantes, em uma instituição inglesa de meninos, mostraram que, para o crescimento, as vitaminas, especialmente a A, valiam mais que um fornecimento adicional de proteínas mesmo quando de bôa qualidade, como a caseína. A vitamina A é essencial ao crescimento, à nutrição e à saúde, em tôdas as idades; e muita gente fraca e pouco vigorosa deve isto tão somente ao fato de não receber na alimentação as quotas ótimas de cálcio e de vitamina A.

Mas, por outro lado, quantidades suficientes para manter o crescimento normal e a aparência de bôa saúde, podem não bastar para as exigências posteriores da reprodução e lactação e para fazerem o organismo resistir às infecções, na fase delicada da vida que é a do início da idade adulta. Daí a exigência de um suprimento liberal desta vitamina, durante tôda a vida e desde muito cedo; assim se cresce a resistência a infecções, tendo-se motivos para crer que diferenças na incidência dessas infecções, dos 10 aos 12 anos, possam depender do tipo de alimentação, no começo da vida e isto, em parte, pelas facilidades que tem o organismo de armazenar a vitamina A, em proporção, aliás, muito maior que a B ou a C. Dada a sua distribuição irregular nos alimentos, será preciso escolhê-los cuidadosamente para o organismo em crescimento, que carece em altas quotas da vitamina em questão também para poder armazená-la.

Vitamina B₁ — A vitamina anti-neurítica vale igualmente à manutenção da saúde e ao crescimento; sua importância em nutrição parece, porém, ser menor que a das vitaminas A, B₂ e C. O aparecimento de polinevrites e a perda do apetite são os efeitos mais característicos da sua deficiência. Evita-se a carência com o suprimento razoável dos alimentos que contêm a vitamina em quotas adequadas o que é fácil por serem eles os mais comumente usados, sejam de ordem vegetal ou animal.

Vitamina B₂ — O que se disse para a B₁, no tocante à valia no crescimento e na manutenção da saúde, se estende à B₂, que se põe, ao lado da A, em importância para o desenvolvimento dos organismos novos. Em diétas, já de si adequadas, um au-



Distribuição de

sopa

aos alunos do
2º Grupo Escolar de
Tatuí

mento na quota de leite faz melhorar as condições favoráveis de nutrição; e parece que para isso valem precipuamente o cálcio e a vitamina B₂. Para assegurar êsse estado nutritivo melhor que o normal e até para conservar os atributos da mocidade, é mister, pela escolha adequada de elementos ricos em B₂ (e êles diferem muito neste particular), fornecer quotas de vitamina superiores às necessárias para evitar o aparecimento de manifestações que retratem a sua deficiência. O fígado armazena a vitamina B₂, como faz com a A.

Vitamina C — A vitamina C possivelmente também estimula o apetite e, além de prevenir o escorbuto, vale indiscutivelmente ao crescimento, à boa nutrição e à manutenção de um alto nível de saúde. Embora não apresentem manifestações do escorbuto, as crianças frequentemente se mostram irritáveis, retardadas no crescimento e com saúde precária, quando há, no regime, deficiência desta vitamina. O seu consumo liberal, sobretudo indicado porque ela não se armazena em quotas apreciáveis, considera-se hoje como altamente benéfico aos escolares.

Vitamina D — Especialmente por valer à deposição normal no organismo do fosfato de cálcio indispensável aos seres em fase de crescimento, a vitamina D, a seu turno, torna-se também mais imprescindível às crianças que aos adultos. As exigências variam com as condições de suprimento de cálcio e fósforo; se abundantes, a necessidade de vitamina é menor que quando escassos os minerais na diéta.

Em conclusão como as exigências quantitativas de vitaminas para o organismo humano não são tão fáceis de precisar exatamente quanto as de energia, de proteínas, de cálcio, fósforo e ferro a regra prática está em dar primordial destaque aos alimentos reconhecidos como boas fontes de vitaminas — o leite e seus produtos, as frutas, os legumes e os ovos.

Valor energético do regime dos escolares — Não basta, é certo, prover a diéta de vitaminas e minerais, e, ainda qualitativamente, das proteínas úteis ao crescimento, para que êste se processe regularmente. Se o fator quantitativo não fôr de todo atendido, o deficit energético, daí decorrente, importará em malefício sensível para o próprio crescimento. Ele continuará a se processar, mas de modo imperfeito, desenvolvendo-se o corpo em altura muito mais que em largura. Será um crescimento dos ossos e do cérebro, á custa do tecido adiposo e dos musculos. Êstes terão menor diâmetro, o pânículo subcutâneo estará ausente e um aspeto geral de magreza completará o quadro da subnutrição, em que o organismo aproveita as reservas para suprir a deficiência alimentar.

Adotando dados clássicos, quanto às exigências em calorias por quilo e levando em conta a tabela que Fontenelle organizou para péso dos nossos escolares, compreendendo dados de diversos observadores, teremos as seguintes exigências para os nossos escolares:

IDADE	MENINOS	MENINAS
5 anos	1.230 a 1.640 calorias	1.170 a 1.560 calorias
6 "	1.280 a 1.680 "	1.216 a 1.596 "
7 "	1.440 a 1.760 "	1.368 a 1.672 "
8 "	1.520 a 2.000 "	1.444 a 1.900 "
9 "	1.600 a 2.160 "	1.596 a 2.052 "
10 "	1.760 a 2.560 "	1.771 a 2.695 "
11 "	1.840 a 2.640 "	2.000 a 2.880 "
12 "	2.080 a 2.960 "	2.160 a 3.360 "
13 "	2.400 a 3.200 "	2.449 a 3.555 "
14 "	2.560 a 3.600 "	2.590 a 3.552 "

Na base de considerações teóricas e observações práticas, podem firmar-se os preceitos de que, em diéta bem equilibrada para crianças, 50, 35 e 15 % do total de calorias devem ser fornecidas, respectivamente, por hidratos de carbono, gorduras e proteínas. Se exigem, tanto o infante como o adulto, 10 % de calorias sob a forma de proteínas, essa mesma proporção deveria bastar para qualquer idade intermediária; reconhece-se, porém, que, nos regimes para crianças, em que a base é o litro de leite, excede-se aquela proporção, aliás, sem inconveniência. Assim, e para que se tenha mesmo uma margem de segurança, 15 % do total de calorias serão dados sob a forma de proteínas.

Proteínas — Mas, no tocante a proteínas, não é só o valor energético que deve preponderar. Para a sua escolha adequada, deve pesar, e consideravelmente, o fator qualitativo. Uma das exigências capitais na ração dos escolares é realmente, a de que se forneçam as melhores proteínas para o crescimento e, sabida-

mente, nisto elas diferem em importância. As do leite estão em primeira plana; valiosas ainda, são as dos ovos, podendo-se dizer, de um modo geral, que divergem, neste particular, as proteínas animais das dos vegetais. Muito embora existam, destas, algumas úteis ao crescimento, a glutelina do trigo e do milho, por exemplo, elas terão, porém, que ser fornecidas em quotas muito elevadas, para satisfazerem as exigências do organismo.

O Problema da Disciplina

JOSÉ BENEDITO SALGADO

(Diretor do Grupo Escolar "Dr. Alfredo Pujol", de Pindamonhangaba)

De duas maneiras pode o professor disciplinar a sua classe: pela violência, aplicando à larga os castigos físicos ou deprimentes; e pela persuasão, levando os alunos a bem se portarem pelo gosto de estudar, ou pela estima que votam ao professor (sem querer porém dizer, com isso, que eles se transformem em estátuas).

No primeiro processo, talvez o mais fácil para o professor, a classe conserva-se muda de medo das unhas ou das taponas do mestre. É uma disciplina férrea e fitícia. O processo falseia o desenvolvimento da personalidade da criança, automatizando-a. Dá, em consequência alunos tímidos ou intimamente revoltados, e que fóra da presença do mestre se desabafam com colegas, relatando-lhes as suas desditas. Plasma-lhes o caráter num ambiente de revolta, tornando-os quiçá, futuramente, elementos rebeldes na sociedade, candidatos às suas duras sanções. Vezes sem conta explodem, após muitos vexames, como torrentes que rompem o dique tornando-se catadupas; ou como boiadas que estouram desenfreadamente. Nesse momento, na sua cegueira, passariam de agredidos a agressores, originando uma situação desagradabilíssima para todos, em geral, e para o professor, em particular.

É, pois, contraproducente e portanto condenável este processo, felizmente abandonado pela nova escola... Atenta contra os próprios sentimentos de humanidade, e é contrário à legislação escolar.

O segundo processo é de difícil aplicação e exige certa dose de inteligência. É necessário paciência, limitada pelo bom senso, para que não descambe a classe para a anarquia. Exige perseverança e conhecimento suficientes da psicologia infantil, que garantam um estudo rápido e preciso dos diferentes caracteres constitutivos da classe. Para advertir este, basta um leve sinal com o lapis na mesa ou carteira (nunca violentas batidas com a régua); para àquele será necessário proferir-lhe o nome (sem gritos ou esbravejamentos); para aquele outro bastará uma pausa na explicação, de maneira que o silêncio do mestre o chame à realidade. Dir-se-á que é difícil. Mas é justamente na dificuldade

que está o valor da vitória. Se a missão hodierna do professor não é precipuamente ensinar, mas educar, procedamos com tacto para não desvirtuarmos essa alta finalidade. Os gritos, as pragas, as violências físicas não educam. Atordoam a criança, embotam-lhe a sensibilidade, abastardam-lhe a inteligência. Vemos quotidianamente exemplos disso: crianças que não aprendem, abobalhadas, por serem sistematicamente espancadas pelos pais, os quais, às mais das vezes, confessam ingenuamente ao professor ignorar porque o filho é tão daninho, pois se apanha de chicote quasi todos os dias, até ficar largado! Santa ignorância!...

Complexa, sem dúvida é a questão da disciplina. Muito embora não haja regras aritméticas para a solução do problema, particularizemos o seu estudo em alguns itens que poderão ser de utilidade.

1.º) — PRIMEIROS DIAS DE AULA: — Esta é a fase em que mais deve o mestre cuidar da disciplina, e da qual depende o bom êxito de sua missão. E, em geral, é quando êle se descuida: passa horas a encapar e rotular cadernos, a escriturar livros, etc., enquanto a classe, num "colce far niente" interminável, começa a tagarelar e os traquinas a peraltear, pois "a atividade é uma lei da meninice". Ora, se o hábito é uma segunda natureza, forçoso será que, desde logo, se procure despertar no aluno o hábito da disciplina. Deve, pois, o mestre consciencioso, bem aproveitar os primeiros dias de aula. O trabalho que tiver nessa ocasião lhe ha de render ótimos frutos por todo o resto do ano.

2.º) — APLICAÇÃO DAS SANÇÕES: — Professores há que logo no início do ano letivo, se põem a ameaçar seus alunos de os botar fóra da sala, e mesmo de suspendê-los. Essa afoiteza é contraproducente: esgota rapidamente o que deve ser usado homeopaticamente... Não deve, também, ameaçar, por exemplo, de jogar pela janela o aluno que repetir a graçola, porque êste pode repeti-la, e o professor não poderá executar a sua inexecutável promessa.

Deve sim, evitar que o aluno se habitue a ouvir gritos e improperios, que só podem ridicularizar quem os profere. Como já se disse, umas simples batidas com um lapis na mesa ou carteira, advertirão os alunos que estiverem palestrando; uma breve pausa na explicação ou na leitura, indicará que alguém está perturbando os trabalhos. E êsse alguém por si mesmo, acomodar-se-á, sem necessidade de barulho. Professores há que a todo o momento interrompem a aula para ralar com êste ou com àquele: — A água é um corpo liquido... (João, sente-se e cruze os braços!) Ela

toma a forma... (Parlo, cale a bôca!). E' simplesmente jocosso e deplorável. O resultado é que ao fim de tudo os alunos saem a afirmar que a régua é um líquido, e que a água é um corpo sólido.

3.º) — AS PEQUENAS OCORRÊNCIAS: — Desapareceu um lapis, ou caneta. Verificada a procedência da queixa, (pois pode o objeto estar no interior da carteira) deve-se proceder a uma rápida sindicância na classe. Se se conseguir descobrir o autor da brincadeira aparentemente inocente, melhor. Se não, servirá, ao menos, a providência, para fazê-lo passar por um pequeno mas desagradável susto, cuja repetição por certo não desejará. O professor que fizer vistas largas a êsses fatos, experimentarà muitos dissabores, pois os abusos irãõ aumentando quantitativa e qualitativamente.

4.º) — RIR COM A CLASSE: — Importante, isto. A classe deve ter os seus momentos de sadio bom humor. E' indispensável que o mestre, de quando em vez, lhe conte alguma passagem humorística, permitindo-lhe rir, sem contudo anarquizar. Rirá, mesmo com ela, devendo, porém, fazer-se silêncio a um simples pedido seu.

No início do ano letivo leia, ou melhor, conte a seus discípulos histórias interessantes, entremeiando com elas as primeiras aulas, principalmente quando notar certo desinterêsse, sem abusar contudo do processo. Em lugar de admoestar, peça-lhes, querendo, que façam silêncio para ouvir uma bonita história, e todos ficam como que automaticamente atentos, habituando-se insensivelmente à disciplina, à ordem que necessariamente deve reinar em uma escola. Se essas histórias tiverem fundo moral ou cívico, constituirão ademais, belas lições de uma matéria bastante descuidada por certos mestres: a Instrução Moral e Cívica.

5.º) — NÃO PERDER A CLASSE DE VISTA: — Ter-lhe sempre em cima os olhos. Poderá parecer difícil, mas não o é. Não abstrair-se dela ao escrever-lhe a tarefa no quadro negro, sob pena de saírem silenciosos cachações e sopapos entre certos alunos ou voarem bolinhas de papél pela sala, de norte a sul. E prepare-se para ouvir depois as queixas: — "Fulano me sentou com a régua na cabeça, "fessô"... Sicrano me cotucou com a pena... Beltrano me xingou de nome feio"... E o pobre professor se lamenta: — "Vocês são um bando de malcreados... Nem se póde escrever as sentenças para a caligrafia! Classe ruim..." E, no entanto, de quem será a culpa?

6.º) — EVITAR O RIDÍCULO PERANTE A CLASSE: — Prevenir-se contra constantes “pois sim” ou “não é?” muito comuns, ou contra certos gestos e trejeitos. Não é demais também ter cuidado com a pronúncia do “r” e do “l”...

Qualquer dessas cousas pôde comprometer a natural reverência que o professor deve inspirar aos seus discípulos. E a êle cumpre prevenir-se contra tudo aquilo que, de qualquer maneira, possa atentar contra o seu prestígio na escola.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CIRCULARES

CIRCULAR N. 39

São Paulo, 1 de julho de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Desejando este Departamento realizar, em 7 de setembro, próximo, uma demonstração de educação física nas escolas primárias e secundárias do Estado, públicas ou particulares, conforme instruções publicadas a 13 de março, 9 de abril e 19 de maio, p.p. no "Diário Oficial", solicito de V. S. as necessárias providências, no sentido de serem ativados, com o máximo empenho, os trabalhos preparatórios para a execução desse certame, do qual deverá participar o maior número possível de alunos.

Em prosseguimento à orientação já iniciada pelo Departamento de Educação Física, nas primeiras reuniões realizadas nas sedes das Delegacias do Ensino, em abril último, haverá, na primeira quinzena deste mês, outras reuniões, nas quais os professores encarregados do ensino de ginástica receberão dos técnicos designados pelo referido Departamento, novas e completas instruções para a execução final do plano elaborado.

É aconselhável que os professores encarregados do ensino de educação física, quer os especializados quer os de emergência, e os instrutores de escotismo, compareçam a essas reuniões, com vestuário apropriado, para receberem as aulas práticas.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 40

São Paulo, 7 de julho de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Em aditamento às instruções publicadas em a circular n. 39, de 1-7-33, sobre os trabalhos que vêm sendo efetuados em todo o Estado, deverão ser ministradas, na próxima semana, nas sedes das Delegacias Regionais do Ensino do interior, as instruções referentes à organização de demonstrações coletivas de educação física, a serem realizadas em comemoração à data da Independência.

Os professores do Departamento de Educação Física, encarregados da orientação dos referidos trabalhos, deverão dá-la de acordo com a seguinte distribuição:

Delegacias de Taubaté, Rio Claro e Piracicaba, na terça-feira, 12 do corrente.

Em todas as Delegacias, segunda-feira, dia 11 do corrente.

Afim de receberem as instruções, os professores encarregados do preparo dos alunos que tomarão parte na demonstração em aprêço, deverão estar nos locais designados, em tempo útil.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 41

São Paulo, 7 de julho de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Recomendo a V. S. que, na forma da legislação vigente, deve ser exigida a prova de quitação com o Serviço Militar dos candidatos à posse dos cargos de substitutos efetivos ou interinos, maiores de 21 anos de idade, dessa Região.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 42

São Paulo, 9 de julho de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Devendo realizar-se nos dias determinados em a circular n. 40, de 7 do corrente, deste Departamento, na sede dessa Delegacia, uma reunião dos professores encarregados do preparo dos alunos das escolas dessa região, afim de receberem de um técnico do Departamento de Educação Física, instruções sobre a demonstração de educação física a realizar-se em 7 de setembro próximo, científico-vas que as despesas decorrentes da estada desses professores, na sede da Delegacia, bem como as de condução, feitas com a máxima economia, serão pagas pela Inspeção Geral de Educação Física, mediante apresentação, em três vias dos respectivos documentos.

Outrossim, recomendo-vos o fornecimento de passas aos referidos professores e o abono de suas faltas.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 43

São Paulo, 15 de julho de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Em virtude de entendimento com o Tesouro do Estado, passarão a ser escrituradas pelos diretores de estabelecimentos de ensino do interior, subordinados a esta repartição, as folhas de pagamento do pessoal deles dependentes.

Para esse fim, recomendo-vos providências junto àquelas autoridades no sentido de procurarem, nas coletorias de rendas estaduais, onde recebem seus vencimentos, os impressos necessários e as instruções para o seu preenchimento, e serem expedidos pelo Tesouro.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 44

São Paulo, 14 de julho de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Afim de dar imediato cumprimento às disposições constitucionais, relativas ao funcionalismo público, solicito de V. S. as necessárias providências, no sentido de obter, no menor prazo possível, dos funcionários docentes e administrativos, sob sua direção, sem exceção, as provas de quitação com o Serviço Militar.

Apresentando os documentos, V. S. os devolverá às partes, e, a seguir, remeterá a este Departamento, devidamente preenchido, um quadro de acordo com o modelo abaixo.

Atenciosas saudações.

DOCUMENTOS DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR

Nome	Função	Data da nomeação	Natureza	Núm.	Corpo ou Rep. de origem do documento

CIRCULAR N. 46

São Paulo, 1.º de agosto de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Para vosso conhecimento e devidos efeitos, comunico-vos que o sr. Secretário da Educação, atendendo ao que lhe propoz este Departamento, resolveu que os comissionados como substitutos de professores ou adjuntos sejam mantidos nas comissões em que se achem, no caso de se dar vacância da escola ou classe por êles regida, até o seu definitivo provimento ou, se êste não se verificar, até 30 de novembro do corrente ano.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 47

São Paulo, 24 de agosto de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Em resposta a várias consultas dirigidas a este Departamento, declaro-vos, que, na realização de exames antecipados, a serem feitos no próximo mês de setembro, devem ser observadas as disposições contidas na circular n. 34, de 24 de agosto de 1937, que abaixo se transcreve.

Atenciosas saudações.

"CIRCULAR N. 34 — São Paulo, 24 de agosto de 1937 — Senhor Delegado Regional do Ensino. — À vista das ponderações apresentadas na última reunião de Chefes de Serviço e Delegados do Ensino, esta Diretoria resolveu revigorar, com pequenas alterações, as instruções expedidas em 1936 sobre exames antecipados.

1 — Os professores de escola rural poderão solicitar, por escrito, da autoridade escolar, com sede no município, a antecipação dos exames, para todos ou alguns dos seus alunos (três, no mínimo), justificando o pedido com a declaração de que tais alunos vão mudar-se.

2 — A verificação do preparo desses alunos será feita em dia previamente marcado pela autoridade, de 1 a 30 de setembro, na forma dos exames finais, e lavrando-se áta no livro competente.

3 — A relação dos alunos promovidos será remetida imediatamente pela autoridade escolar ao Delegado do Ensino. Êste remeterá cópia à Diretoria do Ensino, que se encarregará da distribuição da relação geral às Delegacias.

4 — Os alunos porventura reprovados, nos exames antecipados, poderão apresentar-se de novo, no fim do ano letivo.

5 — Findo o exame antecipado, e seja qual for o seu resultado, as aulas continuarão a funcionar até a época regulamentar.

6 — Afim de que os promovidos no exame antecipado não figurem de novo, em outra escola, em exames de fim de ano, as novas matrículas, a começar de setembro, em qualquer escola primária da região, devem ser

comunicadas ao respectivo Delegado. Verificado que alunos aprovados em escola se transferiram para outra, deverá o Delegado comunicar o fato à autoridade escolar local, para os devidos efeitos.

7 — Se os alunos aprovados em exame antecipado se mantiverem na escola até o fim do ano, tal exame será considerado inexistente, submetendo-se os alunos às provas, com os demais.

8 — Os srs. Delegados Regionais comunicarão à Diretoria de Ensino qualquer irregularidade, dificuldade ou inconveniente que verificarem, na execução das instruções acima. Atenciosas saudações. (a) A. Almeida Junior — Diretor do Ensino".

CIRCULAR N. 48

São Paulo, 2 de setembro de 1938.

Senhor Delegado Regional de Ensino.

Para que este Departamento possa providenciar o empenho para pagamento da gratificação aos srs. Auxiliares de Inspeção Escolar dos Municípios e distritos de paz sob a jurisdição dessa Delegacia, solicito vossas providências no sentido de ser enviada, com a possível urgência, uma relação, contendo os nomes e cargos efetivos desses funcionários designados para aquelas funções, em virtude do Decreto n. 9.118, de 20 de abril último.

Outrossim, deve constar da relação o início do exercício não só dos atuais Auxiliares de Inspeção bem como dos que já foram renovados ou dispensados.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 49

Aos srs. Delegados de Ensino, Diretores de Ginásios, Escolas Normais e Profissionais:

Solicito providências de Vv. Ss. no sentido de ser comemorado com o maior brilhantismo, em todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, o dia 7 de setembro, data máxima de nossa nacionalidade. A essa comemoração, que será realizada no próprio dia, de acordo com o artigo 838, do Código de Educação, deverá ser dado caráter eminentemente popular, para o que convém, de preferência, ser levada a efeito em praça pública.

É aconselhável que nas localidades onde houver mais de um estabelecimento de ensino, seja a comemoração realizada em conjunto, e, se possível, o que constituirá iniciativa de grande alcance, em articulação com as escolas particulares.

Do programa constarão hinos patrióticos, uma parte literária e outra esportiva, podendo para aquela, ser convidado orador estranho ao estabelecimento.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 50

São Paulo, 9 de setembro de 1938.

Senhor Chefe do Expediente Geral.

Para a boa marcha dos serviços afetos a este Departamento recomendo-vos a observância, a partir de 12 do corrente, das seguintes instruções relativas ao encaminhamento de processos e papéis entre as várias dependências da Repartição:

1.º — Os processos ou papéis só serão encaminhados a dependência ou órgão de destino na última hora de período regulamentar de trabalho, executados os de natureza urgente que, por determinação do Gabinete, devam ter encaminhamento imediato.

2.º — O órgão ou dependência que fizer a remessa de processos ou papéis os relacionará, em três vias, no impresso apenso, enviando-as, com eles, ao órgão ou dependência de destino.

3.º — Este conferirá os processos ou papéis enviados, arquivará a primeira via da relação mencionada e firmará recibo nas demais vias que serão devolvidas ao remetente por intermédio do Protocolo Geral.

4.º — A segunda via constituirá documento do Protocolo, que visará a terceira, devolvendo-a à dependência remetente.

Recomendo-vos outrossim solicitar da Diretoria da Secretaria deste Departamento os impressos necessários para o serviço a vosso cargo.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 51

São Paulo, 20 de setembro de 1938.

Senhor Delegado Regional de Ensino.

Solicito providências de V. S. no sentido de ser fornecido a este Departamento, com toda brevidade, o número de diplomas (impressos) necessários aos alunos que este ano vão concluir o curso primário nessa região.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 52

São Paulo, 24 de setembro de 1938.

Senhor Delegado Regional de Ensino.

Atendendo à representação do Departamento de Indústria Animal, recomendo a V. S. providências no sentido de ser desenvolvido nos estabelecimentos de ensino primário o programa abaixo transcrito, relativo à caça e pesca.

O desenvolvimento desse programa poderá ser levado a efeito, de preferência, nas horas destinadas às aulas de "noções comuns", devendo revestir-se de caráter eminentemente educativo.

Atenciosas saudações.

PROGRAMA

- 1 — Noções relativas à vida, criação, utilidade ou nocividade e à caça dos animais de nossa fauna.
- 2 — Respeito devido à fauna. O espírito de cooperação nas atividades relacionadas com a vida dos animais selvagens úteis e dos peixes.
- 3 — Processos de caça e pesca mais vantajosos, tendo-se em vista a conservação da fauna.
- 4 — Conhecimento rudimentar das leis, regulamentos e determinações federais e estaduais sobre caça e pesca.
- 5 — Cumprimento das leis, regulamentos e determinações relativos à caça e pesca. Cooperação em benefício da fauna. Melhor forma para o cumprimento daquelas leis e regulamentos e para essa cooperação por parte das crianças.

CIRCULAR N. 53

São Paulo, 24 de setembro de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Comunico a V. S. que, atendendo à representação da Cruzada Pró-Infância, autorizo os estabelecimentos de ensino primário a cooperarem da maneira mais conveniente, a juízo de V. S., na execução do programa da Semana da Criança, abaixo reproduzido e que será levado a efeito de 8 a 16 de outubro próximo.

Essa cooperação não deverá prejudicar a normalidade dos trabalhos escolares, sendo facultativa a participação dos alunos nas comemorações religiosas a se realizarem no dia 9.

Atercições saudações.

SEMANA DA CRIANÇA

Programa

De 8 a 16 de outubro de 1933.

- 8 — DIA DAS MÃES
Dar filhos fortes à sua terra é a manifestação mais nobre do patriotismo da MULHER.
- 9 — DIA DA ELEVAÇÃO ESPIRITUAL.
- 10 — DIA DO LATANTE
Milhares de crianças morrem, entre 0 e 1 ano, às mais das vezes, pela falta de observância das noções, mais elementares de PUERICULTURA.
- 11 — DIA DO PRÉ-ESCOLAR
Na idade pré-escolar, consolida-se a saúde do corpo e realiza-se, a parte mais importante, da formação do caráter da criança.
- 12 — DIA DA PAZ
Nação Forte é a que tem Filhos Fortes.
- 13 — DIA DA CRIANÇA QUE ESTUDA

Cada criança, que aprende a lêr, é o pequeno operário que trabalha para a construção de uma Pátria Melhor.

14 — **DIA DA CRIANÇA ASILADA**

Os asilos, dando abrigo a milhares de crianças, devem merecer toda a simpatia do público.

15 — **DIA DA CRIANÇA HOSPITALIZADA**

Muitas moléstias são curáveis. A criança doente, o é, muitas vezes, por descuido, ignorância, pobreza.

16 — **DIA DA CRIANÇA QUE TRABALHA**

A criança não deve crescer na indolência. Cada criança deve ter um trabalho adequado à sua idade.

CRUZADA PRÓ INFÂNCIA

SEMANA DA CRIANÇA

Sugestões para a sua realização

DIA 8 — DIA DAS MÃES

Sessões ou solenidades dedicadas às mães, exaltando o papel da mulher na sociedade.

DIA 9 — DIA DA ELEVAÇÃO ESPIRITUAL

Comemorações religiosas, com a coparticipação das crianças.

DIA 10 — DIA DO LATANTE

Concurso de Robustês Infantil — Visitas, das alunas, das escolas, a centros de Puericultura, existentes, ou Dispensários de Higiene Infantil.

DIA 11 — DIA DA CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR

Festas às crianças de 3 e 7 anos, nos jardins ou praças públicas, competições, jogos, etc. — Inauguração de "Play-Grounds" ou praças de diversões para crianças.

DIA 12 — DIA DA RAÇA — DIA DA CRIANÇA

Demonstrações e competições esportivas infantis — Parada geral.

DIA 13 — DIA DA CRIANÇA QUE ESTUDA

- a) **Movimento educativo** — Instituição de **Cursos de Puericultura**, para senhoras e senhoritas e alunas dos quartos anos primários, segundo o programa da "Escola das Mãezinhas". Confeção e distribuição de roupinhas às crianças pobres;
- b) **Movimento recreativo** — Festas às crianças, exibições cinematográficas gratuitas, etc.;
- c) **Movimento social** — Aproximação de pais e mestres, com recepções, nas escolas, aos pais dos alunos;
- d) **Movimento de assistência** — Organização de sopas, copos de leite, etc., às crianças desnutridas, necessitadas;
- e) **Movimento cultural** — Organização de bibliotecas, para crianças.

DIA 14 — DIA DA CRIANÇA ASILADA

Visitas, das crianças e senhoras da sociedade, aos asilos existentes, com organização de pequenas festas, exibições cinematográficas, etc., com distribuição de doces, frutas, brinquedos, roupas, etc., às crianças asiladas.

DIA 15 — DIA DA CRIANÇA HOSPITALIZADA

Idem, com referência às crianças hospitalizadas.

DIA 16 — DIA DA CRIANÇA QUE TRABALHA

- 1 — **Finalidade "A"** — Conhecimento da mentalidade profissional do nosso escolar primário "B" — Divulgação da necessidade de Orientação Profissional.
- 2 — **Observação do meio Profissional "A"** — Visitas feitas, pelos alunos dos quartos anos dos grupos escolares: 1 — aos estabelecimentos: a) comerciais; b) industriais; 2 — aos internatos, escolas, em que haja trabalho do adolescente. "B" Palestras; 1 — nas escolas secundárias, sobre a significação das oportunidades educacionais e profissionais oferecidas por estas escolas.
- 3 — **Pesquisas no meio escolar "A"** — Aplicação de um questionário, aos quartos anos dos grupos escolares, para conhecimento da mentalidade profissional do escolar. "B" — Colaboração. 1 Parte técnica — Laboratórios de Psicologia Aplicada ou congêneres. 2 — Parte financeira. — Associações de Proteção à Infância. 3 — Diversões — Para crianças que trabalham; 1 — Sessões cinematográficas; 2 — Diversões nos parques; 3 — Passeios de bonde.
- 4 — **Propaganda "A"** — Pelas estações de rádio. 1 — Palestras sobre a orientação profissional, por técnicos, no assunto. "B" — Pela imprensa. 1 — Notícias, diárias, do trabalho realizado. — 2 — Mensagens às crianças que trabalham. Colaboração de jornais especiais e orientação profissional e classes especiais de orientação profissional e educacional. Números especiais, de ditos jornais, às crianças que trabalham.

Cruzada Pró Infância — Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 683 — Telefone 2-6235.

CIRCULAR N. 54

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Transmito a V. S., na íntegra, o ofício recebido, em 25 de agosto último, do sr. dr. Secretário da Educação, para o fiel cumprimento da determinação nele contida.

"Senhor Diretor Geral do Departamento de Educação.

Atendendo ao que me representou o sr. Diretor Geral do Departamento de Saúde, solicito suas providências, a fim de que os diretores das escolas públicas ou particulares observem o disposto no artigo 616, do Código Sanitário (decreto n. 2.918, de 1913) quanto à exigência da vacinação e revacinação contra a varíola, para a matrícula naqueles estabelecimentos. Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 55

Senhor Delegado Regional do Ensino.

O Departamento de Educação, empenhado em que a Semana da Criança se desenvolva em ambiente da melhor cordialidade entre a escola e a família, solicita de todas as autoridades escolares medidas oportunas a fim

de que os pais compareçam, em qualquer dos dias da SEMANA, às escolas de seus filhos, para que possam conhecer a casa em que eles se educam, bem como as diversas atividades docentes ali postas em prática.

O Departamento de Educação confia plenamente no êxito da iniciativa lembrada, e para ela solicita o mais caloroso apóio do professorado.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 56

São Paulo, 5 de outubro de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Desejando tornar possível o aproveitamento equitativo, de acôrdo com os interesses do ensino, de maior número de professores do sexo masculino nas escolas ou classes de ensino primário estadual, solicita de V. S. sugestões nesse sentido, as quais, acompanhadas de justificação clara e sucinta, deverão ser remetidas a êste Departamento, até 31 do corrente mês.

Com relação ao assunto, recomendo sejam especialmente estudadas, não sòmente a forma de escolha de vagas em concurso, como também as vantagens ou desvantagens da nomeação dêsses professores para regência de escolas ou classes mistas, em caráter efetivo ou interino, principalmente tratando-se de núcleos rurais que não permitam a permanência de professores, quer pelo fato de serem constituídos de população estrangeira, quer por outros motivos.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 57

São Paulo, 6 de outubro de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Comunico a V. S. que a Diretoria do Serviço de Orientação Pedagógica elaborou, com a minha aprovação, o plano de cooperação dêste Departamento, na SEMANA DA CRIANÇA, nos dias 13 e 16 do corrente, dedicados, respectivamente, à "criança que estuda" e à "criança que trabalha".

Além das colaborações que os estabelecimentos de ensino tenham planejado para êsses ou outros dias da Semana, recomendo sejam feitas a 13 e 16, em tôdas as escolas, pelos professores ou pessoas estranhas palestras relativas à comemoração, emprestando-se nelas especial relêvo aos itens das sugestões aqui apresentadas.

De acôrdo com as possibilidades de cada estabelecimento, deverão ser executados, pelos alunos, nesses dias, trabalhos relacionados com a comemoração, facultado o tipo de exercício: cartazes, desenhos ou redação, individuais ou coletivos.

Cada estabelecimento remeterá, com a possível brevidade, por intermédio das Delegacias do Ensino, cinco (5) dos melhores trabalhos, à Diretoria do Serviço de Orientação Pedagógica, que providenciará sôbre a sua divulgação. Poderão também ser remetidos ao Serviço, resumos das palestras que forem realizadas nos estabelecimentos.

A partir de 11 do corrente, depois das 15 horas, a Diretoria de Serviço de Orientação Pedagógica (Departamento de Educação) terá à disposição das escolas primárias, que providenciarão sobre a sua procura, impressos relativos aos dois dias acima aludidos. Distribuídos esses impressos aos alunos, comentarão os professores os conselhos que neles se encontram, de modo que se gravem na memória infantil. Igualmente comentarão os assuntos ventilados no *Jornal de Orientação Profissional*, a ser distribuído no dia 16, aos alunos de 4.º grau.

Sugestões para a palestra de 13 — dia da criança que estuda:

- 1 — A criança que estuda faz-se estimada dos pais, eleva-se no conceito dos seus mestres e dignifica-se aos olhos de todos os cidadãos; armazena forças que a ajudarão a vencer com facilidade os obstáculos que se lhe deparem na luta pela vida.
- 2 — A criança que estuda não será elemento negativo, péssimo ou carga inútil para a sociedade em cujo meio viver.
- 3 — A criança que estuda trilha o caminho da perfeição. Aprende a raciocinar. Corrige os seus defeitos. Faz-se melhor.
- 4 — A criança que estuda não ignora os seus deveres para com seus pais, para com seus semelhantes para com a Pátria e para com Deus.
- 5 — A criança que estuda será, no futuro, elemento positivo, força creadora, que concorrerá para a melhoria do progresso da humanidade.

Sugestões para a palestra de 13 — Dia da criança que trabalha:

- 1 — Merece especial respeito a criança que, com seu esforço, auxilia a manutenção da casa.
- 2 — Enquanto está na escola, deve a criança aproveitar bem o estudo, para que ele lhe seja útil no exercício de sua futura profissão.
- 3 — Procure a criança conhecer as diversas profissões, a fim de escolher a que estiver mais de acordo com as suas capacidades.
- 4 — Não há profissões inferiores e profissões superiores. Todas são dignas de consideração, quando são dignos os homens que as exercem. Todo trabalho dignifica o homem.
- 5 — No dia da criança que trabalha, cada escolar deve homenagear os pequenos obreiros, que já labutam corajosamente em suas diferentes ocupações.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 58

São Paulo, 6 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Sendo intenção deste Departamento atender equitativamente às necessidades de escolas e classes das diferentes regiões do Estado e regularizar a situação das unidades escolares cujo funcionamento, por deficiência de matrícula ou por outros motivos, não seja normal, solicito de V. S. as necessárias providências no sentido de serem enviadas, até 31 do corrente mês, a este Departamento, as propostas, devidamente fundamentadas, de criação, transferência, supressão e mudança de denominação de escolas bem como de criação ou supressão de classes de grupos escolares da região a cargo de V. S.

Para a criação de escolas ou classes deverão ser observadas as instruções que acompanharam a circular n. 53, de 10 de setembro de 1936 e que foram publicadas na "Revista de Educação" (ns. 17 e 18, de 1937).
Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 59

São Paulo, 7 de setembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Sendo permitido pela circular n. 19, de 11 de março de 1930, que alunos já diplomados pelo curso primário frequentem de novo o 4.º ano dos grupos escolares, por falta de ocupação ou de escola de grau mais elevado, e havendo vantagem em que análoga permissão seja adotada quanto às escolas isoladas, para os alunos que nessas escolas concluíram aquele curso, comunico a V. S. que a medida poderá ser tomada, de ora em diante, não somente em relação aos grupos escolares, mas também às escolas isoladas, desde que sejam satisfeitas as seguintes condições:

- 1.º — Vaga na classe ou escola em que o candidato deseja matricular;
- 2.º — Boa conduta anterior do candidato;
- 3.º — Idade do candidato inferior a 15 anos;
- 4.º — Subordinação do aluno a todas as disposições da disciplina escolar.

Tais alunos serão considerados como ouvintes, não devendo, portanto, ser computado o seu comparecimento para o cálculo da frequência, nem a sua aprovação na média anual da classe ou escola.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 60

São Paulo, 7 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Para conhecimento de V. S. e a fim de que seja prestado todo o possível apoio à Comissão Nacional que será organizada para a comemoração do duplo Centenário de Portugal, comunico que recebi, por cópia, o ofício e o memorandum seguintes, endereçados a Sua Excelência o Senhor Doutor Interventor Federal no Estado:

(Armas da República) Ministério da Relações Exteriores, Rio de Janeiro. Em 20 de julho de 1938. P-58-641.7 (88). Comemoração do Centenário da fundação de Portugal.

Senhor Interventor,

A Embaixada de Portugal, por Memorandum, informou a este Ministério de que o Governo Português decidiu celebrar em 1939-1940, com a maior solenidade, o oitavo centenário da fundação daquele país como Nação e, ao mesmo tempo, o terceiro centenário da restauração da sua independência, no século XVII. As principais cerimônias comemorativas se realizarão em 1940. O seu programa definitivo ainda não está fixado, mas compreenderá, entre outras, uma exposição da expansão e da influência de

Portugal no mundo, diversos congressos, inclusive os que se referem à história, geografia, arqueologia, bibliotecas arquivos, museus, etc. Daí, o desejo daquele país de associar às comemorações de 1940 os Governos e povos estrangeiros, esperando, assim que todos se façam representar.

Enquanto aguarda que o programa do duplo centenário seja fixado pela Comissão Nacional nomeada para esse fim e que o Governo português esteja em condições de dirigir aos governos amigos o convite oficial, a Embaixada de Portugal está vivamente empenhada em assegurar, desde já, todas as facilidades possíveis, afim de que a referida Comissão possa entrar em contacto directo com os interessados e obter, desse modo, os elementos que de alguma maneira estejam ligados à história antiga ou moderna de Portugal.

Vossa Excelência, pois, muito me obsequearia se desse ao assunto a mais ampla divulgação, no sentido de que a Comissão aludida possa, em momento oportuno, conseguir o necessário auxílio das autoridades ou sociedades interessadas, bem como o acolhimento que é justificado pelo fim que se tem em vista e pela natureza que liga Portugal ao Brasil.

Para maior esclarecimento, envio, na cópia anexa, o Memorandum em apêço.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

Pelo Ministro de Estado: a) Hildebrando.

"M-3.6718-19-7-38.

MEMORANDUM

O Governo Português decidiu celebrar em 1939-1940, com a maior solenidade, o centavo centenário da fundação de Portugal como Nação e o terceiro centenário da restauração da sua independência, no século XVII, depois de um período de 60 anos durante o qual tendo vagado o trono português, as corôas de Portugal e da Espanha se encontraram reunidas sob o cetro dos reis de Espanha.

As principais cerimônias comemorativas terão lugar em 1940. O seu programa definitivo não está ainda fixado, mas compreenderá, entre outras, uma exposição da expansão e da influência de Portugal no mundo, diversos congressos, cortejos cívicos nas capitais históricas de Portugal, etc.

Portugal teve sempre uma vida internacional intensa e principalmente depois das descobertas e navegações, manteve relações contínuas, tanto políticas e culturais como económicas, com todos os povos da Europa e fora dela. Os seus navios desde então sulcaram igualmente todos os mares do globo. Por isso ele deseja associar às comemorações de 1940 os Governos e povos estrangeiros e duma maneira muito especial os povos navegadores e espera que todos se façam representar.

Enquanto aguarda que o programa do duplo centenário seja fixado pela Comissão Nacional nomeada para esse fim e que o Governo esteja, portanto em condições de dirigir aos Governos amigos um convite oficial, solicita-lhe desde já o obséquo de assegurar todas as facilidades possíveis à referida comissão junto das sociedades históricas, geográficas, arqueológicas, bibliotecas, arquivos do Estado ou regionais, museus, etc., com os quais ela tenha necessidade de por-se imediatamente em contacto afim de obter os vários elementos, reproduções fotográficas de monumentos ou obras

de arte, que de alguma maneira estejam ligados à história antiga ou moderna de Portugal. A Comissão estimará encontrar junto destas entidades o acolhimento que é justificado pelo fim que se propõe e pela amizade que liga Portugal às outras Nações.

O Governo Português apresenta aos Governos a quem é dirigido este pedido a expressão antecipada do seu vivo reconhecimento por tôdas as facilidades e pelo auxílio que as suas autoridades poderem prestar à Comissão dos centenários, quer nas diligências que ela diretamente realiza quer naquelas de que serão incumbidas, em seu nome, a Embaixada e Consulados portugueses no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1938."

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 61

São Paulo, 8 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Considerando que os livros de leitura aprovados por este Departamento têm assegurados os seus direitos de adoção em tôdas as escolas primárias do Estado, e que aos professores cabe o direito de livre escolha desses livros, em virtude e por força da autonomia didática que lhes é concedida por lei, resolve revogar as disposições da Circular n. 38, de 10 de setembro de 1937, que recomendou a escolha dos livros de leitura no mês de outubro, válida para o ano letivo seguinte.

Em virtude dessa revogação, fica assegurada aos professores primários plena liberdade de escolha de livros de leitura, pela qual acotarão em suas classes os de sua preferência, relacionados, porém, na publicação deste Departamento.

No início do ano letivo de 1939, feita a escolha pelos professores, remeterá essa Delegacia, com a máxima urgência, os pedidos ao Almoxtarifado, para que, prontamente no interesse do Ensino, recebam os estabelecimentos os livros de que necessitam.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 62

São Paulo, 10 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Não tendo sido ultimado o estudo que o Departamento de Educação, pelo seu Serviço de Orientação Pedagógica, vem realizando sobre a medida do trabalho escolar, nas escolas primárias, prevalecerão ainda este ano, em suas linhas gerais, as instruções da circular n. 47, de 9 de outubro de 1935, relativas a exames finais.

Empenhado que está este Departamento em promover o levantamento do nível do ensino nessas escolas, iniciando-o com a rigorosa verificação

do aproveitamento escolar, sobretudo no que se refere ao domínio das técnicas fundamentais, recomenda-vos fiel execução das instruções aqui apresentadas, de cujos dizeres dareis ciência aos professores sob vossa direção.

- 1 — As provas de linguagem, leitura e cálculo, serão de per seletivas nos primeiros e segundos anos.
- 2 — As provas dos primeiros anos, rigorosamente feitas, deverão em seus resultados excluir da aprovação todas as crianças que não estejam realmente alfabetizadas.
- 3 — Todas as provas de aritmética devem ser organizadas com questões que exijam o raciocínio da criança, com exclusão de problemas de solução mecânica.
- 4 — Nas provas de aritmética, dos terceiros e quartos anos, devem ser incluídas questões de geometria prática.
- 5 — A correção das provas de exames e a primeira nota, caberá ao professor, mas a verificação das aprovações ou reprovações compete, nas escolas isoladas, ao inspetor, auxiliares de inspeção ou pessoas designadas por aquele, e ao diretor, nos grupos escolares. Nestes estabelecimentos, porém, os resultados dos exames poderão ser revistos pelos inspetores escolares.
- 6 — Realizados os exames dos 1.ºs anos, organizarão os professores uma relação nominal dos alunos repetentes em sua classe, o número de anos que repetem. Os dados assim colhidos deverão ser enviados à Diretoria do Serviço de Orientação Pedagógica.
- 7 — Após os exames, os estabelecimentos de ensino, por intermédio das respectivas Delegacias, remeterão à D. S. O. P., do Departamento de Educação, as questões apresentadas nos exames finais relativas às matérias examinadas.
- 8 — As provas dos exames finais, devidamente arquivadas nos estabelecimentos, ficarão à disposição da D. S. O. P., que oportunamente providenciará a respeito.
- 9 — Os diretores de grupos escolares, desejosos de uma experiência da medida objetiva do trabalho escolar, poderão realizar em seus estabelecimentos, sem prejuízo da marcha normal dos trabalhos, processo adequado a essa medida, remetendo ao mesmo Serviço, breve exposição do trabalho realizado.
- 10 — No intuito de colher a opinião do professorado a respeito da verificação do trabalho escolar, a D. S. O. P., solicita seja enviado o parecer de cada grupo escolar sobre a atual medida, suas falhas e sugestões para corrigi-las.
- 11 — Não serão permitidas, em novembro, matrículas ou eliminações de alunos, nem mesmo por transferência.
- 12 — Nenhum exame escrito poderá ser realizado nas escolas primárias, centro do mês de outubro, salvo com autorização expressa da Delegacia do Ensino.
- 13 — Os grupos escolares da Capital enviarão à D. S. O. P., por intermédio da Delegacia do Ensino, um comunicado relativo à distribuição dos exames finais.
- 14 — Nas omissões desta circular prevalecerão as disposições da circular n. 47, já citada.

BASES A SEREM OBSERVADAS NOS EXAMES FINAIS

- I — LEITURA** — 1.º ano — Parte a — Leitura de cinco (5) sentenças escritas pelo examinador no quadro negro, à vista do examinando. Parte b — Leitura de uma lição de 1.º livro, desconhecido pela classe; 2.º, 3.º e 4.º anos — Leitura corrente e interpretação de pequenos trechos, em livro ao alcance da classe, mas que não tenha sido usado durante o ano.
- II — ARITMÉTICA** — 1.º ano. — Quatro problemas de uma só operação, sobre as quatro operações, com números inteiros, cujos resultados não ultrapassem de uma centena; 2.º ano — Quatro problemas, sendo dois de duas operações e dois de três sobre as quatro operações.
Dar predominância, nos problemas, às operações de divisão com dois algarismos no divisor. — 3.º e 4.º anos. — Quatro problemas de duas ou mais operações, abrangendo a matéria ensinada. Dar predominância a problemas da vida real e incluir questões de geometria prática.
Nas provas devem aparecer o enunciado, a resposta, a solução e as operações.
- III — LINGUAGEM ESCRITA** — 1.º ano — Parte a — Ditado de (20) vinte palavras, incluindo-se em cada uma, uma sílaba fundamental do domínio da leitura. Parte b — Formação de cinco (5) sentenças sobre objeto ou gravura, organizadas com histórica ou descrição. 2.º ano. — Reprodução ou descrição. 3.º ano — Trabalho à vista de uma gravura original. 4.º ano — Composição ou carta.
- IV — GEOGRAFIA** — 2.º ano — Parte a — Cartografia. Contorno do Estado de São Paulo, (Capital, sede do município, da escola) ou esboço aproximado da cidade ou bairro da escola e seus arredores. 3.º ano — Mapa do Estado de São Paulo, com a localização de acidentes, a juízo do examinador. 4.º ano. — Mapa do Brasil, com a localização de acidentes, de acordo com a matéria dada.
Parte b — Questionário — Respostas escritas a um questionário de cinco (5) perguntas, sobre questões do programa executado.
- V — HISTÓRIA PÁTRIA** — 2.º, 3.º e 4.º anos — Parte a — Respostas escritas a cinco (5) perguntas relacionadas com a matéria dada.
Parte b — Desenho da Bandeira Nacional (em papel de desenho).

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 64

São Paulo, 10 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Para seu conhecimento e afim de que sejam tomadas as necessárias providências sobre o assunto, transcrevo abaixo o ofício que me foi dirigido pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário da Educação e Saúde Pública:

“São Paulo, 30 de setembro de 1933.

N. 2516-C.

Sr. Diretor do Departamento de Educação.

Tendo o sr. General Ministro da Guerra, em aviso de 27 do corrente, resolvendo consulta do Diretor Geral do Tesouro de Pernambuco, declarado que a prova de quitação com o Serviço Militar deverá ser exigida do funcionário em todos os atos de posse que tenha de efetuar durante sua carreira, determino-vos a observância rigorosa daquela decisão.

Assim, não só para a posse em primeira nomeação, como nos casos de designação, remoção, promoção ou nomeação para novos cargos, deveis sempre atender às exigências do art. 166 e parágrafo 1.º do decreto n. 23.125, de 21 de agosto de 1933, sob as penas ali cominadas.

Nesse sentido, convém dirigir-vos aos funcionários incumbidos de dar posse, lembrando que, nos termos da lei, a infração daquele dispositivo obriga o Chefe de Repartição ou de serviço a indenizar os cofres públicos da importância dos vencimentos e de outras vantagens pecuniárias que já tenham sido pagas ao funcionário empossado, que terá cassada, imediatamente, sua nomeação, designação ou admissão.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 65

S. Paulo, 10 de outubro de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Para seu conhecimento e devidas providências, transmito a V. S. a cópia junta do ofício recebido pelo Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado, em resposta à consulta feita ao sr. General Comandante da Região Militar, ofício esse que foi remetido, por cópia, pelo Exmo. Sr. Secretário da Educação e Saúde Pública.

Atenciosas saudações.

CÓPIA:

“Armas da República — MINISTÉRIO DA GUERRA — 2.ª REGIÃO MILITAR — II DIVISÃO DE INFANTARIA — ESTADO MAIOR — 2.ª Seção — N. 589-B

São Paulo, 17-IX-1933. — Do Comandante da Região.

Ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado de São Paulo.

Assunto: — Situação de funcionários em face do Serviço Militar.

Referência: — Of. n. 7.966, de 1-IX-1933, dessa Interventoria.

I — Em atenção ao que solicitou V. Exc., no ofício acima referido, tenho a honra de informar o seguinte, a respeito da situação dos funcionários públicos, em face do Serviço Militar;

a) De acordo com o parágrafo único do artigo 164 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, todos os funcionários indistintamente, devem apresentar prova de quitação com o Serviço Militar.

b) De conformidade ainda com o parágrafo único do artigo 164 da Constituição, e tendo em vista o artigo 166 e seus parágrafos da lei do Serviço Militar baixada com o decreto n. 23.125, de 21-VIII-1933, mandados por em execução pelo decreto n. 24.170, de 13-VII-1934, devem ser reme-

tidos à 4.ª C. R. os dados referentes aos nomes, filiação, naturalidade e data do nascimento de todos aqueles que exercem cargos, função ou emprego estipendiados pelos cofres públicos.

c) Os dados relativos aos funcionários empossados ou admitidos após o advento do decreto n. 22.885, de 4-VII-1933 que proíbe a posse de funcionários de 1.ª nomeação que não tenham cumprido seus deveres com o Serviço Militar, devem ser remetidos à 4.ª C. R. dentro de uma semana, a contar da data da posse ou admissão, em concorrência com o parágrafo 1.º do art. 166 da lei do Serviço Militar já citada.

d) A 4.ª C. R. designa, às segundas, quartas e sextas-feiras, dias esses em que atende ao público em geral, 2 oficiais em serviço naquela Repartição Militar, para atender a todos os que a procuram, afim de regular sua situação em face do Serviço Militar.

II — Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Excia., a renovação dos meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

CIRCULAR N. 67

São Paulo, 12 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

De acordo com o que dispõe o art. 275, do Decreto n. 3010, de 20-8-1938, que regulamenta o Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio último, é considerada zona rural toda porção de território nacional não compreendida nos limites do Distrito Federal, das Capitais dos Estados e portos de entrada de estrangeiros.

2 — Assim, para os efeitos do Regulamento da lei de nacionalização do Ensino, apenas a Capital e Santos são, no Estado, considerados zona urbana.

3 — Na zona rural — estabelece, taxativamente, o Decreto-lei n. 406 quaisquer escolas, oficiais ou particulares, serão, sempre, regidas por brasileiros natos (art. 41, art. 85, § 1.º). O decreto 3010, em seu art. 163, reforça esse mesmo oportuno dispositivo.

4 — Para fiel observância da lei, todos os professores da zona rural devem provar no prazo de trinta dias (a contar do recebimento desta circular), sua qualidade de brasileiros natos.

Essa prova deverá ser feita por meio de certidão de nascimento, documento esse que será arquivado nas Delegacias do Ensino.

Findo o prazo acima referido, as Delegacias Regionais do Ensino remeterão, dentro de dez dias a este Departamento, a relação dos professores não brasileiros natos, para as providências que couberem no caso.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 68

São Paulo, 18 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Levo ao conhecimento de V. S., para os devidos fins, que os dias de ponto facultativo e feriados extraordinários federais e estaduais em que o professor de grupo escolar ou escola isolada trabalhe, por que deles só tenha conhecimento posterior, devem ser computados como comparecimentos, não só para efeito de efetivação ou concurso, como também para a da gratificação especial a que se refere o art. 266 do decreto n. 5.884, de 21-4-1933.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 69

São Paulo, 20 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Em editamento à circular n. 47, de 24 de agosto último, deste Departamento, comunico a V. S. que a cópia da relação dos alunos promovidos em exames antecipados, a que se refere o item 3 da circular n. 34, de 24 agosto de 1937, deverá ser remetida diretamente às Delegacias de Ensino.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 70

ESTATÍSTICA DE 1938

São Paulo, 25 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Para vosso conhecimento e ampla divulgação entre os funcionários subordinados a essa Delegacia e entre os responsáveis pelas escolas municipais e particulares, vão abaixo transcritas as recomendações e instruções deste Departamento sobre os trabalhos de coleta dos dados da estatística escolar de 1938.

— I —

A estatística do Convênio Nacional, a cargo do Departamento de Educação é a que se refere a todos os cursos de ensino primário geral existentes no Estado, diurnos e noturnos, quer estaduais, municipais ou particulares, ainda que tais espécies de ensino se incluam no programa de um estabelecimento onde haja outros cursos, como um ginásio ou uma escola normal.

Os cursos compreendidos na denominação de ensino primário geral são os seguintes:

- a) PEE-PRIMÁRIO MATERNAL — Escolas maternas, para crianças ordinariamente dos quatro aos sete anos de idade;
- b) PRÉ-PRIMÁRIO INFANTIL — Jardins da infância, para crianças ordinariamente dos quatro aos sete anos de idade;
- c) PRIMÁRIO COMUM — Cursos fundamentais, para crianças geralmente dos sete aos quatorze anos de idade;
- d) PRIMÁRIO SUPLETIVO — Cursos fundamentais, sem caráter emendativo, para categorias especiais de alunos, como menores abandonados, adultos analfabetos, detentos, operários, soldados (as escolas noturnas primárias incluem-se nesta espécie);
- e) PRIMÁRIO COMPLEMENTAR — Cursos para alunos em regra dos doze aos dezesseis anos de idade, destinados a melhorar a instrução ministrada no curso primário, preparação para a admissão ao curso secundário ou escolas de orientação profissional como as de comércio.

Há casos em que o curso de um instituto se estende por 5, 6, 7, ou mais anos. Deve-se, então, separar a natureza do ensino, conforme a especificação acima, tendo em vista a idade dos alunos e o desenvolvimento do programa.

— II —

Os novos questionários para 1938, mandados imprimir pelo DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO em substituição às fórmulas anteriores, já estão sendo remetidos às Delegacias Regionais, para que estas se incumbam, com urgência, de sua distribuição aos municípios.

Cada estabelecimento, agrupado ou singular, que mantenha um ou mais dos cursos indicados, preencherá o formulário em três vias: arquivará a primeira e entregará as duas outras à autoridade escolar do município.

— III —

As escolas que funcionam junto a instituições particulares preencherão os formulários destinados ao ensino público estadual, desde que todos os professores sejam pagos pelo Estado. Se, entanto, houver também classes regidas por professores mantidos pela instituição, o estabelecimento usará da fórmula destinada ao ensino particular, indicando na mesma o número de professores estaduais e seus vencimentos.

— IV —

Nos municípios do interior o responsável pela coleta referente à estatística acima especificada, do ensino público e do particular, é a autoridade residente, a partir do Auxiliar de Inspeção, e, na Capital, onde é respeitada a divisão existente em distritos escolares, o responsável é o Inspetor respectivo, correndo todos os serviços, quer no interior, quer na Capital, sob a imediata direção e fiscalização dos Delegados Regionais.

Nos estabelecimentos de ensino privado do município da Capital, entanto, tais trabalhos cabem à Segunda Delegacia Regional do Ensino.

— V —

As autoridades responsáveis pela coleta compete distribuir, recolher, conferir, corrigir e remeter os formulários à Delegacia até o dia 15 de dezembro.

No primeiro dia útil de dezembro os professores que regerem, até 30 de novembro, as escolas isoladas mantidas pelo Estado, comparecerão perante a autoridade local munidos dos livros de escrituração. Ser-lhe-ão distribuídos os impressos e fornecidas as explicações necessárias ao exato preenchimento dos mesmos.

A autoridade examinará os resultados, fará corrigir as falhas que houver, e aporá sua assinatura no formulário, assumindo, assim, plena responsabilidade sobre os números apresentados.

Se nesse dia o trabalho não ficar concluído, a reunião prosseguirá no dia ou dias seguintes:

Somente depois de rigorosamente verificada a exatidão do trabalho é que o boletim resumo do mês poderá ser aceito e registrado na folha destinada ao TESOUREIRO ou à COLETORIA. No caso contrário, o boletim será recusado e o nome do professor faltoso deixará de constar das folhas de pagamento dos meses subsequentes até sua quitação com os serviços da estatística, e isso sem embargo da aplicação de outras penalidades que o caso requeira.

— VI —

As fórmulas destinadas aos grupos escolares e aos cursos primários anexos às escolas normais, serão preenchidas pelos respectivos diretores e entregues à autoridade do município, acompanhadas de uma cópia do "mapa de movimento" do mês de novembro.

Para o caso dos grupos escolares ficam mantidas as recomendações da Circular n. 75, de 26 de novembro de 1935, quanto às condições de exatidão e de afastamento dos diretores durante as férias.

— VII —

Para fins desta estatística, os resultados dos exames feitos antecipadamente nas escolas estaduais ou nas municipais, somente deverão ser registrados quando os alunos respectivos constarem da matrícula efetiva ou em vigor no fim do ano.

— VIII —

Aos recalcitrantes será concedida uma prorrogação de prazo, que não poderá exceder do dia 20 de dezembro, data em que os trabalhos de coleta serão impreterivelmente encerrados.

— IX —

A autoridade escolar, após as providências indispensáveis à eliminação de todas as falhas ou omissões, remeterá à Delegacia do Ensino as duas vias do formulário de cada estabelecimento, juntamente com uma lista onde figurem os nomes das escolas que forneceram a estatística e os daquelas que acaso não o tenham feito. Essa lista deverá ter os seguintes títulos e subtítulos: A — ESTABELECIMENTOS QUE FORNECERAM A

ESTATÍSTICA: — I — Estaduais: a) Grupos escolares urbanos; b) Grupos Escolares rurais; d) Escolas isoladas urbanas; e) Escolas isoladas distritais; f) Escolas isoladas rurais. II — Municipais: a) Agrupados ou singulares urbanos; b) Agrupados ou singulares distritais; c) Agrupados ou singulares rurais. — III — Particulares: (as mesmas divisões das municipais). — B — ESTABELECIMENTOS QUE SE RECUSAM A FORNECER ESTATÍSTICA: a) Estaduais; b) Municipais; c) Particulares. — C — ESTABELECIMENTOS QUE NÃO FORNECERAM ESTATÍSTICA: (por estarem vagos ou não terem funcionado em novembro: a) Estaduais (nomes e causas); b) Municipais (nomes e causas).

Além dessa lista a autoridade escolar do município encaminhará ao Delegado Regional o "Mapa de movimento" de cada grupo escolar e uma cópia do "mapa de movimento", também de novembro, das escolas isoladas estaduais.

Os formulários no pacote do município, deverão ser envolvidos por cintas de papel conforme as divisões e subdivisões constantes da lista, separando-se uma via da outra.

As Delegacias Regionais, depois da verificação necessária, das providências em relação aos infratores, e de retirarem, para seu arquivo, uma via de cada formulário, remeterão o material diretamente ao SERVIÇO DE ESTATÍSTICA, separado por municípios, acompanhado das listas acima, recomendadas e da cópia do "mapa de movimento" dos grupos escolares e do das escolas isoladas estaduais, até o dia 31 de dezembro.

— X —

Dos cursos que não os primários, dos estabelecimentos administrados PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (Ginásios do Estado, Escolas Normais e Escolas técnico-profissionais), será diretamente solicitada uma estatística em formulas especiais, por intermédio das respectivas Superintendências).

— XI —

Quaisquer papéis transitarão sob registro e com a franquia postal que o Decreto Federal n. 21.645, de 18 de julho de 1932 lhes assegura, devendo as Delegacias Regionais manter correspondência direta com o SERVIÇO DE ESTATÍSTICA do Departamento de Educação.

— XII —

Todos aqueles funcionários ou não, que, tendo uma parcela de responsabilidade na execução da estatística, ocasionarem embaraços à rapidez e perfeição do serviço, serão passíveis das sanções que, sobre o assunto, intrinseca ou extrinsecamente estabelecem as leis e os regulamentos em vigor.
Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 73

São Paulo, 26 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Afim de ficar este Departamento devidamente habilitado a resolver, com exatidão e presteza, os assuntos sobre que tenha de se manifestar, re-

comendo a V. S. providencie junto às autoridades de ensino da região no sentido de que os seus pareceres e informações sejam claros e concludentes, evitando-se, dessa forma, delongas que muitas vezes prejudicam as partes, retardando os despachos finais.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 74

São Paulo, 26 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Recomendo a V. S. que as propostas de localização de unidades escolares a que se refere a circular n. 58, de 6 do corrente, sejam enviadas a este Departamento devidamente numeradas e classificadas pela ordem de preferência tendo-se em vista a importância dos núcleos escolares e as vantagens oferecidas para garantia do regular funcionamento dessa unidade.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 75

São Paulo, 27 de outubro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Comunico a V. S. para os devidos efeitos, que as denúncias e queixas remetidas a este Departamento, deverão vir devidamente informadas, satisfazendo às exigências do fisco e com as firmas reconhecidas.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 76

São Paulo, 7 de novembro de 1938.

Senhores Delegados Regionais do Ensino, Diretores de Escolas Normais e Ginásios do Estado.

Transcorrendo a 10 do corrente mês o primeiro aniversário da nova Constituição da República, recomendo a V. S. o maior empenho no sentido de ser aquela data condignamente comemorada em todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, do Estado.

Sobre a Constituição e o novo regime por ela instituído, deverão ser feitas preleções pelos professores.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 77

São Paulo, 8 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Solicito de V. S. providências no sentido de ser enviado a este Departamento, com a possível urgência, o total de alunos aprovados em exames antecipados.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 78

São Paulo, 8 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Recomendo a V. S. que a oposição de "visto" em diplomas conferidos a alunos das Escolas Normais Livres da Região, somente seja feita após rigoroso exame dos documentos apresentados pelos mesmos por ocasião de matrícula. Deverá ser negado o visto, quando se encontrem vícios nesses documentos, principalmente no que se refere a:

- a) desencontro de nomes ou de datas de nascimento, considerados em conjunto a certidão de idade, o certificado de curso fundamental e o diploma de professor;
- b) emendas e rasuras, que anulam o documento;
- c) falta de reconhecimento de firmas;
- d) falta de selo, de acordo com a legislação fiscal;
- e) falta de documentos.

Deverá V. S. dar ciência ao Sr. Superintendente do Ensino Secundário das irregularidades verificadas para que sejam indicadas quais as providências a serem tomadas.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 79

São Paulo, 11 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Recomendo vossas providências no sentido de serem as exposições de trabalhos manuais dos alunos dos estabelecimentos de ensino primário da região escolar a vosso cargo abertas no dia 27 do corrente e franqueadas à visita pública nesse dia e no dia 28, data em que devem ser encerradas.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 80

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Comunico a V. S. que este Departamento, à vista do memorial que lhe apresentou a Cruzada Nacional de Educação, pela sua sucursal de São Paulo, e em atenção aos altos propósitos que animam a campanha pela alfabetização nacional, promovida por essa benemérita Cruzada, resolveu autorizar e incentivar nos estabelecimentos de ensino a venda de selos em benefício da criação de escolas primárias.

Recomenda este Departamento às autoridades escolares que prestigiem o movimento patrocinado pela C. N. E., afirmando que os escolares de São Paulo dêem à Campanha o amparo indispensável ao êxito de tão alevantados objetivos.

Comunico mais que a remessa de sélos será feita pela Cruzada a cada uma das Delegacias e que a prestação de contas, pelas vendas realizadas, se fará diretamente com essa Associação.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 81

São Paulo, 21 de novembro de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

De acôrdo com o aviso n. 817, de 9 de corrente, do Ministério da Guerra, publicado no "Diário Oficial" da União, do dia 11, é permitido aos funcionários nomeados antes da publicação do decreto federal n. 24.710, de 13-7-1934, tomarem posse, condicionalmente, dos cargos a que forem promovidos, com a obrigação, porém, de apresentar, imediatamente após o encerramento do alistamento militar nas C. R., a prova de quitação com o Serviço Militar.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 82

Comissão de Concurso

Senhor Delegado Regional do Ensino.

De ordem do Sr. Diretor Geral do Departamento de Educação, estou enviando, nesta data, a essa Delegacia, os seguintes impressos, a serem utilizados nos próximos concursos de remoção e promoção de professores primários e de ingresso e reversão ao magistério:

- a) CONCURSO DE REMOÇÃO
 - fichas referentes a candidatos;
 - boletins de concurso;
 - atestados de exercício;
- b) CONCURSO DE INGRESSO:
 - fichas referentes a candidatos;
 - boletins de concurso;
 - atestados de exercício;
 - capas para processos.

Solicitando-lhe a fineza de providenciar sôbre a redistribuição dos aludidos impressos pelas autoridades escolares dessa região, valho-me do ensejo para apresentar a V. S. os protestos de minha distinta consideração.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 83

São Paulo, 22 de novembro de 1933.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Lembro, para os devidos fins a V. S., que, de acôrdo com o artigo

1.º do decreto n. 8.391, de 31 de dezembro de 1937, são isentos de taxa os certificados de conclusão de curso primário.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 84

São Paulo, 22 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Comunico a V. S., para os devidos fins, que as faltas de comparecimento de diretores ou professores que exercerem o cargo de auxiliar de inspeção devem, de ora em diante, ser consideradas como tais não só no exercício daqueles cargos como também no destas funções, para os devidos descontos nos vencimentos de diretor ou professor e na gratificação de 50\$000 mensais concedidas aos auxiliares.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 85

São Paulo, 22 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Lembro a V. S. que, de acordo com a lei escolar em vigor, devem ser dispensados, no dia 30 do corrente mês, todos os professores interinos de escolas primárias, ficando, porém, o respectivo atestado de exercício deste mês, como o dos demais professores, dependente da entrega dos mapas estatísticos.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 86

São Paulo, 22 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

De acordo com o disposto no artigo 2.º, do decreto n. 6.947, de 6 de fevereiro de 1935, recomendo vossas providências no sentido de ser enviada a este Departamento, diretamente ao Sr. Chefe do Serviço do Pessoal, até 30 do corrente, a relação completa, por município, das unidades escolares vagas da região escolar a vosso cargo.

Na referida relação, contendo informações a respeito de cada escola isolada, conforme modelo anexo, deveis mencionar as classes e as escolas, em separado, em ordem decrescente, quanto às suas condições de localização e funcionamento, isto é, das melhores para as piores, com os respectivos estágios.

Após a discriminação de todas as unidades escolares vagas existentes na região, com os esclarecimentos relativos a transferências, conversões, supressões ou mudanças de denominação que hajam sido propostas por essa

Delegacia, mencionareis, também, as classes e escolas cuja localização ou criação houverdes proposto, em consequência da circular n. 58, de 6 de outubro último, deste Departamento.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 87

São Paulo, 26 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

1 — Chamo sua atenção para o decreto-lei n. 383, de 18-4-1938, que veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

2 — Segundo esse decreto, as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedade de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio (art. 4.º) estão proibidas de:

- a) exercer qualquer atividade de natureza política, ou imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país;
- b) fazer propaganda de idéias ou de partidos dos países de origem;
- c) hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas ou estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro;
- d) organizar desfiles, comícios, reuniões de qualquer natureza, qualquer que seja o número de participantes, com o fim de propagar idéias políticas exóticas;
- e) manter, com o mesmo objetivo, jornais, revistas, etc.; promover conferências, alocuções, etc.;
- f) receber, a qualquer título, subvenções, contribuições ou auxílio de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

3 — Excetua-se da proibição da letra "c", as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

4 — É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes e de assistência, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

5 — Aos estabelecimentos de ensino acima mencionados, fica ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática (art. 4.º, § único).

6 — Das associações organizadas e mantidas por estrangeiros (mencionados, acima, no n. 4) não podem fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros. Os que infringirem esse dispositivo perderão os cargos públicos, ficando inabilitados, pelo prazo de 5 anos, para exercer qualquer emprego além de incorrerem nas penas constantes do art. 6.º, do decreto-lei n. 37, de 2-12-1937.

7. — Estabelece o art. 6.º, do mencionado decreto-lei n. 383:

— "As entidades referidas nos artigos 3.º e 4.º não poderão funcionar sem licença especial e registro concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n. 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis."

8 — Determino a essa Delegacia que faça, na forma da lei, rigorosa inspeção nos estabelecimentos a que se refere o decreto em apêço — exigindo a apresentação da licença especial do Ministério da Justiça. As escolas que não tiverem preenchido dita formalidade, devem ser intimadas para o fazerem dentro de 30 dias, enviando a Delegacia, a este Departamento, a relação dos infratores.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 88

São Paulo, 29 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Recomendo vossas providências no sentido de ser enviada, com a máxima brevidade possível e diretamente ao Sr. Chefe de Serviço do Pessoal, deste Departamento, a relação dos professores de escolas rurais municipais da região escolar a vosso cargo em condições de transferência para o magistério estadual, em concurso, nos termos do decreto n. 6.947, de 6 de fevereiro de 1935.

Na referida relação, mencionareis a data de início de exercício de cada professor, a denominação da escola por ele regida e o município em que ela está localizada.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 89

São Paulo, 29 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Recomendo vossas providências no sentido de serem enviadas diretamente ao Sr. Chefe de Serviço do Pessoal, deste Departamento, dentro do prazo estabelecido no artigo 20, do decreto n. 6.947, de 6 de fevereiro de 1935, as seguintes relações referentes aos estagiários da região escolar a vosso cargo:

- a) Estagiários com direito à efetivação, nos termos do decreto n. 8.877, de 29 de dezembro de 1937;
 - b) Estagiários que devem ter a interinidade prorrogada, nos termos do § 1.º, do artigo 19, do decreto n. 6.947, de 6 de fevereiro de 1935, e
 - c) Estagiários que devem ser dispensados, de acordo com o § 2.º, do artigo 19, do decreto n. 6.947, de 6 de fevereiro de 1935.
- Em todas essas relações, mencionareis a denominação da escola regida pelo estagiário e o município em que ela está localizada.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 90

São Paulo, 30 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Atendendo à representação de diversas companhias de estradas de ferro, da qual vos remeto cópia, comunico-vos, para os devidos fins, que as requisições de transportes em geral só devem ser formuladas no papel tim-

brado dos talões apropriados fornecidos pelas repartições competentes, devendo sempre ser carimbadas e assinadas pelas autoridades previamente autorizadas pelo Governo.

Outrossim, recomendo-vos que os referidos talões sejam conservados em lugar seguro e que, no caso de seu desaparecimento, seja o fato imediatamente comunicado às empresas ferroviárias e a este Departamento, para as necessárias providências.

Atenciosas saudações.

CÓPIA:

São Paulo, 17 de setembro de 1938.

Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal do Estado de São Paulo.

São Paulo.

As Empresas Ferroviárias de São Paulo, pelos seus representantes abaixo assinados, em reunião conjunta, efetuada a 2-8-1936, tomando conhecimento do caso das requisições por conta do Governo com assinaturas falsas, resolveram solicitar de V. Excia. providências que possam harmonizar os seus interesses com os do serviço público a cargo das diversas Repartições do Estado. Não dispondo as Estradas de Ferro, principalmente nas suas numerosas estações, onde são apresentadas as requisições de transportes, meios para verificar a autenticidade das assinaturas respectivas, sugerem a S. Excia., com a devida vênia, a adoção, nas várias Repartições do Estado, para requisições de transportes, de talões de papel timbrado e carimbado, guardados sempre em lugar seguro, donde não possam ser subtraídos. Competindo tal medida de segurança às Repartições emissoras de requisições, não poderão as Empresas Ferroviárias arcar com os prejuízos decorrentes de transportes solicitados por meio de requisições com falsas assinaturas, quando apresente os únicos característicos pelos quais praticamente se possam reconhecer como procedentes das aludidas Repartições Estaduais, isto é, sejam formuladas em papel impresso, timbrado e carimbado. Solicitam ainda, as Empresas Ferroviárias que este subscrevem os bons officios de V. Excia. no sentido de ficarem as Repartições Estaduais incumbidas de, no caso de desaparecimento de qualquer talão de requisições, lhes comunicar o fato, com as minúcias e urgência necessárias, afim de que, incontinentemente façam expedir circular, determinando a apreensão de requisições clandestinas, que porventura lhe sejam apresentadas e outras providências aconselháveis, no caso. Serve-se da oportunidade para apresentar a V. Excia. os protestos de mais subido aprêço e elevada consideração. São Paulo, 30 de setembro de 1938. — (a) Companhia Paulista de Estradas de Ferro, São Paulo Railway Co. Ltda. (Sec. Brag. e Sec. Piracicaba), Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Companhia de Estradas de Ferro Dourado, Companhia Ferroviária São Paulo Goiás, Companhia de Tração, Luz e Fôrça Campineira, Companhia Estrada de Ferro Itatibense, Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, Companhia de Estradas de Ferro Barra Bonita, Companhia de Estradas de Ferro Mórro Agudo, Companhia de Estradas de Ferro Jaboticabal.

NOTA — Deixam de assinar os representantes das Estradas de Ferro Sorocabana, Araraquara, Monte Alto e São Paulo e Minas, por se tratar de Empresas de propriedade e administração do Governo do Estado de São Paulo.

CIRCULAR N. 91

São Paulo, 30 de novembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Para as vossas devidas providências junto às autoridades escolares dessa Região, levo ao vosso conhecimento que nos prédios em que funcionam estabelecimentos públicos de ensino e nos terrenos aos mesmos anexos, quer se trate de imóveis pertencentes ao Estado, quer se trate de edifícios locados ao Governo, nenhuma construção, ampliação, demolição ou modificação pode ser feita sem prévio consentimento deste Departamento.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 92

São Paulo, 30 de novembro de 1938.

Senhores Delegados Regionais do Ensino e Diretores de Escolas Normais e Ginásios.

Atendendo a representação da Secretaria da Segurança Pública à da Educação e Saúde, comunico-vos que, de conformidade com o decreto federal n. 21.240, de 4 de abril de 1932, nenhum "film" poderá ser exibido, mesmo que confeccionado pelas repartições oficiais, sem o certificado fornecido pelo censor encarregado da Censura Teatral e Divertimentos Públicos.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 93

São Paulo, 1.º de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino

Recomendo vossas providências junto aos diretores de grupos escolares e auxiliares de inspeção dessa região escolar no sentido de permanecerem no exercício de seus cargos até o dia 15 do corrente mês e no período de 1 a 15 de janeiro do ano vindouro, afim de atenderem, dentro do horário que julgardes conveniente estabelecer, aos interessados nos concursos de remoção e promoção de professores públicos primários, de ingresso e reversão ao magistério e de nomeação para o cargo de diretor do grupo escolar de 4.ª categoria.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 94

São Paulo, 2 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Comunico-vos que a criação da Diretoria de Serviço de Justiça, deste Departamento, em nada alterou os dispositivos dos artigos 922, letra "b", e 923, do Código de Educação: o diretor de estabelecimento de ensino primário é competente para aplicar pena, com relação ao pessoal administrativo até a de suspensão, por oito dias, sendo mister instauração, pelo diretor, de sindicância, da qual ressaltem, de modo claro, os fatos e a responsabilidade do indiciado.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 95

São Paulo, 7 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Solicito vossas providências no sentido de que, em cumprimento da circular n. 67, de 12 de outubro último, seja enviada a este Departamento, até 31 do corrente mês, a relação dos professores estaduais, municipais ou particulares, não brasileiros natos e que lecionem na zona rural da região a vosso cargo.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 97

São Paulo, 14 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Comunico-vos que, sem prejuízo do encerramento de inscrições no concurso de remoção e promoção de professores públicos primários, podereis inscrever professores, com dependência da cópia da respectiva ficha de exercício, até às 18 horas do dia 15 do corrente.

Os professores que se inscreverem com dependência do aludido documento deverão juntá-lo ao processo de inscrição até às dezoito horas do dia 20 deste mês, impreterivelmente, sob pena de serem canceladas, pelas próprias Delegacias, as suas inscrições.

Recomendo-vos, ainda, que terminado o prazo que ora se concede para a juntada de cópia de ficha de exercício, sejam os processos de inscrição encaminhados diretamente à Comissão de Concurso, dentro do menor prazo possível.

Atenciosas saudações,

CIRCULAR N. 98

São Paulo, 15 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Comunico-vos, para os devidos fins, que o sr. Secretário da Segurança Pública pôz à disposição da Secretaria da Educação e Saúde Pública e suas dependências o Serviço de comunicações radio elegráficas do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio-Patrolha, daquela Secretaria.

Atenciosas saudações,

CIRCULAR N. 99

São Paulo, 15 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Para vosso conhecimento e devidas providências, transcrevo e seguir, em seu inteiro teor, o aviso do exmo. sr. Ministro da Guerra, concedendo prazo aos funcionários públicos para apresentação de provas de quitação do Serviço Militar:

“(Armas da República — MINISTÉRIO DA GUERRA”.

II REGIÃO MILITAR — II DIVISÃO DE INFANTARIA
ESTADO MAIOR

São Paulo, 18 de novembro de 1938.

Do Comandante da Região.

Ao exmo. sr. dr. Interventor Federal no Estado de São Paulo.

Assunto: Aviso sobre prova de quitação para com o Serviço Militar.

I — Afim de evitar a vinda de grande número de funcionários do Estado ao Q. G. desta Região, que, receiosos de perderem seus empregos, vêm solicitar urgência no despacho de seus requerimentos, solicito de v. excia. as medidas que julgar conveniente no sentido de dar conhecimento a todas as repartições públicas estaduais, de Aviso abaixo, que regula o assunto “sr. Diretor da Diretoria Provisória das Armas, por intermédio da Diretoria de Recrutamento: Considerando que o aviso 712, de 26 de setembro de 1938, estabelece que a exigência da prova de quitação do serviço militar deve ser feita pelo funcionário “em todos os atos de posse que tenha de efetuar durante sua carreira e sempre nessas condições observando o disposto no art. 166, do decreto 23.125, de 21 de agosto de 1933, e nos artigos 2.º e 3.º do decreto 439, de 20 de março de 1938”; Considerando que há funcionários nomeados, designados ou admitidos antes

de 13 de julho de 1934, quando ainda não era feita essa exigência; Considerando que, agora promovidos, necessitam êsses funcionários do documento de quitação, o qual, para lhe ser fornecido, requer, dos que têm menos de 44 anos de idade e que não sejam reservistas de primeira e segunda categorias, o alistamento prévio, nas épocas regulamentares, nas três zonas de recrutamento; Considerando, em vista disto, que a obtenção do documento em apreço leva quasi sempre mais de trinta dias, prazo que a lei estabelece para a posse de qualquer cargo público; Considerando que o objetivo da lei foi corrigir irregularidades na admissão de funcionários e não o de prejudicar àqueles que estavam legalmente nomeados; Declaro-vos que permito aos funcionários públicos, nomeados antes da publicação do decreto n. 24.710, tomarem posse condicionalmente dos cargos a que foram promovidos, com a obrigação, porém, de apresentarem imediatamente após o encerramento do alistamento militar nas C. R. (primeira zona de 2 de janeiro a 30 de abril, segunda zona de 1 de maio a 31 de agosto e terceira zona de 1 de julho a 30 de outubro) a prova de quitação exigida. (a) General Eurico O. Dutra. (D. C. de 11-11-933). (Aviso 817, da mesma data).

II — Aproveito a oportunidade para apresentar a v. excia. a renovação dos meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) General da Divisão, Francisco José da Silva Junior — Comandante 1^o.

Atenciosas saudações,

CIRCULAR N. 100

São Paulo 19 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Solicito vossas providências no sentido de ser remetida, com a máxima urgência, a êste Departamento, de acôrdo com o artigo 39, do decreto 6.521, de 6 de fevereiro de 1935, a relação dos diretores que preenchem as condições indispensáveis à remoção e promoção, para cada categoria, acompanhada da ficha do tempo de exercício de cada um.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 101

São Paulo, 20 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Solicito vossas providências no sentido de ser enviado a êste Departamento, até 30 de março p. futuro, relatório circunstanciado do movimento escolar da região a vosso cargo, referente ao corrente ano.

Para que haja uniformidade na organização do trabalho, devem os assuntos ser dispostos na ordem em que se encontram na índice do anuário de 1936-1937, podendo ser desenvolvidos, a seguir outros que julgardes dignos de estudo.

O relatório deverá vir acompanhado de mapas estatísticos, gráficos e

quadros demonstrativos, que facilitem conhecimento exato da situação e necessidade da região escolar, e ser datilografado com espaço duplo, em um só lado do papel.

Quanto à parte relativa a visitas de inspeção e respectivas despesas obedecerá as normas seguidas no último anuário.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 102

São Paulo, 21 de dezembro de 1938.

Senhor Delegado Regional do Ensino.

Entrando, em vigor, hoje, o decreto n. 3.010, de 20 de agosto último, que regulamentou o decreto-lei n. 406, de 4 de maio, relativo à entrada de estrangeiros no território nacional, determino sejam a partir desta data, observadas, — rigorosamente — as seguintes instruções, para a aplicação do referido decreto:

1. — Na zona rural, quaisquer escolas, oficiais ou particulares serão obrigatoriamente regidas por brasileiros natos, exigindo-se, no provimento do cargo, a competente prova, por documento hábil: certidão de nascimento ou de casamento, carteira de identidade ou de reservista.

2. — Em tôdas as escolas rurais, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuizo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas — não sendo permitido o ensino de idioma estrangeiro a menores de 14 anos.

3. — As escolas para estrangeiros adultos devem também ser regidas por brasileiros natos.

4. — Os livros destinados ao ensino primário serão, exclusivamente, escritos em língua portuguesa. Os exemplares escritos em língua estrangeira serão apreendidos pelas autoridades escolares e remetidos ao Departamento de Educação.

5. — Em todos os estabelecimentos de curso primário, da zona rural, é obrigatório o ensino de geografia, de história do Brasil e de educação cívica.

6. — Nas escolas frequentadas por estrangeiros adultos, serão ministradas, obrigatoriamente, noções sobre as instituições políticas do país.

Essas noções, constarão, no mínimo, de:

a) Conhecimento sumário da Constituição;

I — Organização federal (preeminência da União);

II — poderes do Estado; seus órgãos;

III — direitos e deveres dos brasileiros e estrangeiros;

IV — nacionalidade brasileira e direitos políticos; sua aquisição e perda;

b) Código Civil: família propriedade.

c) Leis penais especialmente crimes contra o Estado; falsificação, contrabando, lenocínio.

7. — Para os efeitos da aplicação do decreto de nacionalização do Ensino é considerada zona rural tôda porção do território do Estado não compreendida nos limites da zona urbana da Capital e de Santos.

8. — Os diretores, em geral, de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares, situados na zona rural, devem ser, obrigatoriamente, brasileiros natos.

9. — Os diretores e professores estrangeiros, de estabelecimentos oficiais de curso primário, secundário, comercial ou profissional da zona rural, devem, por intermédio deste Departamento, dentro do menor prazo possível, representar no Conselho de Imigração e Colonização, expondo cada um sua situação, para que o mesmo Conselho possa resolver cada caso de per si. Esses professores poderão juntar, entre outros, os seguintes documentos:

- a) Cópia da ficha de exercício;
- b) Título de naturalização;
- c) Certidão de casamento sendo consorciado com brasileira;
- d) Certidão de nascimento dos filhos;
- e) Item de pagamento de impostos, sendo proprietário, etc.

10 — Os Delegados de Ensino devem remeter até 10 de janeiro de 1939, impreterivelmente, a relação completa dos diretores e professores de estabelecimentos oficiais de ensino, que não sejam brasileiros natos, e bem assim e das escolas particulares cujo registro deva ser cancelado por falta do cumprimento das determinações contidas na Circular n. 67, de 12 de outubro de 1938.

11 — As determinações de que trata a Circular n. 87, de 26 de novembro de 1938, em que se recomenda aos estabelecimentos de ensino particular de qualquer gráu, o registro e licença especial no Ministério da Justiça Negócios do Interior, devem ser rigorosamente cumpridas pelas autoridades escolares.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 103

São Paulo, 29 de dezembro de 1938.

Sr. Delegado Regional do Ensino.

Levo ao vosso conhecimento que o tempo de exercício dos candidatos a diretores de grupos escolares de 4.^a categoria e o dos diretores de grupos escolares com direito a remoção ou promoção deve abranger, para o seu cálculo, o mês de dezembro corrente.

Atenciosas saudações.

CIRCULAR N. 104

São Paulo, 29 de dezembro de 1938.

Sr. Delegado Regional do Ensino.

Solicito vossas providências no sentido de serem enviadas a este Departamento, com a maior brevidade, informações minuciosas sobre as modificações que se verificaram na região escolar a vosso cargo em consequência do decreto 9.775, de 30 de novembro último, relativo à nova divisão territorial do Estado.

Essas informações devem vir acompanhadas das seguintes relações:

- a) dos grupos escolares e escolas isoladas que continuam a pertencer à Região;
- b) dos grupos escolares e escolas isoladas que passaram para outra Região;
- c) dos grupos escolares e escolas isoladas que passaram de outras para essa Região.

Das relações constarão as regiões, municípios e distritos de paz a que os grupos e escolas pertencem e a que passarão a pertencer bem como os dados respectivos sobre os estágios em que estão e em que deverão ser classificados.

Atenciosas saudações,

REGIÃO DE	CLASSIFICAÇÃO DE 1939
CLASSIFICAÇÃO DE 1938 (atual)	CLASSIFICAÇÃO DE 1939
Grupo ou escola
Município, Distrito, Estágio	Município, Distrito, Estágio Delegacia

CIRCULAR N. 105

São Paulo, 29 de dezembro de 1933.

Sr. Delegado Regional do Ensino.

Comunico-vos, para as devidas providências, que a relação de diretores a que se refere a circular n. 100, de 19 do corrente mês, deve ser organizada de acordo com o artigo 1.º do decreto n. 9.355, de 29 de julho deste ano, que só exige para promoção tempo de exercício correspondente a dois anos para cada categoria.

Atenciosas saudações,

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

EDITAL

De ordem do sr. Diretor Geral do Departamento de Educação, publico a relação provisória dos livros de alfabetização e de leitura corrente para o curso primário, aprovados até a presente data, pelas sucessivas administrações escolares do Estado, de acôrdo com as verificações feitas no Arquivo da Repartição. Não figuram na relação os livros auxiliares ou os compêndios científicos, embora aprovados.

O Departamento de Educação solicita a colaboração dos srs. autores, editores e demais interessados, afim de que sejam preenchidas as lacunas e corrigidos os senões por ventura existentes.

ANTONIO D'AVILA,

Diretor do Serviço de Orientação Pedagógica.

PRIMEIRO GRAU

N.	OBRA	AUTOR	Documento de Aprovação	Data do despacho	Data da publicação
1	Minha Cartilha	Rachel Amazonas Sampaio....	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	14— 9—933	14— 1—930
2	Cartilha Intuitiva	Faria e Souza	Publicação do "Diário Oficial"		19— 9—933
3	Cartilha suplemento de Jogo da Leitura	Maria de Lourdes Calazans....	Processo n. 1.529	17— 3—936	
4	Cartilha dos Pequenininos.	José Scaramelli	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		
5	Leituras Infantis — Car- tilha	Francisco Furtado M. Vienna.	Livro "Registro de obras apro- vadas e adotadas nas escolas do Estado"		14— 1—930
6	Pasta de Leitura	J. O. Orlandi	Processo n. 2.034	11— 6—912	
7	Cartilha Brasileira de Alfabetização	Elpidia de Lima Palva	Ficha do Protocolo	12— 2—934	
				6— 2—934	

8	Nova Cartilha Analítico-Sintética	Mariano de Oliveira	Anuário do Ensino	1918
9	Cartilha (Série Oscar Thompson)	Altina Rodrigues de A. Freitas	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	16— 7—921 10— 2—934
10	Cartilha de Brinquedo Método Ativo	Ophelia e Narbal	Processo n. 1.446	
11	Cartilha Fácil (Coleção Caetano de Campos)	Claudina de Barros	"Diário Oficial"	23— 3—932
12	Cartilha do Operário — (Adultos)	Theodoro de Moraes	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	10— 7—921
13	Cartilha Analítica	Arnaldo de Oliveira Barreto	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	14— 1—930
14	Cartilha das Mães	Arnaldo de Oliveira Barreto	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19— 1—913
15	Na Hoça — Cartilha rural de alfabetização	Renato Seneca Fleury	Processo n. 8.217	12—12—935
16	Cartilha Infantil — Método Analítico	Carlos A. Gomes Cardim	Livro "Registro de obras aprovadas e adotadas nas escolas do Estado"	6— 3—911
17	Cartilha do Povo	Cia. Melhoramentos de S. Paulo (Ed. prop.)	Relatório do Diretor Geral do Ensino	1927-1928
18	A Cartilha de Cecília	Egydio Prada e Luiz Prada	Processo n. 995	0— 3—935
19	Cartilha Analítica Sério Vida Escolar)	Cesar Martínez	Publicação do "Correio Parlistano"	17— 9—930
20	Minhas lições (Coleção Caetano de Campos)	J. O. Orlandi	Relatório do Diretor Geral do Ensino	1927-1928

N.	OBRA	AUTOR	Documento de Aprovação	Data do despacho	Data da publicação
21	Cartilha Rápida (ex-Cartilha Bandeirante)	Julia Macedo Pantoja	Processo n. 12.724	8—1—935	
22	Cartilha — Ensino rápido da leitura	Mariano de Oliveira	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	16—6—932	12—7—927
23	Minha Cartilha	Olga Borelli	Cópia da certidão fornecida à autora		
24	Cartilha das Crianças	Clary Galvão Novacs	Processo n. 448	4—2—935	
25	Cartilha Proença	Antonio Firmino de Proença	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	20—10—926	27—8—937
26	Lêr Brincando	Thales de Andrade	Processo n. 5.091-7	24—8—937	
27	Cartilha Prática (Série Orlando Mendes de Moraes)	Antonieta Pantoja Mendes de Moraes	Ficha do Protocolo	31—7—933	
28	O Amigo da Infância	Stella Brant de Carvalho	Processo n. 16.149	15—12—932	20—12—932
29	Meu Amigo — (Cartilha Analítico-Sintética)	Walfredo Arantes Caldas	Processo n. 14.078	22—9—932	
30	Cartilha do lar	J. Pinto e Silva	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19—1—913
31	Cartilha de Alfabetização (adultos)	Rachel Amazonas Sampaio	"Diário Oficial"		23—3—932
32	Meu livro (Método analítico — primeiras letras)	Theodoro de Moraes	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19—1—913

33	Cartinha de Alfabetização	Benedicto M. Tolosa	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	11— 1—923	
34	O alfabetizador 1.0	José Leonel Ferreira	Cópia da comunicação feita ao autor	11— 6—932	
35	Brincando também se aprende	Sebastina Teixeira de Carvalho.	Processo n. 1.135	21— 3—932	
36	Cartilha Suave	S. L. Quedes de Souza.....	Publicação do "Correio Paulistano"	17— 9—930	19— 9—930
37	Primeiros passos — Leituras Infantis	Francisco Furtado M. Vianna.	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	22— 2—933 8— 9—937	19— 1—913
38	Cartilha Ativa	Sebastião de Oliveira Rocha...	Processo n. 32		
39	Cartilha Auri-Verde	Orlando Mendes de Moraes....	Processo n. 1.560-7		
40	Leitura Intermediária ..	Erasmio Braga	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
41	Sol Ler — Leitura intermediária	Theodoro de Moraes	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
42	Leitura Intermediária ..	Maria Rosa Moreira Ribeiro..	Livro "Registro de obras aprovadas e adotadas nas escolas do Estado"	9— 3—911	
43	Minhas Histórias	Leonor S. Gomes e Orlando Martins Lino	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	19—12—924	
44	Corações de Crianças — (Leituras preparatórias)	Rita de M. Barreto	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—915
45	Páginas Infantis (Leituras preparatórias)	Marlano de Oliveira	Anuário do Ensino		
46	Leituras Infantis (Leituras preparatórias)	Francisco Furtado M. Vianna..	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19— 1—913
47	Leitura Intermediária ..	Faria e Souza	"Diário Oficial"	19— 9—933	

N.	OBRA	AUTOR	Documento de Aprovação	Data do despacho	Data da publicação
48	Leitura Intermediária — (Série Oscar Thompson)	Altina Rodrigues de A. Freitas.	Relação de livros adotados — “Diário Oficial”		14— 1—930
49	Pequenas Leituras	Ramon Roca Dordal	Livro “Registro de obras aprovadas e adotadas nas escolas do Estado”	6— 7—912	
50	Corações de Crianças — (Primeiro livro)	Rita de M. Barreto	Relação de livros adotados — “Diário Oficial”	20—10—926	14— 1—930
51	Leitura do Principiante.	Antonio Firmino de Frcença...	Livro “Atos do Diretor Geral didáticos”	26— 1—934	
52	Primeiro livro de leitura (Série Cruzeiro do Sul)	G. de Lacerda Ortiz	Processo n. 812		
53	Primeiro Livro (Série Vida Escolar)	Cesar Martinez	Relação de livros adotados — “Diário Oficial”		14— 1—930
54	Novas Leituras — (Série Oliveira Dordal)	Mariano de Oliveira e Ramon Roca Dordal	Livro “Registro de obras aprovadas e adotadas nas escolas do Estado”	3— 7—914	
55	Pirullo (1.º ano — Série Coração Brasileiro) ...	Francisco Faria Netto	Livro “Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos”	16— 7—926	19— 1—913
56	Leituras Infantis (Primeiro livro)	Francisco Furtado M. Vianna.	Relação de livros adotados — “Diário Oficial”	23— 9—933	
57	Minhas Historietas (Série Orlando Mendes de Moraes)	Orlando Mendes de Moraes ...	Ficha do Protocolo		

58	Meu companheiro	Walfredo Arantes Caldas	Processo n. 13.443	1-9-932	
59	Primeiro livro de leitura (Série Pulgari Barreto)	Arnaldo de Oliveira Barreto e Romão Pulgari	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		10-1-913
60	Leituras moracs e instru- tivas (Série Rangel Pestana)	João Kopke	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		10-1-913
61	Na Roça (Primeiras lei- turas)	Renato Seneca Fleury	Processo n. 831	26-3-936	
62	Leituras do Operário — (Adultos)	Theodoro de Moraes	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14-1-930
63	Minha Infância	Ambouleta Pauloja Mendes de Moracs	Processo n. 14.098	22-1-932	
64	Sejamos bons — 1.º livro	Faria e Souza	Processo n. 2.834-6	23-11-936	
65	Meu livrinho — Cartilha	Maria de Lourdes Ferreira Pa- checo	Processo n. 901-7	2-2-937	
66	Cartilha Bandeirante — (Série Bandeirante) ..	Juliete Nogueira	Processo n. 1.074-7	15-2-937	
67	Cartilha Moderna	R. Rocca	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14-1-915
68	O pequeno escolar — Cartilha	Maximo de Moura Santos	Processo n. 6.033-7	16-9-937	
69	Alegria — Leitura Inter- mediária	Thales de Andrade	Processo n. 5.505-7	21-9-937	
70	Infância — 1.º livro — Série Olavo Bilac	Henrique Ricchetti	Processo n. 6.308-7	28-9-937	
71	Cartilha Bonita — Quero ler	Nicanor Martins Lino	Processo n. 8.535-7	23-12-937	
72	O pequeno escolar — 1.º livro	Maximo de Moura Santos	Processo n. 9.505-8	14-9-938	
73	Vamos ler? — Cartilha .	Renato Seneca Fleury	Processo n. 3.504-8	11-10-938	

N.	OBRA	AUTOR	Documento de Aprovação	Data do despacho	Data da publicação
74	Corações de Orianças — Cartilha	Rita de Macedo Barreto	Processo n. 8.698-8	18-10-938	23-10-938
75	Vamos lêr?—Intermediá- rias	Renato Seneca Fleury	Processo n. 13.852-8	2-12-938	4-12-938
SEGUNDO GRAU					
1	Na Roca (Segundas Lei- turas)	Renato Seneca Fleury	Processo n. 2.610	21-5-936	
2	Infância	Henrique Ricchetti	Processo n. 1.876-6	28 0 936	
3	Segundo livro (Série Pri- mavera da Alma)	Cesar Martinez	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		17-1-931
4	Histórias Infantis (Série Orlando Mendes de Moraes)	Orlando Mendes de Moraes	Publicação do "Correio Paulis- tano"	17-9-930	19-9-930
5	Leituras Moraes e Ins- trutivas — 2.º livro — (Série Rangel Pestana)	João Kopke	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19-1-913
6	Segundo livro de leitura	Hilario Ribeiro	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		
7	Meu livro (Segundas lei- turas)	Theodoro de Moraes	Livro "Registro de obras apro- vadas e adotadas nas escolas do Estado"	12-11-913	

8	Minha Pátria	J. Pinto e Silva	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19— 1—913
9	Minhas lições	Aprigio Gonzaga	Livro "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	26— 2—926
10	Tempos de escola	Erasto de Toledo	Relatório do Diretor Geral	
11	Meus deveres	J. Pinto e Silva	Livro "Registro de obras apro- vadas e adotadas nas escolas do Estado"	1927-1928
12	Leitura (2.º livro — Sé- rie Thompson)	Alcina Rodrigues de A. Freitas	Livro "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de obras di- dáticas"	21— 2—914
13	Leitura para o 2.º ano..	Maria Rosa Moreira Ribeiro...	Livro "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	13— 9—926
14	Horas felizes	Walfredo Arantes Caldas	Ficha do Protocolo	23— 4—924 5— 5—934
15	Infância na Roça	Fernando Paes de Barros	Processo n. 15.675	19— 1—913
16	Leituras Infantis (Se- gundo livro)	Francisco Furtado M. Vianna.	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	15—10—933
17	Corações de crianças — (2.º livro)	Rita M. Barreto	Publicação do "Diário Oficial"	10— 1—913
18	Pequenas histórias	ASSIS Cláudia	Livros "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	24— 1—924
19	Segundo livro de leitura.	Thomaz Galhardo	Relação de livros adotados —	19— 1—913
20	Recordando — (Coleção "Caetano de Campos")	Beatriz de Lacerda	"Diário Oficial"	14— 1—930
21	Novas leituras — (Série Oliveira Dordal)	Mariano de Oliveira e Ramon Roca Dordal	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	1918
			Anuário do Ensino	

N.	OBRA	AUTOR	Documento de Aprovação	Data do despacho	Data da publicação
22	2.º livro de leitura. (—Série Cruzeiro do Sul)...	G. Lacerda Ortiz	Processo n. 5.616	20— 1—934	
23	2.º livro de leitura (Série Pulgari Barreto)	Arnaldo de Oliveira Barreto e Romão Pulgari	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19— 1—913
24	Pirulito II — (Série Coração Brasileiro) ..	F. Faria Netto	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
25	Primeiro livro de leitura.	Antonio Firmino de Proença ..	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
26	O livrinho das crianças..	José Scaramelli	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
27	Segundo livro (Série Vida Escolar)	Cesar Martinez	Relatório do Diretor Geral....		1927-1928
28	Leitura I (Série Braga).	Erasmo Braga	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		12— 4—921
29	Espelho (Série Thales de Andrade)	Thales de Andrade	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
30	Vida na Roça — (Série Thales de Andrade) ..	Thales de Andrade	Processo n. 5.804	21— 3—933	
31	Sci Lér (1.º livro — Série Cosário Motta)	Theodoro de Moraes	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
32	Historietas	J. Pinto e Silva	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19— 1—913
33	O pequeno escolar (Série Moura Santos) ...	Maximo de Moura Santos	Processo n. 5.585-7	20— 8—937	21— 8—937

34	Minha Infância	Antonietta Pantoja de Moraes..	Processo n. 5.180-7	20— 8—937	22— 8—937
35	Ilha do Sol	Ofélia e Narbal	Processo n. 13 669-8	10—12—938	15—12—938
36	Coração Infantil	Vicente Peixoto	Processo n. 46-9 — Obra pre- miada em concurso — 1937 .	26— 1—939	29— 1—939

TERCEIRO GRAU

1	Terceiro livro de leitura (Série Puiggari-Barreto)	Arnaldo de Oliveira Barreto e Romão Puiggari	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19— 1—913
2	Contos Escolares	Aprigio Gonzaga	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	26— 2—926
3	Leituras morais e instru- tivas (Série Rangel Pes- tana)	João Koyke	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19— 1—913
4	Terceiro livro de leitura.	Thomez Galhardo	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19— 1—913
5	Leitura para o 3.º ano...	Maria Rosa Moreira Félbeiro..	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	23— 4—924
6	Leituras morais	Arnaldo de Oliveira Barreto..	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19— 1—913
7	Meus deveres	J. Pinto e Silva	Livro "Registro de obras apro- vadas e adotadas nas escolas do Estado"	21— 2—914
8	Leituras de Ilka e Alba..	Fabio Luz	Livro "Registro de obras apro-	

N.	OBRA	AUTOR	Documentos de aprovação	Data do Despacho	Data da publicação
9	O Pequeno Escolar (Série Moura Santos)	Maximo de Moura Santos ..	vadas e adotadas nas escolas do Estado"	21— 2—914	
10	Leitura II (Série Braga)	Erasmo Braga	Processo n. 4.488	11— 5—936	
11	Segundo Livro de Leitura	Antonio Firmino de Proença..	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		12— 4—921
12	Leitura simples	Orlando Mendes de Moracs....	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
13	Leitura 3.º livro (Série Oscar Thompson)	Altina Rodrigues de A. Freitas	Publicação do "Correio Paulistano"	17— 9—930	19— 9—930
14	O lar	Miguel Milano	Cópia do certificado fornecido à autora	10— 6—927	23— 3—915
15	Minha Pátria	J. Pinto e Silva	Publicação do "Diário Oficial"	20— 3—915	19— 1—913
16	Terceiro livro (Leituras infantis	Francisco Furtado Mendes Vianna	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19— 1—913
17	Terceiro livro (Série Vi-da Escolar	Cesar Martinez	Relatório do Diretor Geral		1927—1929
18	3.º Livro de Leitura (Série Cruzeiro do Sul)...	G. Lacerda Orta	Processo n. 5.616	26— 1—934	
19	Terceiro livro de leitura	Hilario Ribeiro	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		12— 4—921
20	Primavera Escolar	Luiz Prada	Ficha do Protocolo	21— 2—933	
21	Corações de Crianças	Rita de M. Barreto	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19— 1—913

22	Trabalho (Série Thales de Andrade)	Thales de Andrade	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	13— 8—926
23	As Férias no Pontal....	Rodolpho von Ihering	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	20— 5—924
24	Primeiras saudades	M. Bomfim	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	16— 7—921
25	Pequenos trechos	Octaviano de Mello	Anuário do Ensino	
26	Páginas infantís	Prisciliana Duarte de Almeida	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	2— 2—922
27	Novas leituras (Série Oliveira Dordal)	Mariano de Oliveira e Ramon Roca Dordal	Livro "Registro de Obras aprovadas e adotadas nas escolas do Estado"	3— 7—914
28	Na Roca (Tercetas leituras)	Renato Seneca Fleury	Processo n. 2.664	21— 5—936
29	Coração brasileiro	F. Faria Netto	Parecer e despacho	4— 6—924
30	Páginas cívicas (1.º livro)	Ramon Roca Dordal	Livro "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	16— 7—921
31	Livro de Nilda	Leonor Posada	LIVRO "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	9— 9—926
32	Campos e arreboís	Tulio de Castro	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	11— 9—937
33	Meninice	Luiz Gonzaga Fleury	Processo n. 5043-7	14— 1—930
34	Histórias do Mato Virgem	Paulo Ribeiro de Magalhães...	Processo n. 6.380-7	29— 9—937
35	Meninice — 2.º livro....	Luiz Gonzaga Fleury	Processo n. 11340-8	13—10—938

1913

N.	OBRA	AUTOR	Documento de aprovação	Data do Despacho	Data da publicação
36	Cousas brasileiras	Romão Puiggari	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	7-12-938	10-1-913
37	Brasileirinho	Ofélia e Narbal	Processo n. 13669-8		
38	Contos Brasileiros	Morel Marcondes Reis	Processo n. 14369-8 — Obra premiada em concurso — 1937	26-1-930	11-12-932

QUARTO GRAU

1	Leitura III (Sérgio Braga)	Erasmo Braga	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	2-1-932	12-4-921
2	Alma do meu país	Isabel V. Serpa e Paiva	Ofício enviado à autora		
3	Sei ler (2.º livro) — Sé- ric Cesário Motta ...	Theodoro de Moraes	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14-1-930
4	Minhas Leituras — (Sé- rie Orlando Mendes de raes)	Antonieta Pantoja Mendes de Moraes	Processo n. 14098	22-11-932	
5	Terceiro Livro de Leitura	Antonio Firmino de Proença..	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		
6	Livro de Leitura	Maria Hortencia de Alvarenga Portella	Ficha do Protocolo	19-9-933	14-1-930
7	Lições úteis	Francisca Neves Lobo	Processo n. 2767	22-2-934	

8	Quarto livro de leitura (Série Puiggari Barreto)	Romão Puiggari — Arnaldo de de Oliveira Barreto	Anuário do Ensino	1918
9	Saudade	Thales de Andrade	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	12— 4— 921
10	Meus deveres	J. Pinto e Silva	Livro "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	9— 1— 925
11	Letura para o 4.º ano.	Maria Rosa Morcira Ribeiro	Livro "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	23— 4— 924 14— 9— 933
12	Os Serões na Fazenda.	Guilomar Rinaldi	Ficha do Protocolo	19— 9— 933
13	A minha escola	Guilomar Rinaldi	Relatório do Diretor Geral	1927— 1928
14	A linda história do meu país	Cesar Martinez	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	14— 1— 930
16	Recordações	Erasto de Toledo	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	14— 1— 930
10	Memnice	Luiz Gonzaga Fleury	Processo n. 4826	27— 4— 936
17	São Paulo e suas gran- dezas	Aprigio Gonzaga	Livro "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	26— 2— 926
18	Seara Patriótica	Antonio Maria	Livro "Ato do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	21— 1— 925
19	Contos infantis	Adelina Lopes Vieira e Julia de Almeida	Relação de livros adotados "Diário Oficial"	26— 1— 934

N.	OBRA	AUTOR	Documento de aprovação	Data do Despacho	Data da publicação
20	Quarto livro de leitura (Série Cruzeiro do Sul)	G. Lacerda Ortiz	Processo n. 5.616.....	26— 1—934	
21	Corações de crianças ..	Rita de M. Barreto	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19— 1—913
22	Livro das escolas	Tancredo do Amaral	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		19— 1—913
23	Almas sensíveis	Leona H. Pereira Guilherme..	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		14— 1—930
24	Pindorama	Ofélia e Narbal	Ficha do Protocolo	20— 7—932	
25	Pátria e amor	Miguel Milano	Livro "Registro de obras aprovadas e adotadas nas escolas do Estado"	9—10—924	
26	O Pequeno Escolar (Série Moura Santos) ..	Maximo de Moura Santos	Processo n. 4488	11— 5—930	
27	Estrada Luminosa	Alduino Estrada	Livros "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos cíclicos"	3— 4—924	
28	Mocidade	Maximo de Moura Santos	Processo n. 15585	8—11—933	
29	Brasil Eugenio	Ulysses Freire	Processo n. 19873	26— 2—932	
30	João Pergunta	Newton Craveiro	Relatório do Diretor Geral		1927—1928
31	Narzinho Arrebitado ..	Monteiro Lobato	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"		12— 4—921

32	Férias de inverno	Ulysses Freire	Ofício enviado ao autor	26—2—932
33	Os nossos amigos	Anna de Castro Osorio e Paulino de Oliveira	Livros "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	7—4—923
34	Páginas cívicas (liv. 2.º)	Ramon Rocca Dordal	Livros "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	10—7—921
35	Fábulas	Monteiro Lobato	Livros "Atos do Diretor Geral sobre aprovação de trabalhos didáticos"	23—12—921
36	Através do Brasil	Bilac e Bomfim	Anuário do Ensino	1918
37	Leituras práticas	João Kopke	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19—1—913
38	Histórias da nossa terra	Julia Lopes de Almeida	Relação de livros adotados — "Diário Oficial"	19—1—913
39	Contos pátrios	Olavo Bilac e Coelho Netto ..	Anuário do Estado	1918
40	Vida escolar	Maria Salomé Penna	Processo n. 2073-6	6—11—936
41	Seleção de infância	Brant Horta	Processo 11179-8	10—11—938
42	Alma Nova	Francisco Lagreca	Relação — "Diário Oficial" ..	15—2—925
43	Nosso Brasil	Luiz Amaral Wagner	Processo 1151-9	27—1—939

São Paulo, 28 de Janeiro de 1930.

Antonio d'Avilla

Diretor do Serviço de Orientação Pedagógica

FATOS E INICIATIVAS

Departamento de Educação

POSSE DO NOVO TITULAR, PROF. DARIO DIAS DE MOURA

Por decreto de 4 de abril, foi nomeado para dirigir o Departamento de Educação do Estado, o professor Dario Dias de Moura.

O ilustre educador, com assinalados serviços à causa do ensino, iniciou a sua carreira na regência de escola rural, em Jambeiro, logo após ter-se diplomado pela Escola Normal da Praça da República, em 1913. Foi, em seguida, nomeado para uma escola urbana daquele município e pouco depois promovido a adjunto do grupo escolar de Serra Negra.

Em 1916 é nomeado para dirigir o grupo escolar de Boa Esperança, sendo, em 1918, removido para a direção do grupo escolar de Taquaritinga, de onde saiu, dois anos depois, para exercer, por promoção, o cargo de inspetor escolar em São José do Rio Pardo. Em 1921, foi, na gestão Sampaio Doria, promovido a delegado regional do ensino em Casa Branca, contando, nessa época apenas 24 anos de idade. Foi, no ano seguinte, removido para a delegacia de Taubaté. Com a supressão das delegacias, em 1925, assume a direção da Escola Normal de Pirassununga, cargo que deixou para exercer, nesta Capital, as funções de fiscal da Escola Normal Livre, anexa ao Colégio Batista Brasileiro.

Nessa época foi encarregado pela direção do ensino do estudo de várias questões relevantes, tais como a organização de bibliotecas infantis e cooperativas escolares, tendo a tudo dado cabal desempenho.

Em 1931, restabelecidas as delegacias regionais, volta ao cargo de delegado, sendo-lhe designada a região escolar de Santa Cruz do Rio Pardo, da qual é posteriormente transferido para a de Avaré.

Com a reforma verificada em 1932, foi nomeado assistente técnico da Diretoria Geral do Ensino, sendo então escolhido para exercer as funções de assistente administrativo, cargo que correspondia ao de sub-diretor geral. Por solicitação do sr. dr. Fernando Costa, então diretor do Departamento Técnico do Café, foi, em 1932, posto em comissão junto ao Departamento Nacional do Café, nesta Capital e no Rio de Janeiro. Em 1933 regressou a São Paulo para dirigir o Almoxarifado do antigo Departamento de Educação. Criado nesse mesmo ano o Almoxarifado da Secretaria da Educação, foi convidado para seu diretor e, atualmente exerce o cargo de diretor da Diretoria de Material, daquela Secretaria.

Fez parte de várias comissões de estudos de questões do ensino e, ainda agora, é um dos representantes do Estado de São Paulo junto à VIII Conferência Internacional da Educação.

Eis, em resumo, as credenciais com que o novo diretor do Departamento de Educação se apresenta para atender às ne-



PROFESSOR DARIO DIAS DE MOURA
Diretor Geral do Departamento de Educação

cessidades do nosso aparelhamento escolar, cabendo-lhe, no elevado posto, resolver, dentro dos postulados do Estado Novo, os problemas mais urgentes desse importante setor da administração pública.

SOLEINIDADE DA POSSE

Revestiu-se de grande brilho a posse do novo Diretor do Departamento de Educação, realizada no dia 10 de abril último. Às 14 horas o salão nobre, bem como os corredores e mais dependências do Departamento, já estavam repletos de pessoas que aguardavam a cerimônia da transmissão de cargo.

Entre os presentes, notavam-se os srs. Prof. Henrique Ricchetti, drs. Uriel de Carvalho e Maximiliano Ximenes, representando, respectivamente, os srs. dr. Adhemar de Barros, Interventor no Estado, dr. Alvaro Guião, Secretário da Educação, dr. Cesar Vergueiro, Secretário da Justiça. Além desses, compareceram à solenidade altos funcionários dos diversos Departamentos e Secretarias, representantes de associações culturais, imprensa, prefeitos do Interior, destacando-se dentre os presentes os srs. drs. Fernando de Azevedo e Amadeu Mendes, ex-diretores do ensino, dr. Edmundo de Carvalho, diretor do Departamento de Educação Física, dr. Figueira de Mello, dr. Francisco Patti, diretor do Departamento de Cultura, prof. Carolina Ribeiro, diretora da Escola Normal Modelo, dr. Manoel Carlos Siqueira, diretor do Departamento do Trabalho, dr. Lelis Vieira, diretor do Arquivo do Estado, Prof. Horacio Silveira, diretor do ensino profissional, Prof. Raul Fonseca, Eusebio de Paula Marcondes, assistente técnico do ensino, dr. Orlando Fonseca, Luiz Galhanone, Maximo de Moura Santos, Luiz da Mota Mercier, Luiz Gonzaga Fleury, Augusto de Carvalho Penteado, representando o sr. dr. Antonio de Barros Filho, secretário particular da Interventoria, dr. Antonio Campos de Oliveira, dr. Percival de Oliveira, da Escola de Polícia, coronel Tenorio de Brito, Juvenal Pereira Leite, dr. Manoel Vieira de Andrade, dr. Romano Barreto, drs. Urbano Telles de Menezes, prefeito de Lins, Amaral Gurgel, prefeito de Botucatu, José Arouche de Toledo, prefeito de Mogi das Cruzes, J. Bernardino do Amaral, prefeito de Dois Córregos, Leônidas Camarinha, de Santa Cruz do Rio Pardo, Cap Augusto Cesar Nascimento Filho, de Sorocaba, dr. Mario Muller, de Casa Branca, dr. Whilian Cintra, dr. Aristóbulo de Freitas, dr. Gustavo da Veiga, Prof. Azevedo Antunes, Prof. Marcilio Mendes, Tarciso Lobo, João Damasco Pena, Plinio Negrão, dr. Cicero Salles do Amaral, professores Ataliba de Oliveira, Armando Gomes de Araujo, João Gomes Junior, Pedro Woss Filho, Maragliano Junior, Augusto Ribeiro de Carvalho, chefe da A. E. Piratininga; Maria Antonieta de Castro, Francisco Azevedo Antunes, Antonio d'Avila, Ernani Avila, todos os delegados do Ensino, inspetores escolares, diretores dos grupos escolares da Capital, funcionários do Departamento e professores em geral. Fizeram-se também representar o dr. Fernando Costa, ministro da Agricultura e o dr. Carneiro da Fonte, chefe de Polícia do Estado.

Às 15 horas deu entrada no salão nobre do Departamento o novo diretor, que foi recebido por uma prolongada salva de palmas. Iniciada a cerimônia, usou da palavra o dr. Uriel de Carvalho que, como representante do sr. dr. Secretário da Educação, deu posse ao novo titular do Departamento. Em rápidas e eloquentes palavras, S. S. enalteceu a figura do Prof. Dario de Moura, cuja trajetória no magistério público deixou sulco

profundo de simpatia e de admiração no seio da classe. Acentuou que esse passado longo e honesto de trabalhos e de realizações, verdadeiro sacerdócio, foi o motivo da escolha e constitui, sem dúvida, só por si, uma garantia segura de sucesso para a gestão que ora se inicia com os aplausos unânimes do professorado.

Falou, a seguir, o Prof. Luiz Gonzaga Fleury, assistente técnico e que eventualmente respondia pelo expediente da repartição. Em nome dos chefes de Serviço, falou o Prof. Maximo de Moura Santos, que pronunciou o seguinte discurso:

"Em perto de oito anos de trabalho nesta Diretoria de Ensino, a minha voz nunca se fez ouvir em saudações ou louvores a novos diretores no ato de suas posses. Sempre julguei de prudente aviso silenciar nesses fatos para poder, no correr dos tempos apreciar serenamente, mas livre de compromissos, a ação dos dirigentes, conservando a independência de atitudes que deve ser função essencial nos elementos de responsabilidade pela educação pública.

Hoje, porém, quebro consciente e voluntariamente, essa norma de atitude e venho dizer de público a certeza que tenho de que a educação popular de São Paulo está entregue, desde este momento, a mãos absolutamente hábeis, seguras e criteriosas.

Não venho felicitar-vos por vossa nomeação.

Tenho conhecimento seguro de que vós, professor Dario de Moura, aceitando o cargo, agistes em desacôrdo com vossos interesses pessoais e materiais. Sou testemunha de que só pelo interesse dos escolares, das crianças de São Paulo, resolvestes atender às determinações do Governo do Estado e deixar em segundo plano as vossas próprias conveniências. Vossa atitude é de altruísmo, posso afirmá-lo, e bem sabem os que me conhecem, que não pratico a lisonja e que não minto.

Certo não será necessário relembrar aqui que a organização escolar paulista, por imprevidências ou omissões do passado, acumuladas com o correr dos anos, por não ter acompanhado quantitativamente o vertiginoso crescer de São Paulo, e mesmo por alguns saltos educacionais dados no escuro, é um edificio em que há quasi tudo a reparar e a reconstruir. Assim, o arquiteto dessa reconstrução precisaria ter qualidades excepcionais, porque reconstruir é mil vezes mais difficil que construir. Em todas as paredes, em todos os ângulos, desde o alicerce ao tecto, a obra de reconstrução é tremenda, no ensino paulista.

Materialmente nada compensa ao arquiteto reconstrutor, e os espiritos egostas perfeitamente dispensariam o trabalho exaustivo e enervante, se visassem qualquer espécie de compensação material. Não há mesmo, nesse terreno, nada que convide ao encargo, para os espiritos que desejem trabalhar e produzir. Porque o trabalho é insano e a produção morosa.

Moralmente, porém, colaborar na obra grandiosa que secundado pelo espirito brilhante do exmo. dr. Alvaro Guião, na pasta da Educação, e por elementos também de elite nas demais pastas, s. excia. o Interventor Federal dr. Adhemar de Barros — vem realizando pelo reerguimento material, moral e intelectual de São Paulo — é uma compensação de valor apenas extrínseco, mas valor incalculável.

Dar às crianças das escolas públicas e particulares de São Paulo a orientação devida — porque o ensino público depende, quasi no todo, do seu diretor — é uma obra de tal magnitude que a faz de especial destaque, e constitui um título de glória.

Não basta, para o êxito, boa vontade. É preciso que inúmeras qualidades, de ordem moral e intelectual, se aliem ao desejo de produzir. O posto é de sacrificio, mas esse posto sacrifica muito mais em acepção diferente,

os que não foram talhados para ele. Exige o conhecimento profundo de todos os setores do ensino; — a confiança da classe; — a energia calma dos que sabem qual o rumo a seguir; — a prudência necessária para conciliar situações, equilibrando-as e dando a Deus o que é de Deus, sem negar a Cesar o que é de Cesar.

O pôsto exige amor à classe em geral, aos professores em particular, o amor de um chefe de grande família; amor que intervem, aconselha, orienta, concilia e mesmo pune quando preciso, porém sem ódios, pune porque terá sido preciso punir em único e último recurso e pelo bem das crianças e da classe.

O amor produz milagres. Só ele constrói. O ódio e o desamor destróem, e no magistério destróem principalmente a fé, que é o dom mais necessário ao mestre.

O pôsto só traz dissabores. Os frutos são grandiosos, mas colhidos por outra geração. Ensinar ou dirigir o ensino é como plantar árvores que só frutificarão longos, muitos e longos anos depois.

O pôsto exige um grande, um profundo amor às crianças, que, na escola pública, recebem os primeiros rudimentos de instrução e deverão receber também os princípios básicos de educação moral e educação cívica, ao lado da cultura física.

A escola pública hoje é deficiente e triste. Triste para o mestre, triste principalmente para a criança; ela perdeu, há anos, aquela alegria comunicativa da criançada, na ginástica, no canto, no batalhão, nos esportes, no próprio recreio que vem desaparecendo e que é um descanso e constitue momentos de prazer infantil. Tem lhe faltado voz de comando sábia, vinda de cima, e constante de determinações e medidas para serem cumpridas de fato.

Vós, professor Dario de Moura, preencheis integralmente todas as condições para o pôsto. Não há no magistério, uma voz dissonante a respeito.

Não vos dirijo votos de feliz direção, porque tenho a certeza de que a fareis e a melhor possível dentro das possibilidades, como tudo que é humano.

Eu quero saudar, neste momento, em primeiro lugar, a geração de amanhã, isto é, as crianças de São Paulo, que receberão para sua vida os influxos da direção que ora se inicia. Em segundo lugar, quero saudar o magistério, porque a escolha pelos altos poderes do Estado, do professor Dario é, evidentemente, uma prova de consideração ao magistério, que sempre o apontou entre os nomes naturalmente indicados por ele.

Eu quero porém, saudar de modo especial os honrados srs. Interventor Federal e Secretário da Educação, pela felicidade da escolha, que mais uma vez demonstra executarem sinceramente a condição principal de um governo honesto, a qual consiste em escolher os auxiliares de acordo com as necessidades dos cargos, e tendo em vista única e exclusivamente o bem da administração e o bem do povo.

Professor Dario Dias de Moura! Nós, os chefes de Serviço da Diretoria do Ensino, dos quais fostes um dos elementos mais destacados — hoje vos cumprimentamos como antigo colega e atual chefe, hipotecando-vos colaboração irrestrita e decidida para maior bem de São Paulo — para maior glória do Brasil — para maior destaque da atuação do Exmo. dr. Alvaro Guião. — para maior realce do governo de S. Excia. o dr. Adhemar de Barros”.

Em seguida o Prof. Eusebio de Paula Marcondes fez o elogio do novo diretor, congratulando-se com o Governo pelo acerto da escolha e pela certeza de que a direção do ensino estava em mãos de timoneiro inteligente, hábil e experimentado. Ressaltou o orador com palavras vibrantes e incisivas, após diversas considerações, que não só estava de parabens o Governo, mas o professorado em geral, pois este sim, agora tinha à sua frente um homem que era, pelo seu passado e pelo seu presente, um padrão de honestidade no cumprimento do dever e, por isso, uma garantia eficaz na defesa dos altos interesses do ensino público.

Falaram ainda os srs. professores Luiz Galhanone, em nome dos funcionários administrativos, Milton Tolosa, representando as Delegacias do Interior, Raul Cardoso de Almeida, em nome dos diretores de grupo e Sebastião de Toledo Pontes, por delegação dos inspetores da Superintendência do Ensino Secundário e Normal.

Encerrando a cerimônia, que pelo seu brilho valeu por uma expressiva consagração pública ao governo de S. Excia., o honrado dr. Adhemar de Barros, falou o novo diretor, Prof. Dario Dias de Moura, cujo discurso, como se vê abaixo, é uma profissão de fé e uma magnífica afirmação de civismo e de trabalho:

A ORAÇÃO DO PROF. DARIO DIAS DE MOURA

“Cumprindo a ordem do Governo do Estado, em que transbordava a mais insistente prova da confiança de que necessita um técnico para exercer a sua atividade, assumo o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação.

Preliminarmente, e com profunda sinceridade, apresento os meus agradecimentos àqueles que me honraram com essa demonstração de crédito, entregando-me a gestão deste importante órgão da administração pública. Essa confiança do Governo não envolve só a mim, que nada valho. Antes, atinge em cheio, a nobre classe do professorado de São Paulo, à qual me honro de pertencer. Sou professor, apenas professor, antes, além e acima de tudo, professor e é como professor que eu vou trabalhar nesta casa.

Com mais de vinte e cinco anos de lutas no magistério, desde a escola rural longínqua e sem conforto, venho percorrendo, um a um, todos os degraus da carreira. Ainda agora, na direção do Material da Secretaria da Educação, que tem a incumbência do equipamento de todas as escolas e estabelecimentos de ensino, estou intimamente ligado aos meus colegas, aos seus trabalhos, às suas necessidades e até aos seus sofrimentos. Conheço, portanto, o valor dessa classe — a maior força social organizada em nossa terra — pelejando sem tréguas, tudo oferecendo e nada pedindo.

Ao assumir o exercício do cargo, para com o Governo do Estado, na pessoa do meu superior imediato, o ilustre dr. Alvaro Guião, figura notável de homem público, de fidalgo amigo, aqui representado pelo seu digno oficial de gabinete e meu particular amigo dr. Uriel de Carvalho, comprometo-me, com a minha sinceridade de mestre-escola, trabalhar com lealdade absoluta dentro da melhor compreensão do interesse público, da mais severa e intransigente honestidade de atos e de propósitos, princípios nos quais tenho pautado toda a minha vida de funcionário e de cidadão.

Aos meus colegas eu asseguro que não faltarei ao meu passado, agindo sempre com respeito a todos os direitos e com a mais serena aplicação da Justiça. Aos meus patrícios declaro que não terei fadigas e estarei alerta para a educação integral do nosso povo e daqueles que, filhos de outras

terras e que conosco colaboram, mas que devem integrar-se na comunhão da nossa nacionalidade, na obediência das nossas leis, conhecendo e também amando o Brasil.

Senhores, como pai e como educador, prometo que terei a preocupação constante da defesa dos direitos da criança e da juventude, assistindo-lhes com carinho, para que se transformem amanhã, em elementos úteis à família, à sociedade, à nação e a Deus.

Finalmente, um apêlo: "Trabalhemos todos com fé pela educação popular. Alcemos a nossa inteligência e os nossos corações ao serviço dos ideais da nossa Pátria. Eduquemos no presente, garantindo, assim, o futuro do Brasil".

As últimas palavras do orador foram abafadas por entusiástica salva de palmas.

Em seguida, o sr. dr. Uriel de Carvalho, representante do sr. Secretário da Educação, encerrou a sessão solene da posse do novo diretor geral do Departamento de Educação.

Prof. Dario Dias de Moura

FELICITAÇÕES PELA SUA POSSE NO CARGO DE DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Estiveram no Departamento de Educação, em visita ao prof. Dario Dias de Moura, diretor geral, as seguintes pessoas: srs. Ministro Antonio Vieira, coronel Cezar Piedade, prof. Sebastião Villaça, Bertolino Rossi, dr. Roque Marchese, prefeito de Mocóca; prof. Malvino de Oliveira, professora Marina Tricanico, Sebastião Aguiar Aires, Julia Dias Nogueira, Licorguina Pereira, Octavio Monteiro de Castro, dr. Victor Freire, Orlando Simonetto, Julieta Nogueira, dr. Salgado Rocco, Cabral de Vasconcellos (dr.), prefeito de São João da Boa Vista; professores Gastão Ramos e Plínio Braga, Leonidas Vieira, Clovis Bursat Amaral, José Maria Rodrigues Leite, Nelson Pereira Lopes, prefeito municipal de Porto Ferreira; Francisco Dionysio dos Santos, prefeito de Salto Grande; capitão Benedicto Ferreira, chefe da Casa Militar da Interventoria; dr. Gama Rodrigues, dr. Leonidas Camarinha, prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo; Ondina Leite Araujo, e uma comissão de professores dos cursos noturnos da Capital; dr. Ricardo Ferraz de Arruda, Pinto, prefeito municipal de Piracicaba; dr. Olavo de Queiroz Guimarães, dr. Alves Palma, capitão José Hippolyto Trigueirinho, dr. Waldomiro Lobo da Costa, dr. Luis Novaes, dr. Amaral Gurgel, prefeito municipal de Botucatu; prof. Henrique Richetti, prof. Oscar Villaça, prof. Homero Santos Fortes, dr. Alvaro Camera, José Maria Reis, Oswaldo Fonseca, dr. Ubiratan Pamplona, coronel Christovam Silva, prof. José Madureira, dr. Guilherme O. Gomes, prof. João Toledo, Pedro de Oliveira Freire, Almerinda Assumpção, Theodomiro de Barros, dr. Figueira de Mello, prof. Ataliba de Oliveira, José Leme, dr. Haroldo Ribeiro, Francisco Menocchi, prefeito municipal de Palmital; Carlos Azambuja, padre João Silva, prof. José Elias de Moraes Filho, capitão Oswaldo Trindade, dr. Manoel Costa Santos, dr. Mucio Costa, dr. Romano Barreto, dr. Lourenço de Simcne, prefeito municipal de Quatá; Alfredo Westin Junior, prefeito de Presidente Bernardes; Amadeu Ginefra, prefeito de Monte Mór; d. Alda Pinto, José Cintra de Almeida, prefeito municipal de Serra Negra; dr. Francisco Fenteado Junior, prefeito municipal de Rio Claro; dr. Romeu Bretas, prefeito municipal de Avaré; dr. Leonidas Ca-

marinha, prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo; Menotti Suffredini, prefeito de Boa Esperança; prof. Marcilio Gonçalves Mendes, dra. Carmela Juliani, professora Sebastiana Sampaio, monsenhor Magaldi, coronel João Ferraz, prof. Mozart Tavares de Lima, prof. Francisco Freire, professora Maria Antonieta de Castro, d. Edith Costa, prof. Polydoro Ribeiro de Andrade, prof. Salvador Gagliano Junior e prof. Renstilito Moreira Pinto.

Inúmeras outras felicitações foram recebidas, pessoalmente ou por telegrama, cartas e cartões.

Cumprimentos recebidos pelo sr. dr. Secretario da Educação

Por motivo da nomeação do prof. Dario Dias de Moura para o cargo de diretor geral do Departamento de Educação, o dr. Alvaro de Figueiredo Guião, Secretário da Educação e Saúde Pública, recebeu cumprimentos, por telegrama, dos srs.: Alvaro Marcondes de Mattos, Prefeito de Taubaté; Augusto Cesar do Nascimento, Prefeito de Sorocaba; Guilherme Schmidt, Prefeito de Sertãozinho; Muniz de Sousa, pelos inspetores estaduais do ensino secundário; diretor do Grupo Escolar de Rancharia; prof. Aristides Campos, em nome da diretoria e professores do Grupo Escolar de Sorocaba; funcionários do Corpo Administrativo e Docente do Ginásio do Estado de Mogi das Cruzes; prof. Paulo Monte Serrat, em nome dos professores do Município de São Roque; prof. Armando Gomes Araujo, diretor da Escola Normal Livre, anexa ao Ginásio "São Paulo", da capital; Sebastião Villaça, de Itapetininga; dr. Urbano Meneses, Prefeito de Lins; prof. Caio Figueiredo Silva, diretor do Grupo Escolar de Birigui; Humberto Natari, presidente da Associação Comercial de Sorocaba; prof. Bento Mascarenhas, diretor da Escola Normal de Sorocaba; prof. Diogenes Marins, diretor da Escola Profissional de Sorocaba; prof. Raul Almeida, em nome do professorado do Município de São Bernardo; Theodomiro de Barros; Affonso Vergueiro; João Massud, Prefeito de Getulina; Zoé Arouche de Toledo, Prefeito de Mogi das Cruzes; prof. Gastão Ramos, Delegado Regional do Ensino de Sorocaba; prof. Licinio Cruz, diretor do Grupo Escolar de Conchas; prof. Rodrigo Fimenta, diretor do Grupo Escolar "Brigadeiro Tobias", em Sorocaba, em nome dos professores do estabelecimento, diretor do Grupo do Votorantim, de Sorocaba; prof. Claudio Silva, inspetor Escolar de Sorocaba; Javert Andrade; Vital Palma; Leonidas Camarinha, de Santa Cruz; Juversino Cunha, Prefeito de Maracaj; dr. Thomaz Figueiredo Magalhães, Prefeito de Birigui; prof. José Bento Feijão, diretor do Grupo Escolar de Gramma; Claudio Ribeiro da Silva e Paulo Monte Serrat, em nome dos professores das escolas do Município de Sorocaba; prof. Joaquim Syllas, diretor do Grupo Escolar "Dr. Cândido Rodrigues", de São José do Rio Pardo; prof. Nestor Freire; João Reverendo Vidal, Prefeito de Inácio Uchôa"; prof. Ataliba de Oliveira; Luiz Silveira Penna, Prefeito Municipal de Paraguassú; dr. Mario Amara Vieira; Luiz Gonzaga Camargo, diretor do Grupo Escolar Camargo, diretor do Grupo Escolar de Paraguassú; dr. Mario Leite Silveira, Delegado de Polícia de Paraguassú; dr. Arthur Ebil; dr. Hygino Bassis; dr. Mario Pacheco; Mario Lourenço Agostinho, dr. Alberto Fernandes, José Miguel Filho, Cesar Agostinho, Heitor Alvarenga Freire, Carmelina Arruda, Miguel Alfredo Martins Oliveira, João Norcia Neto, Pedro Miguel, Antonio Simonetti, Miguel Delikerador, Lauro de Maio, Nicancr Reis, Joaquim Jesus, Noemi Andrade, Olympio Carvalho, Oswaldo Diniz, Romeu Bertongini dr. Oswaldo Victor

Rodrigues, todos de Paraguassú; prof. Guilherme Furlani Junior, diretor do Grupo Escolar de Santo Antonio da Alegria; cel. G. Favilla, Francisco Marques de Oliveira Junior, Milton de Tolosa, delegado regional de ensino de Baurú; Alcindo Chaves, Prefeito de São Pedro do Turvo; prof. Luiz Octavio, diretor da Escola Normal de Santa Cruz; João Carneiro Filho, Prefeito de Chavantes; Francisco Bressane Cunha, Prefeito Municipal de Bernardino de Campos; dr. Lourenço de Simone, Prefeito Municipal de Quatá; William Cintra, de Casa Branca; dr. Francisco Penteado Junior, Prefeito de Rio Claro; Benedicto A. Teixeira, sub Prefeito de Fernão Dias; prof. João Evangelista Costa, inspetor escolar em São José do Rio Pardo; Porcino de Lima, de Fernão Dias, prof. Antonio de Moraes Rosa, diretor do Grupo Escolar "Frontino Guimarães", da Capital; dr. Paulo Lopes de Leão, prof. Horacio Silveira, dr. Jayme Cavalcanti de Albuquerque, dr. Joaquim de Carvalho Parreiras, dr. Humberto Pascale, dr. Linneu Prestes, dr. Mario Pernambuco, dr. Francisco Figueira de Melo, dr. Caetano Petraglia, dr. Nicolino Morena, dr. Edmundo de Carvalho, prof. Eusebio Marcondes, dr. Decio de Queiroz Telles, dr. José de Oliveira Figueiredo.

Assistente do Departamento de Educação

Foi nomeado, por ato do sr. dr. Secretário da Educação, o professor Eusebio de Paula Marcondes, para exercer o cargo de assistente do Diretor Geral do Departamento de Educação.

O novo assistente do ensino iniciou a sua carreira como substituto efetivo do Grupo Escolar do Carmo, nesta Capital, em 1905. Tendo percorrido todos os degraus do magistério, exerceu os seguintes cargos: professor de escola rural, escola urbana, adjunto de Grupo, diretor de Grupo do Interior, diretor do Grupo Modelo da Escola Normal de Casa Branca, diretor de Grupo na Capital, inspetor escolar na Capital, delegado do ensino em comissão, diretor da Secretaria da Diretoria do Ensino, delegado geral do ensino particular e chefe de serviço da Educação Secundária e Normal.

Fez parte, em 1929, da Comissão organizadora da IIIª Conferência Nacional de Educação, que se reuniu em São Paulo. Depois disso exerceu diversas comissões de relêvo, tendo sido um dos representantes do Estado na VIIª Conferência Nacional de Educação reunida na Capital da República. Como chefe do Ensino Privado iniciou com desassombro a grande campanha de nacionalização do ensino então levada a efeito, campanha essa que foi das mais árduas e difíceis, dada a resistência oposta pelas diversas correntes alienígenas interessadas.

Ainda há pouco foi incumbido pelo Governo para estudar a reorganização do Colégio Universitário. Como educador, colaborou em diversas publicações especializadas, não sendo pequena a sua bagagem de escritor didata.

Está-se evidenciando plenamente o tino administrativo do novo diretor do Departamento de Educação — escolhendo homens para cargos e não cargos para homens.

Oficial de Gabinete do Diretor do Departamento

É oficial de gabinete do professor Dario Dias de Moura, diretor geral do Departamento de Educação, o professor Mario Gualberto de Camargo, inspetor do Ensino Secundário.

O distinto e joven educador nasceu em Tatui, a 25-10-1903. Diplomou-se pela Normal Oficial de Itapetininga em 1922, tendo ingressado no magis-

tério como professor das Escolas Reunidas, urbanas, de Presidente Prudente, em 1923. Foi adjunto dos grupos escolares de Bernardino de Campos, Santa Cruz do Rio Pardo e Avaré. Dirigiu as Escolas Reunidas de Presidente Prudente e, posteriormente, o Grupo Escolar de Santa Cruz do Rio Pardo. Serviu como secretário das Delegacias de Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Nomeado inspetor escolar do interior, teve por sedes os municípios de Capão Bonito, Pirajú, e Santa Cruz do Rio Pardo. Em 1934 o professor Mario Gualberto estava à testa da Delegacia de Lins, cargo que exerceu em comissão pelo espaço de quase um ano. Daí saiu para servir junto à Comissão Central do Recenseamento, onde prestou seus serviços por espaço de quase três anos. Finalmente, em fins de 1936, o governo do Estado comissiona-o junto à Chefia do Ensino Secundário e Normal, cargo em que foi efetivado em abril de 1938. Em fins desse ano, serviu como auxiliar de gabinete do sr. Secretário da Educação, voltando, depois, para o cargo efetivo, de inspetor do Ensino Secundário e Normal.

Diretor da Secretaria do Departamento de Educação

Realizou-se, em abril último, a posse do novo diretor da Secretaria do Departamento de Educação, sr. prof. Alduino Estrada, comparecendo elevado número de pessoas, o que deu ao ato vivo realce.

A homenagem que então foi promovida ao novo titular, pela sua espontaneidade, bem reflete os efeitos da ação justa e elevada da atual administração do ensino público, escolhendo autênticos valores que, sob todos os aspectos, só vêm enobrecer a classe dos servidores do Estado.

A posse foi dada pelo prof. Eusebio de Paula Marcondes, assistente geral do Departamento, que aproveitou a oportunidade para dizer da significação do ato e dos méritos que exornam o atual diretor. Representando os chefes de serviço e altos funcionários da administração, saudou o sr. Alduino Estrada o prof. Luiz do Amaral Wagner e em nome dos funcionários presentes falou o dr. Pedro de Castro, chefe de seção.

O atual diretor da secretaria, sr. Alduino Estrada, conta com larga fôlha de serviços prestados ao Estado, tendo exercido diversas comissões de relêvo, como redator-geral dos Anais da Terceira Conferência Nacional de Educação, reunida em São Paulo, em 1929; como delegado do governo da Exposição de Estatística Educacional que se realizou no Rio de Janeiro em 1935. Foi em 1927, redator da Revista do Ensino, servindo com os professores João Francisco Pinto e Silva e dr. Carlos Silveira. Mais tarde, foi encarregado da organização da biblioteca da antiga Diretoria do Ensino e da elaboração dos dados estatísticos destinados à publicidade. Em 1928-1929, dirigiu a revista Educação da qual foi colaborador brilhante durante vários anos. Serviu na gestão Sud Mennucci, como oficial de gabinete, assumindo, em 1932, o cargo de chefe da seção de estatística, cabendo-lhe então introduzir, no Estado, os novos processos de uniformização de quadros instituídos por força do Convênio Federal de Estatística. Como auxiliar de diretor, cargo para o qual foi promovido em 1935, teve ocasião de desempenhar as funções de Diretor da Secretaria do Departamento.

O novo titular é bastante conhecido nos meios literários e jornalísticos pelos trabalhos de real merecimento que tem publicado.

Por ocasião da posse dos professores Eusebio de Paula Marcondes, Alduino Estrada e Mario Gualberto, respectivamente, nos cargos de assis-

tente, diretor da Secretaria e oficial de Gabinete, os funcionários do Departamento de Educação, incorporados, dirigiram ao diretor geral daquele Departamento, uma moção de aplauso e de solidariedade àqueles titulares.

Prof. Dario Dias de Moura

LUIZ GALHANO DE

Ao vosso espírito arguto e à vossa inteligência vivaz nunca escapou, por certo, a significação do caráter festivo de que se reveste sempre a posse de um novo diretor do ensino.

E, mesmo que essas manifestações de regosijo e entusiasmo sejam, muitas vezes, contrárias à índole do empossado (e este é o vosso caso!) tornam-se elas, quasi sempre, inevitáveis.

É que, sendo uma das principais características do magistério — o espírito de renovação sob o ponto-de-vista ideológico —, esperam os seus membros vê-lo surgir da mudança que imprimirá novos rumos aos seus trabalhos e às suas atividades, o que nem sempre se verifica, a despeito da ância incontida, mas digna e louvável, de aperfeiçoar-se e progredir, que domina todo o professorado.

E, certo, viveria essa nobre classe sob a tortura de infundável e cruciante expectativa, se não contasse, para gaudío seu, com o espírito liberal do regime em que vivemos e por meio do qual se opera, de quando em quando, a renovação de seus quadros administrativos.

Por isso mesmo é que a vossa investidura ao alto cargo de diretor geral do Departamento de Educação deste Estado assume um caráter todo especial; pois não representa, como sóe, muitas vezes, acontecer, aquilo a que o vulgo costuma chamar produto do acaso, mas, sim, uma consagração ao mérito. Constitue, por conseguinte, um grande acontecimento para a classe do professorado público de S. Paulo.

Desde o verdor da juventude que vindes prestando ao ensino os mais assinalados serviços e dedicando-lhe a vossa lúcida inteligência, o vosso desmedido devotamento e o vosso extraordinário espírito organizador.

De vossa longa fôlha de serviços, da qual se vê percorrida toda a escala que constitui a carreira do magistério público do Estado, não se sabe o que mais destacar: se o vosso entusiasmo, regassado de grande fé patriótica, quando regieis uma modesta escola isolada, no início da carreira; se a vossa apreciável capacidade de trabalho e de ação, quando deixastes o cargo de assistente-administrativo do então Departamento de Educação, reclamado que foi o vosso esplendente dinamismo para dirigir o Almosarifado da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

Vêde, portanto, que não é por uma mera formalidade e para cumprir uma simples praxe que se acham ao redor de vós, neste momento, os vossos amigos e colegas, e essa grande cohorte de abnegados servidores do Estado, que são os professores primários de S. Paulo, e os funcionários administrativos deste Departamento.

A este recinto todos acorremos para, num gesto todo espontâneo, de admiração, respeito e simpatia, hipotecar-vos a solidariedade indispensável à realização da enorme e pesada tarefa que vos foi confiada pelo preclaro Governo do Estado e, mais uma vez, reclamada de vosso zelo patriótico e profissional, em benefício de uma numerosa classe e de uma grande causa.

E todos presentimentos que a responsabilidade que vai cair-vos sobre os ombros, d'êste momento em diante, será consideravelmente diminuída, porque, além de longo tirocínio e da experiência adquirida em todos os postos da carreira, e que vos dão uma visão bem nítida e precisa de todos os problemas afetos à direção do ensino, trazeis também para o elevado cargo de diretor geral d'êste Departamento uma outra qualidade, sem a qual aquelas duas resultarão quasi infrutíferas — o espírito de justiça.

Não ignoreis, por outro lado, que a classe do professorado conta ainda, para honra sua e orgulho de S. Paulo, um grande número de verdadeiros valores morais e intelectuais, cuja vida humilde e modesta — toda ela votada ao bem público, e ao interesse da coletividade — muitas vezes, os esconde.

Anima-vos, porisso, a certeza de que o vosso tato administrativo saberá aproveitar êsses elementos e fazê-los participes devotados da obra grandiosa e comum do reerguimento do Ensino Público Paulista, a que ides consagrar, como de outras feitas, todo o afã e carinho.

É pois, com êste pressuposto, que vos apresentamos os nossos votos de boa vinda e vos auguramos uma feliz e próspera administração, no sentido de recobrar para o Ensino Público de São Paulo o seu antigo esplendor — o mesmo que fez de nosso Estado o pioneiro da civilização brasileira.

N. do A. — A presente saudação foi escrita para a posse d'êste ilustre educador, no alto cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação, verificada a 10 do corrente.

(“Correio Paulistano”, de 16-4-1939).

Algumas Referências da Imprensa acêrca do Novo Titular do Departamento de Educação

DO “CORREIO PAULISTANO”:

“O professor Dario Dias de Moura é uma figura de destacado relêvo do magistério paulista e conhece, profundamente, todos os seus delicados problemas, aos quais saberá, de certo, dar solução com sua cultura e tirocínio profissional”.

DA “TRIBUNA POPULAR”, DE ITAPETININGA:

“Não é do feitio da “Tribuna Popular” tecer elogios e enaltecer qualidades daqueles que não conhece. Quando nos referimos a uma individualidade e lhe damos destaque em nossas colunas é porque essa individualidade é portadora de dotes que conhecemos, que sentimos e que verificamos.

Poucas são as homenagens que prestamos nesse sentido. A que hoje rendemos é sincera, é justa e é cigna.

O prof. Dario Dias de Moura, nomeado recentemente para exercer o cargo, em comissão, de Diretor Geral do Departamento de Educação é, justamente, um nome que temos imensa satisfação em destacar, no dia de hoje.

Espírito lutador que não descansa na sua tarefa de perfeição e remodelação; administrador esforçado e inteligente que sabe organizar, orientar e classificar os setores diferentes, numa antevisão mais larga de produção; chefe justo, honesto e correto que sabe reconhecer, medir e premiar os verdadeiros valores; funcionário habituado à luta, ao trabalho e à vitória; Dario Dias de Moura é o homem talhado para ocupar com justiça o cargo que o Governo acaba de lhe confiar.

Quem o conheceu nos diferentes postos da sua brilhante carreira, quem se subordinou algum dia às suas inteligentes e sábias lições, quem conviveu com ele no trabalho e na luta, poderá atestar, com mais firmeza, tudo que acabamos de dizer.

O nome do prof. Dario Dias de Moura é conhecido em todo o Estado pelos seus trabalhos e pela sua atuação. Ele subiu a escadaria da ascensão, de grau a degrau, com o arrôjo da sua inteligência privilegiada, com o valor de seu mérito conquistado, com a justiça do seu valor positivo.

Fez-se do nada, e aí está o seu maior valor. Atingiu o pico da escadaria, de baixo para cima. Não teve saltos imerecidos nem distinções injustas. O que recebeu e o que acaba de receber, são prêmios que conquistou merecidamente.

O atual Governo de S. Paulo, reconhecendo todas essas qualidades a que aludimos, por decreto de 4 do corrente, elevou-o ao cargo máximo da carreira do magistério. O atual Governo do Estado, que acompanhou a sua atuação como Diretor do Material, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, achou por bem premiá-lo com o alto cargo de Diretor do Departamento de Educação. Foi verificando a reorganização modelar e o tino administrativo desse correto funcionário junto ao Almoxarifado, que o supremo Chefe Paulista apontou-o para dirigir essa engrenagem complicada e majestosa que é o Departamento de Educação.

O professorado paulista está de parabens e nós satisfeitos por vermos que ainda se mede e se premeia um cidadão, pelo seu valor e pelo seu mérito".

DA "CIDADE", DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO:

"Por ato recente do Governo do Estado em boa hora, confiado à direção segura do dr. Adhemar de Barros, acaba de ser nomeado diretor do Departamento de Educação o prof. Dario de Moura, cujo nome está visceralmente ligado a Santa Cruz do Rio Pardo, que o tem no número dos seus lavradores e onde exerceu o cargo de delegado do Ensino.

A competência em matéria de ensino alia o prof. Dario uma larga cultura filosófica, sendo senhor dos mais variados assuntos sociológicos brasileiros que estão no tapele da discussão.

Ajunte-se a isso a sua atenção no trato e a "finesse d'esprit" que o caracteriza e ter-se-á a moldura do quadro dentro do qual gira a sua personalidade de escól.

Observa-se a cada passo que o Governo do Estado procura aproveitar os valores morais, colocando cada qual no seu posto a bem da boa marcha do interesse público.

É de felicitar-se o jovem Secretário da Educação, o dr. Alvaro Guião, indo buscar o prof. Dario de Moura, para confiar-lhe a elevada função de orientador supremo do ensino público.

Problema complexo e que requer abundantes conhecimentos a seu respeito, além da exata percepção dos seus aspectos na prática ou na aplicação, o ensino é a pedra de toque do edificio para a construção de nossa independência e para maior firmeza do nosso caráter.

A sua larga e eficiente distribuição, sob todos os seus aspectos, o máximo cuidado com as escolas estrangeiras, um meio de modo a reter os professores na fazendas e sítios onde ensinam, são problemas que se impõem desde logo à inteligência e à argúcia do prof. Dario de Moura.

Santa Cruz do Rio Pardo, onde o cultc diretor do Departamento de Educação conta amigos como os que mais o sejam, está de parabens com esse auspicioso acontecimento".

DA "CIDADE", DE S. CARLOS:

"O novo Diretor Geral do Departamento de Educação diplomou-se, em 1913, pela Escola Normal de São Paulo, tendo prestado, daquela data para cá, relevantes serviços à causa da Instrução Pública, em nosso Estado.

Espírito dotado de admirável capacidade de trabalho, conhecedor profundo e autorizado dos problemas relativos ao ensino, com uma grande e notável soma de serviços prestados ao ensino, estamos seguros de que a orientação do prof. Dario Dias de Moura corresponderá, "in totum" às nossas necessidades nesse setor ponderável da administração pública — a instrução".

DA "FÓLHA", DE RIO PARDO:

"Após a exoneração, a pedido, do prof. Joaquim Alvares Cruz, do cargo de Diretor do Departamento de Educação, o Interventor Federal nomeou para esse cargo o prof. Dario de Moura, funcionário com uma longa fôlha de serviços prestados ao ensino do Estado, que lhe confere excepcionais requisitos para a missão que vem de lhe ser confiada".

DA FOLHA", DE BOTUCATÚ:

"O professorado paulista está de parabens com a acertada medida de nosso Governo, nomeando para diretor do Departamento de Educação, o competente e ilustrado professor Dario Dias de Moura, uma das figuras mais representativas do nosso magistério.

Ao par de sua grande cultura, associada a um talento privilegiado, o professor Dario encarna em si a figura do mestre exemplar, do professor escravo dos seus deveres, amigo de seus colegas, probo, honesto, justiceiro, como poucos se encontram no atual momento.

Em todos os cargos que tem ocupado, desde o início de sua carreira no magistério, tem se salientado e dado provas exuberantes de grande capacidade. Reconhecidos pelo Governo tão brilhantes dotes, é que o professor Dario tem sido distinguido com nomeações para altos cargos na instrução pública.

Acêra de seu nobilissimo tirocinio no ensino, é com o maior desvanecimento que passamos para estas colunas quanto escreveu destacadamente, em seu número 3.379, de 5 do corrente, o importante órgão da imprensa paulista — "Diário de S. Paulo":

“O professor Dario de Moura formou-se em 1913, pela Escola Normal de São Paulo e iniciou a sua carreira numa escola isolada de Jambuí. Foi, depois, adjunto do grupo escolar da mesma cidade e diretor dos grupos escolares de Boa Esperança e Taquaritinga. Em 1920 foi promovido para o cargo de inspetor escolar, com sede em São José do Rio Pardo. Na reforma do ensino, realizada em 1921, foi promovido para delegado regional do Ensino, tendo exercido o cargo em Casa Branca e Taubaté. Suprimidas as delegacias, foi nomeado, em 1925, diretor da Escola Normal de Pirassununga. Em 1927 foi nomeado professor fiscal da Escola Normal Livre, anexa ao Colégio Batista Brasileiro, nesta Capital. Restabelecidas as delegacias regionais do Ensino, o sr. Dario de Moura foi nomeado delegado, com sede em Santa Cruz do Rio Pardo e depois em Avaré, cargo em que se encontrava quando, com a reforma de 1932, foi promovido a um dos cargos de assistente técnico, tendo sido também na época, assistente administrativo do diretor do Ensino. A convite do Ministro da Agricultura, esteve comissionado junto ao Departamento Nacional de Café, sendo que, em 1933, o Governo do Estado o nomeou para o cargo de diretor do Almoarifado da Secretaria da Educação, hoje Diretoria do Material”.

O que acima acabamos de transcrever basta para demonstrar aos nossos concidadãos, amantes do progresso da instrução em nosso querido Brasil, o quanto esta deve ao dedicado professor Dias de Moura, especialmente o Estado de S. Paulo, onde os seus serviços tem sido grandemente aproveitados.

É com sumo prazer e merecido louvor que estampamos aqui o seu retrato, significando uma modesta, porém espontânea homenagem ao proveito professor, com a nossa admiração ao seu talento e à sua constante dedicação à causa da instrução”.

DO “CRUZEIRO DO SUL”, DE SOROCABA:

Fazendo nossas as palavras da “Radio Sociedade de Sorocaba”, irradiadas em data de 4, registramos esta grata informação:

“A Rádio Sociedade de Sorocaba tem o prazer de transmitir no seu primeiro período de irradiação, a grata notícia vinda telefonicamente, da capital, da designação do prof. Dario de Moura para Diretor do Departamento de Educação. Dario de Moura, nome de projeção admirável e querida no magistério paulista, começou a sua carreira em Jambuí, passando por Boa Esperança, Taquaritinga, Taubaté, Santa Cruz do Rio Pardo, Avaré, Pirassununga, percorrendo todos os degraus da carreira, deixando em cada cidade grande círculo de admiradores e um traço luminoso e inconfundível da sua cultura, da sua justiça, da sua administração inatacável.

É, pois, com aplausos gerais que o professor Dario de Moura assume a direção do Departamento de Educação, e a Rádio Sociedade de Sorocaba dá a todos esta gratíssima notícia, interpretando também a alegria e satisfação reinantes da classe professoral de Sorocaba. Estão, pois, de parabéns o exmo. sr. dr. Achemar de Barros, d.d. Interventor no Estado; dr. Alvaro Guião, Secretário da Educação, pela acertada escolha, dando ao magistério paulista um nome que é uma garantia para as grandes necessidades educacionais do Estado”.

Mais de 50 telegramas foram passados da nossa cidade para o prof. Dario de Moura, o que demonstra como s. s. é admirado nesta terra.”

DA “GAZETA”, DE S. PAULO:

“O prof. Dario Dias de Moura é um nome feito no magistério público do Estado, nome que conquistou pelo seu trabalho, pela sua eficiência, pela sua probidade e, sobretudo, pela sua inteligência e descortínio.

Administrador de rara envergadura, demonstrou essas qualidades quando inspetor escolar, delegação regional do Ensino, diretor da Escola Normal de Pirassununga, assistente da Diretoria do Ensino, diretor do Almoxarifado da Secretaria da Educação e ultimamente diretor do Material daquela Secretaria. Neste último cargo, principalmente, prestou inestimáveis serviços, realizando apreciável economia para os cofres públicos.

Figura de destacado relévo no magistério paulista, conhece, profundamente, todos os seus delicados problemas, aos quais saberá, decerto, dar solução com seu tirocínio profissional, pois s.s. percorreu brilhantemente todos os degraus da carreira: professor de escola rural, de escola urbana, adjunto, diretor de grupo, professor de Escola Normal, até galgar os postos mais importantes na administração do ensino."

DE "O LIBERAL", DE MOGÍ DAS CRUZES:

"O trabalho extraordinário já prestado ao Estado pelo professor Dario de Moura, o seu passado brilhante no magistério e a sua cultura elevada fizeram com que o ilustre Interventor Federal o escolhesse para ocupar o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação.

A notícia dessa feliz escolha foi recebida por todos os mogianos com grande entusiasmo, pois aqui, como em todos os recantos de São Paulo, a população conhece o valor desse ilustre funcionário.

Ha 25 anos vem êle exercendo brilhantemente cargos no magistério público, de sorte que é, realmente, o homem talhado para dirigir a instrução.

Como diretor do Grupo Escolar, como inspetor e como diretor de Escola Normal soube conquistar a simpatia de seus subordinados, de seus superiores pela sua maneira de agir e pelo seu valor.

Como delegado regional do Ensino, prestou relevantes serviços à instrução, pois o seu trabalho, nesse cargo, foi verdadeiramente notável e conseqüente a sua região sempre foi apontada como modelar. Nela nunca faltou o desejo de produzir o máximo, pois à frente de todos sempre estava o Chefe dotado de qualidades excepcionais, o homem que nunca encontrou dificuldades na solução de todos problemas que se apresentaram. Em sua região, também, nunca faltou escola bem aparelhada em todas encruzilhadas da extensa zona rural e nunca faltou estabelecimentos de ensino estadual nos núcleos estrangeiros, com professores bem orientados para desempenhar a linda missão de instruir educar e notadamente de abraçileirar a infância.

É esse funcionário notável que já percorreu todos os recantos de São Paulo e que em pouco tempo dotou o Almoxarifado de uma organização admirável, conhecedor perfeito de todos problemas referentes à instrução, que vai dirigir o ensino em nosso Estado. Vai fazer no Estado inteiro aquilo que fez em sua região, quando Delegado, enfim, vai proporcionar a São Paulo, graças a sua inteligência, um impulso extraordinário.

Pelos telegramas recentemente publicados que o exmo. sr. dr. Secretário da Educação e Saúde Pública recebeu de todos pontos do Estado, felicitando-o pela acertada escolha, pelos discursos extraordinários pronunciados por verdadeiras glórias do magistério público paulista no ato de sua posse, pelo entusiasmo que reina entre todas autoridades escolares, podem aqueles que ainda não conhecem o ilustre educador avaliar quão feliz e quão patriótica foi a escolha feita pelo Governo de São Paulo do nome do professor Dario Dias de Moura para o cargo de diretor do Departamento de Educação."

Os Novos Auxiliares

Homenagem prestada, no Departamento de Educação, aos srs. Eusebio de Paula Marcondes, Mario Gualberto de Camargo e Alcuino Estrada

Realizou-se no dia 19 de Abril às 15 horas, no Departamento de Educação, uma reunião em que foi prestada uma homenagem aos srs. professores Eusebio de Paula Marcondes, Mario Gualberto de Camargo e Alcuino Estrada, pela investidura, respectivamente, nos cargos de assistente geral, oficial de gabinete e diretor da secretaria.

À reunião, presidida pelo prof. Luiz Gonzaga Fleury, esteve presente o prof. Dario Dias de Moura, diretor geral do Departamento de Educação.

Em nome dos chefes de serviço, usou da palavra, saudando os homenageados, o prof. Luiz Galhanone, falando, também, os srs. prof. Pedro Voss Filho, dr. Pedro de Castro e prof. Nelson Camargo de Azevedo.

Respondeu o prof. Eusebio Marcondes, agradecendo, em seu nome e no dos outros homenageados, as saudações recebidas.

Entre as pessoas presentes, notavam-se, além de grande número de professores e funcionários do Departamento de Educação, os srs.: Lelis Vieira, Rodrigues Alves Neto, representante dos drs. Alvaro Guião e Uriel de Carvalho; Bruno Zaratini, da casa civil da Interventoria; tenente Mauro Mariano, da casa militar da Interventoria; dr. Armando Osso representante do sr. Francisco Pati; cel. Tenorio de Brito, dr. Bráulio de Mendonça, major Nunes, capitães A. Pedroso de Carvalho e Ulisses Sousa e Silva, dr. Figueira de Melo, dr. Mario Rios, dr. Sias Botelho, dr. Cicero Salles Amaral e representantes da imprensa.

Foram estas as palavras do prof. Luiz Galhanone:

“Distinto colega professor Eusebio Marcondes:

Ao empossardes, ha poucos dias, em nome do sr. diretor geral deste Departamento, o novo titular de sua secretaria e um dos homenageados nesta solenidade, falastes de vosso afastamento voluntário desta casa, pelo espaço de dez meses. Parodiastes, então, com muita felicidade, o admiravel poeta patricio de “Visita á casa paterna”, dizendo que, ao tornar-lhe, não vieis chorar, em cada canto uma saudade, mas sim, sorrir em cada canto uma esperança... Fazieis, desta forma, referência à nova administração que aqui se iniciava.

Quero, entretanto, com a devida vênia, levar além o vosso pensamento. Não é uma esperança que, aqui, se vê sorrir em cada canto, com a investidura de Dario de Moura, no alto cargo de diretor geral deste Departamento, mas, sim, uma certeza que deles irradia, como que anunciando uma nova fase por que passará o ensino público paulista.

E a prova temo-la nos acontecimentos para cuja comemoração nos achamos, aqui, congregados.

Iniciou Dario de Moura a sua gestão neste Departamento, praticando três atos que bem refletem o espírito de justiça que sempre caracterizou a sua vida pública.

Colocando a seu lado, como assistente técnico — Eusebio de Paula Marcondes — esse prototipo de educador e de perfeito funcionário; chamando para seu official de gabinete, a figura jovem, simpática, educada e inteligente de Mario Gualberto; repondo no lugar que lhe competia, de direito, a esse funcionário deste Departamento que, a despeito de sua aparente boemia, tem em alta conta o princípio de responsabilidade e do cumprimento do dever, que é Alduino Estrada, — procurou Dario de Moura demonstrar, mais uma vez, que a sua administração ha de fazer-se sentir através do lema que nesta hora tórva e conturbada e cheia de apreensões por que passa a humanidade, deve empolgar todos os espiritos, — lema que é o toque de clarim de Pio XII, conclamando todos os homens de boa vontade: — Opus, Justitiae, Pax — A Paz é Obra da Justiça.

Sim, tranquilizemos o espírito daqueles que se encanecem ao serviço da patria, na formação das gerações que lhe preservarão a estrutura e a integridade, dando-lhes o que justamente aspiram; tornemo-lhes o trabalho menos árduo pelo respeito aos seus direitos e aos daqueles confiados à sua guarda e proteção; afastemos de seu caminho tudo quanto possa empecer-lhes o entusiasmo sadio e construtor, e teremos executado trabalho de paz, porque emanado do espírito de justiça.

E esta é a grande obra que todos esperam ver realizada na gestão de Dario de Moura, à testa deste Departamento, para o que contará ele com a ação franca, leal e decidida de seu maior auxiliar, que é Eusebio Marcondes, e de todos quantos conservam a fé nos fulgurantes destinos de nossa nacionalidade.

Que de mais justo e equânime não representa o regresso de Eusebio Marcondes à casa, a que, pelo espaço de mais de trinta anos ininterruptos serviços, soube tanto dignificar, através de uma atuação sempre uniforme e posta a serviço dos interesses da coletividade?

Que não significa este fato para nós outros — seus antigos companheiros e colegas — acostumados que sempre estivamos a ouvir-lhe a opinião criteriosa e abalizada sobre os inúmeros problemas com que defrontavamos em nossas atividades?

E, para a própria administração do ensino, a que ele sempre serviu com as luzes de sua inteligência privilegiada e com o seu saber de experiências feito, que prejuizo enorme não causou a sua ausência?

Fois bem. É por tudo isso, prezado colega Eusebio Marcondes, que nos regozijamos com a vossa volta, certos de que este afastamento temporario, ao invés de arrefecer o vosso entusiasmo e a vossa dedicação pelas coisas do ensino, mais os sublimou, tornando-se-nos, pois, mais precioso o vosso convívio dentro desta casa”.

Os homenageados foram muito cumprimentados pelas pessoas presentes, tendo recebido, também, inúmeras felicitações, por cartas e telegramas.

Prof. Henrique Ricchetti

HOMENAGEM TRIBUTADA PELO PROFESSORADO PAULISTA

Por ato do Exmo. Sr. Dr. Adhemar de Barros, d.d. Interventor Federal em São Paulo, esteve comissionado junto à sua Casa Civil o professor Henrique Ricchetti, ilustrado inspetor escolar da Capital, atualmente delegado regional do Ensino, em comissão, da Capital.

Tal gesto, além de merecido pelas qualidades daquele professor, foi pelo magistério de S. Paulo, interpretado como uma prova de consideração à classe que, pela primeira vez, teve um dos seus elementos militantes elevado a membro da Casa Civil da Interventoria.

Por assim o entender, o professorado paulista ofereceu ao Professor Ricchetti, em 21 de março último, um banquete de cerca de quinhentos talheres, o qual se realizou no Salão Germânia, com a presença de inúmeras pessoas gradas e representantes oficiais.

Pelos homenageantes falou o sr. professor Luiz do Amaral Wagner, o qual, em eloquente discurso, disse das qualidades do homenageado e fez elogiosas referências ao ato do Exmo. Sr. Interventor Federal e sua repercussão na classe do professorado.

O professor Henrique Ricchetti proferiu, em resposta, o discurso que a seguir transcrevemos, por ser uma notável página de civismo, escrita com singular beleza de forma e grandeza de conceitos.

“É bem intensa a minha comoção neste momento. Ao pouco que sou e ao nada que mereço, evidentemente infundiram os exagêros da amizade aliás demasiada.

Bem compreendo esta verdade e não me engano e nem me deixo enfeitiçar pelos perigos terríveis da vaidade. Permitam-me, pois, que eu mais fale de nós do que mim e que receba esta homenagem como um gesto de mercê ou de espontânea cortezia a lealdade do companheiro de todas as horas e do colega que, por vocação e por ufania, se sente cada vez mais integrado no espírito da classe.

Tudo que disseram de mim os oradores cultos e brilhantes desta festa são frases de formosa expressão e claro e nobre sentido que eu, por amor e por reconhecimento aos predicados e às prendas comuns, partilho, com devoção e alegria, entre os meus colegas de ofício. Recebemo-las todos, portanto, coletivamente, de mão a mão, e que, na divisão dos louvores nenhum dos companheiros de jornada, presentes e ausentes, perceba, em peso e medida, em qualidade e quantidade, menor tença ou menor quinhão.

Assim agindo não cometo, como possa parecer, um ato de prodigalidade muito comum entre nós brasileiros, mas cumpro um dever de consciência ao qual, por princípio, como mestre-escola, não posso e não devo fugir.

Que esta homenagem, no seu sentido cavalheiresco, se reverta inteira à classe que nos honra e à qual vimos servindo com a coragem e a tenacidade heróica de verdadeiros Cruzados. Cruzados, sim, porque o nosso futuro, sob qualquer dos seus aspetos — moral, espiritual ou material, depende do que fizermos e do que realizarmos em matéria de educação e de ensino.

Sobre os nossos ombros — não me canso de afirmar, sempre que se me oferece oportunidade, repousa uma herança e um encargo por demais pesados: a integração da criança na comunhão social brasileira, dando-lhe, através da escola, a cultura inicial e a resistência precisa para se desenvolver e progredir cívica e moralmente.

A empreitada é, como se vê, das mais árduas. E para torná-la mais áspera e mais difícil não são poucos os precauços da jornada. Aos olhos profanos passam despercebidos os imensos esforços da realizaçã. Só vêm êles a obra colimada e quasi sempre, levados ou pela ignorância ou pela má fé,

críticam-lhe a estrutura, descubrem-lhe defeitos, investem-se “com as iras de um vândalo ou de um “visigodo” contra os seus fundamentos, sem ressaltar sequer o longo, atento e penoso trabalho do amoroso artífice que a animou e ergueu com a fé do seu culto e o sangue da sua raça.

É esse, em linhas rápidas, o nosso drama: — uma luta tenaz contra a adversidade e a indiferença, uma peleja em que se sofre e em que se sangra sem que, muitas vezes, sequer se apercebam de nós. Mas não importa, porque o que nos anima, o que nos retempera, o que nos propela para diante é a força e a compreensão do sacerdócio a que juramos devotamento e fidelidade.

Não é intenção minha estender aos nossos olhos o velho quadro das lamentações já de todos muito conhecido e nem o momento permite uma digressão desse gênero. Afirmemos, como no conceito virgiliano, a nossa convicção e a nossa esperança em alcançarmos a graça do Bem, e continuemos com denodo a obra empreendida pelos nossos maiores do passado, unidos pela fé e fortes pela unidade. Que não nos emperre o andar as seduções literárias dos que vêm a escola de longe, através de complicadas teorias e intrincados processos de gabinete. A nossa experiência no trabalho diário é a mais sábia diretriz, a melhor escola, o método mais oportuno. Perdoem-me esta franqueza os dadaístas da pedagogia. Não nos enganemos e não nos deixemos enganar. Encaremos a realidade como ela se nos apresenta, desataviando-a dos nevoeiros que a encobrem. Experimentados na peleja, que é a prática do ofício, não é possível que nos detenhamos ao primeiro tropeço ou ao primeiro revés. Valorizando-nos no cumprimento rigoroso do dever, infundirems sem dúvida aos nossos trabalhos um caráter moral inenunciável, tão necessário principalmente nesta hora incerta e violenta de interesses que se chocam e paixões que explodem”.

A confusão, bem sabemos, é uma força negativa. Para construir — como é do nosso dever, com sabedoria, é preciso entendimento e coordenação. E estes requisitos não nos faltam e mesmo aqui está a prova nesta tocante demonstração de solidariedade.

Vivíamos até bem pouco quasi alheios às fontes tradicionais brasileiras, enamorados das standardizações importadas e dos modelos sedutores da especulação livresca. A experiência de alguns malogros valeu-nos, porém, e a sábia diretriz do Estado Novo, como um milagre, imprimiu uma compreensão mais alta e mais típica a nossa vida, ordenando-a dentro das linhas mestras da nossa formação. A preponderância do materialismo invasor já podemos opôr a valorização qualitativa. Só os princípios cristãos — é a voz profética de Leão XIII que nos adverte — têm força para libertar o indivíduo da servidão material. Contra o desespero e o delírio mecânico que tentam subverter a ordem, o homem tem, fatalmente, que ressurgir e se afirmar amparado pelos Santos-Óleos da Fé e da Crença.

É preciso, todavia, que a escola, a nossa escola se enleie de uma espiritualidade confortadora e construtiva e que a sua fisionomia se talhe à feição da nossa terra e da nossa gente. Ao amoralismo dos dias que correm e as variações levianas dos textos perigosos devemos opôr o pensamento cristão que aureolou o berço da nacionalidade e implantou na terra virgem do hemisfério então desconhecido, como marco inicial de civilização, o símbolo sagrado do Cruzeiro.

Em matéria espiritual, meus colegas e meus amigos, não há fórmulas de tolerância e nem sequer transigências admissíveis. A crise atual do mundo é uma crise de fundo espiritual, uma crise de consciência, uma crise de caráter. O mundo sofre o delírio da utilidade e da quantidade. Rebaixaram-se os direitos da personalidade em proveito de “uma cultura de meios de índole prática e instrumental”. Há, por assim dizer, uma febre de intoxicação cientificista que nos cumpre combater violentamente e corajosamente. E esse combate violento, e essa luta corajosa quem a deve iniciar, quem deve mantê-la é o mestre-escola, somos nós. É uma obra de fé e de patriotismo. A

tática de Moltke e a astúcia de Bismarck pouco valeriam, em 1870, se não fosse a pregação persistente e fervorosa do professor-aldeão.

É essa uma prova que não envelhece e que precisamos ter sempre bem viva.

Não é pequeno o contingente de valores com que podemos contar para a luta. A sabedoria dos governos está justamente na felicidade da escolha dos elementos de colaboração. A velha teoria do medalhão desmoralizou-se com a vitória do Estado Novo. E a prova evidente está no aparelhamento atual do Governo. O que até há pouco era uma simples profissão para raros apenas, como muito bem observa um dos nossos sociólogos da primeira plana, tornou-se uma obra de idealismo, uma contribuição patriótica de sentido mais amplo, mais humano e mais em concordância com os altos e legítimos interesses da Nação.

Exemplo expressivo de que acabamos de afirmar deparamos entre nós, a cada momento, com a ação construtora e elevada imprimida aos trabalhos do Governo pelo honrado dr. Adhemar de Barros. S. excia., com a sua coragem, a sua firmeza, a sua probidade, o seu patriotismo e o seu entusiasmo contagiosos e fecundos, vem realizando, de maneira precisa e bela, uma obra de equilíbrio social, de verdadeira previsão, atendendo à solução dos problemas presentes com a amplitude necessária às realizações do futuro. Agindo dentro da esfera política, a ação do governo de s. excia., anulando as barreiras antagônicas de velhos e arraigados preconceitos, procura, pela sabedoria e pelo acerto dos seus propósitos, estabelecer a concordância necessária entre todas as forças que constituem a base estrutural do nosso progresso e da nossa prosperidade. É a essa diretriz segura, a essa visão clara das nossas necessidades que devemos, sem dúvida, o ressurgir harmônico de todas as nossas forças de produção e de trabalho. São Paulo como que despertou de um longo letargo nesta batalha empreendida por um Brasil maior. Sob essa orientação marcadamente brasileira, São Paulo retomou no conceito da Nação o seu ritmo dinâmico e empreendedor. E é a segurança do guia, à sua mocidade e à sua fé que devemos, neste instante decisivo da nossa evolução, a certeza da rota e o sucesso do apontamento.

Há como que uma alvorada esplendente de idealismo a inundar de luz a grandeza dos nossos horizontes. Que Deus nos abençoe nesta trilha e nos ilumine o coração e o espírito para que possamos, obreiros do alfabeto, cumprir também, sob tão digna e tão nobre direção, a tarefa que nos cabe. O Governo conta conosco e nós não podemos falhar (e não falharemos) e nem desmerecer (e não desmereceremos) a sua confiança e o seu amparo resolutivo.

Eu por mim e por nós todos afirmo com o bom orgulho que nos enaltece e o heroísmo que nos encoraja, e afirmo aproveitando esta oportunidade feliz em que nos encontramos reunidos, que a nossa ação será sempre esta: trabalhar por S. Paulo e pelo Brasil com ideal, decisiva e impavidamente convictos da nossa missão, em demanda do Bem, do Amor e da Verdade.

É o que eu tinha a dizer e com o meu sincero muito obrigado eu convido a todos para erguermos as nossas taças pela saúde e pela felicidade do eminentemente chefe dr. Adhemar de Barros."

A Abertura dos Cursos da Escola Normal Modêlo

Realizou-se no dia 11 de abril, às 21 horas, no salão nobre da Escola Normal Modêlo, a solenidade da abertura dos cursos daquele modelar estabelecimento de ensino.

A cerimônia foi presidida pelo sr. dr. Alvaro Guião, ilustre Secretário da Educação, achando-se presentes, entre outros, os srs. professores Dario Dias de Moura, Diretor Geral do Departamento de Educação; professora Carolina Ribeiro, diretora da escola; drs. Uriel de Carvalho, João de Camargo e Fernando de Toledo Piza e Almeida, respectivamente, oficial e auxiliares de gabinete do dr. Alvaro Guião; representante do reitor interino da Universidade, além de numeroso auditório.

De início, falou a professora Carolina Ribeiro, que proferiu belo discurso, no qual agradeceu a presença das autoridades e discorreu sobre a função e organização do tradicional estabelecimento, de que é diretora.

Finalmente, solicitou ao sr. dr. Alvaro Guião, declarasse abertos os cursos do corrente ano letivo.

O sr. Secretário da Educação o faz, sob calrosas palmas dos presentes.

A AULA INAUGURAL

Em seguida, o sr. Secretário da Educação passou a palavra à senhorita Yolanda de Paiva, lente de Pedagogia e História da Educação, que realizou a brilhante aula inaugural, da qual destacamos os trechos principais:

"Quis a gentileza dos colegas e a vontade de minha diretora, que eu inaugurasse, hoje, os cursos da Escola Normal Modêlo de S. Paulo.

Antes de começar, porém, quero dizer-vos o meu prazer pela generosidade de vossa presença e expressar ao exmo. sr. Secretário da Educação os agradecimentos pela honra que nos deram de assistir a esta aula inaugural. Eu vos confesso que não teria a coragem de aceitar essa incumbência, se não tivera, de início, a sinceridade de vos dizer que esta Escola se representa hoje pelo menor de seus valores.

Que não nos surpreenda, portanto, a modéstia de tudo quanto vou dizer e que não arrefeça a expectativa que sinto existir em cada um de vós em relação às atividades futuras desta instituição escolar, cujas finalidades e alvo acabam de ser brilhantemente expostos por d. Carolina Ribeiro. Estou certa — o trabalho, o entusiasmo e o idealismo de todos aqueles que aqui começam a ensinar-vos compensarão da curiosidade e da expectativa que tendes, no momento, o direito de possuir.

Mas, permiti que figurando a arrojada hipótese de que sois todos, por um momento, meus alunos (hipótese esta a que tendes plenamente a liberdade de reagir!...) eu dê início à minha aula.

Eu não seria leal se vos promettesse grande originalidade de concepções ou novidades; nada mais pretendo aqui do que examinar convosco a importância e as consequências do fenômeno da educação, e, nesse exame, descortinar um pouco as amplas perspectivas de esperanças e de poder que o seu conhecimento tem trazido a todos os povos, em todos os tempos.

Apreendendo bem, — que há de essencialmente novo nas reflexões e verdades que possuímos a respeito de educação?

A experiência no magistério primário, as aulas recebidas nos cursos do Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia, da Universidade de São Paulo, levam-me a dizer-vos que, afóra progressos de técnicas, corolários do progresso das ciências, e um ou outro ponto de vista mais fecundo, realizando algumas tentativas de explorações, nada mais pode-

remos apontar de realmente novo na nova Pedagogia. Ela é ainda mais um esforço, do que uma chave ou base de soluções definitivas e, nesses limites, é que temos que aquilatar todo o seu valor.

Consideremos alguns conceitos do que seja o fenómeno educativo.

“Educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações ainda não preparadas para a vida social e tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade e pelo meio especial a que a criança se destina” diz Durkheim.

“Educar é desenvolver, em cada individuo, toda a perfeição de que é capaz”, afirma Kant.

“Preparar para a vida completa, para a vida no sentido mais lato da palavra, eis o que é a educação. Viver completamente é a coisa mais necessária que temos a apreender, é ela, portanto, a principal que a educação nos deve ensinar”, escreve Spencer.

E, ainda, diz Stuart Mill: “Educar compreende tudo aquilo que fazemos para nós mesmos e o que para nós é feito pelos outros com o fim expresso de trazer-nos mais próximos da perfeição da nossa natureza”.

Ha um aspecto comum a essas opiniões: — é que educar consiste num processo de ajustamento do individuo ao meio físico, biológico e social, ao mesmo tempo que numa tendência de o levar à realização de um fim ou ideal que se lhe tornou próprio, quer imposto pelas gerações que o formaram, quer aceite pela sua própria escolha.

Observando o fenómeno educativo dentro das condições reais em que se processa, isto é, no espaço — ou numa determinada sociedade —, e no tempo — ou numa determinada civilização ou época — notamos, entretanto, que o ajustamento e tendência a um fim não são, por si sós, fecundos na ação educativa. Encaradas sob o aspecto de nossa civilização, as sociedades atuais são um exemplo disso.

“Todos os valores intelectuais da civilização, observa Afranio Peixoto, ela mesma que se construiu sobre eles, vacilam abalados nos seus fundamentos: temos todos o direito, olhando a inimaginável carnificina, deprecação, ruína, que são o corpo de delito das mais pavrosas torturas sofridas pela humanidade, de dizer que não valia a pena tanta escola, tanta universidade, tantos livros e tantas filosofias, se havia de dar tudo na mais horrorosa calamidade que os ináros tempos barbaros nunca viram”

É que a educação falhou, afirmam todos, recorrendo a um lugar comum, na ingênua esperança de ter encontrado uma explicativa para esse fracasso. Mas não foi a educação que falhou e sim os homens que falharam, com ela. Pondo à disposição das gerações que se formavam todo um material de tradições e velhos rancores de guerra; visando ideais imediatos, de ordem material e politica, como sejam a industrialização intensiva, a hipertrofia do poder económico, a nacionalização exacerbada; usando técnicas pedagógicas incertas quanto à sua eficacidae, por serem novas e se adaptarem rapidamente às transformações surgidas no desenvolvimento das ciências e ritmo novo de vida, que outro resultado poderia ter dado a educação europeia, senão aquela que verificamos agora?

E que direito teremos nós de apontar como causa dêsse efeito a falência da educação, e não os fatos, as circunstâncias em que ela se processou, e, principalmente, os homens — educadores e politicos — que a dirigiram?

O elemento fecundo, vivificador, de toda a ação educativa — “o desejo sincero de a tornar um instrumento do aperfeiçoamento humano” — não existiu ali, lamentavelmente.

Podemos dizer, sem grande temor de êrro, que a conduta e rendimento do esforço europeu se resumiram a um trabalho de instrução e treinamento de atitudes necessárias ao êxito daqueles fins imediatos.

Porém, a educação é alguma coisa mais do que isso!

Educar não é apenas instruir e armazenar conhecimentos, como já sabiamente dizia Montaigne — “cabeças querem-se bem feitas, antes que bem cheias”; não é adquirir hábitos ou atitudes de vida adequadas ao desenvolvimento que se pretende dar aos indivíduos; é, essencialmente, dirigir-los num sentido de “formação” desenvolvendo-lhes as capacidades de julgamento e aceitação de valores que os levam à plena expansão e aperfeiçoamento de sua personalidade orientada para um fim — o melhor possível, para um ideal — o mais alto e nobre.

Desnecessário seria, depois de tudo quanto vos tenho dito, encarecer a importância do estudo dessa matéria.

Como testemunho do esforço, e do que se tem feito a respeito, há toda a história da educação e toda a história da pedagogia, num conjunto de fatos e de teorias que se desenrolam através do tempo, numa sequência ininterrupta de tentativas de soluções educacionais. E são essas histórias um capítulo importante da história da humanidade, pois que nos vem mostrar as maneiras diversas por que o homem tem concebido a vida e tentado fazer da educação um instrumento de poderio e força ao seu alcance.

A direção do movimento evolutivo pedagógico tem variado, naturalmente, conforme as diversas aspirações dos povos e as circunstâncias a que suas vidas se condicionam. Mas, no nosso século, notamos que a evolução metodológica se impõe de modo categórico em todos os países civilizados, levando-lhes o mesmo progresso de técnicas realizado nos últimos 40 anos, e que se baseou nos progressos das ciências biológicas, psicológicas e sociológicas.

O problema central das investigações pedagógicas positivas — o estudo do “professor” e da distribuição lógica da “matéria” a ensinar — mudou em toda a parte o estudo do “educando” e da “aprendizagem”, que ficaram sendo o novo centro dessas investigações. Mas, no tocante às teorias e realização prática da educação, observamos que deixou de haver uma tendência de movimento para um mesmo sentido: cada país, conforme as exigências da sua vida social e política, procura uma solução ou fim próprio.

Assim, temos atualmente tipos definidos de educação, todos eles bastante diversos e que podem ser rapidamente caracterizados:

A Alemanha faz do homem uma peça racial e militar, baseando-se num regime de disciplina dura e inflexível; a França pretende fazer do francês um indivíduo mais completo, culto e universal, dentro dos seus desejos de um socialismo-democrático; a Itália dirige todo o esforço educativo para uma politização pedagógica, fazendo dos seus filhos verdadeiros conquistadores de um novo e utópico império; a Rússia, despertando do seu misticismo absurdo, se joga não menos absurdamente num materialismo integral, pretendendo fazer de cada indivíduo apenas u'a máquina de produção; os Estados Unidos trabalham pelo seu ideal de um povo livre, democrático e impregnado do senso útil das cousas... Onde a razão?

A par de uma universalização de estudos e adopção das mesmas técnicas e meios educativos, ha toda essa disparidade de teorias e fins de educação, quasi totalmente orientados numa visão estreita de nacionalismo estéril, desarticulado de qualquer idéa fecunda de harmonia universal.

O Brasil, dentro desse quadro nítido de tipos definidos, apresenta ainda, em educação, um aspecto amorfo onde mal se esboçam os primeiros delineamentos de uma orientação própria. Sofrendo durante quatro séculos as consequências de um completo descaso da instrução popular, não teve, em meio século de regime republicano, oportunidade de resolver os grandes e múltiplos problemas que lhe ficaram dessa situação.

Mal conseguimos nos distinguir do tipo da educação latino-americana,

e agora é que começamos a tentar a formação orgânica de um sistema educacional que mostre claramente "como, porque e para que" se quer educar o brasileiro.

Na pesquisa do conhecimento do meio e da realidade brasileira, na busca de técnicas e métodos pedagógicos mais apropriados, na procura de um fim que coordene e complete todo o trabalho da educação, é que se tem resumido a preocupação e esforço dos nossos educadores e pedagogistas. Num país onde as distâncias a percorrer, o número de analfabetos a instruir e a educar, e as dificuldades econômicas a suplantar são imensas, bem árdua é a tarefa de resolução de quaisquer problemas.

Que aquele esforço tenha uma concretização fecunda e que cheguemos, num futuro breve, a definir e firmar as bases orientadoras de nossa ação educativa! Isto, sem desprezar a riqueza de sugestões e experiências que podemos arrancar à história e à vida dos novos contemporâneos, os quais numa dádiva generosa e inconciente mostram, objetivamente, o resultado a que os levaram os métodos e fins por eles considerados como definitivos.

E que, dentro de São Paulo, a Escola Normal Modelo seja, pelos seus professores e seus alunos, um laboratório imenso de labor educativo, onde cada um junte o seu esforço e o seu trabalho; contribuindo honesta e entusiasmamente para o levantamento do nível educacional do país, assim como para a obra de construção da "nossa teoria e finalidades" da Educação.

Eduquemos com carinho as gerações novas afim de que elas, amanhã, saibam aperfeiçoar o que já temos, corrigir os nossos defeitos, emendar as nossas faltas, concretizar o nosso esforço, para que São Paulo continue sendo a força motriz do progresso brasileiro e o Brasil, ao lado das nações mais civilizadas, possa cooperar eficientemente para o desenvolvimento educacional dos povos.

A grandeza das nações não se mede pela sua extensão territorial, é conhecida pela intelectualidade de seu povo.

Alarguemos cada vez mais os limites culturais de S. Paulo, para que o Brasil se torne maior."

Ao terminar, a senhorita Yolanda de Paiva foi longa e calorosamente aplaudida.

DISCURSO DO DR. ALVARO GUIÃO

Falou, em seguida, o sr. dr. Alvaro de Figueiredo Guião, ilustre Secretário da Educação e Saúde Pública, que pronunciou o seguinte discurso:

"O atual Governo de São Paulo, identificado com os ideais do Estado novo, que visam transportar da subconsciência para a consciência nacional toda uma messe de idéas, anhelos e aspirações nela adormecidos, que visam o engrandecimento de nossa terra e a glorificação de nossa pátria, não pôde ser indiferente ao levantamento moral e material da instrução de nossa gente, alavanca poderosa que pela força da convicção e pelo calor da sinceridade conseguirá por certo a realização desse grandioso sonho. Por si só, isso justificaria a presença aqui neste instante do Secretário da Educação e Saúde Pública, a cuja pasta está afeto o desenvolvimento desse plano educacional.

Aos expoentes da inteligência e da cultura do país, que sois vós, incumbe a missão duplamente sagrada de orientar a formação mental e moral dos elementos componentes da coletividade e de tornar a nação conciente das diretrizes que lhe estão traçadas no prosseguimento da obra que se propoz.

É desta casa que partem em mistér de catequese e de evangelização, para todos os recantos de nossa terra, essas criaturas privilegiadas e abençoadas que são os professores públicos, levando às multidões u'a migalha

de luz que é claridade, porque é instrução, porque é patriotismo, porque é ideal e porque é, acima de tudo, a reintegração moral e cívica dentro do nosso convívio político social, de milhares de irmãos nossos, abandonados e esquecidos na mais precária miséria intelectual.

Vós que emergistes da coletividade como expressões mais lúcidas e privilegiadas, estais ainda naturalmente investidos de mais u'a missão sagrada, missão essa que é a viga mestra sobre a qual repousa todo o nosso edifício político social, e a razão mesma de ser de nossa existência porque compete a vós a difusão de um sentimento mal definido, que ainda não se tornou perfeitamente conciente no espírito do povo inculto, que é nele apenas uma idéa indecisa ou uma aspiração incerta: o sentimento de Pátria.

E haverá encargo mais altamente dignificante do que dizer às multidões que é nobre, que é sublime e que é sagrado amar a terra que nos viu nascer, amar e o céu que nos ilumina, a natureza que nos envolve, a floresta que nos fascina, os rios que nos seduzem, a brisa que nos acaricia, a casa que nos recorda, o túmulo que perpetua, a tradição que comove, a Pátria, enfim, que é tudo que nos circunda, que é tudo que o nosso olhar abrange, namora e conquista?

A vossa missão, senhores professores e futuros professores, é a missão mais alta, mais sublime e mais dignificante que essa Pátria confia a um filho!

E é conhecendo a relevância da vossa função social que o Governo atual, dirigido pela figura moça, dinâmica e patriota de Adhemar de Barros, tem todo o empenho em prestigiar, minar e engrandecer a vossa Escola Normal Modelo.

Ela foi a célula mater das escolas primárias que prepararam o progresso de São Paulo à ela estão ainda reservadas grandes realizações.

É oportuno, neste momento, focalizar a ação decisiva das escolas de formação de professores na renovação técnica do aparelhamento educacional.

As últimas reformas por que passou o nosso ensino, reformas quasi todas de caráter administrativo, deixaram à margem grandes problemas de ordem técnica e urge atacar para que a nossa instrução não estacione à mingua de quem lhe possa prestar a assistência constante e eficaz de que necessita. Em matéria de educação, estacionar é retroceder. E a assistência constante de que falámos, indispensável à marcha evolutiva do ensino depende de dois fatores: a formação completa do professor, preparando-o para enfrentar os grandes problemas da educação num país novo e de imigração como o nosso; e a organização de competente corpo de diretores do ensino, com a prática que só o tirocínio pôde dar, aliada a uma cultura especializada que só o estudo lhes poderá fornecer. A Escola Normal cabe a realização desse ideal. À ela compete iniciar a renovação que se impõe, dando a seus alunos em seus cursos ginasiais, sólida cultura de humanidades, base indispensável ao curso profissional especializado em que se estudam a psicologia, a biologia e a sociologia educacionais, a pedagogia e a história da educação, além de disciplinas outras como português e literatura, indispensáveis todas à completa formação do professor conscio de seus deveres para com a pátria, plasmada de um Brasil maior e mais feliz do que aquele que nos legaram as gerações que nos antecederam. A ela cumpre a organização de cursos de aperfeiçoamento, destinados a professores que, após alguns anos de exercício, voltam a ampliar os conhecimentos adquiridos durante o currículo escolar e postos à prova na direção de classes; de cursos de administradores, destinados a professores já com alguns anos de tirocínio, diretores e inspetores escolares, cujo trabalho

principal tem de ser a orientação técnica do ensino e não a simples ação fiscalizadora, inócua, senão muitas vezes causa da decadência do mesmo.

Ao trabalho de preparação do novel professor, obra da Escola Normal, deve corresponder a ação orientadora, inteligente e eficaz do inspetor que tem de ser o guia do trabalho silencioso, mas magnifico que nas escolas primárias se processa.

Que o curso que ora se inicia na Escola Normal Modelo, tenha por alvo esse ideal, preparando para o Brasil o professor que ele reclama, conhecedor profundo da nossa língua, da nossa história e sobretudo essencialmente brasileiro.

E foi por isso e para isso que o Governo de S. Paulo foi buscar na modéstia de uma vida impoluta, toda ela dedicada ao trabalho, ao estudo, à meditação e ao patriotismo, dois nomes que completam porque são dois expoentes do ensino paulista: Dario de Moura e Carolina Ribeiro.

Entregue a direção do Departamento de Educação a um deles e a desta escola ao outro, eu tenho a certeza de que o ensino em São Paulo, com timoneiros desta estirpe, marchará vitoriosamente para os seus altos destinos na arrancada definitiva da sua palpitante consagração.

A cristalização da nova mentalidade que se amolda a esses impulsos e a essas diretrizes, é tão complexa que reclama tempo, esforço, dedicação e saber.

A nação quer e a democracia autoritária reclama: — autoridade, disciplina, hierarquia, solidariedade, ação e idealismo, condensando e sublimando tudo no amor intenso à nossa pátria, como “primeiro mandamento a espancar a treva das defecções que o negativismo creára”.

Senhores professores: Ao dirigir-vos a palavra neste instante, eu tenho a volúpia de vos fazer uma revelação.

Devo a vós em grande parte o pouco ou quasi nada que sou. Fiz meu curso primário nos bancos humildes de um humilde grupo escolar do interior, onde a falta de conforto e a ausência de estilo arquitetônico eram supridos largamente, pelo devotamento, pela competência e pela idoneidade de um corpo docente notavel, encabeçado pela figura inolvidavel de Orestes Guimarães. Com o coração cheio de emoções eu olho para trás, acariciando uma saudade pungente, em busca dos dias de minha infância remota, recordando o momento em que pequenino, conduzido pela mão amiga de meu honrado e saudoso pai, num ambiente ermo e sossegado de uma cidadezinha do interior paulista, eu transpuz os humbrais abençoado do grupo escolar local. E no meio da criançada de minha terra, irmanando-me nos bancos escolares com a pobreza humilde onde o branco ou o preto, despidos de preconceitos, porfiavam em aprender, recebi eu a primeira lição de um mestre querido que ainda hoje, com as cans respeitáveis, arrasta uma pobreza honrada que é a corôa que costuma cingir os heróis obscuros que são os grandes, os beneméritos, os inconfundíveis servidores da pátria... os professores públicos de minha terra!

Percoae, senhores, a evocação desta saudade porque, no perpassar tão curto da vida terrena, há fatos, há instantes, há momentos que vivem, que palpitam e que soluçam sempre e constantemente em nós mesmos, aguçando nossa memória numa pungente, doce e suave recordação, permanecendo indeléveis como indeléveis permanecer as lembranças de nossos primeiros desencantos no despertar da existência.

Vós sois, senhores professores e professoras, criaturas predestinadas. Na humildade magnificante do vosso mistér quasi divino, na modéstia recatada da vossa função que é um apostolado, dando luz da ciência aos cegos, pão espiritual aos famintos ignorantes e água da sabedoria aos que têm sede de aprender, vós tendes a mais santa e enaltecete das missões. Porque sois vós os artífices que plasmam, que modelam, que facetam a

mentalidade da geração de amanhã. Do vosso critério, da vossa idoneidade, da vossa orientação e sobretudo do vosso patriotismo, o caráter e a linha de conduta futura de centenas de crianças, entre as quais, notai bem, pode estar um pequeno humilde, quem sabe loiro de olhos azues, que os mistérios da vida, os caprichos do destino ou mesmo os solavancos da sorte, arranquem da modéstia do banco de um grupo escolar, transformando-o um dia em Secretário de Estado da Educação e que terá, como eu tenho agora, a grande satisfação e a incontida vaidade, de patentear publicamente a sua gratidão e o seu muito obrigado, a vós pioneiros da nacionalidade, apóstolos do civismo, professores públicos da minha terra abençoada."

S. ex. ao terminar o seu formoso discurso, foi entusiasticamente aplaudido pela grande e seleta assistência.

* * *

A seguir, o secretário da escola procedeu à leitura da ata da sessão que foi assinada pelas autoridades presentes.

Inauguração do Ginásio «Adhemar Pereira de Barros», em Pirajuí

O Chefe do Governo paulista chegou a Baurú pelo noturno da Sorocabana em março último, em carro especial que foi ligado a essa composição. Aguardavam s. excia. as autoridades locais inclusive o prefeito Ernesto Monte, e muitos amigos, que lhe deram as boas vindas. Também se achava na "gare" o major Americo Marinho Lutz, diretor da N. O. B., acompanhado de altos auxiliares.

Em trem especial que deixou Baurú pouco depois das 9 horas, o sr. Adhemar de Barros e sua comitiva prosseguiram para Pirajuí, viajando também no comboio, o sr. diretor da Ncroeste do Brasil e seus auxiliares drs. Oscar Guimarães, Heitor de Chermont Ravol e Fernando de Freitas Melro o delegado adjunto dr. Elpidio Reali e outras pessoas de representação.

A CHEGADA A PIRAJUI

Cêrca das 11 horas, dava entrada na estação da Ncroeste o trem especial que conduzia o sr. Interventor e comitiva. Ouviu-se então uma salva de 21 tiros de morteiro, a que se seguiu a execução do Hino Nacional pela banda do 4.º B. C. A multidão que se aglomerava na estação e nas imediações prorrompeu em aclamações.

Após os cumprimentos apresentados pelas autoridades e pessoas gradas, falou em nome da cidade, saudando o sr. Adhemar de Barros, o cel. Adhemar Mansc da Costa Reis.

Na Prefeitura Municipal o Interventor Adhemar de Barros proferiu o seguinte discurso:

DISCURSO DO DR. ADHEMAR DE BARROS

"Minhas senhoras. Meus senhores. Vinte e sete de novembro. Eu queria recordar as razões pelas quais, há sete meses, ao assumir o governo de São Paulo, fui levado a êsse pôsto, e as razões pelas quais hoje me encontro em vossa presença. Há necessidade, meus senhores, de um ligeiro re-

trospecto sobre a causa determinante da minha razão de ser no governo do Estado. Mais necessidade há, ainda, de esclarecermos alguns pontos menos claros.

Bem sabeis que a 10 de novembro de 1937 um novo regime foi instaurado no país, regime este cuidadosamente elaborado, de acôrdo com a nossa mentalidade e com a nossa educação e, especialmente com a índole do povo brasileiro. Nesse regime, o fator confiança, o fator sinceridade se impõem antes de quaisquer outras virtudes. Assim, ao deixar o meu antecessor o governo do Estado, não foi por simples desejo do sr. Presidente da República que eu o vim substituir. Vivíamos e vivemos num regime em que a confiança está acima de tudo; mas em princípios de abril de 1938, numa das cidades mais cultas do Interior do Estado — Marília — o meu antecessor, falando àquela boa gente — a gente da Alta Paulista — teve ocasião de dizer textualmente, de dizer claramente aos paulistas: "Para aceitar e tolerar o regime em vigôr no Brasil, recalquei meus sentimentos mais íntimos".

Meus amigos. Se essas declarações não se referem a um pedido de exoneração, não se referem a um pedido de demissão tácito, eu não posso compreender a razão pela qual o sr. Cardoso de Mello Netto houvesse recalcado sentimentos, para continuar no governo do nosso Estado. No Estado Novo nós não recalcamos a nossa consciência. Nós pensamos e agimos com clareza. E, num regime em que a confiança impéra, não é possível que um homem público declare, de uma tribuna, um recalque de consciência. Eis aí as razões determinantes do seu afastamento.

Faço essas declarações em Pirajuí porque nesta cidade e neste município a luta política, nestes últimos anos da democracia excessivamente liberal foi mais intensa, e porque é meu desejo apagar definitivamente os ressentimentos existentes, e mostrar claramente aos pirajuienses que não houve no governo do Estado apenas uma substituição como aqui se disse. Houve, sim, um motivo altamente superior, que determinou essa substituição.

Fui então, honrado com o convite para dirigir o meu Estado. Em discurso de posse, declarei aos paulistas a necessidade de uma política de pacificação da nossa família, e de unificação dos espiritos, para que pudéssemos, acabando com as lutas em família que criavam sacrifícios para a nossa gente, prosseguir com firmeza para a frente.

Aliás, ao assumir o governo declarei — repito — que queria correr uma esponja no passado, iniciando uma vida nova, sem guardar para o futuro quaisquer ressentimentos. Se mais tarde tivemos necessidade de tomar medidas na defesa da ordem e do regime, é porque tal coisa se tornou indispensável.

O meu desejo, senhores de Pirajuí, vos visitando, era para vos mostrar claramente as intenções do governo do Estado, e para vos estender cordialmente as mãos, mostrando que esse governo necessita da colaboração de todos e vem ao vosso encontro para saber diretamente de vós das vossas reais necessidades. Nada vim pedir. Nem cabalar votos, e muito menos subornar consciências.

A visita que ora faço é de consulta e de trabalho. Procuro, ao vosso contacto, saber apenas quais as vossas necessidades.

Ao vosso prefeito, ao qual tenho dado frequentemente as minhas demonstrações de confiança, recomendo que proceda, com a máxima urgência, à pacificação da família de Pirajuí, que tanto já tem realizado, e muito poderá ainda fazer. Desejo que todos, unidos, sem preocupações com o passado, possam colaborar para o bem estar coletivo.

Nestas visitas que faço, em tôdas as cidades encontro serviços de absoluta necessidade, que devem ser levados a efeito. Aqui mesmo temos um grupo escolar cuja construção está há três anos paralizada, em consequência da malfadada política partidária.

Cada dia que passa, mais aumenta a minha responsabilidade no governo; e, para poder arcar com essa responsabilidade, conto com a colaboração de todos os paulistas, afim de que possa levar avante o grande plano traçado para a reconstrução da nossa terra.

Tenho certeza de que, destes entendimentos diretos que tenho tido e venho tendo com as populações do Interior do Estado, dias felizes advirão para todos nós.

Agradeço a todos vós, e ao vosso digno prefeito, a inauguração do meu retrato na Prefeitura da vossa cidade”.

A INAUGURAÇÃO DO GINÁSIO DO ESTADO

As 14 horas, no novo edifício do Ginásio do Estado, realizou-se a cerimônia inaugural do prédio e da placa com o retrato em bronze do sr. Adhemar de Barros.

A mesa ficou constituída pelos srs. Interventor Federal, prof. Izidro Gonçalves, dr. Rocha Braga, prof. J. Toledo Camargo, diretor do estabelecimento, Ernesto Pinho Aranha, tenente Armando Salles e Fausto Franco, além de várias senhoras, inclusive d. Leonor de Barros.

Abrindo a sessão tomou a palavra o prefeito de Pirajuí, dr. Rocha Braga, que disse do significado daquela solenidade, que era uma homenagem ao homem público que se dedicava, com tanto carinho, aos assuntos administrativos em geral.

Terminando sua oração, o prefeito de Pirajuí passou a palavra ao dr. Pedro Penteado de Castro, juiz de Direito da comarca.

O IDEAL DEMOCRÁTICO, APANÁGIO DO POVO BRASILEIRO, NÃO TEVE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE”

Vibrante oração do dr. Pedro Penteado de Castro, juiz de Direito de Pirajuí, ao inaugurar-se o “Ginásio Adhemar de Barros”

É o seguinte o discurso proferido pelo dr. Pedro Penteado de Castro, juiz de Direito de Pirajuí, na inauguração do Ginásio “Adhemar de Barros”:

Subistes ao alto cargo, porque julgastes que o momento não mais comportava o aparelho governamental anterior. Subistes, não para contemporizar uma situação, na esperança de um retôrno illusório, sômente compreensível em espíritos de vulpina insinceridade. Subistes, porque a vossa convicção se orientou no sentido de que, na verdade, o Brasil necessitava de novos moldes para a sua periclitante democracia. Na sinceridade do vosso gesto, na lealdade da vossa atitude, que revelam um apóstolado da mais alta significação para a nova forma de govêrno, assenta o mérito que elevou o nome de v. excia. no conceito de vossos patrícios.

Permita-me v. excia. que, neste caso, ingresse em terreno, anteriormente defeso ao juiz. Entendo, porém, que nesta fase da vida nacional, com os partidos políticos extintos não lhe é vedado, estender-se sôbre assuntos que de perto digam respeito aos interesses do povo. Ao revez, um dever de sadio patriotismo impõe-se a todos quantos detêm uma parcela de autoridade pública, neste momento histórico: — o de esclarecer pela palavra franca e honesta a todos quantos a incompreensão possa trazer dúvidas sôbre a excelência do regime instituído em 10 de novembro.

Senhores.

Não é exato que a nova Constituição tenha deturpado ou extinguido a democracia, em nossa Pátria, como assoalham os que, mal avisados, se divorciaram da alma nacional. Democracia tivemos-na, no Império, na República de 89, e, ainda, no presente momento. O ideal democrático, apanágio do povo brasileiro, não teve solução de continuidade. As formas empregadas para atingir-lhe o âmago, já que as anteriores, por obsoletas, se tornaram ineficientes, é que são outras. Evidentemente, essas formas não podem permanecer imutáveis, porque a evolução social requer sempre algo de novo que satisfaça as novas exigências. Em todos os tempos, as democracias tiveram os seus aparelhos de governo mais ou menos modificados. Os artifícios de que lançaram mão através dos tempos, afim de chegarem mais próximas da pureza do regime, no sentido de proporcionar-se ao povo maior soma de proveitos, têm sido inúmeros, e de tal sorte, que, hoje o idealismo romântico dos enciclopedistas e da revolução francesa perde-se no horizonte da história, esfumado como as coisas distantes e passada, sem nenhum valor prático positivo. As modificações introduzidas na nova Constituição, por si sós, não podem ser tomadas como extintivas do ideal democrático, uma vez que absolutamente não se prova que sejam atentatórias dos requisitos necessários à integração desse ideal. Ao contrário, todos os elementos de um governo do povo para o povo foram respeitados na nova carta política, como cabalmente demonstrou o sr. ministro da Justiça, na entrevista concedida ao "Jornal do Comércio", logo após o golpe de 10 de novembro. Houve, é certo, restrições, mas, necessárias e inadiáveis, que se faziam mistér, afim de fortalecer-se a autoridade central do chefe da Nação. Impunham-se, como um imperativo de ordem e disciplina, necessário para contentar-se o anseio geral do povo, que sempre aspirou furtar-se às agitações estêreis do partidarismo, o qual, paradoxalmente, o afastava cada vez mais do regime democrático. Não se pode negar que a incandescência da luta partidária, nos idos de 1937 entre governos estaduais juntamente com partidos formados à sua sombra e as oposições poderia ser tudo menos uma agitação honesta, dentro de moldes democráticos.

Aberrante do próprio liberalismo, ela ainda, se tornava um fator temível de desagregação do sentimento de unidade nacional, jogando Estado contra Estado e estimulando o regionalismo.

Tal situação, também, propiciava um alvo magnífico para as setas envenenadas, que nos desfechavam os inimigos externos, ávidos por implantarem, nesta terra de liberdade, as ideologias repelidas pelo consenso geral do povo.

Foi precisamente para se pôr um paradeiro a este estado de cousas que fatalmente nos conduziria à ruína política, pelo exaurimento das energias ingloriamente gastas que, em boa hora foi outorgada a nova Constituição.

O Estado Novo, portanto, livre das injunções partidárias, com o governo central fortalecido, extintas as dissensões criminosamente estimuladas entre os Estados da Federação, colocando a soberania nacional onde ela sempre deveria estar assente, isto é, absolutamente sobranceira às autonomias estaduais, que jámais deveriam existir, porque erro foi constituir-se federativamente Estados homogêneos, o Estado Novo, digo, produzirá, o que impossível seria anteriormente.

E já tem produzido. Não se podem negar os grandes benefícios que a administração do Presidente da República trouxe para todas as classes sociais, especialmente para as menos favorecidas; as grandes reformas que introduziu em todos os setores do complexo sistema da máquina admi-

nistrativa, e as leis de segurança nacional, que previnem sãbiamente os perigos a que estamos expostos, nesta hora de apreensões que domina o mundo.

Refletindo em São Paulo êsses novos rumos de um verdadeiro governo feito para o povo, o ilustre sr. Interventor Federal caminha em direção ao mesmo oriente de esperanças, procedendo à inteligentes reformas administrativas, norteando-se pelos mais nobres sentimentos de justiça. Nada esquece. Enquanto se preocupa com os problemas de ordem geral, procura inteirar-se das necessidades que oprimem as populações do Interior, suprimindo-lhes as deficiências. Estuda e resolve os mais árduos problemas econômicos e financeiros, e os que se referem à justiça, instrução pública, viação e agricultura, mas, não se olvida de dotar o Estado de uma assistência social à altura do seu progresso e dos sentimentos piedosos do seu povo. E, tudo isto o faz naturalmente, sem alardes, sem as trombetas do estilo antigo, satisfazendo-se apenas com as alegrias íntimas oriundas do dever escrupulosamente cumprido. Por mais árduos que sejam os trabalhos que absorvem a atenção dêsse homem de escôl, ainda assim encontra tempo para atender aos que o procuram para uma solicitação humilde.

Sr. Interventor.

Inaugurando a efígie de v. excia. neste estabelecimento escolar, que também recebeu o vosso nome honrado, quisemos perpetuar, nestas paredes de concreto, uma afirmação de força e de brasilidade, para exemplo dos estudantes desta casa, porque reconhecemos que v. excia. reúne essas duas características, que constituirão o traço dominante dos patriotas que, prestigiando as novas instituições e o chefe da Nação, hão de conduzir o Brasil, forte, uno e sobranceiro, aos mais gloriosos destinos”.

DISCURSO DO PROF. J. TOLEDO CARVALHO

A seguir falou o prof. J. Toledo Carvalho, diretor do Ginásio “Adhemar de Barros”, o qual pronunciou as seguintes palavras:

Pirajuí pôz, neste Ginásio, um grande empenho, um acrisolado afêto, um indiscutível carinho. Porque isto que aqui está já realizado, que ainda não é tudo, que ainda é pouco, mas que já é grande, que já é belo, é somente fruto dêsse carinho, dêsse afêto, dêsse empenho do povo desta terra pela posse do seu Ginásio não medindo a generosidade, nem o sacrifício, para possibilitar a sua realização.

Sim, o povo não mediu sacrifícios para tornar possível a construção desta escola — e aqueles que sabem as dificuldades que Pirajuí, cidade que vive do café, vem atravessando, bem podem avaliar que êsse fato constitui um verdadeiro e prodigioso milagre. Milagre da vara de condão que faz surgir da terra, num autêntico passe de magia, esta casa que irá ser um dos mais formosos templos da instrução do nosso Estado. — Milagre de um povo que não mediu sacrifícios, milagre da fé inabalável de um punhado de quasi visionários, que compunham a “Comissão Pró-Ginásio”, galvanizados pela vontade férrea do nosso dinâmico prefeito, dr. Pedro da Rocha Braga, então presidente daquela comissão.

O ensino secundário bem merece todos os sacrifícios que foram feitos. Não que o seu valor se deva apenas aquilatar pela possibilidade legal, que confêre, de prosseguir nos estudos superiores, mas sobretudo como cultura que representa, já não apenas capaz de alevantar as aspirações morais e materiais de um povo — qual o ensino primário — mas capaz de imprimir novos rumos na vida dos indivíduos e da sociedade, criando e desenvolvendo aptidões para tôdas as atividades. Fume êle, como querem uns, para o terreno das letras clássica, ou fume para as preocupações cientí-

ficas de ordem prática, material e utilitária, como querem outros, — só o ensino secundário pode proporcionar adestramento intelectual e noções científicas capazes de influir de maneira decisiva na conduta do indivíduo.

Na verdade o ensino das humanidades clássicas é uma grande coisa. Entretanto, num país como o nosso, tão novo, tão cheio de problemas a pedir solução e tão influenciado até hoje pelas idéias, pelos livros, pelas opiniões estrangeiras, nenhuma necessidade educativa é maior, nem de mais relevância, do que a ministração de cultura científica bem orientada, não só capaz de proporcionar compreensão mais ampla, e positiva das nossas realidades, mas sobretudo capaz de criar na nova geração, nesta geração feliz que se forma sob os auspícios do Estado Novo, para viver ditosa dentro da grande Pátria renovada, capaz de criar na geração nova, repito, o gosto e o hábito da pesquisa científica, que trarão o estudo e a solução dos problemas brasileiros, debaixo de um ponto-de-vista absolutamente nosso, sem sugestões de idéias ou de culturas de outros povos, alheias aos nossos interesses e às nossas ambições, indiferentes aos nossos ideais, sem um eco dos nossos anseios, sem um reflexo, um vislumbre sequer das nossas esperanças.

É verdade que ninguém pode em boa fé contestar que o ensino secundário tem decaído assustadoramente em nossos dias. Desola ver as legiões de jovens que demandam as escolas superiores do país sobraçando o certificado de curso secundário e exibindo nos vestibulares uma lamentável e completa ignorância das mais rudimentares noções. Desalenta verificar que as normas que vigoram por aí, em plena luz meridiana, nos institutos de ensino ginásial, visando somente as aprovações em massa e deixando num plano absolutamente secundário a excelência do ensino e a verificação honesta do seu aproveitamento. Mas o que sobretudo desanima, mostrando quão profundamente a chaga já penetrou e corroeu, é verificar a manifesta preferência que predomina nas famílias em favor das casas de educação onde o aluno é aprovado na certa e onde não se têm exigências desabidas para com os pobres estudantes... Verha o certificado — e pouco importa continue o dono pouco menos do que analfabeto...

Esse estado de coisas, que todo o mundo conhece, que não é mistério para ninguém, mostra claramente que a decadência a que chegou o ensino secundário em nossa terra, deriva fundamentalmente de uma só causa de ordem moral qual seja a criminosa mercantilização do ensino que por aí capeia.

Por isso, no ponto a que chegámos, o ensino secundário ministrado pelo Estado — o único ao alcance das classes menos favorecidas pela fortuna — livre da preocupação aviltante da "pecunia", e, portanto, mais independente, mais liberto da necessidade de agradar, está collocado num plano superior e pôde muito mais facilmente atingir em cheio os seus objetivos, satisfazendo as puras ambições dos que sonham com uma juventude culta e estudiosa, garantia e penhor de um futuro de grandeza para a pátria estremeçada.

Exmo. sr. dr. Achemar de Barros.

Reconhecendo o valor excepcional do ensino secundário oficial, Pirajui representada pelos seus elementos mais valiosos tem demonstrado por este Ginásio um carinhoso e desvelado interesse.

E o desejo, hoje realizado de associar o nome de v. excia. a esta casa de ensino, visa concretizar um preito de gratidão pelo que o Município já deve ao seu bondoso interesse e, ao mesmo tempo, colocar sob a égide da elevada proteção de v. excia. a realização mais preciosa e mais querida desta terra.

Sob os auspícios de tão nobre, de tão alto patrono, esta casa tem que prosperar, tem que fazer-se grande, bela e produtiva. E daqui a algum tempo desta escola integrada no maravilhoso concôrto na sintonia de dinamismo creador dêste recanto da Noroeste, onde a magia do trabalho bandeirante substituiu a mataria bruta pelos cafezais intêrminos, que são a coluna mestra da nossa economia, há de sair para a luta, para o trabalho, uma geração de valores novos, culta e laboriosa, ambiciosa de glória e capaz das grandes renúncias para a grandeza e para o orgulho do Brasil

Disse”.

“HÁ UM DESEJO DE RENOVAÇÃO, ASPIRA-SE POR MELHORES DIAS”

Em resposta aos discursos que foram proferidos no Ginásio “Adhemar de Barros”, o sr. Interventor Federal proferiu a seguinte oração:

“As nomenagens que acabo de receber, falam-me particularmente ao espírito e ao coração. De um lado devo dizer que discordo, e discordo em obediência ao meu feitiço pessoal. E a que consistiu em se ter dado o meu nome a este estabelecimento de ensino. Compreendo a significação de tão honrosa lembrança. Quer ela exaltar o sentido de minha administração, tão vivamente interessada em imprimir novo impulso às coisas da cultura e da instrução da mocidade.

Outra coisa não me preocupa, por certo, se não servir ao bem público e trabalhar pela grandeza de nossa terra.

Obra impessoal, portanto, e que me dá a satisfação do dever cumprido.

Seja como fôr, recebo êste gesto de fidalguia dentro do pensamento que me tracei. Não quero apenas o meu nome ligado a êste empreendimento mas também, e acima de tudo, a compreensãe de que esta homenagem traduz uma afirmação de confiança nos ideais que me norteiam, postos à prova na despretençiosa mas corajosa obra do govêrno que estou realizando.

Outro agradecimento que desejo expressar, e êste com o mesmo carinho, é o que se refere às palavras, tão claras na forma como nos conceitos que encerram, aqui pronunciadas pelo dr. Pedro Pentado de Castro. O seu discurso é uma página de observação para ser meditada, pela justeza com que apreciou o sentido novo da Democracia brasileira. Só o Estado Novo poderia realizar a aspiração verdadeiramente democrática de nossa gente. A Constituição de 10 de novembro foi decretada em nome dos altos interesses da Pátria, e não, como dizem os remanescentes da demagogia, para perpetuar um govêrno.

Bem sabeis, o que eram as lutas políticas e partidárias, agravadas pelo choque dos extremismos, que ameaçavam o Brasil na sua índole e na sua tradição. Um novo conceito de Democracia se vem processando, em todo o mundo: Há um desejo de renovação, aspira-se por dias melhores.

Esta aspiração geral foi satisfeita com o advento do Estado Novo. Os ideais de 10 de novembro representam o Brasil reencolado no seu destino. Em favor dêsses ideais, aos professores compete uma importante

tarefa, que é a de preparar, devida e convenientemente a nossa mocidade, a quem está reservado o julgamento dos nossos atos.

Posso vos declarar que é essa a minha convicção.

Sinto-me satisfeito em vos atribuir esse papel, como me sinto satisfeito quando, em contato com os professores, especialmente com os professores de cursos primário e secundário, em cujas mãos está a formação espiritual da juventude que amanhã governará a nossa terra e que, para esse nobre objetivo, precisa estar devidamente preparada. Sim, a mocidade de hoje, mercê de uma educação sólida e bem orientada, levará avante a grande obra de construção nacional, de unificação da família brasileira.

Meus senhores: aqui deixo os meus agradecimentos sinceros pelo generoso acolhimento que me dispensastes”.

Concurso Literário Escolar

O Concurso Literário Escolar, instituído para os alunos do quarto ano preliminar, com o fim de estimular o estudo da língua, podemos considerá-lo, antecipadamente, uma idéia vencedora: o nosso empreendimento já se impoz e virtualmente já venceu. Além da simpatia com que logo no seu início, foi acolhido não só pelos alunos e professores, como também por todos aqueles que se interessam pelas iniciativas que trazem em seu bôjo alguma coisa de útil, o movimento encontrou nos círculos governamentais uma atmosfera sumamente propícia à realização dos seus desígnios. E agora, mais do que nunca, sentimos-nos à vontade, reafirmando a convicção de que o Concurso Literário Escolar se projetará no futuro, ligando-se à vida escolar de nossa terra, como uma forma de educação efetiva e libertada do cilício asfíxiante do teorismo supérfluo e pedantesco.

Foi visando aproveitar o máximo possível as consequências benéficas que poderiam advir da realização deste certame, dentro do nosso critério de educação concebida, antes de mais nada, como fato dinâmico, que pensamos na possibilidade de incluir, entre os outros prêmios um que de per si constituísse um desdobramento da finalidade que temos em vista e por si só representasse um ato de educação. Em que consistiria esse prêmio? No turismo escolar. Mas, sendo o turismo uma modalidade educativa que requer não pequenas somas, compreende-se a reserva com que, em nossas notas anteriores, apresentámos a idéia, sem esclarecê-la, dando-lhe o caráter de uma possível surpresa.

Contudo, conforme anunciámos na edição de ontem, da possibilidade foi-nos permitido passar à certeza. Obtendo o nosso movimento pleno e entusiástico apoio do secretário da Educação, dr. Alvaro Guião, a instituição do turismo escolar em nossa terra, embora com vulto modesto, se tornou uma realidade. Já em janeiro próximo 100 dos concorrentes ao Concurso Literário Escolar receberão o prêmio de uma viagem à Capital da República, onde permanecerão uma semana. Nos anos seguintes, o itinerário será o mesmo. Porém, o que não será o mesmo, esperamos-lo, é o

número de crianças alcançadas pelo prêmio. E este desejo exprimiu-o também o dr. Alvaro Guião, na entrevista que nos concedeu, e que é para nós motivo de incontida satisfação, não só pelas referências que faz à empresa patrocinada por esta folha, como também pela perfeita unidade de pensamento que suas palavras denotam em relação aos nossos próprios pontos-de-vista, em matéria de educação.

A ENTREVISTA E A CREAÇÃO DO GRANDE PRÊMIO

O dr. Alvaro Guião, que já estava ao par de nosso movimento e das nossas intenções a respeito do turismo escolar, assim que lhe fomos anunciados pelo oficial de gabinete nos recebeu imediatamente e, interrompendo o despacho, foi logo entrando no assunto que justificava a nossa presença em sua sala de trabalho. E foi logo nos dizendo:

— “A Gazeta” quer saber como recebi a instituição do Concurso Literário Escolar? Recebi-a como não podia deixar de recebê-la: com satisfação. E, essa uma idéia interessante e útil. Tenho certeza de que, uma vez consolidada, produzirá ótimos resultados, como estímulo para o estudo da língua. O incentivo, mesmo com o caráter de emulação, digam o que disserem em contrário os inegavelmente bem intencionados tenistas, da educação pura, a qual pôde ter muito de celestial, mas tem pouco de humano, ainda é uma necessidade e um efficientíssimo meio de realização educativa. Quem v. sa fazer educação deve, antes de mais nada, procurar enquadrar-se dentro dos limites e da natureza humana. Embora imprima à sua atuação um sentido nobre, o educador não pôde esquecer que tem diante de si a vida. E o que é a vida sinão uma permanente emulação? Como é possível, portanto, combatendo o incentivo para a emulação educativa, não combater ao mesmo tempo a vida? E, afinal, em que consiste o significado da educação a não ser na realização da vida, com nobreza, com elevação, com tendência para uma melhoria crescente, não resta dúvida, mas sempre dentro da própria vida?

Vêem, portanto, que quem raciocina dessa forma não podia deixar de alegrar-se e de sentir satisfação pelo movimento que o seu jornal está patrocinando. Estou certo de que o Concurso Literário Escolar despertará o interesse que merece e o entusiasmo que lhe é devido. Digno de todo apôio, êsse certame deve necessariamente vencer, impondo-se e atingindo pleno êxito. O culto da língua nunca é demais, por maior que seja, quando um povo nutre o sentimento de sua dignidade. Os países mais evoluídos são exatamente aqueles que mais souberam amar o próprio idioma, desenvolvendo-o e enriquecendo-o. O gráu de adiantamento de um povo pôde ser medido pelo interesse com que tratou e trata a língua de que se serve. Fazer, conseqüentemente, do estudo no vernáculo uma das ocupações fundamentais do currículo escolar, mais do que uma questão sentimental, é uma necessidade básica. A educação visa formar personalidades, mas não pôde possuir personalidade, verdadeiramente independente e creadora, quem não conhece e não sabe utilizar-se do único instrumento capaz de manifestá-la: a língua. Todos os grandes homens de pensamento, que fizeram e deixaram alguma coisa, conheciam a própria língua e, com frequência, conheciam-na admiravelmente, servindo-se dela com desenvoltura e facilidade.

Creio que não existe quem não perceba isso tudo, tão evidente e palpável se manifesta o benefício decorrente do estudo sério da língua. Apoiar, nessas condições, toda e qualquer iniciativa que tenha como finalidade intensificar êsse estudo, fazer da aprendizagem do nosso idioma uma paixão dominante, uma aspiração ideal, uma tendência irresistível, avulta aos

meus olhos como um dever a que não pôde fugir nenhum cidadão capaz de não se entregar inteiramente ao terra-terra de todos os dias e à materialidade absorvente da vida. E' por isso que, na qualidade de secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo e, mais do que como secretário, como brasileiro, sinto grande satisfação em hipotecar minha solidariedade ao Concurso Literário Escolar, acedendo, com prazer, em oferecer, como prêmio, a 100 concorrentes, uma excursão à Capital do país. E oxalá a situação financeira do Estado permita, nos próximos anos, ampliar a extensão dêsse prêmio, de maneira a ser conferido a todo e qualquer aluno que participe do certame, pelo fato de ter-se revelado, em sua escola, um bom estudante da língua patria".

BASES DO CONCURSO

O Concurso Literário Escolar, instituído pela "Gazeta" por sugestão do Ginásio Anchieta, estabelecimento de ensino fundado e mantido não por particulares, mas por uma associação de classe, a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, destina-se, com o fito de estimular o estudo da língua, aos alunos do quarto ano preliminar de todas as nossas escolas, quer públicas, quer privadas. As suas bases, em linhas gerais, são estas:

— Cada escola inscreverá o melhor aluno em português, procedendo para isso à seleção, no caso de manter mais de uma classe do quarto ano. A escolha deverá ser feita entre ambos os sexos.

— Para a inscrição, que será aberta amanhã, na redação dêsse jornal, e que poderá ser feita das 14 às 17 horas, o encarregado de executá-la deverá trazer os seguintes dados: nome do candidato; idade; nome da escola; nome do diretor; nome da professora. Após feita a inscrição, o candidato receberá um cartão numerado, que deverá apresentar na occasião da prova, afim de ser instalado na carteira correspondente ao seu número.

— A prova será realizada nas dependências do Ginásio Anchieta, na avenida Agua Branca, 40, nos últimos dias do corrente mês. Ao terminá-la, o aluno a entregará juntamente com o cartão.

— O concurso consistirá em uma composição com tema de momento e de acôrdo com o critério cívico que deve orientar uma prova para alunos do quarto ano preliminar.

— Os prêmios são os seguintes: viagem ao Rio de Janeiro, oferecida pelo govêrno do Estado, a 100 concorrentes, dentro da classificação comportada por êsse número: prêmios "Gazeta" para os dois primeiros classificados: uma medalha de ouro e outra de prata com orla de ouro; prêmios "Ginásio Anchieta": curso secundário inteiramente gratuito para os dois primeiros classificados.

— Para acompanhar os meninas na excursão ao Rio de Janeiro, que será em janeiro próximo, abrir-se-á uma inscrição para as professoras dos concorrentes ao certame, sorteando-se, em seguida, as inscritas, segundo o número necessário de acompanhamentos.

(Da "Gazeta", de 23-4-33).

Inaugurados os Retratos dos Drs. Getúlio Vargas e Adhemar de Barros na Escola Normal Modelo

A cerimônia revestiu-se de brilho, tendo falado os srs. drs. Neves Junior e prof. Firmino de Proença

Realizou-se, às 15 horas, do dia 1 de dezembro, no edifício da Escola Normal Modelo, a solenidade da inauguração dos retratos dos drs. Getúlio Vargas e Adhemar de Barros.

Compareceram à cerimônia os srs. dr. Neves Junior, representante do sr. Interventor Federal; prof. Firmino de Proença, director daquele estabelecimento de ensino, bem como representantes dos srs. Secretários de Estado e da Força Pública; e o dr. Aristobulo de Freitas, representante do diretor geral do Departamento de Educação; lentes do estabelecimento, corpo discente, etc.

Após a inauguração dos retratos falou o prof. Firmino de Proença, que pronunciou um belo discurso, do qual destacamos alguns trechos:

"A Escola Normal Modelo presta, hoje, sua homenagem aos preclaros homens de Estado — s. excia. o Chefe da Nação e s. excia. o sr. Interventor Federal em São Paulo.

"Só o fato de ser uma homenagem aos chefes supremos da administração pública bastaria para dar uma alta significação a esta solenidade. A nossa atitude, porém, significa muito mais do que uma simples demonstração de acatamento e respeito aos ilustres cidadãos que regem os destinos do povo brasileiro e do povo paulista. Para nós educadores, este ato significa a compreensão do papel que deve caber a escola nessa obra formidável de formação do pensamento e do sentimento nacionais.

"Colocando no seu recinto os retratos do Chefe da Nação e do Interventor Federal em São Paulo, duas vontades e duas inteligências que se irmanam e se confundem num mesmo ideal de patriotismo e de fé nos destinos de nossa nacionalidade, a Escola Normal Modelo quer tê-los presentes como símbolos inspiradores de toda a sua ação educativa. Assim pensando e assim procedendo, nós sentimos, entretanto, o peso de uma grande responsabilidade. Neste momento nós assumimos um compromisso solene perante os chefes do governo. Mais do que isso, porém, pesa-nos o nome e a tradição deste estabelecimento de ensino.

"Alma mater da instrução pública de São Paulo (e porque não dizermos do país?), a Escola Normal Modelo, que é e será sempre a velha Escola Normal da Praça tem, por força, de ser o centro irradiador de uma nova mentalidade para as gerações novas. É daqui que saíram agora, como tem saído em todos os tempos, os pioneiros da nova cruzada. Felizmente, para nos inspirar e nos dar forças para lutar e vencer, aqui se concentrarão os símbolos da nova espiritualidade, agora definida como brasileira e cristã. Hoje, ganhamos o símbolo do patriotismo são, do espírito da mais pura brasilidade e da ação fecunda em prol da felicidade da Nação — Getúlio Vargas e Adhemar de Barros. Amanhã, será o símbolo da concórdia e da paz universal entre os homens. E a Escola Normal Modelo marchará, desassombadamente, ouvindo a palavra de ordem do governo e sentindo as inspirações que emanam do Cristo Crucificado.

Justa e acertada, portanto, é a homenagem que hoje prestamos aos preclaros homens de Estado.

"A nossa homenagem significa, entretanto, alguma coisa mais. É o pagamento de uma dívida de gratidão ao chefe do governo de São Paulo. A Escola Normal Modelo não existiria se não fosse a coragem resoluta do nosso respeitado Interventor.

"Quando, há alguns anos atrás, passou, por esta casa, uma revoada de despeitos e ambições, nós nos entristecemos, mas não desanimamos. Aqui ficava um núcleo de idealistas para resistir às loucuras daqueles dias. A velha e tradicional Escola da Praça havia de voltar, com o seu risinho jardim da infância, a sua alegre escola primária e as suas normalistas, para entoarem, nos dias de glória as suas canções e os seus hinos nos teatros e nas praças públicas. E a Escola Normal da Praça voltou, graças ao dr. Adhemar de Barros. No próximo ano, estará o curso normal funcionando, e toda esta casa será nossa e se abrirá para receber, com flores e música, aquele a quem deve uma dívida inolvidável de gratidão".

FALA O REPRESENTANTE DO SR. INTERVENTOR

Em seguida, falou, e eloquentemente, o dr. Neves Junior, representante do Interventor Adhemar de Barros, declarando que a idéia da inauguração daqueles retratos merecia aplausos, por tratar-se de estadistas que vem cuidando com o maior carinho da educação popular.

Acrescentou, ainda, s. s., que a criação da Escola Normal Modelo representa, na vida administrativa de São Paulo, um ato de justa homenagem ao professorado, reorganizando o estabelecimento que é a célula mater da escola paulista.

O dr. Neves Junior foi longamente aplaudido ao concluir sua cintilante oração.

O Problema das Construções e Instalações Escolares

Escolas existentes em todo o Estado — Confrontos irrisórios entre o passado e o presente — A situação angustiosa de vários estabelecimentos, como os grupos de São José do Maranhão e o quarto Grupo Escolar do Brás — Algarismos eloquentes — A última reforma do ensino — Trechos da exposição feita ao "Diário" pelo prof. Luiz da Mota Mercier.

Dentre os complexos problemas que, no momento, preocupam os altos administradores no ensino público paulista, avulta pela sua importância o das construções de prédios e instalações escolares. É o mais palpitante, o mais complicado, o mais grave e o mais premente de todos os problemas atuais, relativos ao ensino público. Durante cerca de 20 anos pouco se cogitou em São Paulo da construção de edifícios próprios para os estabelecimentos de ensino primário, resultando daí uma situação desoladora e caótica que ainda perdura. Causa pena ver a grande maioria das nossas casas de ensino instaladas em prédios condenados ou inadaptaíveis, condenados higiénica e pedagogicamente, com enormes prejuizos para o ensino público e para a saúde dos escolares e professores.

ESCOLAS EXISTENTES

No Departamento de Educação existe um Serviço próprio para tratar dessa questão: é o de Prédios Escolares, que tem como chefe o prof.

Luiz da Mota Mercier. Procurámo-lo na tarde de ontem, obtendo informações interessantes e dignas da atenção, para providências imediatas, do Governo do nosso Estado.

— Existiam na Capital em fins de 1936 — disse-nos o distinto educador — 84 grupos escolares, com 2.043 classes. O número desses estabelecimentos será hoje superior a 90 só nesta cidade. Entretanto, o Estado possui nesta enorme cidade de mais de um milhão de habitantes apenas 21 prédios próprios destinados ao funcionamento dessas casas de ensino. Desses, 6 são prédios adaptados. Estão encaminhadas, de 1936 para cá, as obras de construção de mais 7 prédios: Saúde, Tucuruvi, Antonio de Queiroz Teles, Sacomã, Godofredo Furtado, Vila Maria e Vila Deodoro. Mas isso representa uma gota de água no oceano!

Estabelecimentos com matrícula superior a 500 alunos foram fechados na Capital, dispersadas as crianças e aproveitados seus professores em outros misteres. A maioria dessas crianças não tendo podido obter matrícula em outras escolas públicas e sem recursos para pagar escolas particulares, vão crescendo analfabetas na segunda cidade do Brasil, na terceira cidade da América do Sul! Haja vista o caso do grupo escolar de São José do Maranhão, que cerrou suas portas, vai para três anos, por absoluta falta de prédio. Em janeiro, época da matrícula inicial em nossas escolas, formam legiões as pobres crianças que voltam para casa da porta dos grupos escolares, por não terem podido obter matrícula.

PRÉDIOS PARA GRUPOS ESCOLARES

— Sem a solução do magno problema das construções escolares, essa desoladora situação perdurará, agravando-se cada vez mais. Ainda há pouco, atendendo solicitação da Chefia de Prédios Escolares, informavam as autoridades do ensino da Capital, existirem na Penha e em Gualauna, mais de 800 crianças que não frequentam escola por falta de vagas nos estabelecimentos públicos locais. No interior do Estado, deduzidos os prédios cuja construção foi iniciada em 1936 e 1937, o número de imóveis pertencentes ao Estado e em que funcionam grupos escolares, é de apenas 153! Para cerca de 650 grupos escolares existentes no Estado, apenas 174 prédios! De 1893 a 1915 foram construídos no Estado 111 prédios destinados às escolas primárias. De 1916 a 1936, dado o crescimento vertiginoso da população e o progresso do Estado, o número dessas construções deveria ser no mínimo de 500. Pois bem, nessas duas décadas foram construídos no Estado apenas 66 edifícios para grupos escolares e iniciada a construção de 30. Infelizmente, desses últimos, 9 estão paralizados no embasamento e 10 paralizados na cobertura.

Com o crescimento rápido da nossa população infantil, foram se multiplicando os estabelecimentos de ensino primário. Em 1923 contava o Estado com 193 grupos escolares e em 1936 com 605, hoje cerca de 650. Em 1923 frequentavam nossas escolas públicas primárias 194.772 crianças e, em 1936, 452.068 alunos. Em 1923 contavam os grupos escolares com 2.496 classes e em 1936 com 7.062 classes.

ALGARISMOS ELOQUENTES

— Quantos prédios foram construídos de 1923 a 1936? Quantos prédios para instalar os 452 novos grupos escolares, para mais 4.566 classes, para acomodar 257.296 novos alunos? Eis a resposta:

27 prédios no interior do Estado com 180 salas de aula e nenhum na Capital. 180 salas para 4.566 classes! 180 salas para 257 mil novos alunos! Para alojar os novos grupos escolares e atender ao crescimento vertiginoso da população infantil, foram adotadas duas medidas de emergência como remédio para o momento: o tresdobramento dos grupos esco-

lares e o arrendamento, por contrato, de prédios residenciais, em sua grande maioria inadaptableis. A medida de emergência perdurou, a mezinha ficou, com graves prejuizos para o ensino e enormes responsabilidades para o erário público. São Paulo dispense em alugúeres de prédios, para funcionamento de grupos escolares, a vertiginosa soma de mil trezentos e trinta e sete contos anuais! E de ano para ano crescem as responsabilidades do Tesouro nesse setor.

O 4.º GRUPO ESCOLAR DO BRAZ

O problema das construções escolares é dêsse que não admitem prolações, que pedem providências enérgicas, rápidas, acertadas, imediatas. Cada dia que passa mais se agrava a situação precaríssima das nossas instalações escolares. Cito, de momento, um fato que evidencia o quanto é angustioso êsse problema: o 4.º grupo escolar do Braz, estabelecimento de ensino tradicional em São Paulo, está atualmente precarissimamente alojado em duas casas residenciais pelas quais o Estado paga anualmente dez contos e oitocentos mil réis de aluguel. Êsses prédios têm um total de 7 salas para 21 classes do estabelecimento. Não têm pátio para recreio, não têm área coberta para galpão, 4 salas têm menos de 35 metros quadrados. Êsse estabelecimento precisa ser instalado com urgência em prédio próprio. Em 1920 talvez fosse possível instalar o citado estabelecimento em prédio próprio, adquirindo terreno e financiando a construção com a soma de 300 contos de réis. No momento, desgracadamente, não se encontra no Braz um terreno em condições (o prédio para o 4.º grupo escolar do Braz exige um terreno com um mínimo de 3 mil metros quadrados) e caso fôsse encontrado, só o terreno viria a custar ao Estado mais de seiscentos contos de réis. Êste fenômeno se repete com relação a todos os grupos escolares que não possuem prédios próprios e estão localizados em zonas mais ou menos centrais da Capital ou em bairros fabris. Dentro em pouco a aquisição de terrenos para construção escolar, mesmo nos bairros mais afastados, será problema de difícil e dispendiosíssima solução.

A Influência dos Testes e Exames na Orientação Educacional

(Comunicação da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública)

A profissão do magistério desempenha papel de significativo relêvo na estrutura dos sistemas educativos modernos, exigindo aptidões especiais e sólida preparação pedagógica. Dentro as suas técnicas e objetivos, merece o mais cuidadoso estudo a questão do emprêgo dos testes e exames, e a sua influência, sobretudo na orientação educacional.

Está longe a época em que, nas escolas, as provas dos exames consistiam apenas na resposta a algumas questões propostas pelo professor no quadro negro, às quais se seguia a atribuição arbitrária da nota que sumariamente aprovava ou reprovava o examinando.

A transformação da educação pública em todos os seus graus, libertando-a dos males da velha escola e dando-lhe o caráter científico e técnico, não parece, entretanto, ter conseguido estabelecer, como era de esperar, uma doutrina clara, precisa e definitiva quanto à série de inovações que, no terreno dos testes e dos exames, se tem desenvolvido em uma diversidade crescente de processos.

O controle dessas novas medidas pedagógicas e a realização de experiências a fim de avaliar-lhes os resultados na obra reconstrutora da educação impõem-se para que haja a segurança da sua eficiência dentro dos princípios em que se procura orientar e condicionar a conduta ou o comportamento intelectual dos educandos de acordo com as tendências sociais da época atual.

Sob o título "Examinations Old and New: Their Uses and Abuses", o prof. Max Mc Conn, da Lehigh University, publicou, recentemente, no "The Educational Record", interessante trabalho no qual, assinalando a indecisão e a incerteza em que se encontram muitos educadores em face da infinidade de testes e provas que se lhes têm deparado no desempenho de suas funções educativas, revê os vários usos e aplicações dos antigos e novos processos de exames, propondo uma doutrina que julga clara para maior acerto na utilização de tais métodos pedagógicos.

Resumindo e confrontando entre si os característicos dos métodos em voga, distribue os diferentes tipos de exame por classes, que analisa atentamente, e, alarmado com a multiplicidade das provas dos testes neles compreendidos, pergunta: "Por que damos tantos e tão variados testes?"

Examinando ainda a padronização tradicional do ensino, que reputa um erro grave quando aplicado um único tipo a toda uma população escolar, salienta a necessidade de um número maior de novos padrões de níveis diferentes que possam ser adaptados às muitas capacidades e vocações individuais distintas. Alude à rotina que perdura em matéria de sistemas e programas escolares, principalmente no ponto-de-vista da conservação de antigos padrões já inadequados às atividades das organizações educacionais modernas e neste particular compara a situação e fatos observados em diferentes setores do ensino público e privado.

A cooperação e a disciplina social, os princípios do interesse e da solidariedade coletiva, colocam a nova escola sob uma concepção psicobiológica, determinada pelo desenvolvimento das ciências aplicadas à pedagogia de hoje, a qual reconhece o direito da educação do indivíduo de acordo com as suas aptidões naturais.

Necessário se torna, portanto, que as atividades escolares se estruturarem também segundo a verdadeira finalidade da orientação educacional, adotando mesmo, se preciso for e o meio comporte, a teoria do prof. Morrison: "afim de que os professores dispendam metade do seu tempo estudando os seus discípulos como indivíduos em formação, e o resto fazendo o que esse estudo indique..."

O ensino em geral, as provas e os exames, os processos de seleção e de desenvolvimento das aptidões naturais ou adquiridas dos alunos sob uma orientação psicológica e profissional, a avaliação da soma dos seus conhecimentos, a verificação do seu adiantamento cultural e todo o conjunto das investigações científicas na pedagogia, condensando princípios em harmonia com os direitos do indivíduo e da comunidade, devem ser organizados com a consciência da tarefa a executar para a formação integral das novas gerações.

Defendendo esses princípios, em relação aos padrões de ensino adotados na América do Norte, o prof. Mac Conn deduz da doutrina do prof. Morrison dois importantes corolários: primeiro, "uma diversificação muito grande dos cursos, métodos, disciplinas e objetivos" e segundo a generalização nas escolas da Nação, dos métodos que existem atualmente para o estudo dos indivíduos e orientação individual. Acredita, assim, que "o uso crescente de exames para orientação e de registros cumulativos revelará pôr fim infalivelmente, a todos, essa premente necessidade, que só poucos agora percebem, a que chama de diferenciação de padrões, a qual envolve a criação de muitos cursos novos, novos tipos de educandários, e uma fle-

xibilidade muito aumentada no traçado das perspectivas que cada tipo da escola possa crescer às necessidades individuais, para que seja possível, em última instância, prover à conveniente instrução teórica e prática, com objetivos ao alcance das capacidades de todas as espécies e graus”.

Em suas considerações sobre a conservação dos padrões consagrados no ensino o prof. Mc Conn confronta os métodos adotados bem como os processos de seleção de classes da nova escola, aponta-lhes inconvenientes e vantagens, e estuda a miscelânea de objetivos dos testes e exames, discutindo, corroborando ou contestando opiniões diversas sobre o alcance e as virtudes desses meios de educação tidos em geral como instrumentos que: “proporcionam um poderoso incentivo ao estudo; constituem um método de instrução; estimulam ou mesmo asseguram o aperfeiçoamento do ensino; oferecem uma base para a aferição do mérito dos professores e dos departamentos de instrução; auxiliam a avaliação da eficiência das escolas e colégios; fornecem dados para a orientação educacional, e acumulam material para pesquisas”.

O prof. Mc Conn termina o seu artigo dizendo que, pelos fatos e considerações que analisou, parecem aceitáveis as seguintes conclusões:

- 1) Que o grosso das atividades atuais em matéria de exames é a verificação do aproveitamento, utilizando principalmente o velho exame tipo prova escrita (composição, redação, etc.), visando os fins combinados da aplicação de padrões e seleção.
- 2) Que padrões assim postos em prática são excelentes e benéficos para determinados tipos de crianças ou jovens, sobretudo os de superior aptidão no estudo pelos livros.
- 3) Que esses mesmos padrões, entretanto, por causa da sua uniformidade e rigidez, torcem e prejudicam todas as outras espécies e graus de capacidade.
- 4) Que é preciso, portanto, para atender a essas outras espécies e graus, maior número de padrões diversificados, compreendendo novas modalidades de cursos, escolas, disciplinas e objetivos.
- 5) Que, para a demonstração e conservação desses novos padrões diferenciados, será mister uma diversificação paralela de testes de aproveitamento mais fidedignos.
- 6) Que com o desenvolvimento de tal diversificação, entretanto, a realização dos exames terá em mira não apenas a aplicação de determinados padrões, mas principalmente objetivos de orientação.
- 7) Que em alguns dos seus aspectos os sistemas de exames adstritos a padrões se justifica, mesmo quando se trate de exames para o exercício de profissões e para admissão, promoção e graduação nas escolas particulares secundárias e elementares.
- 8) Que, mesmo nestes casos, a realização dos exames pelo atual sistema de padrões não dispensa o auxílio e correção pelos registros cumulativos de muitos testes anteriores e outros dados a respeito da carreira do estudante.
- 9) Que a aplicação, em qualquer nível, de padrões “uniformes” nas escolas públicas deve ser condenada; o que constitui um mero corolário dos ns. 3 e 4.
- 10) Que a alegada utilidade dos exames como um incentivo ao estudo não passa de uma ilusão e de um preconceito; quando muito poderá ser considerada como uma vantagem acidental, insignificante, conseguida unicamente em casos onde o objetivo visado se adapte inteiramente às capacidades dos estudantes.
- 11) Que a pretensa utilidade dos exames como método de instrução se legitima unicamente quando os mesmos só se realizam com esse objetivo e sem consideração ao sistema de normas predeterminadas.

- 12) Que a utilidade dos exames para melhoramento da instrução é, ou coincidente com a aplicação de padrões, ou altamente discutível, contestada como é, na verdade, pelas opiniões que atribuem aos exames a tendência de tornar inepto o ensino.
- 13) Que semelhante efeito, entretanto, tenderá a desaparecer à medida que se venham a empregar testes mais compreensivos, padrões mais diversificados e registros cumulativos.
- 14) Que ainda não foi desenvolvida a técnica necessária para o uso geral e seguro dos resultados dos exames quanto à aferição da eficiência dos professores ou departamentos; mas que cada professor pode utilizar proveitosamente tais resultados para essa aferição e diagnóstico no que pessoalmente o interessar.
- 15) Que, da mesma forma, os processos de testes não podem, presentemente, ou talvez nunca, merecer confiança como base única para o reconhecimento das escolas e colégios, mas podem constituir um elemento valioso para esse fim, como previsto nas condições exigidas pela North Central Association.
- 16) Que a maior utilidade decorrente dos exames reside na orientação educacional dos alunos.
- 17) Que o desenvolvimento da doutrina de orientação exige, primeiro, a diversificação de padrões, cursos e escolas, e, segundo a introdução geral dos métodos que existem atualmente para o estudo dos indivíduos.
- 18) Que nos exames para fins de orientação são necessárias tôdas as espécies de testes conhecidos, na maioria testes comparáveis e de preferência usados expressamente com aqueles objetivos.
- 19) Que os registros cumulativos são essenciais para a summa e interpretação dos dados pessoais, compreendendo os resultados dos testes e outras informações relevantes.
- 20) Que o uso geral não só dos exames, para fins de orientação, como dos registros cumulativos, será, em última instância, um grande passo para a solução dos problemas, de admissão ao colégio (college), de orientação profissional e vocacional, e da desejada diversificação de padrões".

Comissão Nacional de Ensino Primário

DECRETO-LEI N. 868, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1935

Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1.º — Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, que se comporá de sete membros, escolhidos pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ao seu ensino ou à sua propagação.

Artigo 2.º — Compete à Comissão Nacional de Ensino Primário:

- a) organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, mediante a cooperação de esforços do Governo Federal com os governos estaduais e municipais e ainda com o aproveitamento das iniciativas de ordem particular;

- b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira;
- c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais;
- d) estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário, bem como as diretrizes que devam presidir a elaboração dos programas do ensino primário;
- e) opinar sobre as condições em que deve ser dado nas escolas primárias o ensino religioso;
- f) indicar em que termos deve ser entendida a questão da obrigatoriedade do ensino primário;
- g) estudar a questão da gratuidade do ensino primário, opinando sobre as contribuições com que as pessoas menos necessitadas são obrigadas a concorrer para as caixas escolares, bem como sobre o destino a ser dado ao produto destas contribuições;
- h) estudar a questão da preparação, da investidura, da remuneração e da disciplina do magistério primário de todo o país.

Artigo 3.º — A Comissão Nacional de Ensino Primário escolherá o seu presidente, o qual lhe dirigirá os trabalhos, como delegado do Ministro da Educação e Saúde, nas sessões a que este não comparecer.

Artigo 4.º — A Comissão Nacional de Ensino Primário terá caráter permanente e se reunirá obrigatoriamente pelo menos uma vez em cada mês.

Parágrafo único — Até que, a juízo do Ministro da Educação e Saúde, estejam concluídos os trabalhos de preliminar definição de todos os pontos consignados nos itens do artigo 2.º desta lei, reunir-se-á a Comissão Nacional de Ensino Primário duas vezes por semana quando menos.

Artigo 5.º — Aos membros da Comissão Nacional de Ensino Primário, se residentes no Distrito Federal, se pagarão diárias de trinta mil réis. Aos que residirem fora do Distrito Federal serão pagas diárias de cem mil réis, além de ajudas de custo equivalentes aos preços das passagens.

Parágrafo único — Aos membros que forem funcionários públicos, não serão contadas, para nenhum efeito, as faltas que derem ao seu serviço, por motivo de comparecimento aos trabalhos da Comissão Nacional de Ensino Primário.

Artigo 6.º — O Ministro da Educação e Saúde designará um dos funcionários efetivos do seu Ministério para executar o expediente da Secretaria da Comissão Nacional de Ensino Primário.

Artigo 7.º — O dia das sessões, a duração delas e a ordem de seus trabalhos constituirão matéria regimental.

Artigo 8.º — As despesas decorrentes da execução desta lei, no corrente exercício, correrão por conta dos recursos constantes da subconsignação n.º 41 da verba 3, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Artigo 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS
Gustave Capanema.

Livro Didático

DECRETO-LEI N. 1.066 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Artigo 1.º — É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.

Artigo 2.º — Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1.º — Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2.º — Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Artigo 3.º — A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pre-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República.

Parágrafo único. — Os livros didáticos próprios do ensino superior independem da autorização de que trata este artigo, nem estão sujeitos às demais determinações da presente lei, mas é dever dos professores orientar os alunos, afim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura.

Artigo 4.º — Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação, para que sejam adotados no ensino pre-primário, primário, normal, profissional e secundário.

Artigo 5.º — Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos diretores, nas escolas pre-primárias e primárias, e aos professores, nas escolas normais, profissionais e secundárias, a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado, e respeitada a restrição formulada no artigo 25 desta lei.

Parágrafo único. — A direção das escolas normais, profissionais e secundárias, sejam públicas ou particulares, não poderão relativamente ao ensino desses estabelecimentos, praticar os atos vedados no presente artigo.

Artigo 6.º — É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que seja observada a orientação didática dos programas escolares.

Parágrafo único. — Fica vedado o ditado de lições constantes dos compêndios ou o ditado de notas relativas a pontos dos programas escolares.

Artigo 7.º — Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos. Mas o livro adotado no início de um ano, escolar não poderá ser mudado no seu decurso.

Artigo 8.º — Constitue uma das principais funções das caixas esco-

lares, a serem organizadas em tôdas as escolas primárias do país, com observância do disposto no art. 130 da Constituição, dar às crianças necessitadas, nessas escolas matriculadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Artigo 9.º — Fica instituída, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático.

§ 1.º — A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das linguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologia das técnicas.

§ 2.º — Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro.

§ 3.º — Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático perceberão, por sessão a que comparecerem, a diária de cem mil réis, limitado, porém, a um conto de réis, o máximo dessa vantagem em cada mês.

Artigo 10. — Compete a Comissão Nacional do Livro Didático:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;
- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei.

Artigo 11. — O expediente administrativo da Comissão Nacional do Livro Didático ficará a cargo de uma secretaria, que será dirigida por um secretário, designado pelo Ministro da Educação, dentre os funcionários efetivos de seu Ministério.

Parágrafo único. — Todo o demais pessoal, efetivo ou extranumerário, da Secretaria da Comissão Nacional do Livro Didático será constituído na forma da lei.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Artigo 12. — A autorização para uso do Livro Didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao Ministro da Educação, à qual se juntarão três exemplares da obra, impressos ou dactilografados, acompanhados nesta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esquemas, que da mesma forem parte integrante.

Parágrafo único. — É vedado aos membros da Comissão Nacional do Livro Didático requerer autorização para uso de obras de sua autoria.

Artigo 13. — As petições de autorização serão encaminhadas à Comissão Nacional do Livro Didático, que tomará conhecimento das obras a examinar, segundo a ordem cronológica de sua entrada no Ministério da Educação.

§ 1.º — Com relação a cada obra, a Comissão Nacional do Livro Didático proferirá julgamento, mencionando os motivos precisos da decisão e concluindo pela outorga ou recusa da autorização de seu uso.

§ 2.º — A Comissão Nacional do Livro Didático poderá, na sua decisão, indicar modificações a serem feitas no texto da obra examinada, para que se torne possível a autorização de seu uso. Nesta hipótese, deverá a obra, depois de modificada, ser novamente submetida ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para decisão final.

§ 3.º — Do julgamento não unânime da Comissão Nacional do Livro Didático, caberá recurso para o Ministro da Educação, que dele decidirá, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 4.º — Resolvida a matéria por qualquer das formas dos parágrafos anteriores, será a solução publicada, e comunicada ao interessado. A publicação e a comunicação de que a obra teve o uso autorizado farão menção do número de registro de que trata o art. 17 desta lei.

Artigo 14. — Quando a Comissão Nacional do Livro Didático autorizar o uso de um livro, à vista de originais dactilografados, deverá formular ao autor ou ao editor recomendações quanto à sua impressão.

Parágrafo único. — Depois de impresso deverá o livro ser submetido novamente ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para as necessárias verificações.

Artigo 15. — Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente, poderá solicitar o parecer de especialistas e de estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame.

Artigo 16. — As reedições de livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado, poderão ser feitas, caso não incluam importantes adições ou alterações, independentemente de nova petição, mas deverão ser comunicadas à Comissão Nacional do Livro Didático: caso sejam nelas incluídas tais adições ou alterações, a petição de nova autorização deverá ser feita, na forma desta lei.

Artigo 17. — De cada livro, cujo uso for autorizado, fará a Comissão Nacional do Livro Didático, registro especial, devidamente numerado, de que constem tôdas as indicações a êle relativas, inclusive um sumário de sua matéria.

Artigo 18. — O Ministério da Educação fará publicar, no "Diário Oficial", em janeiro de cada ano, a relação completa dos livros didáticos de uso autorizado, agrupados segundo os graus e ramos do ensino, e apresentados, em cada grupo, pela ordem alfabética dos autores.

Parágrafo único. — A menção de cada livro será acompanhada de todas as indicações a que se refere o art. 17 desta lei.

Artigo 19. — Os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres: Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação. Em seguida, entre parêntesis, declarar-se-á ainda o número do registro feito pela Comissão Nacional do Livro Didático, pela maneira seguinte: (Registro n...).

CAPÍTULO IV

DAS CAUSAS QUE IMPEDEM A AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Artigo 20. — Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, prêcheção, ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Artigo 21. — Será ainda negada autorização de uso ao livro didático:

- a) que esteja escrito em linguagem defeitosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprêgo de termos ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacôrdo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores.
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Artigo 22. — Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Artigo 23. — Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei.

Artigo 24. — Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 25. — A partir de 1 de janeiro de 1940, será vedada a adoção de livros didáticos de autoria do professor, na sua classe, do diretor, na sua escola, e de qualquer outra autoridade escolar de caráter técnico ou administrativo, na circunscrição sobre que se exercer sua jurisdição, salvo se esse livro fôr editado pelos poderes públicos.

Artigo 26 — Fica proibida a prática de atos de propaganda favorável ou contrária a determinado livro didático, dentro das escolas.

Parágrafo único. — A proibição deste artigo não impede que autores, editores e livreiros, ou representantes seus, remetam exemplares de obras de uso autorizado, bem como circulares, prospectos ou folhetos explicativos sobre as mesmas, aos professores, ou aos diretores das escolas.

Artigo 27. — É vedado a professores ou a quaisquer outras autoridades escolares de caráter técnico ou administrativo tornarem-se agentes ou representantes de autores, editores ou livreiros, para venda ou propaganda de livros didáticos, ainda que tais atos se pratiquem fóra das repartições ou estabelecimentos em que trabalhem.

Artigo 28. — Uma vez autorizado o uso de um livro didático, o preço de sua venda não poderá ser alterado, sem prévia licença da Comissão Nacional do Livro Didático.

Artigo 29. — Serão impostas as seguintes penalidades:

- a) ao autor ou editor que, violando a disposição da segunda parte do art. 16 desta lei, fizer constar do livro, didático, a declaração de uso autorizado e a todo aquele que incluir essa declaração em livro cujo uso não tenha sido autorizado, ou violar o disposto nos arts. 25 e 28 desta lei, a multa de um conto de réis;
- b) aos infratores da proibição constante do parágrafo único do art. 5.º, ou dos arts. 26 e 27 desta lei, e ainda aos diretores das escolas pre-primárias ou primárias e aos professores das escolas normais, profissionais ou secundárias, que, a partir de 1 de janeiro de 1940, admitirem no ensino de sua responsabilidade, livros didáticos de uso não autorizados, a multa de cem mil réis a dois contos de réis, se não forem empregados públicos, ou, se o forem, a suspensão por quinze a sessenta dias.

§ 1.º — Nas reincidências, serão os infratores punidos com o dobro da multa, nos casos da alínea "a" deste artigo.

§ 2.º — A reincidência, nos casos da alínea "b" deste artigo, acarretará aos responsáveis a exoneração do cargo ou função que ocuparem.

Artigo 30. — As penalidades de que trata o artigo anterior serão aplicadas, com relação aos particulares e aos empregados públicos federais, pelas autoridades federais, e, com relação aos empregados públicos estaduais e municipais, respectivamente, pelas autoridades estaduais e municipais.

Artigo 31. — As autoridades federais, estaduais e municipais, prestarão umas às outras o necessário auxílio para a perfeita vigilância do cumprimento desta lei.

Artigo 32. — Da imposição de uma penalidade por qualquer autoridade federal, estadual ou municipal, caberá recurso, uma vez, para a autoridade imediatamente superior, se a houver, dentro do prazo de vinte dias contados da data da respectiva comunicação à parte interessada.

Artigo 33. — Será proibido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não determinar o afastamento dos responsáveis pela reincidência nos casos da alínea "b" do art. 29 desta lei.

Artigo 34. — Será apreendida a edição dos livros didáticos que contiverem a declaração de uso autorizado pelo Ministério da Educação, sem que essa autorização tenha sido concedida.

Artigo 35. — Verificando que, apesar de não ter o uso autorizado, circula no país livro didático, que, por incidir numa ou mais das hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 desta lei, seja manifestamente pernicioso à formação espiritual da infância ou da juventude, a Comissão Nacional do Livro Didático, em exposição circunstanciada, o denunciará ao Ministro da Educação, o qual, aceitos os fundamentos da denúncia, providenciará a apreensão da respectiva edição.

Artigo 36. — Aos livros didáticos escritos na língua nacional, editados até a data da publicação da presente lei, não será negada a autorização de uso, pelo fato de não adotarem a ortografia oficial.

Parágrafo único. — Todavia, a partir de 1 de janeiro de 1941, não poderão ser usados, nos estabelecimentos de ensino de todo o país, livros didáticos escritos na língua nacional, que não adotarem a ortografia oficial, sob pena de apreensão, a ser mandada fazer pelo Ministro da Educação.

Artigo 37. — Os exemplares de livros didáticos, impressos ou dactilografados, e os desenhos, mapas ou esquemas, de que trata o art. 12 desta lei, não são sujeitos ao selo previsto no n. 60, da tabela B, que acompanha o regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1933.

Artigo 38. — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão, em 1939, por conta dos recursos constantes da sub-consignação 26, da verba 3 do orçamento do Ministério da Educação já decretado para aquele exercício.

Artigo 39. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, no "Diário Oficial", e será divulgada pelos órgãos oficiais dos governos dos Estados e do Território do Acre.

Artigo 40. — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1933, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A Arte como Fator Educativo nos Cursos Primário e Secundário

Palestra realizada a 7 de novembro de 1938, no "auditorium" do Ginásio Paulistano, por ZENAIDE VILALVA DE ARAÚJO, precedendo o recital de poesias pela mesma efetuado em homenagem aos educadores de S. Paulo.

Dignas autoridades do ensino; prezados colegas de magistério; minhas senhoras, meus senhores.

Versa a presente palestra sobre a arte como fator educativo nos cursos primário e secundário.

Considerarei o assunto de maneira sintética, apenas para lembrar, antes de realizar este pequeno recital, quão proveitosa seria uma atuação sistematizada nas escolas em prol do desenvolvimento artístico do aluno, o que redundaria num maior desenvolvimento geral.

Tanto a arte como a ciência, se bem que trilhando caminhos diversos, teem como fim desvendar os fatos; a arte, contudo, dirige-se, não apenas à razão, mas também ao coração; e, assim, nos indivíduos de cultura rudimentar, isto é, nos menos afeitos ao trato dos preceitos e da terminologia científica; naqueles cujos modestos conhecimentos foram conquistados mercê de seu tirocínio na vida prática, bem como na criança e no adolescente, cuja situação é análoga à de tais indivíduos, alcançará ela, de fôrma altamente satisfatória, o objetivo máximo da humanidade: a compreensão dos fatos, e isso de maneira mais simples e convincente para eles. Representa, portanto, o meio mais eficiente para a elevação do homem, em geral, e do educando, em particular. A ciência cabe constatar os fatos, investigar-lhes as causas e formular as leis, de maneira abstrata, enquanto que a arte expressa os fatos de modo mais acessível, encaminhando-se aos sentimentos.

Para apreciar a arte como fator educativo na escola primária e na secundária, diremos, de fôrma sucinta, como já o assinalámos, primeiro, o que ela é e qual o seu fito essencial; depois, qual o fim educativo primordial dos cursos primário e secundário.

As obras de arte refletem tendências e sentimentos que rodearam o artista. Nelas, vamos encontrar manifestações as mais propriamente humanas e, dada a diferença dos meios, aí também se acham os sentimentos mais nacionais. Concentram, assim, toda a cultura.

E eis três grandes objetivos da escola, aliás, em nossos dias, quasi unanimemente proclamados — cultura geral, nacionalização, consciência humana — que coincidem com os objetivos da arte.

Nada melhor do que uma bela música, um quadro magnífico ou um lindo trecho, em prosa ou verso, para fazer uma alma vibrar de entusiasmo patriótico, ou de qualquer outro sentimento, e, assim, compreender, de maneira sensível, um fato explicado. No caso do adolescente, que passa por notória crise biológica e psicológica, crise sentimental por excelência, torna-se, então, do mais alto interesse o cultivo da arte. Mesmo na escola primária. Atualmente, por exemplo, tenho uma classe masculina de 2.º ano primário no grupo em que trabalho. Quantas vezes, noto que o melhor meio de fazer os alunos perceberem, sentindo, o que quero inculcar-lhe no espírito é dizer uma poesia, depois de explicar bem o seu sentido. Evidencia-se, nas suas fisionomias, a compreensão aliada à satisfação. Eis o que a arte produz. E isto porque se dirige também aos sentimentos — esteio da educação.

Ora, se os principais objetivos da educação coincidem com os da arte, justo é, como dissémos, que seja ela considerada de maneira metódica pelos educadores.

Pois bem: que se faz, nas nossas escolas, em prol da arte?

De modo geral, alguma coisa; muitas vezes, quasi sempre, de maneira não prevista. Calculadamente, pouquíssima coisa e, parece-me, sem a precisa orientação.

Sim, na primeira hipótese, pelas gravuras bonitas que, às vezes, aparecem; pelas lições de linguagem e literatura, as quais, por si mesmas, falam à alma do educando; pelo ambiente escolar, quando corresponde a alguma coisa de artístico. Com fito prestabelecido, entretanto, pelo que tenho podido observar, na melhor das hipóteses, há, nos estabelecimentos de ensino primário, um orfeão; nos ginásios, além disso, as aulas de desenho, música, literatura e ginástica. Em situações excepcionais, uma associação peri-escolar, que realiza reuniões com programas de arte relativamente boa, presenciadas pelos alunos. Isso, iríamos, na melhor das hipóteses — porque, por via de regra, os programas são compostos desses “chôrinhos” e declamações, às vezes, sem exagêro, intoleráveis, visto como revelam a ausência dos mais rudimentares princípios da arte e... da higiene.

Não posso hoje entrar em minúcias; mas, o que significa para a laringa dessas crianças e, principalmente, desses adolescentes, a voz forçada que empregam, fácil é compreender. Tudo isso nós, educadores, temos o dever de ponderar.

Cumprir dizer, entretanto, que, na maioria dos casos, não existem associações “peri” ou “post”-escolares com êsse fim, e, então, só nas comemorações cívicas e festas de encerramento, é que se fazem essas manifestações, que, não raro, pecam também pela extensão dos programas, pois os professores parecem querer aproveitar essa fugidia oportunidade para apresentar todo o aluno que mereça estímulo. Com isso, não pensam no mal que estão fazendo à própria arte, porque, desde cedo, o aluno recebe uma impressão que o leva a caracterizar como fastidioso o que a ela se refere, em face dos números de poesias declamadas plangentemente e dos cantos cuja significação não apreende.

Vejamos o que poderia ser feito dentro da nossa atual organização escolar.

Nos cursos primários, penso que só é possível recorrer às associações peri-escolares. Com as três horas de aulas que temos, é de todo em todo impossível mais do que êsse ensino ocasional a que me referi. Mas, é necessário que se cuide, na medida do possível, do ambiente e se aproveite toda a oportunidade de entusiasmar o aluno. Será o máximo que se poderá fazer em classe.

Nos cursos secundários, já se faz mais exequível, nos programas, a educação estética metódica, graças à existência das aulas de desenho, música, literatura, etc.; ainda assim, parece-me, cumpre que a forma pela qual sejam essas aulas ministradas vise uma verdadeira educação artística, e não simples aquisição de uns tantos conhecimentos teóricos. Mister se torna que tudo seja devidamente assimilado — devidamente integrado no desenvolvimento geral do educando.

Todavia, é ainda das associações peri-escolares que muito há a esperar, quando orientadas racional e metódicamente.

Em cada bairro, uma escola que tivesse um local mais ou menos adequado realizaria, obrigatoriamente, digamos, por mês, um espetáculo para os alunos, sem perder de vista a diversidade de condições dos mesmos. O ideal seria que fossem essas festas preparadas por professores que disso se encarregassem, sob a orientação de um chefe.

Mas, como organizar tais festas?

Uma festa educativa de arte, com a duração de cinquenta minutos, estaria muito bem: uma parte de quinze minutos para estimular os alunos,

em que um dissesse uma ou duas poesias, bem escolhidas e preparadas; em que um ou um grupo dansasse ou fizesse uma boa ginástica musicada; em que houvesse um bom número de canto ou de qualquer instrumento. Não consumiriam esses números mais que quinze minutos e estimulariam os alunos. Numa segunda parte, apresentar-se-iam pessoas que cultivassem mesmo a arte, ou alunos bem adiantados, números esses também precedidos, obrigatoriamente, de uma rápida explicação. Sem semelhante elucidação, não podem essas reuniões ter o devido valor.

E, nessas festas, quanta matéria do programa escolar mais bem esclarecida! Como nelas surge, naturalmente, o enséjo para essa tão necessária coordenação de conhecimentos, que tanto vem preocupando os educadores, por meio do problema da globalização!

Aquí, são trechos, em prosa ou verso, sobre noções de História, Ciências ou Geografia; ali, um trecho de música afro-brasileira, indígena ou de autor nosso, que cante a nossa natureza física e espiritual. Sim, porque, em nosso meio, natural é que essa arte seja a nossa, com o auxílio da qual cumpre-nos oferecer aos jovens uma súpula racional de tudo quanto nos caracteriza, qualquer que seja a manifestação artística de que nos ocupemos. Ao mesmo tempo, avivar-lhes-íamos o amor pelas nossas cousas.

Tudo isso, dir-se-á, é altamente interessante: mas, como realizar a idéia? Onde esses orientadores de alunos? Onde os locais apropriados? Onde os instrumentos? Onde o material todo? Por fim: onde a verba para tudo isso?...

E responderei: já não se tem visto instituições creadas com grande aparato, com grande burocracia, com pessoal muito bem remunerado, portanto, com grande dispêndio, não realizarem, em vários setores, cousa que corresponda a essa aparência tóda? E, em contraste, não se vê, todos os dias, a realização de iniciativas grandiosas, oriundas, frequentemente, de uma única pessoa, modesta, mas que acredita sinceramente no que pôde efetuar, pelo que concretiza essa aspiração?

O magistério conta com elementos dessa natureza.

Além disso, já existem secções no Departamento de Educação que colimam fins sociais e de educação artística: a Inspeção Geral de Música, o Serviço de Instituições Auxiliares da Escola e a Inspeção Geral de Educação Física. Há, também, nas escolas, tanto primárias como secundárias, funcionários — inspetores, diretores, educadoras sanitárias, substitutas efetivas — que, com certa orientação, podem bem prestar esse auxílio precioso e inteligente. No estabelecimento em que trabalho, tenho observado, com prazer, como a educadora sanitária faz seus ensaios de bailados, para as festas organizadas, e como o diretor encontra tempo para ensinar uma peça teatral entre os alunos. Impõem-se apenas a orientação e o estímulo de um técnico nos assuntos de arte (sendo de notar que já existe cargo dessa natureza), e, então, veremos o que se produzirá.

Quanto ao local e material para essas festas, basta que haja pessoas capazes de se dirigir a quem de direito, solicitando facilidades, promovendo permuta de interesses, se preciso, enfim, tornando bem evidente a importância da iniciativa — e tudo se terá arranjado.

Por parte dos que cultivam a arte, também não falta quem a isso se disponha, pois eles todos vivem ansiosos por vê-la querida e mais amplamente divulgada.

Lembro-me de que, quando na direção de um dos nossos estabelecimentos de ensino particular, todos os grandes artistas que convidava para as nossas reuniões jamais recusavam o seu concurso. Digo mais: o verdadeiro artista facilmente procura auxiliar, sem espalhafatos e exigências, o que nem sempre se dá com o cabotino.

E, talvez, até seja esse um meio de seleção...

Falo não apenas apoiada num ideal vago: é exatamente a realidade, a aplicação do que já tenho feito e continuo a fazer que me impelem a apresentar estas sugestões.

Mas, prefiro que a minha palestra seja rápida, que proporcione apenas um pouco de reflexão sobre o assunto, e, por isso, tenho procurado não entrar muito em pormenores.

E, para terminar, algumas palavras sobre a arte de dizer, que tem sido, tantas vezes, mal compreendida.

Direi apenas que o primeiro trabalho deve ser evitar que o aluno, ao levantar-se, já se ponha em atitude estudada, a gesticular, completamente em desacôrdo com o que diz. Que a voz acompanhe também o sentido do que diz. É um dever nosso, como educadores de uma época em que a verdade (no sentido científico) deve imperar, fazer compreender aos alunos, sob todos os aspéctos, que a ela devemos respeito: que cada meio de expressão deve corresponder, realmente, ao que significa. Tratemos de banir, a começar pela escola, essa fôrma cantante de dizer, que, infelizmente, ainda é considerada por muitos como requinte de arte declamatória...

Em suma: que se possa vêr orientada e tratada como merece a verdadeira arte, como fator educativo, pois, muito injustamente, tem sido ela relegada ao papel secundário de passatempo, — ela, que auxilia, de maneira a mais pedagógica, (atendendo aos impulsos e interêsses do espirito em formação) o desenvolvimento do educando.

Um Trabalho do Laboratório de Psicologia em Presidente Prudente

Aplicação de testes para seleccionar os alunos do grupo escolar local — A professora Eulalia Alves Siqueira expõe à nossa folha os resultados dos trabalhos realizados naquela cidade.

Fomos informados de que haviam chegado a esta Capital os assistentes do Laboratório de Psicologia, que foram a Presidente Prudente aplicar testes nos alunos do grupo escolar local. .

Afim de obter algumas informações sobre a viagem daqueles técnicos, procurámos a assistente-chefe de mensurações daquele laboratório, professora Eulalia Alves de Siqueira.

Conforme nos disse essa educadora, o objetivo da viagem a Presidente Prudente era seleccionar, pelo nível de desenvolvimento mental, os alunos do grupo escolar daquela cidade.

Assim agindo o Laboratório de Psicologia atendia a uma solicitação feita pelo Inspetor Escolar da Primeira Zona, da Delegacia Regional de Presidente Prudente, professor Luiz Barbosa de Oliveira.

COMO FORAM REALIZADOS OS TRABALHOS

Com o auxílio das assistentes do Laboratório de Psicologia, professoras Stella Miranda Azevedo, Benedicta de Camargo Barros e Annita Notari, que a acompanharam a Presidente Prudente, iniciou a professora Eulalia Siqueira os trabalhos preparatórios à seleção dos alunos, trabalhos êsses que consistiram na escolha do local para a aplicação dos testes e no preenchimento de dados relativos às crianças que seriam examinadas, a saber:— data do nascimento, idade cronológica e gráu escolar.

— Graças à boa vontade das autoridades escolares de Presidente Prudente — falou-nos a professora Eulalia Siqueira — conseguimos instalar-nos em prédio recém-construído, onde funcionarão os três grupos escolares da cidade, assim reunidos num só estabelecimento. Foram-nos cedidas duas salas: numa delas, amplo salão, colocaram-se 50 carteiras para os examinandos, o que permitiu a boa distribuição dos alunos e facilitou o trabalho das assistentes da examinadora. Essas condições e a excelente acústica do prédio tornaram possível a aplicação dos testes em turmas de 50 crianças, com todo o rigor técnico exigido num exame psicológico coletivo. No outro compartimento foram instaladas mesas, máquinas de escrever e de calcular, para «s trabalhos de apuração dos resultados: — avaliação de provas, revisão das avaliações feitas, pesquisas do Resultado Arbitrário Kuhlmann-Anderson (R. A. K.-A.) e organização das listas de classificação”.

A NATUREZA DOS TRABALHOS REALIZADOS

“Assim, otimamente instaladas — continuou a nossa interlocutora — principiamos os trabalhos de aplicação dos tests Kuhlmann-Anderson, realizando, em média, quatro exames por dia, isto é, 4 turmas de 50 crianças, cada uma por dia. A medida que iam aplicando as provas, eram as mesmas avaliadas, o que nos possibilitou realizar, quasi que simultaneamente, os trabalhos de aplicação e de apuração de resultados.

Em oito dias terminamos a aplicação dos testes, tendo sido examinadas 895 crianças de 22 classes assim distribuídas: — Cinco classes de primeiro grau, com 218 alunos; sete classes de segundo grau, com 282 alunos; seis classes de terceiro grau, com 245 alunos e quatro classes de quarto grau, com 150 alunos.

Auxiliaram-nos, com muita eficacia, na assistência aos examinandos e na avaliação de provas, as professoras Vany Antunes de Carvalho Camargo e Jessy Matos, adjuntas do Grupo Escolar local, bem como a substituta efetiva, Alda Pinho, e o professor Laerte Vitorazzo, adjunto do Grupo Escolar de Alvares Machado.

A classificação geral dos alunos foi concluída e entregue ao professor Barbosa de Oliveira, nove dias depois do início dos trabalhos”.

OUTROS TRABALHOS REALIZADOS

Mas o professor Luiz Barbosa de Oliveira, conforme nos disse d. Eulalia Siqueira, não pediu apenas a seleção das classes pelo nível de desenvolvimento mental. Pretencia mais: — um curso, para os professores de Presidente Prudente, em que se apresentassem as vantagens da seleção de classes pelo nível de inteligência e a maneira de verificar o resultado da classificação e do ensino no decorrer deste ano. Foi, então, feita nova solicitação ao Laboratório de Psicologia, afim de que fosse autorizada a realização de palestras nesse sentido.

O pensamento do professor Barbosa, a nós transmitido, por d. Eulalia, era o seguinte: — “Reorganizando as escolas de Presidente Prudente, com a fusão dos três grupos aqui existentes e a transferência deles para este novo prédio, onde nada nos falta de confortável, não desejo absolutamente que a mudança, o progresso, residam apenas no aspecto do prédio e na maior comodidade material dos professores e alunos. O que não poderíamos pedir aos professores, devido às péssimas condições em que, durante tantos anos trabalhamos, deverá agora ser feito.

Quero que o nosso trabalho seja cientificamente controlado e compensado muito proveitosamente. Por isso mesmo pedi a colaboração do Laboratório de Psicologia para seleção das classes. Mas isto só não basta — quero que todos os professores compreendam como foi feita a classificação e porque assim selecionamos os alunos. E mais: — gostaria que os professores pudessem, mais objetivamente, avaliar o seu próprio ensino e o aprendizado de seus alunos. Ai está a razão do meu segundo pedido: — um curso, embora abreviado, sobre testes. E, depois, intercâmbio entre Presidente Prudente e o Laboratório de Psicologia, com a apresentação dos problemas surgidos aqui, remessa dos trabalhos lá publicados, etc.”

O CONTEÚDO DAS PALESTRAS

Obtida, por telegrama, a permissão solicitada ao chefe do Laboratório de Psicologia foram, então, realizadas três palestras versando sobre:

I — Valôr do teste de inteligência.

- 1 — Diferenças individuais.
- 2 — Tratamento adequado.
 - a) Organização de classes homogêneas;
 - b) pelo nível de inteligência.
- A — Testes de inteligência em correlação com:
 - a) a idade cronológica.
 - b) a escolaridade objetivamente medida.

II — Necessidade da Medida Objetiva do Trabalho Escolar.

- 1 — Para avaliar com exatidão:
 - a) o ensino.
 - b) o aprendizado.
- 2 — Para a valorização de diplomas e atestados.
- 3 — Para verificação de habilitação.
 - a) concursos.
 - b) exames de suficiência.

III — Falhas da prova clássica como Medida.

- 1 — Variabilidade no critério de avaliação.
- 2 — Não permite ao aluno avaliação do próprio trabalho.
- 3 — Dispendiosa de tempo.
- 4 — Não possibilita comparação.

IV — O teste de escolaridade.

- 1 — Valor do teste de escolaridade.
- 2 — Regras gerais de construção.
- 3 — Tipos de testes de escolaridade.
 - a) característicos.
 - b) regras de construção.
 - c) maneiras de aplicar.
 - d) como avaliar.
 - e) determinação da dificuldade e do valor de um teste.

Dada a escassês do tempo e a ausência completa de material para ilustração das aulas, não foi possível a realização de um curso completo.

“Entretanto — continuou a nossa entrevistada — lançamos a semente que poderá frutificar, principalmente por se tratar de uma zona onde todos trabalham com tanto ardor e carinho”.

Disse-nos ainda d. Eulália que, tendo sido os trabalhos acompanhados pelo professor Genesio Assis, inspetor da Segunda Zona de Presidente Prudente, receberam as funcionárias do Laboratório de Psicologia convite para realizarem uma série de aulas sobre testes em Regente Feijó, onde o Prefei-

to Municipal se puzera, gentilmente, à disposição do professorado, para cobrir as despesas de transporte, estada, etc. Infelizmente, não foi possível atender tão amável convite.

O PROFESSORADO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Com as informações acima estava finda a nossa palestra.

Não quisemos, porém, dá-las por terminada sem perguntar a d. Eulalia sua impressão sobre o professorado de Presidente Prudente. São palavras suas:

O Professorado de Presidente Prudente merece todo o apôio e simpatia, pelo seu trabalho e o seu esforço de que tivemos prova pelas observações feitas em a nossa visita à Delegacia Regional de Ensino. Lá vimos os planos de aulas, os gráficos de porcentagem de frequência mensal de cada aluno, os quadros representativos das notas de aplicação das crianças, as respostas aos inquéritos feitos pelos inspetores, os jogos educativos, tudo cuidadosamente controlado e arquivado.

A nossa admiração pelos colegas de Presidente Prudente foi ainda aumentada ao assistirmos à aula de leitura dada pela professora d. Francisca de Almeida Góes, que, com mais de 20 anos de magistério, continúa entusiasta, imaginando jogos, tentando novos processos afim de interessar os seus alunos.

E ao verificar todo este entusiasmo mais satisfeitos ficámos por ter podido contribuir um pouco para aumentar ainda mais essa dedicação.

Não queremos terminar a entrevista sem deixar aqui manifestada a nossa grande admiração pelos trabalhos do prof. Luiz Barbosa de Oliveira, a quem apresentamos os nossos agradecimentos sinceros pela delicadeza com que nos acolheu e pelas atenções que nos dispensou durante a nossa estada em Presidente Prudente.

A Educação Paulista no Estado Getuliano

(Matéria do livro "A Educação Paulista no Estado Getuliano", por João de Minas, presidente da Academia Nacional de Letras)

Talvez nenhum outro Estado, como o de São Paulo, tenha sentido tão vivo, tão operante, o flúido getuliano, decorrente dos procedimentos sociológicos da Constituição de 10 de maio de 1937. Evidentemente, como biologicamente ensina o CHEFE DO BRASIL, o dr. Getúlio Vargas, não ha Estados grandes nem pequenos, pois o Brasil é que é grande, argamassado num milagre de vitalidade. Mas São Paulo, sem dúvida, nessa brasilidade nova, sublimada numa fé quinquenal sem limites, fé dura e diamantina, — São Paulo tem qualquer coisa de número-um. É um número-um que exhibiu a sua plástica estrondosa, retorcendo músculos de dar água na boca, numa síntese incomparável, em toda a história do Brasil. Qual a síntese, por sua vez número-um, na história pátria?... Esta síntese foi àquele meio milhão de pessoas puras e concientes que veio para o centro da cidade desgrenhada de felicidades, desesperada de amor cívico, homenagear o CHEFE DO BRASIL, quando da sua visita a São Paulo, pela mão do benemérito Interventor Adhemar de Barros.

Isso não é o flagrante eterno e inviolável da dianteira do Estado Paulista, na raia do Estado Getuliano?

Os problemas da educação são os da raça. Os problemas da educação são os da soberania. Os problemas da educação são os do império — tome-se esta palavra em qualquer sentido. E há império, há domínio, há posse, há sêr, há existir, há viver profundo na filosofia central do Estado Novo! Todo o Estado de São Paulo arregaça as mangas e as idéias, mostra os músculos e a frente, num impulso de criação. São Paulo todo é um poder, ou um verbo executivo.

Nas linhas longas que demarcam o Estado é êsse arrepio energético. Nas realidades, perto da Capital fumegante de fábricas, dá-se o mesmo. Mas todo êsse arranço progressista usa uma só alavanca de Arquimedes: — a da ciência, da educação, da cultura. Assim, o ensino, fundando a sabedoria maternal e original, sobreleva a tudo. E, nêsse terreno, varre-se, para bem longe, o lixo que nos desperfumava o ambiente educacional, ou moral. O dinamo cívico, que é o Interventor Adhemar de Barros, deu a vassourada recente e desodorante, que nós todos aplaudimos.

Nesse quadro forte do saber, da ciência viva, da sabedoria fundindo-se nos vultos diretores do nosso pensamento amanhã, no surgir das capacidades para o múltiplo trabalho da civilização brasileira, cumpre se destacar, como prêmio histórico, como perpetuação biográfica, os valores absolutos, os valores planos e rétos, as capacidades sem pulinhos e curvazinhas. Passemos uma vista de olhos pelas casas de educação de São Paulo, pelos colégios, pelos ginásios. O campo é maravilhoso! Por que — eis uma pergunta patriótica — ainda não se fez, como um flagrante de luz, um mapa dêsses estabelecimentos, pesando-os, medindo-os, tomando os quilates de seu ouro técnico, que é a competência dos mestres, dos professores, dos esculptores dos nossos homens de amanhã, ou de logo mais?...

Êsse mapa estamos fazendo neste livro, absolutíssimamente desinteressado, no ponto de vista egoísta, e para a todo o tempo constar na História do Brasil, dentro dos pulsos atléticos do Estado Getuliano.

Obrigatoriedade dos Trabalhos Manuais

“A Constituição visou, a meu ver, diminuir a distância entre os letrados e os trabalhadores manuais” — declarou o prof. Spencer Vampré

O prof. Spencer Vampré, catedrático de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de São Paulo, procurado pela reportagem dos “Diários Associados”, por intermédio do “Diário da Noite”, concedeu entrevista sobre o artigo n. 131, da nova Constituição, que se refere à obrigatoriedade dos trabalhos manuais além do ensino cívico e educação cívica nas escolas primárias, secundárias e normais.

OBJETIVOS DA NOVA CARTA CONSTITUCIONAL

Esclarecendo os objetivos da nova Carta, e, principalmente, do artigo 131, disse o professor:

— “Um dos mais sábios dispositivos da Constituição de 10 de novembro de 1937 é o que se contém no art. 131, dispondo que a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em tôdas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer dêsses grâus ser autorizada ou reconhecida, sem que satisfaça aquela exigência”.

A Constituição visou, a meu vêr, diminuir a distância entre os letrados e os trabalhadores manuais, nobilitando o trabalho que se faz com

as mãos, e elevando-o à mesma dignidade que o trabalho mental. Um dos mais arraigados preconceitos anti-democráticos é o que nos vem de um longínquo passado, e segundo o qual todo o trabalho feito com as mãos representa um gênero de atividade inferior. O espírito de nossa época, entretanto, nobilitou as aplicações mecânicas, muitas das quais transformaram completamente o mundo moderno, com razão apelidado de filho da máquina".

OS RESULTADOS OBTIDOS NA EUROPA E NA AMÉRICA

Falou, depois, o sr. Spencer Vampré, nos resultados obtidos na Europa e na América com o método agora adotado no Brasil:

"O movimento educativo que a Constituição quis imprimir, já está produzindo, em outros países, notadamente na Alemanha, na Itália e nos Estados Unidos, um movimento de renovação nos antigos moldes didáticos e tem formado verdadeiros observatórios das tendências vocacionais. O dispositivo do art. 131 constitui um dos modos de proporcionar à juventude a possibilidade de receber educação adequada às suas faculdades, aptidões "e tendências vocacionais" de que fala o art. 129, que afirma eloquentemente — "o ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado".

A Alemanha possui hoje extensas bibliotecas sobre trabalhos manuais estudantinos, entre as quais as mais conhecidas são as sob os nomes de "Freude und Arbeit" (Alegria e Trabalho) e "Das Leben der Schule" (A Vida da Escola). Há milhares de fascículos, com modelos apropriados versando sobre pequenos trabalhos de marcenaria para uso escolar (caixas, bolsas, compassos, réguas, aparelhos de calcular, tinteiros, etc.) além dos mais variados objetos (cestas para papéis, mobílias para bonecas, casas de brinquedo, obras de cartão, sobre geografia, física, pequenas composições fotográficas, entalhes em madeira e clichés, conservação de animais e plantas, etc.).

UMA INFINIDADE DE TRABALHOS MANUAIS

Definindo o seu pensamento sobre o trabalho manual, afirmou:

— "Há, em suma, uma profusão de trabalhos manuais, desde as mais simples figuras geométricas e tecidos coloridos, como se usam nos jardins de infância, até os produtos mais elevados da imitação ou da criação artística. Haverá, certamente, necessidade de unir esforços para realizar alguma coisa de útil e de prático nesse sentido, principalmente aperfeiçoando as qualidades que alguns professores e profissionais, têm para essa realização. Nem será preciso iniciar cada escola com aparelhamento dispendioso, uma vez que se deve começar com os trabalhos mais simples, e gradativamente elevá-los, à medida que os alunos sentirem as suas tendências vocacionais se desenvolverem".

(Do "Diário de S. Paulo", de 9-12-37).

Luta Social contra a Tuberculose

Comunicado do Rotary Clube de São Paulo.

A luta social contra a tuberculose exige a contribuição de todos os indivíduos, no lar, na escola, no trabalho.

No lar, os hábitos de higiene geral representam os primeiros elementos de real eficiência para a profilaxia do flagelo. Na escola, cabe ao professor aperfeiçoar os ensinamentos paternos, fortalecendo as noções de higiene geral, tornando as crianças identificadas com certos hábitos, de sorte que elas mesmas se transformem em exemplos salutaros, aproveitáveis por outrem, onde quer que com a sua naturalidade espontânea se ponham a reproduzir os costumes adquiridos e as palavras geitosamente marteladas nos seus ouvidos. É certo que não é aproveitável ao cérebro da criança uma aula de higiene pura, com recomendações dogmáticas, e todo um rosário de preceitos dignos de serem seguidos. Mas, são facilmente aproveitadas as pequenas noções lançadas aqui e ali, no correr da aula, e repetidas dias seguidos incidentalmente, cada vez, com um exemplo vivo ainda não relatado. Essas noções dispersas se conjubam e vão formando insensível e solidamente um conceito seguro, de real relêvo como elemento prático na campanha contra a tuberculose, pois cada indivíduo assim industriado é por si mesmo uma barreira à propagação do mal e um exemplo quicá eficiente dentro da sociedade em que vive. Praticamente, deve-se sugerir ao professor que formule problemas em que, por exemplo, se estipule a proporção entre o rendimento de um operário sã e o de um operário doente ou em que se estabeleça quantos homens sãos precisam trabalhar e contribuir com os impostos ao governo para que este possa manter um doente internado em Sanatório, isto é, anulando a contribuição de muitos cidadãos, e que seria aplicada em obras públicas de benefício geral.

Aos autores de livros de leitura seria lembrança de elevado alcance prático o enxertarem frases educativas que não tirassem a sequência natural das histórias. É muito fácil — são tantas as oportunidades — acrescentar frases que não destoem do estilo nem tirem o encanto e a poesia do trecho. Elas entram naturalmente, como uma conclusão do autor, ou nos diálogos, como conselhos ou dedução do personagem. Se quebrarem o ritmo não serão naturais e não terão a desejada eficácia. Aos nossos autores de livros didáticos compete fazer a revisão dos textos dando aos mesmos mais esta utilidade de grande repercussão social. Para tanto, eles terão sem dúvida, o apoio decisivo dos pedagogos e a colaboração dos higienistas!

Rotary já iniciou essa colaboração, e continua disposto ao trabalho desinteressado.

Dentro de uma tal orientação teremos emperhados na luta contra a tuberculose o autor, o professor, e a criança, em cujo cérebro se veiu argamassando durante os quatro anos de curso primário, a idéia da luta contra a tuberculose. Amanhã serão eles os paladinos da luta social, em qualquer campo que exerçam a sua atividade: no lar, na escola, no trabalho. Sob essa bandeira — ideal de servir — teremos um exército de pequenos rotarianos.

Caixas Escolares

Comunicado da Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola do Departamento de Educação de São Paulo:

“A contribuição mensal pelos pais dos escolares menos necessitados, em favor dos mais necessitados, é hoje um dever nas escolas públicas do Estado em face do artigo 130 da Constituição Federal.

Aliás, no Estado de São Paulo, a contribuição espontânea ha muitos anos tem sido mais uma comprovante da generosidade de nosso povo.

A contribuição deixou de ser facultativa para ser obrigatória, restando apenas aguardar-se a regulamentação federal, afim de se estabelecerem em definitivo os meios necessários para que ela seja feita integralmente dentro do espírito da sábia disposição, que tem alto desideratum de solidariedade humana.

A renda das caixas escolares se destina única e exclusivamente a meios de assistência material ao escolar — roupa, livros, sopa escolar e lanche, calçado, olhos, remédios e em certos casos assistência dentária suplementar à dada pelo Estado.

Medidas do Departamento de Educação e a proverbial honestidade do magistério paulista tomam impossível qualquer aplicação indevida dessa renda. Na Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola, atualmente à rua D. Veridiana, 220 (tel. 5-1029), quaisquer reclamações ou queixas seriam imediatamente e com a devida discreção, recebidas.

Assim, para maior amplitude da grande obra anônima que as caixas escolares prestam, em favor das crianças pobres, necessitadas de auxílio de material, desnutridas e desamparadas, é inútil apelar para a generosidade dos pais dos escolares menos necessitados, porque expostos os objetivos das caixas e reafirmada a certeza de que não podem eles ser desvirtuados persiste a certeza de que as contribuições aumentarão espontânea e generosamente.

Os pais das crianças que, felizes, têm ao menos alimento suficiente e meios de ainda receber algum conforto, por certo hão de se conder daquelas que, em número prodigioso, opiladas e maleitosas no litoral e no “hinterland”, muitas vezes famintas em todos os centros, raramente obtêm uma refeição suculenta, um sapatinho melhor, um apetrecho de higiene individual, uma roupa nova, um óculo necessário, um medicamento exigido. Dar-lhes até alguns brinquedos, uma bicicleta por exemplo para grupos de alunos de certos estabelecimentos, para diversões próprias de sua idade seria o ideal. Dar-lhes os meios de relativo conforto material é um mínimo para o qual se torna necessário, porém, o máximo da boa vontade dos pais e de toda a gente de espírito bem formado.

As caixas escolares recebem contribuições em dinheiro, mediante recibo, dadas por quaisquer pessoas. A contribuição módica dos pais que têm meios, proporcional, porém a esses meios, é um dever legal imposto pela Constituição Federal, mas é também, e principalmente um dever moral dos corações generosos.

Auxiliar a elevação do nível dos escolares pobres é, para os pais, concorrer para que o meio principal da formação intelectual, moral, cívica e física de seus próprios filhos seja melhorado, com evidentes vantagens para todas as crianças, que constituem esse meio”.

LEGISLAÇÃO ESCOLAR

DECRETO N. 9.446 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1938

Organiza a Secção de Higiene da Criança e dá outras providências

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal, no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no parágrafo 1.º, do artigo 3.º, do Decreto n. 9.247, de 17 de junho de 1938,

Decreta:

Artigo 1.º — A Secção de Higiene da Criança, da Divisão Técnica do Departamento de Saúde do Estado, é organizada na forma prevista neste decreto.

Artigo 2.º — A Secção de Higiene da Criança, dirigida por um Diretor (médico), tem por fim o estudo, as investigações e as pesquisas em torno do problema da higiene da criança e a orientação técnica dos serviços relativos, executados pelos Centros de Saúde.

Artigo 3.º — São atribuições da Secção de Higiene da Criança:

- a) orientar técnica e cientificamente todos os serviços de higiene referentes à Infância e Maternidade;
- b) realizar estudos, investigações e pesquisas sobre questões que interessam à higiene da criança;
- c) estabelecer medidas de ordem médico-sanitária para todos os serviços de assistência à Infância, quer oficiais quer particulares, com o fim de obter uniformidade de ação e melhor colaboração em conjunto;
- d) estabelecer medidas que visem assistência médico-social da mãe, durante a gestação e o trabalho de parto;
- e) centralizar toda a orientação técnica dos serviços de higiene da Criança para melhor fiscalização dos serviços oficiais, e particulares, que interessem à saúde da Criança e da mãe;
- f) organizar anualmente um concurso de robustez infantil para a propaganda e estímulo da puericultura.

Artigo 4.º — Ao Diretor da Secção de Higiene da Criança, compete:

- a) superintender todos os serviços atribuídos à Secção;
- b) corresponder-se diretamente com o Diretor da Divisão Técnica do Departamento de Saúde do Estado, requisitando os meios indispensáveis para o bom desempenho dos serviços da Secção;
- e) corresponder-se diretamente com o Diretor do Serviço dos Centros de Saúde da Capital, Diretor do Serviço do Interior e Diretores de outros Serviços e Secções, sobre assuntos concernentes às funções da Secção, sugerindo ou solicitando providências que se tornarem oportunas;

- d) apresentar anualmente ao Diretor Geral do Departamento de Saúde do Estado, relatório minudente dos trabalhos executados pela Secção.

Artigo 5.º — Imediatamente subordinados à Secção de Higiene da Criança, haverá os seguintes órgãos, cuja instalação dependerá de dotações orçamentárias próprias.

- a) o Hospital da Criança, que compreenderá duas secções: a Maternal, para a gestante desvalida, e a Infantil, para a criança doente;
- b) o Instituto de Puericultura, órgãos educativo e de aperfeiçoamento, com finalidades de educação sanitária e formação de técnicos para os serviços de higiene da Criança;
- c) o Centro de Estudos, Investigações e Profilaxia da Paralisia Infantil.

Parágrafo único — Quando creados tais órgãos, serão os mesmos regulados por ato especial.

Artigo 6.º — A Secção de Higiene da Criança terá o seguinte pessoal:

- 1 Diretor (médico);
- 2 Assistentes (médicos);
- 1 Primeiro escriturário;
- 1 Segundo escriturário;
- 1 Terceiro escriturário;
- 2 Quartos escriturários;
- 1 Porteiro;
- 2 Serventes.

Artigo 7.º — Os vencimentos do pessoal da Secção de Higiene da Criança serão os constantes da tabela anexa.

Artigo 8.º — Ficam abertos no Tesouro do Estado os créditos necessários para ocorrer às despesas com a execução do presente decreto.

Artigo 9.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 2 de setembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
Alvaro de Figueiredo Guião.
A. C. de Saães Junior.

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS	Anuais de	Anuais de
	cada um	todos
1 Diretor	24:000\$000	24:000\$000
2 Assistentes	21:600\$000	43:200\$000
1 Primeiro escriturário	12:000\$000	12:000\$000
1 Segundo escriturário	9:600\$000	9:600\$000
1 Terceiro escriturário	7:200\$000	7:200\$000

2 Quartos escriturários	6:000\$000	12:000\$000
1 Porteiro	6:300\$000	6:300\$000
2 Serventes	3:750\$000	7:500\$000

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 2 de setembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
 Alvaro de Figueiredo Guião.
 A. C. de Salles Junior.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, em 2 de setembro de 1938.

Aluizio Lopes de Oliveira,
 Diretor Geral.

DECRETO N. 9.498 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1938

Organiza o Serviço de Puericultura do Departamento de Saúde do Estado

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal, no Estado de São Paulo, usando das atribuições que a lei lhe confere e Considerando a importância que assume, para o Estado, o problema médico-social da proteção à Infância e à maternidade;

Considerando que, em todas as capitais cultas, a puericultura constitui pelos benefícios que traz ao aperfeiçoamento da raça e da nacionalidade um serviço distinto, dentro das organizações de saúde pública;

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criado, no Departamento de Saúde do Estado, o Serviço de Puericultura.

Artigo 2.º — Passam para o Serviço de Puericultura os órgãos atribuídos à Secção de Higiene da Criança, da Divisão Técnica, do Departamento de Saúde, pelo art. 5.º, do decreto 9.448, de 2 de setembro de 1938.

Artigo 3.º — São atribuições do Serviço de Puericultura:

- a) estudos e investigações que fazem parte dos exames pré-nupcial, pré-concepcional e pré-natal com finalidade eugénica;
- b) estudos e investigações sobre as causas da mortalidade e morbidade maternas em nosso meio;
- c) organização da ficha biotipológica da criança e da gestante;
- d) estudos e investigações sobre as causas da mortalidade infantil, principalmente sob o ponto-de-vista das perturbações nutritivas;
- e) estudos e investigações dos regimes alimentares que melhor se adaptem à alimentação da gestante, da nutriz e da lactante, em nosso meio, orientando, nesse sentido, os locatários oficiais e das instituições particulares de puericultura.

Artigo 4.º — O Serviço de Puericultura será dotado de um Lactário Modelo que servirá para os seus serviços e para cozinha de demonstração de conhecimentos práticos na arte da alimentação artificial do lactente.

Parágrafo único — Para preparo e fornecimento dos regimes alimentares, poderá ser aceita uma contribuição módica que reverterá diretamente para a cozinha de demonstração em benefício dos indigentes matriculados no Serviço.

Artigo 5.º — O Serviço de Puericultura promoverá anualmente, um con-

curso de eugenia, podendo entrar em acôrdo, nesse sentido, com as instituições científicas e manterá, para o público, cursos gratuitos de puericultura e eugenia.

Artigo 6.º — Enquanto não forem decretadas as dotações orçamentárias a que se refere o artigo 5.º, do decreto 9.446, de 2 de setembro de 1938, o Dispensário do Bom Retiro, do extinto Serviço Sanitário, e prédio do Estado, passará, com as suas clínicas e instalações, a ser séde provisória do Instituto de Puericultura.

Artigo 7.º — No primeiro provimento dos cargos creados pelo presente decreto, serão aproveitados os funcionários efetivos, contratados ou comissionados, com exercício na extinta Inspeção de Higiene e Assistência à Infância, do Serviço Sanitário.

Parágrafo único — Os lugares de médicos consultantes serão de contrato, por proposta do Diretor do Serviço.

Artigo 8.º — O Serviço de Puericultura terá o seguinte pessoal:

- 1 Diretor (médico).
- 4 Assistentes (médicos).
- 1 primeiro escriturário.
- 1 segundo escriturário.
- 2 terceiros escriturários.
- 3 quartos escriturários.
- 2 educadoras chefes.
- 1 dentista.
- 12 enfermeiras.
- 2 técnicas de laboratório.
- 1 auxiliar técnica de segunda classe.
- 1 auxiliar técnica de radiologia.
- 1 porteiro zelador.
- 1 contínuo.
- 4 serventes técnicos.
- 4 serventes.

Artigo 9.º — Ao Diretor do Serviço de Puericultura compete:

- a) superintender os serviços e dar orientação técnica aos estudos e pesquisas relativas à Puericultura;
- b) corresponder-se diretamente com o Diretor Geral do Departamento de Saúde, requisitando os meios e medidas de que carecerem os serviços e propondo os necessários para a boa marcha e execução dos mesmos;
- c) corresponder-se diretamente com os diretores de serviço ou de secções em matéria de sua competência;
- d) apresentar anualmente ao Diretor Geral do Departamento de Saúde, relatório minucioso dos trabalhos executados;
- e) designar, nos seus impedimentos temporários, um dos assistentes para responder pelo expediente.

Artigo 10 — As obrigações dos médicos e demais funcionários constarão do regimento interno.

Artigo 11 — Além do pessoal do quadro, disporá o Serviço de Puericultura de pessoal mensalista, segundo as necessidades do serviço, dentro das dotações orçamentárias.

Artigo 12 — Os vencimentos do pessoal do Serviço de Puericultura serão os constantes da tabela anexa.

Artigo 13 — Fica autorizada a transferência das verbas que se fizerem necessárias, da extinta Inspeção de Higiene e Assistência à Infância, e abertos os créditos indispensáveis à execução do presente decreto.

Artigo 14 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de setembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,
Alvaro Figueiredo Guião
A. C. de Salles Junior.

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS	Anuais de	Anuais de
	cada um	todos
1 diretor (médico)	24:000\$000	24:000\$000
4 assistentes (médicos)	21:600\$000	86:400\$000
1 primeiro escriturário	12:000\$000	12:000\$000
1 segundo escriturário	9:600\$000	9:600\$000
2 terceiros escriturários	7:200\$000	14:400\$000
3 quartos escriturários	6:000\$000	18:000\$000
2 educadoras chefes	10:800\$000	21:600\$000
1 dentista	8:400\$000	8:400\$000
2 técnicos de laboratório	9:000\$000	18:000\$000
1 auxiliar técnico de segunda classe	7:200\$000	7:200\$000
1 auxiliar técnico de radiologia	7:200\$000	7:200\$000
1 porteiro zelador	7:200\$000	7:200\$000
1 contínuo	4:800\$000	4:800\$000
4 serventes técnicos	4:200\$000	16:800\$000
4 serventes	3:750\$000	15:000\$000
12 enfermeiras	6:000\$000	72:000\$000
2 médicos contratados	9:600\$000	19:200\$000
Verba para pagamento de pessoal mensalista		12:600\$000

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de setembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,
Alvaro Figueiredo Guião
A. C. de Salles Junior.

Publicado na Secretaria da Educação e Saúde Pública, em 14 de setembro de 1938.

Aluizio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

DECRETO N. 9.501 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1938

Crea uma Escola Normal em Mocóca

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criada uma Escola Normal na cidade de Mocóca.

Parágrafo único — Essa Escola terá os cursos de formação profissional, fundamental e primário, nos termos das leis vigentes.

Artigo 2.º — O Governo do Estado fica autorizado a receber, em doação, da Sociedade Mocoquense Auxiliadora da Instrução um prédio e respectivo terreno, livres de ônus, além das instalações indispensáveis, mobiliário e material didático e de laboratórios, de acordo com as exigências do decreto federal n. 21.241, de 4 de abril de 1932.

Parágrafo 1.º — Essa doação fica sujeita ao preenchimento, pela Sociedade Mocoquense Auxiliadora da Instrução, das condições exigidas pelo Departamento Nacional de Educação para a concessão de inspeção permanente aos cursos fundamentais e pelo Departamento de Educação do Estado, na parte relativa aos cursos estaduais.

Parágrafo 2.º — O prédio a ser doado deverá ser construído pela doadora, de acordo com as plantas aprovadas pelo Secretário da Educação e Saúde Pública devendo as obras ser fiscalizadas pelo Governo, por intermédio da Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Artigo 3.º — A Escola Normal só funcionará depois de efetivadas as condições estabelecidas neste Decreto.

Artigo 4.º — As nomeações do pessoal docente e administrativo serão feitas internamente ou em comissão, até que ao curso fundamental seja concedida inspeção federal permanente.

Parágrafo único — O provimento efetivo dos cargos docentes e administrativos, satisfeita a condição deste artigo, será feito de acordo com as normas legais.

Artigo 5.º — O quadro e os vencimentos do pessoal da Escola Normal serão idênticos aos das escolas normais do interior, já existentes.

Artigo 6.º — Os alunos matriculados no Ginásio Municipal e na Escola Livre de Mocóca terão preferência, por ocasião da instalação, para a matrícula na Escola Normal criada por este Decreto.

Artigo 7.º — O Governo do Estado, oportunamente, abrirá os créditos necessários para as despesas com o funcionamento da Escola Normal.

Artigo 8.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado, um crédito especial de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$), a título de auxílio à Sociedade Mocoquense Auxiliadora da Instrução, para que esta Sociedade termine a construção do edifício destinado à Escola Normal ora criada.

Artigo 9.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de setembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,

Alvaro Figueiredo Guimarães

Aluizio Lopes de Oliveira,

Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 15 de setembro de 1938.

Aluizio Lopes de Oliveira,

Diretor Geral.

DECRETO N. 9.605 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1938

Reorganiza o Departamento de Educação Física

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

considerando que a Constituição de 1.º de Novembro de 1937 estabelece a abrangibilidade da educação física em todos os estabelecimentos de ensino;

considerando que o Estado de São Paulo necessita aparelhar-se convenientemente para cumprir rigorosamente o referido dispositivo constitucional;

considerando que cabe ao Departamento de Educação Física dirigir, orientar e fiscalizar a educação física em todo o Estado de São Paulo;

considerando que o referido Departamento não dispõe dos recursos de pessoal e de material e serviços necessários para que possa realizar integralmente a sua ação tanto na Capital como no interior do Estado;

considerando que, há, assim, necessidade imediata de facultar ao Departamento os meios indispensáveis para que com ele o Estado possa cumprir todas as suas finalidades no campo da educação física.

Decreta:

Artigo 1.º — O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, imediatamente subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, será dirigido por um Diretor Geral, médico de reconhecida competência no assunto, nomeado pelo Governo.

Artigo 2.º — O Departamento de Educação Física compõe-se dos seguintes órgãos:

- 1 — Diretoria Geral.
- 2 — Diretoria Técnica.
- 3 — Diretoria Administrativa.
- 4 — Escola Superior de Educação Física.

Parágrafo 1.º — O cargo de Diretor Técnico será sempre ocupado por médico especializado em educação física.

Parágrafo 2.º — A Escola Superior de Educação Física será dirigida diretamente pelo Diretor Geral.

Artigo 3.º — Caberá ao Departamento de Educação Física a direção, orientação e fiscalização de todas as atividades referentes à educação física no Estado de São Paulo.

Parágrafo 1.º — As repartições, serviços avulsos ou secções já existentes na administração estadual ou municipal cujas atividades compreendam a educação física sob qualquer dos seus aspectos articular-se-ão com o Departamento de Educação Física, para perfeita coordenação de trabalho, orientação e pesquisas.

Parágrafo 2.º — A ação do Departamento de Educação Física nas Escolas e instituições ligadas ao Departamento de Educação se processará através do Inspetor Geral de Educação Física do Departamento de Educação.

Artigo 4.º — A ação do Departamento de Educação Física no interior do Estado se processará por meio das Inspetorias Regionais de Educação Física, localizadas de acordo com a necessidade de serviço, por proposta do Diretor Geral do Departamento de Educação Física e designação do Secretário da Educação e Saúde Pública.

Artigo 5.º — O quadro do pessoal do Departamento de Educação Física passa a ser o seguinte:

- 1 Diretor geral
- 1 diretor técnico
- 1 diretor administrativo
- 1 assistente técnico
- 1 secretário geral
- 1 primeiro escrivão
- 2 segundos escrivãos
- 4 terceiros escrivãos
- 8 quartos escrivãos

- 1 inspetor chefe
- 10 inspetores gerais
- 5 inspetores regionais
- 4 assistentes médicos
- 1 dentista
- 4 auxiliares técnicos
- 1 desenhista projetista
- 1 desenhista auxiliar
- 1 fotógrafo cinematografista
- 1 bibliotecário arquivista
- 1 professor de esgrima
- 1 professor de dansas
- 1 professor de música
- 2 bedéis
- 2 contínuos
- 5 serventes
- 1 porteiro
- 1 motorista.

Artigo 6.º — As nomeações para os cargos novos criados, serão feitas livremente pelo Governo mediante proposta do Diretor Geral do Departamento de Educação Física.

Artigo 7.º — Dentro de trinta dias a contar da data da publicação deste decreto, o Governo, expedirá os necessários decretos regulamentando as atividades dos diferentes órgãos a que se refere o artigo 2.º.

Parágrafo único — Enquanto não forem expedidos tais decretos, continuará o Departamento de Educação Física a orientar-se pelo decreto n. 6.583, de 1 de agosto de 1934.

Artigo 8.º — As vagas que vierem a verificar-se no quadro de funcionários do Departamento de Educação Física, serão preenchidas conforme as normas a serem fixadas no decreto de que trata o artigo anterior.

Artigo 9.º — Os vencimentos anuais dos funcionários de que trata o artigo 5.º, serão os da tabela anexa.

Artigo 10 — Ficam abertos na Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado, os créditos necessários à execução deste decreto.

Artigo 11 — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de outubro de 1938

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
Alvaro de Figueiredo Guião.
A. C. de Salles Junior.

Publicado na Secretaria da Educação e Saúde Pública, aos 12 de outubro de 1938.

Aluisio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

TABELA DE VENCIMENTOS ANUAIS

CARGOS	Vencimentos
Diretor Geral	42:000\$000
Diretor Técnico	24:000\$000
Diretor Administrativo	24:000\$000
Assistente Técnico	24:000\$000
Secretário geral	21:600\$000
Primeiro escrivão	12:000\$000
Segundo escrivão	9:600\$000
Terceiro escrivão	7:200\$000
Quarto escrivão	6:000\$000
Inspetor Chefe	18:000\$000
Inspetor Geral	14:400\$000
Inspetor Regional	12:000\$000
Assistente Médico	19:200\$000
Dentista	12:000\$000
Auxiliar técnico	14:400\$000
Desenhista projetista	12:000\$000
Desenhista auxiliar	9:600\$000
Fotógrafo cinematografista	9:600\$000
Bibliotecário arquivista	12:000\$000
Professor de esgrima	9:600\$000
Professor de dansas	9:600\$000
Professor de Música	9:600\$000
Bedél	4:800\$000
Contínuo	4:800\$000
Servente	3:600\$000
Porteiro	5:400\$000
Motorista	6:000\$000

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de outubro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
Alvaro de Figueiredo Guião,
A. C. de Salles Junior.

Publicado na Secretaria da Educação e Saúde Pública, aos 12 de outubro de 1938.

Aluisio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

DECRETO N. 9.732 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Modifica, em parte, a forma de provimento do cargo de diretor de grupo escolar de 4.ª categoria, na Capital

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

Considerando que os diretores de grupos escolares de 4.ª categoria da Capital, são tirados dentre os adjuntos e professores deste município e dentre os diretores de grupos escolares de 4.ª categoria do interior;

Considerando que o número de adjuntos de grupo escolar e de professores de escolas isoladas da Capital em condições de nomeação para o cargo de diretor de grupo escolar de 4.ª categoria é, mais ou menos, o mesmo que o de diretores de grupos escolares dessa categoria do interior;

Considerando que o artigo 45 do decreto n. 6.947, de 6 de fevereiro de 1935, determina que "de cada três vagas de diretores de grupos de 4.ª categoria que se derem na Capital, duas serão preenchidas por diretores de grupos do interior e uma por adjunto ou professor de escola da Capital", critério esse que não observa a proporcionalidade necessária.

Decreta:

Artigo 1.º — As vagas de diretores de grupos escolares de 4.ª categoria, na Capital, serão preenchidas alternadamente pela remoção de diretores de grupos de igual categoria do interior e pela nomeação de adjuntos de grupos escolares ou de professores de escolas isoladas da Capital, regularmente inscritos, nos termos do artigo 35, do decreto n. 6.947, de 6 de fevereiro de 1935.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 17 de novembro de 1938.

ADHEMAR DE BARROS
Alvaro Guião

Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, São Paulo, aos 17 de novembro de 1938.

Aluizio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral

DECRETO N. 9.785 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1938

Atribue ao Departamento de Educação Física a direção e orientação do escotismo, em todas as suas modalidades

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que a lei que lhe confere; e

considerando que se torna necessária a centralização da direção e orientação do escotismo no Estado de São Paulo;

considerando que o problema do escotismo está direta e intimamente ligado à educação física,

considerando que cabe ao Departamento de Educação Física, de acordo com o decreto n. 9.605, de 12 de outubro do corrente ano, a direção geral de todas as questões de educação física;

considerando que o Departamento de Educação Física se encontra perfeitamente aparelhado para dirigir e orientar o escotismo,

Decreta:

Artigo 1.º — Cabe ao Departamento de Educação Física a direção e orientação do escotismo, em todas as suas modalidades, no Estado de São Paulo.

Artigo 2.º — Dentro de trinta dias, o Departamento de Educação Física submeterá ao Secretário da Educação e Saúde Pública o regulamento geral do escotismo no Estado de São Paulo.

Artigo 3.º — Ficam transferidas para o Departamento de Educação Física as atribuições referentes ao escotismo e, atualmente, a cargo do Departamento de Educação, bem como as respectivas dotações orçamentárias.

Artigo 4.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,
Alvaro de Figueiredo Guião.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, em 3 de dezembro de 1938,

Aluizio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

DECRETO N. 9.786 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1938

Crea e modifica cargos nos quadros da Superintendência do Ensino Profissional e determina outras providências

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de regularizar a situação de alguns funcionários que ficaram privados de exercer as suas atividades técnicas, por não poderem acumular funções, em face da proibição da Constituição Federal, e de acautelar serviços a eles atribuídos;

Considerando a necessidade de aparelhar melhor o quadro técnico da Superintendência do Ensino Profissional, com o aproveitamento de alguns funcionários especializados, definindo-se-lhes as atribuições técnicas;

Considerando que as modificações constantes deste decreto podem ser feitas com os saldos de verbas da Repartição,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam criados na Superintendência do Ensino Profissional os seguintes cargos:

Um Inspetor técnico da Corporação Escolar de Bandeirantes.

Um Inspetor de educação física.

Um Dietista e orientador de ensino artístico.

Um Chefe do serviço de desenho técnico.

Um Chefe do serviço de rádio.

Um Encarregado do serviço de publicidade.

Parágrafo único — Serão aproveitados nesses cargos, por proposta do Superintendente do Ensino Profissional, os atuais funcionários que já vêm exercendo essas funções ou semelhantes, sendo as vagas futuras preenchidas de acordo com as normas estabelecidas por regulamento especial.

Artigo 2.º — Ficam suprimidos os cargos de assistentes técnicos auxiliares da Superintendência do Ensino Profissional, de inspetor técnico e de instrutor geral de educação física da Corporação Escolar de Bandeirantes,

sendo os respectivos titulares aproveitados nos cargos equivalentes criados por este decreto.

Artigo 3.º — Ficam fixados em dezoito contos de réis (18:000\$) anuais os vencimentos do inspetor de ensino profissional, de carreira, e equiparados os vencimentos do diretor do Instituto Profissional Feminino da Capital aos do diretor do Instituto Profissional Masculino da Capital.

Artigo 4.º — As despesas decorrentes deste decreto correrão, este ano, por conta das sobras das verbas n. 112, consignação n. 1, subconsignação n. 1, letras "b", "c", "d", "e" e "g"; subconsignação n. 2, letra "a", e verba n. 114, consignação n. 2, subconsignação n. 1, letras "a", "b" e "g".

Artigo 5.º — Os vencimentos do pessoal a que se refere este decreto, são os da tabela anexa.

Artigo 6.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,
Alvaro de Figueiredo Guião.

TABELA DE VENCIMENTOS ANUAIS

CARGOS	Vencimentos
Inspetor técnico da Corporação Escolar de Bandeirantes.....	16:200\$000
Inspetor de educação física	14:400\$000
Dietista e orientador do serviço de química alimentar.....	12:000\$000
Orientador do serviço de ensino artístico	12:000\$000
Chefe do serviço de desenho técnico	12:000\$000
Chefe do serviço de rádio	12:000\$000
Encarregado do serviço de publicidade	12:000\$000

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1938.

ADHEMAR DE BARROS
Alvaro de Figueiredo Guião.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, em 3 de dezembro de 1938.

Aluizio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

DECRETO N. 9.872 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1938**Organiza o Serviço de Saúde Escolar, do Departamento de Educação**

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º — À Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, do Departamento de Educação, criada pelo decreto 9.255, de 22 de junho de 1938, compete:

- a) inspecionar os alunos das escolas públicas e dos internatos e asilos mantidos, subvencionados, ou fiscalizados pelo Estado;
- b) remeter aos responsáveis o resultado desses exames e orientá-los no tratamento que devem dispensar aos seus filhos ou tutelados;
- c) prestar assistência médica sanitária e médico-pedagógica aos escolares cujos pais ou responsáveis não estejam em condições de provê-la;
- d) proceder a exames médicos em alunos, nos casos determinados por lei ou a pedido de autoridades escolares;
- e) imunizar os alunos das escolas públicas e particulares contra moléstias infecto-contagiosas;
- f) encaminhar à Inspetoria Geral do Serviço Dentário Escolar os alunos cujo exame médico revele a necessidade de assistência dentária e cujos pais ou responsáveis não possam provê-la;
- g) dar parecer, quando solicitada por autoridade competente, sobre material escolar e didático que possam direta ou indiretamente influir na saúde da criança;
- h) velar pela higiene das instalações escolares de acôrdo com a legislação sanitária;
- i) proceder ao fichamento médico-sanitário de todos os funcionários subordinados ao Departamento de Educação e do pessoal dos estabelecimentos particulares do ensino por êle fiscalizados;
- j) propôr o afastamento de funcionários subordinados ao Departamento de Educação, de professores e alunos de estabelecimentos públicos ou particulares, afetados de moléstias repugnantes, e determinar o imediato afastamento dos portadores ou comunicantes de moléstias infecto-contagiosas, notificando êstes casos ao Departamento de Saúde e à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública;
- k) proceder a exame médico em professores de estabelecimentos públicos de ensino e em funcionários subordinados ao Departamento de Educação, para efeito de afastamento, licença, disponibilidade ou aposentadoria;
- l) proceder, por determinação da Secretaria de Estado ou do diretor geral do Departamento de Educação, fornecendo-lhe o respectivo laudo, a inspeção médica de funcionários sobre os quais recaiam suspeitas de serem afetados de moléstias que os incompatibilizem com o exercício de suas funções, ou de se entregarem ao uso do álcool ou de entorpecentes;

m) fichar e seleccionar alunos das escolas normais e dos ginásios para os cursos comuns de educação física e para os de ginástica médico-corretiva.

Artigo 2.º — A Diretoria do Serviço de Saúde Escolar manterá um Dispensário Central provido dos necessários laboratórios para exames especializados dos alunos encaminhados por seus médicos e educadoras sanitárias.

Artigo 3.º — Nas Escolas Normais oficiais e nas Profissionais poderá o Governo, por proposta das Superintendências do Ensino Secundário, ou Profissional, autorizar o funcionamento de dispensários de puericultura, com fins educativos.

Parágrafo único — Os atuais dispensários de puericultura e os que venham a funcionar nos estabelecimentos aludidos neste artigo, serão administrados pelos respectivos diretores cabendo à Diretoria do Serviço de Saúde Escolar orientar-lhes a parte médica, de acôrdo com o Serviço de Puericultura, do Departamento de Saúde.

Artigo 4.º — As escolas normais livres poderão manter, sem ônus para o Estado, dispensários de puericultura, organizados nos moldes estabelecidos para as suas congêneres oficiais.

Artigo 5.º — Para execução dos serviços que lhe competem terá o Serviço de Saúde Escolar, além do Diretor, cargo já provido na forma estatuida pelo Decreto n. 9.255, de 22 de junho de 1938, o seguinte quadro de pessoal:

- 2 Médicos assistentes;
- 1 Secretário;
- 24 Médicos especializados, sendo 2 fisiólogos, 5 oculistas, 3 oto-rinolaringologistas; 6 clínicos; 5 pediátras; 1 ortopedista; 1 dermatologista e 1 cirurgião;
- 20 Médicos escolares;
- 1 Educadora-escolar-chefe;
- 2 Educadoras escolares-auxiliares;
- 35 Educadoras escolares sanitárias, sendo:
 - 5 de 1.ª classe;
 - 8 de 2.ª classe;
 - 7 de 3.ª classe; e
 - 15 de 4.ª classe;
- 1 Enfermeiro-escolar-chefe;
- 12 Enfermeiros-escolares;
- 6 Enfermeiros-visitadores;
- 1 1.º escriturário;
- 2 2.ºs escriturários;
- 4 3.ºs escriturários;
- 6 4.ºs escriturários;
- 6 Escreventes;
- 1 Desenhista;
- 1 Técnico-fotógrafo em Raio X;
- 1 Porteiro-zelador;
- 6 Serventes; e
- 2 Contínuos.

Artigo 6.º — Compete à Diretoria do Serviço de Saúde Escolar o estudo e a realização das provas clínicas e de constituição psico-físicas, para a seleção profissional dos alunos das escolas normais e dos estabelecimentos de ensino profissional mantidos, ou subvencionados pelo Estado

Artigo 7.º — Fica criada, no Serviço de Saúde Escolar, a Secção de Higiene Mental Escolar, com as seguintes atribuições:

- a) prevenir, nos indivíduos predispostos, às futuras psicopatas, pela correção oportuna dos vícios de temperamento e dos distúrbios nervosos da criança escolar;
- b) organizar assistência médico-pedagógica aos deficientes mentais, de modo a assegurar-lhes uma aprendizagem proveitosa e conseqüente elevação de seu rendimento social;
- c) orientar as autoridades e técnicos do ensino médico e demais pessoas interessadas, quanto às necessidades que possam contribuir para a saúde mental presente e futura do escolar;
- d) realizar pesquisas sobre os fatores psicopatogênicos que atuam no período infantil do desenvolvimento individual e sobre os meios mais adequados de combatê-los;
- e) proporcionar ensino teórico e prático da higiene mental da criança, para habilitação e aperfeiçoamento de técnicos especializados.

Artigo 8.º — É o seguinte o quadro de pessoal da Secção de Higiene Mental Escolar:

- 1 Chefe (médico);
- 2 Médicos psico-analistas;
- 1 Médico internista;
- 2 Psicologistas;
- 5 Visitadoras;
- 1 Steno-datilógrafo;
- 1 4.º escriturário; e
- 2 Serventes.

Artigo 9.º — Poderão ser comissionados na Secção de Higiene Mental Escolar, sem prejuízo dos vencimentos do cargo efetivo, os professores e demais técnicos do ensino que forem necessários às escolas ou classes para crianças anormais.

Disposições Gerais

Artigo 10 — As atribuições do pessoal do Serviço de Saúde Escolar constarão de regulamento a ser expedido.

Artigo 11 — Os médicos do Serviço de Saúde Escolar são obrigados a um mínimo de quatro horas de trabalho diário.

Artigo 12 — Para preenchimento dos cargos ora criados serão aproveitados, como efetivos, todos os funcionários da extinta Inspetoria de Higiene Escolar e Educação Sanitária, qualquer que seja o caráter em que estejam prestando os seus serviços.

Parágrafo único — Os lugares de educadoras sanitárias serão providos, em comissão, ou interinamente, por professoras que tenham o curso de educadora sanitária.

Artigo 13 — O Diretor do Serviço de Saúde Escolar será substituído, em seus impedimentos, pelo médico assistente designado pelo Secretário da Educação e Saúde Pública.

Artigo 14 — O Serviço de Saúde Escolar colaborará, na parte médica, com as Superintendências do Ensino Primário, Secundário e Profissional na organização e desenvolvimento das Colônias de Férias Escolares.

Artigo 15 — A Diretoria da Saúde Escolar poderá solicitar a cooperação dos Centros de Saúde, dos médicos municipais e particulares para inspeção e assistência médica das escolas do interior, onde não houver sido organizado o serviço.

Parágrafo único — Essa inspeção, sem ônus para o Estado, será exercida de acôrdo com as instruções da Diretoria da Saúde Escolar.

Artigo 16 — As pessoas nomeadas em caráter efetivo para cargos do Departamento de Educação ou de qualquer de suas dependências ficam obrigadas, quando se trate de ingresso no funcionalismo público, a apresentar, no ato da posse ou da inscrição em concurso, prova de boa saúde e ausência de defeito físico que as incompatibilise com o exercício do cargo.

Parágrafo único — A inspeção de saúde de que trata este artigo, realizada na Capital, na Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, e no interior, nos serviços médicos dependentes do Departamento de Saúde do Estado, fica sujeito ao pagamento da taxa de vinte mil réis, que será cobrada em estampilhas estaduais.

Artigo 17 — É obrigatória a inspeção médica dos candidatos ao ingresso e à reversão ao magistério público, dos candidatos à inscrição nos exames vestibulares para matrícula nos cursos de formação profissional do professor, bem como a de professores de estabelecimentos particulares, como condição para seu registro no Departamento de Educação.

Parágrafo único — Esta inspeção está sujeita ao pagamento da importância de vinte mil réis, cobrada em estampilhas, e será realizada na Capital, na Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, e no Interior, nos serviços médicos dependentes do Departamento de Saúde do Estado.

Artigo 18 — Os vencimentos do pessoal do Serviço de Saúde Escolar são os constantes da tabela anexa.

Parágrafo único — Os funcionários da Inspeção de Higiene Escolar e Educação Sanitária, aproveitados no Serviço de Saúde Escolar, conservarão os vencimentos dos cargos que exercem, se forem superiores aos da tabela anexa.

Artigo 19 — Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pelo Secretário da Educação e Saúde Pública.

Artigo 20 — Este decreto entra em vigor a 1.º de janeiro de 1939, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de dezembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,
A. C. de Salles Junior.
Alvaro de Figueiredo Guião,

TABELA DE VENCIMENTOS ANUAIS

CARGOS	Vencimentos
Diretor	30:000\$000
Médico assistente	24:000\$000
Médico especializado	19:200\$000
Médico escolar	12:000\$000
Educadora-chefe-escolar	18:000\$000
Educadora-escolar-auxiliar	9:600\$000
Educadora-escolar-sanitária:	
de 1.ª classe	7:300\$000
de 2.ª classe	7:200\$000
de 3.ª classe	6:600\$000
de 4.ª classe	6:000\$000

Enfermeiro escolar chefe	7:200\$000
Enfermeiro escolar	4:800\$000
Enfermeiro visitador	4:800\$000
Secretário	14:400\$000
1.º escriturário	12:000\$000
2.º escriturário	9:600\$000
3.º escriturário	7:200\$000
4.º escriturário	6:000\$000
Escrevente	4:800\$000
Desenhista	9:600\$000
Técnico Fotógrafo de Rolo X	6:000\$000
Porteiro Zelador	7:200\$000
Servente	3:700\$000
Contínuo	4:800\$000

Secção de Higiene Mental Escolar:

Chefe (médico)	19:200\$000
Médico psíco-analista	19:200\$000
Médico internista	19:200\$000
Psicologista	9:000\$000
Visitadora	7:800\$000
Steno-datilógrafo	7:200\$000
4.º escriturário	6:000\$000
Servente	3:750\$000

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de dezembro de 1938.

ADHEMAR FERREIRA DE BARROS,
Alvaro de Figueiredo Guão,
A. C. de Salles Junior.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, aos 28 de dezembro de 1938.

Aluizio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

DECRETO N. 9.873 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1938

Crea no Departamento de Educação a Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar e dá outras providências

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criado no Departamento de Educação a Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar, diretamente subordinado ao Diretor Geral.

Artigo 2.º — É extinta a Inspeção de Higiene e Assistência Dentária da Diretoria de Saúde Escolar.

Artigo 3.º — A Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar prestará assistência dentária gratuita nas clínicas dentárias instaladas em sua sede e nos gabinetes dentários dos estabelecimentos de ensino.

Artigo 4.º — Nas clínicas dentárias instaladas em estabelecimentos de ensino primário, secundário e profissional, serão atendidos exclusivamente os alunos dos respectivos cursos.

Artigo 5.º — Na sede da Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar funcionarão os serviços especializados de cirurgia, radiografia, diatermocoagulação, ozonoterapia e outros que se fizerem necessários.

Parágrafo único — Serão atendidos nas clínicas instaladas na sede da Inspeção Geral os alunos de estabelecimentos de ensino ainda não providos de aparelhamento odontológico.

Artigo 6.º — Nenhum gabinete dentário poderá ser instalado ou funcionar em estabelecimento de ensino público, sem prévia autorização da Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar.

Parágrafo único — Os gabinetes dentários instalados na conformidade deste artigo ficam sujeitos à fiscalização da Inspeção Geral.

Artigo 7.º — O quadro do pessoal da Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar é o seguinte:

- 1 Inspetor Geral — Cirurgião dentista.
- 1 Inspetor auxiliar — Cirurgião dentista.
- 35 Cirurgiões dentistas.
- 1 Terceiro escriturário.
- 1 Quarto escriturário.
- 1 Almoxarife-datilógrafo.
- 1 Mecânico eletricitista.
- 2 Serventes.

Artigo 8.º — Nos cargos criados por este decreto serão aproveitados funcionários efetivos e mensalistas da extinta Inspeção de Higiene e Assistência Dentária.

Artigo 9.º — Os vencimentos do pessoal da Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar são os constantes da tabela anexa.

Artigo 10 — Dentro de sessenta dias da vigência deste decreto será expedido regulamento determinando as atribuições do pessoal da Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar.

Artigo 11 — Este decreto entra em vigor a 1.º de janeiro de 1939, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de dezembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,
Alvaro de Figueiredo Guião,
A. C. de Salles Junior.

TABELA DE VENCIMENTOS ANUAIS

CARGOS	Vencimentos
Inspetor Geral	19:200\$000
Inspetor auxiliar	9:600\$000
Cirurgião dentista	6:000\$000
Terceiro escrivão	7:200\$000
Quarto escrivão	5:000\$000
Almoxarife-dactilógrafo	5:400\$000
Mecânico eletricitista	5:400\$000
Servente	3:750\$000

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de dezembro de 1938.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS,
Alvaro de Figueiredo Guião,
A. C. de Salles Junior.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, aos 28 de dezembro de 1938.

Aluizio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

DECRETO N. 10.134, DE 18 DE ABRIL DE 1939

Suprime cargos no Departamento de Educação e dá outras providências

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que a lei lhe confere, e,

Considerando que as últimas reformas escolares visaram quasi exclusivamente a parte administrativa e não deram solução aos problemas técnicos do ensino;

considerando que pelo Decreto 9.255 de 22 de junho de 1938, foram creados órgãos e cargos na administração do ensino, sem que os respectivos serviços tivessem podido ser organizados;

considerando que a organização desses serviços no presente momento acarretaria encargos demasiados para o Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam suprimidos, no Departamento de Educação, os cargos de:

- a) Tesoureiro;
- b) Superintendente do ensino primário;
- c) Superintendente do ensino secundário;
- d) Diretor do Serviço de Justiça;
- e) Diretor do Serviço de Orientação Pedagógica;
- f) Chefe do Serviço do Pessoal;
- g) Chefe do Serviço do Almoxarifado;
- h) Inspetor Geral de Música.

Parágrafo único — Fica igualmente suprimido um lugar de Assistente do Diretor Geral do Departamento de Educação.

Artigo 2.º — Ficam restabelecidas no Departamento de Educação, como órgãos consultivos do Diretor Geral, três chefias de Serviço a saber: uma

de ensino primário; uma de ensino secundário e normal, e uma de música e canto coral.

Parágrafo único — A distribuição dos chefes de serviço será feita livremente pelo Diretor Geral do Departamento.

Artigo 3.º — A Superintendência do Ensino Profissional, com a organização que possui atualmente, fica diretamente subordinada à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.

Artigo 4.º — O Laboratório de Psicologia do extinto Instituto de Educação, com o respectivo pessoal e verbas, fica anexado à cadeira de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Artigo 5.º — Os assistentes e inspetores da extinta Diretoria de Justiça ficam subordinados diretamente ao Diretor Geral, exercendo as funções para que forem designados.

Artigo 6.º — Os funcionários do Departamento de Educação, cujos cargos são suprimidos por este Decreto, voltam aos cargos que exerciam anteriormente ao Decreto 9.255, de 22 de junho de 1938, com os vencimentos que então percebiam, salvo o direito a aposentadoria.

Parágrafo único — Se qualquer desses cargos estiver preenchido em caráter efetivo, os funcionários a que alude este artigo ficarão adidos à repartição ou escola, com os vencimentos que percebiam anteriormente ao referido Decreto 9.255, de 22 de junho de 1938.

Artigo 7.º — Nos logares de chefes de Serviço restabelecidos pelo presente Decreto, serão aproveitados os funcionários que exerciam esses cargos anteriormente ao Decreto 9.255, de 22 de junho de 1938.

Artigo 8.º — O Secretário de Estado da Educação e Saúde Pública constituirá uma comissão de nove membros para o fim especial de revê-la e atualizar, dentro das normas gerais estabelecidas pelo Governo Federal, a legislação do ensino pré-primário, primário, normal e profissional e propor as medidas julgadas necessárias.

Parágrafo 1.º — Essa comissão examinará ainda os dispositivos legais relativos à carreira do magistério e estudará a revisão da tabela de vencimentos dos professores e funcionários do ensino.

§ 2.º — A comissão referida no presente artigo será presidida pelo Diretor Geral do Departamento de Educação e constituida de educadores de notória competência, escolhidos nos diferentes ramos do ensino.

§ 3.º — A comissão terá o prazo de cento e oitenta dias, a contar da data da sua organização, para apresentar os resultados dos seus trabalhos.

Artigo 9.º — Os vencimentos dos chefes de Serviço são os constantes da tabela anexa ao decreto 9.255, de 22 de junho de 1938.

Artigo 10.º — Continuam a correr por conta da verba n. 79, Título I — Diretoria Geral — Parágrafo 27 — Departamento de Educação — PESSOAL — consignação n. 1, sub-consignação n. 1 — Vencimentos Fixos — as despesas decorrentes das modificações estabelecidas neste Decreto.

Artigo 11.º — O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de abril de 1939.

ADHEMAR DE BARROS
Alvaro de Figueiredo Guião
A. C. de Salles Junior.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, em 18 de abril de 1939.

Aluizio Lopes de Oliveira,
Diretor Geral.

ATRAVÉS de REVISTAS

Armando Araújo

Francisco Augusto Nunes

Podemos a Armando Araújo aplicar o que foi dito do presidente Masaryk: — Tinha uma concepção da eternidade, da eternidade humana, feita de ação, de idéas e sentimentos, na continuidade terrestre e humana dos resultados permanentes.

Disse um filósofo: — A vida é elevação e não extensão. Deve ser o que são as grandezas com que a preenchemos e não seu prolongamento longo.

Armando Araújo conseguiu a faculdade, teve o dom de "praticar ações humanamente eternizáveis, no perene existir" da justiça divina.

A sua vida foi invariavelmente orientada para o bem, pois, como cantou o imortal Guerra Junqueiro:

"Tudo o que existe, é imaculado
 le santo!
Há em toda a miséria o mesmo
 lpranto
E em todo o coração um grito
 ligual.
Deus semeou dalmas o universo
 ltodo
Tudo o que vive, ri e canta e chora
Tudo foi feito com o mesmo lodo,
Purificado com a mesma aurora".

Foi um bora; possuiu um caráter de lei, no mais acentuado, no mais estrênuo significado dessa expressão.

A sua inteligência foi aplicada exclusivamente na trajetória do bem.

Fez-se no ensino: tornou-se apóstolo do ensino; morreu absorvido nas questões do ensino.

A sua existência foi aplicada em benefício do ensino, preocupando-se com um verdadeiro estoicismo de filósofo com todos os problemas intrinsecamente unidos ao cultivo da mocidade.

Dai promana a grandeza do seu valôr.

O ensino foi a sua máxima preocupação; o cultivo da infância foi o seu supremo ideal

A sua bondade em atender a todos que o procuravam, era a bondade de um genuíno filósofo cristão.

Todos quantos se acercaram de sua pessoa não podem olvidar os característicos, os traços de sua personalidade inconfundível e raríssima nesta época de frio, de gélido egoísmo.

Sempre atencioso, inalteravelmente amável, sem "pose", paciente em excesso, delicadíssimo, até mesmo para com os impru-

dentes e impertinentes, Armando Araújo a todos, sem exceção, atendia, ouvindo, aconselhando, animando e dirigindo aos consulentes palavras de estímulo e conforto.

Não era o chefe insuflado de presunção, de orgulho e de tolas e inúteis formalidades. Antes, pelo contrário, era o amigo, o bondoso e suave conselheiro e o sincero animador.

Era o símbolo da paciência, a todos atendendo com um carinho que podemos classificar de evangélico.

Enquanto funcionários de inferior categoria, perdiam, às vezes, o controle, êle, sempre calmo, imperturbável, ouvia pacientemente, revestido dessa bondade que é a força máxima da alma.

Não se fazia de rogado, quando o procuravam, e, comumente, êle mesmo se dirigia ao encontro dos que necessitavam consultá-lo.

Era interessante e invulgar a maneira simples que adotava no seu gabinete de trabalho para atender a todos quantos o procuravam. Permanecia em pé, e, como era avantajado de estatura, curvava-se, quasi sempre, para atender às pessoas de menor físi-

co. Permanecia, assim, numa posição forçada, para ser sempre o imperturbável e amável cavalheiro de todos os tempos, de todos os dias, de todas as horas.

Quantos exemplos de carinho, de bondade e de rigorosa educação êle nos legou com o seu modo de proceder raríssimo nesta época de mandonismo, e que até mesmo um simples servente faz "pose" e ostenta poder.

Foi na efetivação, na prática diuturna dos bons sentimentos que decoreu a vida de Armando Araújo.

De fato: não é pela violência que se consegue o fim, mas, ao contrário, pela delicadeza de trato; não é tão pouco, pelo orgulho que se prende o afeto; mas, pela conciliação, pelas maneiras cheias de dulçor; não é pelo férreo autoritarismo, que se domina o coração, mas, exclusivamente, pela bondade: — filha dileta de Deus.

Alma feita de amor e meiguice, caráter argamassado para as elevadas concepções do sentimentalismo, o grande vulto fez a sua biografia com os mais indeléveis capítulos: — os do coração.

(Do "Diário Popular").

Fatores do Êxito no Ensino

Vicente Peixoto

Quando se ministram ensinamentos a alguém, principalmente a crianças, na escola primária, mistér se torna atender a certos fatores que, não só aliviam o trabalho do professor, como, também, concorrem para o bom êxito do ensino.

Dentre êsses fatores têm especial realce o estudo, a escola agra-

dável, a curiosidade infantil bem conduzida, a perfeita comunhão entre a família e a escola e, finalmente, o interêsse manifestado, constantemente, por mestre e aluno a aquele em ensinar e êste em aprender.

O estudo, como todo trabalho de aplicação mental que vise a recreação ou o enriquecimento do espírito, tem a sua profunda mo-

ralidade, as suas belezas e, sob todos os aspectos por que o encaremos tem, incontestavelmente, finalidade e utilidade altamente compensadoras, quer moral, quer materialmente.

É sedição o provérbio que diz: "O saber não ocupa lugar".

Sapientíssimo conceito!

E como se adquire saber? Naturalmente, pelo estudo, pela leitura metódica de bons livros, pela aquisição e cultura de ciências, de artes ou das letras, — conhecimentos esses que só podem ser propiciados pelas boas obras.

Estudar, pois, estudar muito.

Felizmente, não encerra grande verdade este outro adágio que a parte ignara e malsã do povo, na sua falta de algo contrapór aos ensinamentos da alta sabedoria, criou para sua defesa: "Quanto mais burro, mais peixe" — querendo fazer significar que quanto mais ignorante for o indivíduo, mais dinheiro, maiores proventos tirará do seu trabalho!

Hoje, tem prestígio o primeiro, e o segundo corrija-se assim: "Quanto mais saber tanto maior êxito na vida".

A escola de hoje não é mais aquele espantoso das crianças dos tempos idos. Antigamente, todos tinham verdadeiro pavor da escola. Passa como provérbio a ameaça de castigo que naqueles bons tempos os pais faziam aos filhos quando queriam evitar travessuras dos petizes: "Não reines mais, sinão te ponho na escola". Era água fria na fervura.

Hoje, não; hoje, todos buscam a escola como uma das grandes necessidades da vila, como parte integrante do aperfeiçoamento da raça, como base da formação e do desenvolvimento do caráter e da inteligência.

O professor fazendo que o aluno se compenetre dos atributos

da escola moderna, alcançará, por certo, preciosos resultados no ensino.

A criança é, no geral, muito curiosa. As mais insignificantes coisas assumem no seu espírito grandes proporções.

Em face da natureza, sábia mestra do mundo, o grande livro aberto, constantemente, eternamente, a tódas as vistas, é que a curiosidade infantil atinge o seu paroxismo — o amor.

Ministre o professor, em classe, ensinamentos que se baseiem em observações de coisas da natureza, sob a forma de lições práticas, ou conduza a criança a embeber-se nessas belezas naturais e assim terá alcançado um grande fator que instigará, altamente, o desejo de instrução.

E êsse desejo grandemente se fortalece quando os alunos têm mais ou menos confiança nos conhecimentos adquiridos e são incitados a adquirir novos.

Nem tudo, é claro, o professor ensinará à criança, transformando-a assim, unicamente, em receptora das suas idéias e dos seus conhecimentos.

Saberá deixar que a criança também observe e descubra, intuitivamente, certas particularidades da natureza.

É sabido que a instrução mais durável é aquela que o aluno adquire por si mesmo, pelo seu próprio esforço, por iniciativa própria. Aquí o professor não passa de um simples mentor das crianças que encontram maior prazer na escola, quando guiadas, firme e razoavelmente, por uma vontade exterior, em que possam depositar confiança e amizade.

Houve tempo, e não faz muito, em que dos programas primários, em São Paulo, faziam parte as excursões escolares aos campos, aos museus, às fábricas e aos jor-

nais, com o fim altamente educativo de fazer realçar, no espírito da criança as coisas da natureza, em aplicações na indústria, na arte e na ciência.

Outro fator preponderante do êxito no ensino é a ligação da família à escola.

São, na aparência, dois extremos, mas, bem compreendidos, não passam de uma e única coisa. Apenas a liberdade da criança muda de uma para outra. Ao professor incumbe diminuir ou dissipar essa mudança, tratando a criança como em família, dentro, porém, da esfera do respeito recíproco. Não queremos dizer com isso que na família o respeito seja uma abstração; mas há, e isso é incontestável — mais liberdade entre pais e filhos, liberdade que, em absoluto, não pode haver na escola, por isso que num conjunto de alunos, vários são os caracteres, várias são as suas tendências e diversíssimos os princípios de educação que recebem em família.

O professor procurará um meio termo para tratar os alunos em classe: — não será nem cerimonioso ou ríspido ao excesso, nem um água morna.

“Produz desagradável impressão, disse o prof. Guilherme Kuhlmann, em ótimo e substancioso artigo, na antiga “Revista do Ensino” — o fato de uma professora do 1.º ano chamar a uma aluna de 6 a 7 anos, com tôdas as regras da etiqueta: “D. Benedicta, a senhora não está se portando bem.”

Estas coisinhas têm capital influência na ordem da escola.

O interesse também é um grande fator do êxito em educação: — “é o vivificador do ensino, é o princípio que corôa todos os esforços”.

Todos os atos do professor quando ministra ensinamentos a uma classe, devem ser repassados de interesse, em virtude do espírito de imitação tão manifesto na criança.

O professor deixa uma impressão curadora na sua classe; — os seus gestos, o que êle é, o seu caráter, tudo se reproduz no aluno, se bem que não tão acentuadamente, como as impressões boas ou más que possam transmitir os pais aos filhos.

Prova de que a influência e as impressões que mais se refletem e se fixam no caráter das crianças são as dos pais, é o velho provérbio que diz: “Casa de pais, escola de filhos”.

Eis porque os pais, em matéria de educação dos filhos, não devem esperar tudo só da ação dos professores, mas, sim, coadjuváveis, prestigiá-los, e favorecer-lhes a ação educadora, pois erram criminosamente e contra todos os princípios educacionais aqueles que assim não o fizerem.

Do professor é justo esperar muito, mas não tudo.

“O melhor professor, proclamou um grande mestre de pedagogia, é aquele que, depois de ter enobrecido a sua alma, abre-a e a comunica às crianças em todos os atos da vida escolar, com simplicidade, sem processos nem formas convencionais — como sopra o vento e desliza a linfa”.

Consegue-se ótima disciplina e grande êxito no ensino, encorajando os alunos com palavras de animação, conforto e patriotismo, mostrando-lhes as vantagens do estudo e procurando conhecê-lhe as tendências e os fortes impulsos da alma.

(Do “Correio Paulistano”, de 14-9-38).

A Propósito das Caixas Escolares

Máximo de Moura Santos.

É útil que o grande público vá se acostumando à idéia de que tem de colaborar, de 1939 em diante, obrigatoriamente, para as caixas escolares das escolas públicas do Estado. Aliás, é verdade incontestante que essa colaboração sempre foi dada generosamente, e os balancetes das mesmas demonstram que cerca de mil contos de réis obtidos e empregados, anualmente, pelas caixas dos grupos escolares, que têm sido excelentes colaboradores do Estado e que calçam, vestem e dão lanche a milhares de crianças.

O regulamento em vigor para as caixas escolares desde 1934 foi por mim proposto ao então diretor do Ensino prof. Mota Mercier, que o aprovou. Por ele as contribuições deveriam ser absolutamente anônimas, quando feitas por escolares, e os auxílios prestados pelas caixas só poderiam ser de ordem material. As caixas vêm assim prestando serviços que deveriam caber ao Estado, e são um excelente auxiliar dele em assistência dentária, pois grande é o número de gabinetes mantidos por elas e de profissionais gratificados pela contribuição popular.

Durante minha ausência do Departamento de Educação, comissionado a meu pedido na Diretoria de Publicidade da Secretaria da Agricultura, onde só tive oportunidade de apreciar e conviver com elementos de ética e rara cultura, — portanto, ocasião de me instruir em bem de meu próprio cargo, as caixas estiveram com orientação um tanto estranha.

Por que elogiar um diretor de grupo escolar por ter saldo avultado em sua caixa, em contrário ao meu velho lema a respeito? "Caixa escolar não é Banco,

e sua eficiência se mede apenas pela soma de benefícios reais".

Em caixas escolares sempre encontrei uma anomalia. As caixas de grupos escolares situadas em zonas ou regiões ricas ou de trabalho intenso, coletam facilmente, muito dinheiro e poucos beneficiários podem ter. Seus saldos são elevados, mesmo que seus diretores não o desejem. Vice-versa, as caixas escolares de zonas pobres, rendem pouco e o número de necessitados é enorme, às vezes quasi a totalidade dos alunos. É o que acontece, por exemplo, no litoral, exceto Santos.

Pela Constituição em vigor, o ensino público primário é gratuito e obrigatório. Mas a gratuidade, por ela, não exclui o dever de contribuir em favor dos mais necessitados, de uma contribuição módica e mensal, exigível no ato da matrícula.

Segue-se que os pais e tutores devem subscrever, no ato de matrícula, uma contribuição mensal módica, proporcional às suas rendas ou meios de vida. É evidente que os pais de escolares mais necessitados, que serão beneficiários da caixa, não subscreverão nada.

O assunto está para ser regulamentado. Tratando-se de contribuição para finalidade tão elevada, tal a de auxiliar os escolares necessitados, é obvio que ninguém se furtará a esse dever, ou melhor, que os paulistas, com prazer, aceitarão a idéia e continuarão a contribuir para as caixas escolares.

Para resolver a situação estranha e de disparidade entre as caixas de zonas ricas e de zonas pobres, penso que a solução humana e justa será crear-se um Conselho Central das Caixas Escolares, com poderes de transferência de pequena parte de saldos de umas para outras, além de iniciativas tais co-

mo a de adquirir e manter, com economia, colônia de férias permanentemente no litoral e em lugar de altitude boa, para os escolares pobres, convalescentes ou fracos, tudo rigorosamente de acordo com a Diretoria de Saúde Escolar. Nos grandes centros, em lugar de um gabinete dentário em cada grupo poder-se-á ter, com eficiência, menor dispêndio e maior cuidado de orientação, os gabinetes dentários para vários estabelecimentos.

Tais são, mais ou menos, as linhas gerais, no que concerne ao assunto de caixas escolares, do que proporei ao sr. diretor geral do Departamento de Educação, professor Alvares Cruz. Penso que com seu alto critério, não terá objeções a opor, nem as terão os senhores Secretário da Educação e Interventor Federal, dois governantes médicos que consideram com

carinho especial os problemas re levantíssimos da assistência ao povo.

Entretanto, o grande juiz de todos os atos da vida pública e o maior interessado é o povo. Pelas generosas colunas do "Diário de São Paulo", sempre abertas a tudo o que diz respeito aos interesses do público, eu resolvi, expô-lhe o que há a respeito, certo de que, compreendendo bem o que são as caixas escolares e o que representam em favor da criança necessitada, elas terão, em 1939, e na pior das hipóteses, o dobro do auxílio popular que tiveram este ano, auxílio que já não foi pequeno e que é um índice da mentalidade paulista em tudo que diz respeito à educação primária.

(Do "Diário de S. Paulo", de 20 de novembro de 1938).

Festas Cívicas Escolares

José Cardoso.

Atendendo com satisfação o pedido atencioso para que colaboremos no número de aniversário deste bem feito jornal, pensamos oferecer algo útil aos leitores, aos professores principalmente, fazendo ligeiro comentário em torno de um fato de observação corrente.

Observaram já os leitores atentamente os programas das festas cívicas de nossas escolas primárias? Analizaram-lhes o conteúdo? Se o fizeram com olhos de ver, é bem provável que tenham chegado a estas conclusões, entre outras:

Primeira — Os professores, preocupados com interessar as

crianças e demais pessoas presentes, escolhem números supostos adequados ou quasi, pensando sempre no agrado que convém proporcionar-lhes.

Segunda — Entre os números escolhidos, porque o agrado referido constitui fundamento principal dos programas não é raro impróprias, de fundo amoroso, "freudiano" quiçá, sem que os professores atentem para os inconvenientes morais de temas semelhantes.

Comentemos a primeira conclusão apenas. A segunda, com ser interessantíssima e envolver questões científicas de magna signifi-

cação, ficará para outra oportunidade.

Comecemos, tratando da primeira conclusão, portanto, por louvar a preocupação referida de interessar a assistência. Haverá algo mais "xarope" que uma festa cívica escolar constituída de números sérios, números que, sem o pretexto de utilidade, não de arte, só sirvam para maçar a assistência, fazendo-a bocejar e maldizer o próprio comparecimento? Haverá festa infantil mais "cacete" que aquela onde as crianças, desafiando um rosário de poesias cantadas, com a clássica e conhecida entoação, ou de canções desafinadas, forcem os presentes a bater palmas gentis e generosas à incapacidade artística dos ensaiadores? Louvemos, pois, as festas agradáveis, de onde as crianças saíam com o coração alegre e confortado, por terem vivido momentos felizes, dêsses que suavizam e perfumam a humana existência.

Concluir-se daí que as festas devam ser somente agradáveis, constituir apenas pretexto para um convívio amistoso dos presentes, alcançando objetivos sociais sem dúvida muito recomendáveis na maioria dos casos, mas insuficientes, é não alcançar de tão precioso recurso educativo tudo quanto pode e deve dar. Não têm visto os leitores porventura saírem as crianças de cerimônias festivas, sem saberem ao certo uma de suas finalidades principais, senão a principal? Não conhecem, festas cívicas deixadas pelas crianças, sem que estas possam dizer precisamente aos pais, lá fóra, a sua significação?

Sejamos cordatos e admitamos a existência de festas assim. Não vai nisto, muito pelo contrário, nenhum desejo de censura ao trabalho edificante e operoso de nossos colegas. Desejamos ape-

nas que atentemos para o fato e tiremos dele a lição oportuna. Que lição? indagarão os leitores. Esta, não outra:

— Se as festas cívicas escolares devem agradar; se devem constituir providência de real importância educativa, por ser de caráter eminentemente social, para que o constituam de fato, atentem bem os professores — e as crianças também, que de tal trabalho devem participar — para a elaboração cuidadosa dos programas. Nunca se esqueçam sobretudo de que o agradável deve ser sempre veículo do útil.

Interessar as crianças, agradá-las é muito, mas ainda é pouco. Torna-se necessário saber que é que de útil e proveitoso aprenderam, além do excelentemente educativo trato social possivelmente havido. Se a festa é cívica, não é permitido, é uma verdadeira monstruosidade pedagógica até, deixar de fazer figurar nos programas algo com o objetivo de saturar o cérebro e o coração infantil da significação que a ditou.

Uma preleção sobre a data, devidamente feita, uma dramatização impressionante, uma apoteose final de grande efeito, ligada ao fato comemorado, eis algumas sugestões aproveitáveis. O ideal seria até que todo o programa — sem nunca deixar de ser vivamente interessante — fosse globalizado, tendo esta globalização por centro o acontecimento patriótico que se desejasse festejar.

Sobre o assunto, muito temos para respigar. Fiquemos por aqui todavia, para, ainda amarrado à preocupação de ser útil, não fizermos bocejar os leitores.

Pirassununga, 9 de novembro de 1933.

(Do "Descalvado Jornal", de 13-10-33).

O Problema da Escola Rural

Antônio J. de Oliveira.

Chamamos a atenção dos leitores para este trabalho onde se traça com maestria a psicologia da criança, do adolescente e do adulto rurais, onde, a largos traços, se descreve o que é a escola rural (a mesma por toda parte) e onde se recomendam os remédios para resolver o problema do ensino rural.

A criança da escola rural é o pesadelo de hoje e a tragédia do futuro. Precisa-se percorrer assiduamente as aldeias espalhadas para se dar conta da geração que se vai deteriorando, se não se acode com uma urgência que roça pela angústia a resolver resolutamente e de uma vez o problema da escola rural.

Eu digo por Astúrias e é preciso reconhecer que não é essa precisamente a província espanhola onde o problema do ensino nas aldeias se apresenta mais complicado. Observando a superfície nacional, é que se verifica todo o perigo de continuar pelos mesmos caminhos.

Hoje as frases "problema do ensino" e "escola rural" vêm a ser equivalentes. Grata ilusão aquela de que os melhores mestres deviam ir para os mais remotos rincões! Ilusão que já não existe, porque, por um legítimo instinto de defesa, o mestre mais bem dotado vai para a grande cidade, onde encontra receptividade para o excesso de suas energias.

Estamos já em plena "rebelião de massas". Quando esta procede da cidade, existem vários meios de contenção e não é o menor a cultura, por precária que seja, mas afinal cultura do obreiro da indústria, que tem ateneus, centros de

recreio, biblioteca e o estímulo enobrecedor da cidade.

A terrível rebelião é a do camponês, desse homem analfabeto, sem formação social, sem outra lei que o seu instinto cego, sem consciência da responsabilidade e... provavelmente sem culpa.

Esta rebelião já começou, crescerá com o tempo e acabará por ser a mais temível ameaça nacional. As que durante meio século elevaram à categoria de dogma a conveniência social de deixar o camponês submerso na ignorância que excluía qualquer perigo, tiveram a sorte de desaparecer sem respeitar sequer o legado que deixavam em nossas mãos, legado que nós devemos receber e aceitar sem outro motivo, sinão o de ser filhos do nosso tempo.

E como a massa campesina em rebelião há de chegar íntegra, cedo ou tarde, é necessário que consideremos hoje a sua possibilidade com os olhos bem abertos e nos preparemos a dotá-la com essa cultura repressora de que está em absolute desprovida.

Observemos a criança da escola rural. Toda criança passa por duas fases absolutamente diferenciais. A primeira é aquela em que se encontra superada por tudo quanto a rodeia. A natureza age sobre ela como uma força cósmica que a intimida e a diminui.

Umás coisas a deprimem por sua grandeza: as montanhas, o mar, uma torrente que se despenha, um trem que pela noite se some na estreiteza de um túnel. Outras — por seu mistério: os livros, a saber, a luta, a morte. Outras — por sua autoridade: o mestre, o pai, a lei, a defesa da sociedade. Para qualquer lado que a criança dirija suas vistas, não faltam motivos supremos de contenção perante os quais não tenta sequer estender os braços para se libertar de suas influências.

A segunda fase é a contrária; a grandeza das montanhas, do firmamento, do mar, é meramente admirativa. Ela sabe de tudo isso o suficiente para considerá-lo aprendido, conquistado, dominado.

Não há mistérios. O saber, a dificuldade se conquista ou salva à medida que se estuda se forma o caráter no indivíduo.

Não há autoridade coercitiva. O mestre, o pai são bons amigos com os quais a subordinação se converteu em colaboração; a lei é necessária como princípio regulador da conduta; a defesa da sociedade é uma exigência da honradez.

Talvez tôdas essas idéias não apareçam com o preciso contôrno em sua mente; porém o rapaz tem a vaga presunção. Já não se considera superado, aniquilado. Essa simpática fatuidade infantil de depreciar as coisas aprendidas (ah! isso não é nada!) é a íntima vitalidade de sua superioridade ante o meio.

Pois bem, a criança rural nunca sai da primeira fase. É uma criança a quem tudo angustia e assusta. Treme ante o mestre, ante o desconhecido que visita a escola, ante o guarda civil, ante o livro que deve aprender, ante as ondas que rebentam no alcantilado, ante a locomotiva que arroja o seu vapor com estrépido, ante tudo.

Essa criança cresce com a consciência de sua servidão. Porém um dia é homem; um homem de mentalidade primária. Continua sempre tímido, mas além disso é irritável. Subsiste nele a incapacidade para a compreensão e por cúmulo, junto a ela se vão acumulando todos os rancores de sua reconhecida inferioridade e de sua inveterada impotência. Só se irrita quem se considera subjugado.

Consequência de tudo isso: o homem rural pensa que importa vencer o meio e como não pode ser pela cultura (que nada teme) será pela força, não individual (que é

temerosa) mas multitudinária. Daí nasce a massa e, conseqüentemente, a rebelião.

Nossas escolas rurais são um espanto. Compreendo que os melhores mestres se desencorajem até desfalecer de pena. Tudo conspira contra a escola rural. A inescolaridade, a destroça. Não há meio de seguir um plano racional. As quinze crianças que hoje assistem às aulas são diferentes das que comparecerão amanhã e das que encontraremos dentro de oito dias.

Cada dia é o dia de volver ao começo. A miséria das aldeias os obriga a utilizar, desde cedo, o trabalho dos seus filhos. O resultado é que a criança assiste à escola com o espírito inibido pelo desânimo e com uma falta absoluta de regularidade, que tanto valeria não assistir-lhe.

Por outro lado, o mestre não dispõe de meios para estimular a assistência e tornar agradável a permanência das crianças na escola. Nem campos de recreio, nem cinema escolar, nem um simples aparelho de projeção, nem material de jogos escolares, nem nada daquilo que atrai e cativa as crianças. Geralmente, não se lhes pode oferecer mais do que uma habilitação miserável fotófoba, repelente, onde a fixação de um sentimento generoso na mente, é um milagre.

Os pais da criança não sentem, o menor amor à cultura. Dizem o contrário, mas, em seu fundo insubordinável, têm um profundo desprezo a tudo o que não seja a rotina do mais elementar e sumário. Aprendidas mal as chamadas técnicas, a criança abandona alegremente a escola com o pleno concurso paterno.

Há na criança rural uma incapacidade quasi específica para a aprendizagem.

Merino pobre, famélico, deparado e com uma pobreza psicológica ainda maior do que a do seu envoltório físico: com uma

cerração mental paralela à falta de estímulos externos, torna-se forçoso centuplicar com ele o esforço de ensinar, que nunca chega à condigna medida, pela inescolaridade e pela insuficiência de capacidade reativa.

A instabilidade dos mestres nas aldeias contribue também para a decomposição da escola rural. Porém tudo isso é muito conhecido, para que percamos tempo em demonstrá-lo. Resultado: não nulo, que seria o menos lastimável; temível para amanhã, desastroso para o dia seguinte.

Que se há de fazer? Aperfeiçoar a escola rural. Como? Fazendo-a cada vez mais rural. Desde o momento em que pretenda emular com a da cidade, está irremessivelmente perdida.

Enquanto não nos dermos conta que a criança camponesa é completamente diferente da citadina, não estaremos em caminho de nenhum melhoramento. O mesmo acontece com o adulto. Ele tem uma mentalidade desperta para as coisas imediatas e uma falta absoluta de visão; tem um conceito sobrehumano de seus animais domésticos que na cidade não existe (deixar-se-á atropelar por um auto, de preferência a que este atropela sua vaca ou seu cavalo); tem uma idéia do dever que roça pelo rancor, converte a economia, quando pode, em fetiche, por não lhe caber na cabeça a idéia de que o dinheiro em si nada é, se se não utiliza como veículo de uma nova riqueza; a superstição forma as quatro quintas partes do seu domínio mental; só amparada na desconfiança sistemática.

Nossa obrigação será, pois, emendar seus erros, porém, sem sair jamais de sua órbita viva. Não lhe regatearemos nunca aqueles conhecimentos elementares que são o pedestal comum de toda cultura, e que se conhecem com o nome de teóricas, ou instrumentos naturais de aprender. Mas sobre

essa frase não ponhamos outra coisa que não seja o âmbito de necessidade que formam o compêndio de sua vida de aldeia.

Tudo o que disso transcenda se converterá em senhoritismo aldeão, com vezes mais repugnante que o da cidade.

Pois o ensino na aldeia há de tender a melhorar a aldeia, não a fazer dela uma criatura da cidade. Temos que procurar que o menino lavrador seja cada vez mais lavrador; o pequeno industrial seja cada vez industrial em sua pequena indústria e assim por diante.

Dizemos mais e no melhor, porque, nesse caso excepcional, a quantidade é qualidade. Nossa enérgica atividade se encaminhará para esse fim, acostumando as gertes humildes a se habilitar à idéia de que na perfeição de seus próprios meios vitais se estriba a sua força e dignidade.

Há de irromper, portanto, a cidade na aldeia. Mas cuidado! Respeitando sempre sua fisionomia autóctone para dela partir à conquista de suas preocupações.

Missões pedagógicas... Muito bem. Os homens da cidade têm na aldeia um reconhecido prestígio. São os que sabem muito, os que ajustam a grandeza das cousas aos seus limites precisos, os que dissipam os mistérios, os que levam auras de bondade e alienam todo o temor, os que induzem a superar o meio.

Eles inspiram confiança, alentam o mestre, animam as crianças e ilustram os pais em suas peculiares tarefas aldeãs. Não se trata de deslumbrar ninguém com um excesso de sabedoria ridícula e incompreensível, mas de ensinar-lhes racionalmente seus quotidianos afazeres, com todas as vantagens que uma simples e exequível lhes pode proporcionar.

Inspeção escolar: Não estará sujeita a taxa nem medida. O inspetor permanecerá em cada escola tanto tempo quanto consicere

necessário, horas ou dias, e sua atuação será predominantemente social. O inspetor, com todos os recursos de seu engenho organizará, ainda que falte a proteção oficial, viagens de mestres a boas escolas rurais nacionais e estrangeiras.

Ação direta do Estado: Com objetivos essencialmente econômicos, para melhorar a vida do aldeão, cuja miséria é uma das principais causas da inescolaridade infantil, para ajudar as comunas pobres na construção de alegres locais para escolas; para aumentar a consignação de material, afim de que com um relativo bem estar se entreguem ao seu trabalho escolar.

Magistério: Formação de mestres para escolas rurais, procurando por todos os meios possíveis sua permanência nelas, sendo uma das primeiras condições para conseguí-lo, onde seja o caso, que todo mestre possa desempenhar sua função no povoado de sua origem.

As escolas normais: Organização de uma preparação especializada para o serviço das escolas mencionadas. Entenda-se: não que saiam das aulas duas classes de mestres, mas que todo mestre que saia da Normal esteja com disposição de desempenhar cabalmente suas funções em uma escola rural.

Em resumo: não se trata de dar às crianças das escolas rurais "uma preparação para homens inferiores" Não. Fazemos nossa a frase de Guyan: "Acima dos ofícios, das carreiras e das profissões, há um em que todos devemos coincidir; o de ser homens".

Quanto mais porção de humanidades ponhamos na criança da aldeia, menos teremos que nos preocupar em assimilá-la à criança da cidade. Aliás, tudo o que seja comum a uma e a outra, deve dar-se como comum; e o diferencial, em diferença acentuada.

Não iludamos as crianças, e muito menos os seus pais, com os sonhos da cidade, com as carreiras e os títulos acadêmicos. Aquela criança dotada de excepcionais condições para o cultivo de estudos superiores seja satisfeita em suas disposições naturais que, sendo naturais, são castas. As demais só podem ser superiores como camponesas.

Assim, pois, há que aperfeiçoar a aldeia rural, partindo da formação de seus próprios filhos. Porém, entenda-se bem que aperfeiçoar a aldeia não é des, nem subaldeizá-la, mas justamente o contrário.

Uma aldeia perfeita é a antípoda de uma cidade perfeita. Uma aldeia perfeita é aquela onde não há analfabetos, onde se praticam culturas racionais, se estabelecem adequados sistemas irrigatórios, se selecionam espécies e raças pecuárias, se multiplica a riqueza ictícola, se fomentam as indústrias domésticas, se ensinam as práticas do pequeno comércio, se diverte com o seu próprio folclore, se substitue a lei fria pelo direito consuetudinário e se lê o periódico, isto é, onde surge um brôto superior do espírito para sentir a vida da comunidade.

(Da "Revista do Ensino", de Minas Gerais).

Decálogo do Professor Rural

O dr. J. C. Majera, diretor das Missões Culturais do México, organizou, para os professores rurais, o seguinte decálogo:

I — Entre todas as profissões, a minha é a mais importante, porque tem por fim enobrecer a vida.

II — Devo elevar minhas condições espirituais e profissionais com a leitura de bons livros e com a das idéias que por meio deles consigo fixar, para assim fazer-me digno da alta missão que o governo e a sociedade me confiaram.

III — A saúde é o interesse primário dos meus educandos e a ela subordino todos os meus planos de trabalho. Quero contribuir para formar uma coletividade vigorosa e sã, mediante os exercícios físicos e os hábitos de higiene na alimentação, na habitação, no vestuário e no asseio pessoal.

IV — Guia-me o ideal de modelar uma pátria livre sem miséria e rica, sem escravidão; e por ele procuro que os recursos do nosso solo sejam conhecidos, estimados e aproveitados.

V — Devo desterrar a tristeza ancestral da minha raça, promovendo o cultivo das suas manifestações artísticas e fazendo vibrar em minha escola, notas de sã e perdurável alegria, com o emprego dos jogos recreativos como um dos mais valiosos recursos da educação.

VI — Minha escola é a verdadeira casa do povo, que exerce benéfica influência não só entre os alunos, sinão também entre os habitantes em geral, melhorando-lhes o sistema de vida.

VII — A pluralidade de linguas dentro de um país contribue para estancar o desenvolvimento espiritual e econômico, e por isso empreendo uma campanha pró-lingua nacional.

VIII — É antes um cárcere das crianças, a escola onde não existam campos para jogos e para práticas agrícolas. Aqueles contribuem para a saúde e estes, ademais disso, estreitam vínculos necessários entre o homem e a terra, cujos benefícios recebemos, retribuindo com o aperfeiçoamento dos métodos de produção.

IX — Estudo e aproveito na indústria o produto da localidade, por considerar que isto constitue uma das mais sólidas bases da nossa economia. Além disso, introduzo na comunidade novas fontes de riqueza, como a avicultura, a apicultura, etc.

X — A cooperação é a forma mais humana para atrair e distribuir a riqueza e por isto tenho creado e dirigido sociedades cooperativas de produção e de consumo. Assim marchemos para a solidariedade humana de acôrdo com os princípios da verdadeira educação".

(Da "Fôlha da Manhã").

A Escola e a Família

Vicente Peixoto.

Do interesse que a família tome pelas coisas da escola, depende, em grande parte, o êxito no

ensino. Tanto mais apreciáveis serão os frutos alcançados na educação, quanto mais íntima fôr a aproximação entre os pais e a escola.

São afirmações essas que hoje, desde a exata compreensão do elevado papel da escola em face da sociedade, não podem sofrer a menor contestação.

A escola e a família são dois factores da educação que se completam — nem a escola pode dispensar a colaboração da família, nem a esta será possível realizar, sem o auxilio daquela, as finalidades educativas da época presente. Têm elas de marchar ombro a ombro, apoiadas uma à outra. As dificuldades de uma precisam ser examinadas pela outra, afim de que, com o concurso de ambas, em trabalho harmônico e dirigido para o mesmo fim, que outro não deve ser senão o alevantamento moral da sociedade, e bem estar coletivo e individual e o engrandecimento da Pátria, pelo maior valor intelectual, moral e físico, e portanto econômico, de seus filhos, possam elas ser contornadas ou exterminadas e eliminadas de uma vez por todas, o que será o ideal na obra educativa.

É justamente por isso que nas escolas públicas e mesmo em estabelecimentos de ensino particular há os boletins mensais de notas dos alunos, para que os pais, ao assiná-los, verifiquem a assiduidade, o comportamento e aproveitamento dos filhos, nos estudos. Os pais que, ao receberem êsses boletins, se limitam a lançar neles a sua assinatura sem observar e comparar as notas obtidas pelos filhos, nos diversos meses do ano; sem que lhes dirijam uma palavra de estímulo e de encorajamento e sem uma palavra de admiração e acatamento à escola e aos professores, cometem falta tão grave, como aqueles que, vendo os filhos enveredando pela senda do vicio, não os procuram chamar para o caminho do bem e da virtude, prevenindo-os contra as ciladas da perversão e das más companhias. Tão salutares são os be-

neficios, presentes e futuras, da escola e do saber, como nefastos são os maleficios do vicio e da corrupção.

A escola primária, preenchendo um dos seus fins principais, que é a preparação do individuo para a sociedade e para a vida, dando-lhe educação integral, sempre esteve aberta às visitas dos pais e dos interessados pela educação da infância. É preciso, pois, para obra completa nesse terreno, que cada vez mais a família se aproxime da escola e esta do lar.

Há alguns anos atrás, quando diretor dos grupos escolares de Rio Preto e Monte Azul, notando que os pais ignoravam que podiam visitar aqueles estabelecimentos ou não percebiam que o deviam fazer, afim de aquilatarem do trabalho dos mestres e do progresso intelectual dos filhos, enviei a todos, por intermédio mesmo dos próprios alunos, um convite vassado nos seguintes termos, simples e amistosos:

“Tenho o prazer de convidar v. s. para visitar êste grupo escolar, se isso lhe é agradável, afim de que possa v. s. verificar os trabalhos e o aproveitamento de seu filho na escola e, conhecendo de perto o seu esforço ou suas falhas, possa v. s. aplaudí-lo ou corrigí-lo, encorajando-o para o futuro, num trabalho harmônico com esta diretoria e com os professores.

Teremos aqui muito prazer em mostrar-lhe todos os trabalhos já realizados por seu filho, assim como em contar-lhe como êle procede no estabelecimento e o de que precisa para tornar-se ou continuar esforçado, estudioso e trabalhador.

Êste grupo estará aberto a êssas visitas às terças, quintas e sábados, das 8 às 10 e das 13 às 15 horas.

Atenciosas saudações, etc.”

Felizmente não caiu em terra

sábara a semente lançada. As visitas se iniciaram e se sucederam com regularidade.

Eis aí como os pais podem, cumprindo um dever que a boa educação dos filhos lhes impõe, contribuir eficazmente na obra educativa do professor, já fazendo que os filhos frequentem com assiduidade a escola, já incitando-os a que procedam bem e respeitem estritamente os seus mestres; já e principalmente acatando com carinho e solicitude as determinações dos professores ou satisfazendo as suas consultas e os seus pedidos com relação à escola e, uns e outros, cercando-se mutuamente de muita consideração.

As crianças que não recebem em

casa bons conselhos, no tocante à escola e ao mestre, fator esse imprescindível ao progresso do ensino, fazem duplicar as dificuldades que o professor encontra a todo o passo no ministério do seu nobre mister e não podem, por isso, obter êxito em seus primeiros estudos, tornando-se depois homens incapazes para qualquer empreendimento, incapazes mesmo para continuar, mais tarde, os estudos com reais proveitos.

A escola e a família mantêm, pois, entre si, ou devem manter, as mais estreitas relações, por isso que êsses dois fatores da educação — repetimos — se completam.

(Da "Folha da Noite", de 13-9-38).

Excursões Escolares

Maria Aparecida Machado

O QUE É UMA EXCURSÃO ESCOLAR E EM QUE CONSISTE

Excursão escolar é uma aula simplesmente ministrada, porém, com a vantagem da variação de ambientes: — é mais divertida e mais interessante.

Realiza-se ao ar livre, em condições muito melhores de interesse e compreensão, abrangendo com isto um dos grandes ideais da escola moderna: "Unir o estudo à vida; o útil ao agradável".

Excursão escolar é um dos meios práticos de motivar o ensino de algumas das principais matérias do programa, tais como: — geografia, história, desenho, ciências naturais, relacionando-as com o desenvolvimento da linguagem.

É um verdadeiro ensino pelo método ativo e direto, porque é este o seu elemento essencial.

Consiste em visitas a grupos escolares, desenvolvendo o intercâmbio

escolar; a fábricas, desenvolvendo o conhecimento das indústrias; a jardins, onde haja pequenos lagos, ilhas, istmos, penínsulas, em resumo, acidentes geográficos em miniatura, aumentando, com mais sólidas bases o conhecimento da geografia.

Logo, a excursão deve ser motivada e anteriormente organizada por meio de um plano feito na classe, com cooperação mútua entre os alunos, guiados pela professora.

A excursão é uma das melhores atividades do programa, por, ser como anteriormente disse, lições dadas ao ar livre, favorecendo e facilitando o ensino de algumas matérias, porquanto, nem todas exigem desenvolvimento fora da escola, havendo algumas, até, que o exigem na sala de aula.

Assim acontece com as próprias matérias que exigindo de início apresentações concretas, tornam as mesmas impossíveis com o adiantamento.

Não poderemos colocar as crianças em presença de tôdas as realidades, e há disciplinas em que a observação se torna impossível, impraticável.

Na história poderemos, com visitas a museus, mostrar às crianças os utensílios de nossos antepassados, tais como: material bélico, bandeiras usadas em guerras, ornamentos porém, jamais reviveremos a descoberta do Brasil, a primeira missa aqui celebrada, a execução do grande herói da Inconfidência Mineira, alferes Joaquim José da Silva Xavier — Tiradentes, a Independência, a Proclamação da República, afinal, todos os fatos passados.

Será aí a apresentação de fatos e monumentos substituída pelo método descritivo.

Segundo Bakheuser, a excursão escolar é em pequeno, o que a viagem é para os adultos.

Será, portanto, um excelente meio educativo, diz ainda o grande mestre, pois visa desenvolver na criança o espírito de observação e capacidade de expressão.

A EXCURSÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Desde a antiguidade clássica, eram as excursões escolares aplicadas ao ensino pelos grandes professores.

Jesus Cristo, o Mestre dos Mestres, ensinava aos seus discípulos ao ar livre, em contacto com a natureza.

Volvendo a passagem, ouvimos um Pestalozzi dizer: "Não se aprende sinão pelas próprias impressões: — a verdadeira escola é a escola do movimento da vida".

Segundo alguns pedagogos, a maior necessidade da criança é conhecer o meio físico em que vive, para poder dele viver.

Outros — que tanto admiram a aula ao ar livre, que ensinam aos seus discípulos o que se pôde aprender em contacto com a natureza, ensinando, através de jogos, as ciências físicas e naturais, astronomia e geografia.

Decroly, o grande educador de Bruxelas, reservava as primeiras horas do dia para excursões com seus alunos.

Na antiguidade citada, surgiu a palavra "academia", devido a aulas dadas em jardins existentes próximos de Atenas e pertencentes a um dos heróis gregos — Academu.

Eram elas ministradas pelo grande filósofo idealista Platão, discípulo de Sócrates, professor de Aristóteles, naqueles jardins onde os estudantes uniam ao agradável ambiente local, a precisidade inescusável — as lições do grande mestre.

Também na história de nossa terra podemos citar Anchieta como um dos principais precursores da escola ao ar livre, tendo por livro a natureza e por quadro negro as areias das belas praias brasileiras.

A EXCURSÃO NA ESCOLA TRADICIONAL E ESCOLA MODERNA

Como em tudo acontece, também, as excursões se desenvolveram, acompanhando o progresso dos tempos.

Tornava-se antigamente um verdadeiro martírio, tanto para os professores quanto para os alunos, uma excursão. Pensavam os professores com tristeza nos programas a executar; na disciplina a manter; lastimavam o tempo perdido, porquanto assim consideravam o tempo gasto nas excursões, ao passo que os alunos pensando no rigor da disciplina, fugiam às aulas nos dias de excursões e subsequentes.

Naqueles por ignorarem por completo o que passariam e nesses devido às provas escritas descritivas. Era tudo isso resultado da má organização de programas ou provisão da matéria a ser explicada.

Muitas professoras se limitavam a uma visita a um parque distante passos da escola ou a uma pequena passeata, mostrando aos alunos uma rua de maior movimento.

Devido, como disse, à rigorosa disciplina, ao insuportável silêncio a que se deveriam submeter, à detestável prova escrita e pensando

nos severos castigos de perda de recreio, prisão e palmatória, já saíam os alunos melancólicos e desanimados, motivo por que as lições não eram aproveitadas.

O local para as excursões era escolhido pelos professores ou diretores, sem jamais ouvirem, quaisquer que fossem, as opiniões dos alunos.

Como é natural, toda criança admira o brinquedo e a conversa, motivo êsse de, geralmente, transgredirem as regras, recebendo, ao chegar à escola, severos castigos de desobediência e máu comportamento.

Os professores, maldizendo as horas de excursões, marcavam as provas que eram feitas pelos alunos quasi que mecanicamente: sem interesse e, assim, sem proveito.

O papel da professora durante a excursão era nulo; não orientava, não guiava e não estimulava a criança. Dava-se por satisfeita em expôr e mostrar aos alunos o que tinha em vista ensinar, não lhes permitindo dar expansão às suas idéias. Não chamava a atenção dos alunos para os fatos e cousas importantes; não os ensinava, assim, a observar as cousas principais e desprezar as cousas inúteis.

Percebe-se ainda em nossos dias o descaso de alguns professores pelas excursões, os quais reputam desvantajosas e prejudiciais ao ensino efetuando-as por um simples dever profissional, porque o programa o determina. Alegam que o horário escolar não as comporta e que fazê-las é prejudicar as outras matérias.

Esse argumento em nada influe, porque: Em primeiro lugar, para se fazer uma excursão, não é necessário ir muito longe: a observação das aulas que se realizam dentro do edificio escolar, uma visita de estudos ao jardim do próprio grupo, a observação de um prédio em construção, tudo isto para nós é uma excursão.

Em segundo lugar, fazer uma excursão para o estudo de uma ma-

téria, não é prejudicar as outras disciplinas: muito ao contrário, é interessar os alunos para êsse estudo e adquirir material para ensiná-las. Uma excursão pôde dar margem ao ensino de todas ou quasi todas as matérias.

Em vez de prejudicar, a excursão auxilia. É uma atividade educativa, intimamente ligada ao programa e às outras atividades escolares, a qual instrue e desenvolve o aluno física, moral, intelectual e socialmente, dando-lhe as qualidades de um bom cidadão.

Em terceiro lugar, dentro do programa, dentro do horário escolar, podem-se fazer excursões muito proveitosas. Por exemplo: — Para o estudo da História Natural, levar os alunos ao jardim do grupo, ensinar-lhes as diversas partes de uma planta, as varias formas das suas fôlhas, cousas mais.

As crianças aprendem muito vendo as cousas como o são realmente.

Resultado de estudos prolongados e proveitosos, surgiu a escola nova modificando completamente o ensino. As excursões foram completamente modificadas. De atividades quasi sem nenhum proveito, passaram a ser o assunto central do qual se irradiam concentricamente as várias disciplinas do ensino, porque, depois de modificadas, tornaram-se um campo fecundíssimo para a aprendizagem infantil, orientadas como são pelos moldes característicos das atuais doutrinas pedagógicas. As excursões despertam o interesse das crianças, porque estão dentro do método ativo e intuitivo.

Os primeiros conhecimentos da criança devem ser tirados do lugar em que vive; por isto, todas as ocasiões devem ser aproveitadas para excursões, tão depressa surjam. O professor, sempre que possa e tenha oportunidade, deve levar as crianças a observarem o lugar onde moram, porque, apreciadas as cousas no próprio local, observadas suas fórmulas e dimensões,

adquirem as crianças um meio fácil de comparação das cousas afastadas.

DESVANTAGENS DE UMA EXCURSÃO MAL ORGANIZADA

São inúmeras as desvantagens de uma excursão mal organizada: provêm estas de vários motivos, entre os quais citarei os principais.

Um deles é não procurar a professora conhecer previamente o local das excursões, não podendo assim prevêr mais ou menos as perguntas a lhe serem feitas pelos alunos e pensar nas respostas a dar-lhes, principal base das excursões. Não ficará sabendo si o lugar tem aspectos interessantes, tais como: acidentes geográficos em miniatura, estátuas de vultos destacados em nossa história ou outros demais monumentos históricos, dando margem a diversos estudos ou se pelo contrario, é insalubre, nocivo à saúde infantil.

Outro motivo muito importante e que concorre para a desvantagem da excursão, é a professora não preparar suficientemente o seu plano.

Se as crianças saem a passear ao lado de uma professora que não se preparou convenientemente para conduzi-las, não tirarão lucro da excursão sendo, pelo contrario, bastante prejudicial.

Tal professora, não guiada ou orientada por um plano, só verá em torno de si, a desordem e a anarquia donde provirá uma multidão de perguntas desordenadas das quais umas terão respostas evasivas e inocentes, outras ficarão sem resposta e outras mais serão respondidas por zangas ou castigos, sendo assim o ensino contraproducente.

Mais vale nada aprender, que aprender cousas erradas que irão constituir, para o futuro, bases insufficientes.

DE QUE MODO EFETUAR AS EXCURSÕES?

Para ensinar, é necessário unir o estudo à vida, ou, como disse,

útil ao agradável. Por isso precisamos fazer com que a criança leia o livro e observe a natureza, fazendo a combinação da leitura com a observação de originaes nela citados. Para isto, nada melhor que as Excursões Escolares.

O ensino com observação direta economiza o tempo e as palavras. Se o professor deseja ensinar a seus alunos o que é um rio, não é definindo-o ou desenhando-o no quadro-negro que o fará. As crianças olharão a figura com atenção, decorarão; porém, os pensamentos estarão longe de saber o que é um rio.

Como já ficou dito, para o ensino inicial de geografia, o desenho e as definições não serão suficientes. E' sempre necessário uma apresentação, ainda que, como disse, em miniatura, mostrando a natureza tal qual ela é.

Por exemplo: — si não houver um rio no lugar, poderá a professora mostrar às crianças um córrego ou mesmo um filete de agua corrente, ensinando-lhes a diferença que existe entre um destes e aquele; deduzirá a criança perfeitamente e ficará tendo a noção exata de que seja um rio.

O grande ideal do ensino moderno, é fazer com que as crianças olhem com seus olhos, peguem com suas mãos, ouçam com seus ouvidos, aplicando, finalmente, todos os sentidos, tomando conhecimento directo com as cousas e fenomenos da natureza, comentando, discutindo, fazendo experiências, analisando-as.

Como já tive occasião de dizer, a excursão não póde ser realizada sem um preparo prévio. Assim, deverá ser feito o preparo da excursão obedecendo à seguinte organização: — Primeiro, que seja desejada pelos alunos, quando possível, ou motivada pela professora, com habilidade; que seja atraente e útil à classe; não seja feita de improviso, salvo quando necessária ao esclarecimento de alguma cousa, que será, sem ela, incompreendida; que

seja previamente escolhido o lugar a ser visitado, de acordo com os alunos, ou por eles de preferência, devendo também o plano a ser executado, obedecer à mesma organização.

Nunca deve ser feito o plano a ser executado com dias marcados no ano; após a excursão, não devem os alunos ser obrigados a certos trabalhos, tais como: — relatório dos acontecimentos ocorridos na mesma, descrições, etc., porquanto isso poderá trazer aborrecimentos e desinteresse nas outras excursões; deve-se dar inteira liberdade aos excursionistas, dentro, porém, da disciplina.

Além do que anteriormente foi dito, deverá a excursão ser dividida em três fases, a saber: — 1.^a — Preparo de excursão; 2.^a — A realização; 3.^a — As conclusões a tirar.

A primeira é a principal, tornando-se a excursão um passeio de nulo efeito, quando é esta fase esquecida pela professora, devendo esta, a ela dedicar todo o carinho e a máxima atenção.

A segunda fase, — a realização — apesar da sua colocação não deve ser considerada como secundária. É durante a excursão, que a professora, á proporção que o tempo fôr passando e as paisagens

naturais se forem tornando empolgantes, e a turma ficar entusiasmada com as mesmas, travando-se discussões em outro terreno, sendo lembradas as leituras feitas em aula que com as mesmas paisagens tenham relações, é disto, que deverá a professora utilizar-se, entre-meio das discussões com as explicações as quais, pelo motivo de serem dadas em passeio e relacionarem-se com ele, tornar-se-ão lições bem aproveitadas.

A terceira e última fase, a do aproveitamento da excursão, é a em que o mestre procurará extrair o suco de tudo que foi observado, indagando de tudo a todos, pois que, tendo cada um observado, isto ou aquilo, com mais atenção, serão todos obrigados a refletir, forçar a memória e raciocinar. Uns corrigirão outros com observações mais perfeitas, mais completas, e a professora procurará aperfeiçoar todas as observações com as suas, para, aproveitando-se delas, dar lições de linguagem, história, etc.

Só depois que tudo isto houver sido feito com proveito geral, poder-se-á dar por concluído o trabalho da excursão.

(Da "Revista Brasileira de Pedagogia").

"REVISTA DE EDUCAÇÃO"

ÓRGÃO DO DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO

*
* *

Esta Revista, mantendo-se acima de divergências doutrinárias, acolhe com imparcialidade a colaboração de todos quantos queiram assim distingui-la.

*
* *

Publica-se em março, junho, setembro e dezembro.

ASSINATURA ANUAL ... 15\$000
NÚMERO AVULSO 5\$000

*
* *

Os srs. assinantes, no caso de mudança, devem mencionar com clareza, no comunicado que transmitam, o antigo e o novo endereço.

*
* *

Toda a correspondência deverá ser dirigida ao prof. **Hernaudino Martins Rocha**, encarregado do

SERVIÇO TÉCNICO DE
PUBLICIDADE

— do —

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Rua Veridiana, 220 — Fone 5-1029

São Paulo — BRASIL

— 1939 —
IMPrensa OFFICIAL DO ESTADO
— SÃO PAULO —